ÍNDICE

I - Preâmbulo	8
II - Planejamento	10
1. Plano Plurianual - P.P.A.	10
2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O.	11
3. Lei Orçamentária Anual - L.O.A.	11
III - Demonstrações Contábeis	15
1. Balanço Orçamentário	15
1.1- Receitas	18
1.1.1- Receitas Correntes	22
a) Receitas Tributárias	24
b) Transferências Correntes	25
b.1) Royalties do Petróleo	26
c) Outras Receitas Correntes	31
d) Receitas de Origens Diversas	32
1.1.2- Receitas de Capital	33
a) Operações de Crédito	34
b) Alienações de Bens	35
1.1.3- Fiscalização das Receitas	36
1.2- Despesas	47
1.2.1- Despesas Correntes	50
a) Pessoal e Encargos Sociais	51
b) Juros e Encargos da Dívida	54
c) Outras Despesas Correntes	54
1.2.2- Despesas de Capital	63
1.2.3- Despesas por Órgão	65
1.2.4- Propaganda e Publicidade	71
1.3 - Créditos Adicionais	74
1.4 - Reserva de Contingência	75
2. Balanço Financeiro	76
2.1 - Dívida Financeira	77
2.2 - Dívida Flutuante	79
3. Balanço Patrimonial	81
3.1 - Dívida Ativa	82
3.1.1- Acompanhamento da Dívida Ativa	84
3.2 - Dívida Fundada	100
3.3 - Resultado Financeiro	104
4. Variações Patrimoniais	105
4.1 - Resultado Econômico	105
IV - Lei nº 9496/97 - Acordo de Renegociação da Dívida	108
V - Precatórios e Obrigações de Pequeno Valor	118
VI - Atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal	125
a - Relatório Resumido da Execução Orçamentária	125
b - Relatório de Gestão Fiscal	126
c - Despesas com Pessoal e Reflexos	128
VII - Ensino	130
VIII - Saúde	134
IX - Controle Interno	139
X - Programa Estadual de Desestatização	140
XI - Avaliação de Indicadores de Gestão	144

continuação	
XII - Fiscalizações Operacionais	238
Saude	
XII.1 - Investimentos em Serviços Próprios SUS/SP	241
Educação	
XII.2 - Expansão, Melhoria e Reforma da Rede Física Escolar	244
XII.3 - Provisão de Material de Apoio Pedagógico	247
Planejamento e Desenvolvimento	
XII.4 - Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo	255
Segurança Pública	
XII.5 - Policiamento Ostensivo e Modernização da Segurança Pública	259
Agricultura e Abastecimento	
XII.6 - Melhor Caminho	267
Saneamento e Recursos Hídricos	
XII.7 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO	275
Meio Ambiente	
XII.8 - Gestão e Controle da Qualidade Ambiental	286
Gestão Pública	
XII.9 - Proposta de um Novo Detran	292
XIII - Obras da Copa do Mundo	295
XIV - Expedientes	298
XV - Recomendações - Exercício de 2010	300
XVI - Síntese do Apurado	310
XVII - Considerações Finais	311

PROCESSO: **TC-00143/026/11**

INTERESSADO: **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

ASSUNTO: **CONTAS ANUAIS DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GOVERNADOR: **DR. GERALDO ALCKMIN**

EXERCÍCIO: **2011**

RELATOR: **CONSELHEIRO DR. EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Senhor Diretor Técnico de Divisão,

I – PREÂMBULO

Apresentamos à apreciação de Vossa Senhoria o relatório do acompanhamento anual, do exame e da análise procedida nos demonstrativos e peças contábeis, com vista à emissão de parecer prévio sobre as contas da Administração do Estado, relativas ao exercício de 2011, na conformidade do inciso I, artigo 33 da Constituição do Estado, combinado com o inciso I, artigo 2º e artigo 23 e seus parágrafos da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, e do artigo 178 e da letra "a", inciso I, artigo 183, ambos do Regimento Interno.

Referidas contas foram apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador à Augusta Assembléia Legislativa do Estado, nos termos do inciso IX, artigo 47 da Constituição Estadual. Consoante parágrafos 1º e 2º, artigo 23 da Lei Orgânica deste Tribunal, estas abrangem a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas, e compõem-se, basicamente, do Balanço Geral do Estado e seus Anexos, elaborados sob a égide da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, acompanhado de circunstanciado relatório do Senhor Secretário da Fazenda, abordando os aspectos relevantes da gestão orçamentária e financeira do Estado e o Relatório de Acompanhamento dos programas aprovados no Plano Plurianual 2008/2011.

Ressaltamos a metodologia de levantamento e apresentação dos demonstrativos, e as análises que ora submetemos a Vossa Senhoria.

Assim, temos o Balanço Geral – Demonstrações Consolidadas, bem como as Demonstrações da Administração Direta e as Demonstrações da Administração Indireta, que compreendem também as empresas dependentes INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT, COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CETESB, EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A – EMPLASA, COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM, e COMPANHIA PAULISTA DE EVENTOS E TURISMO – CPETUR (a partir do exercício 2010), lembrando que estão contemplados tanto os recursos próprios quanto aqueles alocados pelo Tesouro do Estado.

Portanto, nossas análises refletem, basicamente, os resultados das Administrações Direta e Indireta do Estado, evidenciando os trabalhos e levantamentos realizados *in loco* e as avaliações de indicadores de gestão, e também as despesas com pessoal, manutenção do ensino, saúde, precatórios, dívida e os resultados orçamentário e financeiro.

As contas do exercício financeiro de 2011 foram entregues neste E. Tribunal, em 27 de abril de 2012, mediante Ofício do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Geraldo Alckmin, às fls. 04.

Por força do disposto no parágrafo único do artigo 38 e no artigo 178 do Regimento Interno, foi comunicada, em sessão de 02/02/2011 do Tribunal Pleno, a designação do eminente Conselheiro Dr. Edgard Camargo Rodrigues como relator das contas do Governo do Estado de São Paulo relativas ao exercício de 2011, ata publicada no D.O. de 10/02/2011.

Os exames e as análises, consideradas necessárias a uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução orçamentária, foram realizados dentro do enfoque das disposições do artigo 32 e do inciso I, artigo 33, ambos da Constituição do Estado, atinentes à "fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, das entidades da Administração Direta e Indireta e das Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas...", devendo-se salientar que as matérias específicas merecem exames e julgamentos em autos próprios por este Egrégio Tribunal.

Cabe enfatizar que a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, estatui no "caput" do artigo 2º que "A Lei de Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos aos princípios da unidade, universalidade e anuidade". No capítulo "DO CONTROLE EXTERNO", desse mesmo diploma legal, estabelece o artigo 81 que "O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego do dinheiro público e o cumprimento da Lei do Orçamento", em harmonia com o disposto no artigo 111, da Constituição do Estado.

II - PLANEJAMENTO

1 - Plano Plurianual

1.1 - Elaboração

O Plano Plurianual relativo ao quadriênio de 2008/2011 foi aprovado pela Lei nº 13.123, de 08 de julho de 2008, publicada no DOE de 11/07/2008, estabelecendo os requisitos obrigatórios previstos no § 1º, artigo 174, da Constituição do Estado.

Em continuidade aos trabalhos de acompanhamento, e com o intuito de dar cumprimento à competência atribuída a esta Corte pela Constituição Estadual, inciso IV – artigo 33, bem como pela Lei Complementar nº 709/93, inciso VII – artigo 2º, foi avaliado o cumprimento das metas previstas em 45 programas do PPA 2008-2011, tendo por base as peças orçamentárias do governo estadual.

Os resultados desta análise estão relatados no item XI – Avaliação de Indicadores de Gestão.

2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias

2.1 – Elaboração

A Lei nº 14.185, de 13 de julho de 2010, publicada em 14 de julho de 2010, dispôs sobre as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício de 2011, estabelecendo os requisitos obrigatórios previstos no § 2º, artigo 174 da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ressalvadas as falhas apontadas no item XI – Avaliação de Indicadores de Gestão.

3 - Lei Orçamentária Anual

A mensagem datada de 30 de setembro de 2010, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Alberto Goldman, enviou a Proposta Orçamentária para 2011, nos termos do inciso XVII do artigo 47, elaborada consoante artigo 174, ambos da Constituição do Estado, com observância, também, das Diretrizes Orçamentárias para 2011, bem como das normas constantes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, encaminhada à Augusta Assembléia Legislativa e convertida na Lei nº 14.309, de 27 de dezembro de 2010, publicada no "Diário Oficial do Estado" em 28 de dezembro de 2010, que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2.011, ressalvadas as falhas apontadas no item XI – Avaliação de Indicadores de Gestão.

3.1 - Disposição Preliminar

O artigo 1º da Lei Orçamentária diz respeito à divisão do Orçamento em 3 (três) partes, ou seja, FISCAL, da SEGURIDADE SOCIAL e de INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS.

3.2 - Do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social

O artigo 2º orça a Receita e o artigo 4º fixa a Despesa do Estado em valores iguais a R$ 140.723.564.343 (cento e quarenta bilhões, setecentos e vinte e três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais).

Neste total, estão incluídos os recursos próprios das Autarquias, Fundações e Empresas Dependentes, no montante de R$ 7.657.386.364 (sete bilhões, seiscentos e cinqüenta e sete milhões, trezentos e oitenta e seis mil, trezentos e sessenta e quatro reais); além disso, há R$ 13.620.148.404 (treze bilhões, seiscentos e vinte milhões, cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e quatro reais) de receitas intra-orçamentárias na SPPREV.

O artigo 3º especifica o desdobramento da Receita do Tesouro do Estado, conforme quadro a seguir:

I - Receita do Tesouro do Estado		**132.345.329.729**
1 - Receitas Correntes		**126.795.507.689**
Receita Tributária	109.678.281.086	
Receita de Contribuições	34.493.054	
Receita Patrimonial	2.183.735.909	
Receita Agropecuária	5.554.410	
Receita Industrial	2.404.670	
Receita de Serviços	330.689.580	
Transferências Correntes	12.463.662.313	
Outras Receitas Correntes	2.096.686.667	
2 - Receitas de Capital		**5.549.822.040**
Operações de Crédito	4.272.848.120	
Alienação de Bens	805.600.430	
Amortização de Empréstimos	100	
Transferências de Capital	371.373.280	
Outras Receitas de Capital	100.000.110	
II - Receita dos Orgãos da Adm. Indireta		**21.998.383.018**
Receitas Correntes	21.874.699.198	
Receitas de Capital	123.683.820	
III - Receitas Intra-orçamentárias Correntes	-13.620.148.394	**-13.620.148.394**
IV - Receitas Intra-orçamentárias de Capital	-10	**-10**
R E C E I T A T O T A L		**140.723.564.343**

O artigo 4º estabelece a fixação da Despesa em:

Despesa	R$1,00	%
Orçamento Fiscal	121.707.317.121	86,49
Orçamento da Seguridade Social	19.016.247.222	13,51
TOTAL	**140.723.564.343**	**100,00**

O artigo 5° evidencia a despesa total fixada, por órgão orçamentário, separada em Orçamento Fiscal e Orçamento da Seguridade Social.

O Orçamento da Seguridade Social compreende as verbas destinadas às secretarias da Saúde, da Assistência e Desenvolvimento Social; e também parte das verbas destinadas às secretarias da Fazenda, da Justiça e da Defesa da Cidadania, da Segurança Pública e da Gestão Pública. Já o Orçamento Fiscal compreende os demais Órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, bem como a Reserva de Contingência.

3.3 - Do Orçamento de Investimentos das Empresas

O artigo 7° fixa o valor de R$ 10.288.327.000 (dez bilhões, duzentos e oitenta e oito milhões, trezentos e vinte e sete mil reais), destinado ao orçamento de investimentos das Empresas, não computadas as entidades cuja programação consta integralmente do Orçamento Fiscal. A fonte de recursos está discriminada no artigo 6° da seguinte forma:

Fonte de Financiamento	R$1,00	%
Tesouro do Estado	4.848.604.000	47,13
Operações de Crédito	1.293.111.000	12,57
Próprios	1.649.809.000	16,04
Outras Fontes	2.496.803.000	24,27
TOTAL	**10.288.327.000**	**100,00**

3.4 - Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Conforme dispõe o artigo 8°, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir, durante o exercício, créditos

suplementares até o limite de 17% (dezessete por cento) da despesa total fixada no artigo 4°, observado o disposto no artigo 43, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos adicionais até o limite consignado como Reserva de Contingência, fixada nos termos do artigo 20, da Lei n° 14.185, de 13 de julho de 2010, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011, observado o disposto no artigo 5°, inciso III, da Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000.

Não onerarão o limite previsto no inciso I, os créditos:

1 Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas a inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados, até o limite de 9% do total da despesa fixada no artigo 4° desta lei.

2 Abertos mediante a utilização de recursos na forma prevista no artigo 43, § 1°, inciso III, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada no artigo 4° da Lei Orçamentária.

Observados os limites a que se referem os incisos I e II, fica o Poder Executivo autorizado a alocar recursos em grupo de despesa ou elemento de despesa não dotados inicialmente, com a finalidade de garantir a execução da programação aprovada na LOA, e também transpor, remanejar ou transferir recursos em decorrência de atos relacionados à organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos, conforme autorizado no artigo 47, XIX, a, da Constituição Estadual.

De acordo com o estabelecido no artigo 9°, fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, autorizado a remanejar recursos, entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, obedecida a distribuição por grupo de despesa.

III - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - Balanço Orçamentário

Conforme estabelece o artigo 102 da Lei Federal nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário tem por objetivo demonstrar as Receitas e Despesas previstas, comparadas às realizadas, para se determinar o Resultado Orçamentário do exercício.

Nestes termos, temos que o confronto da Despesa Realizada com a Receita Arrecadada indicará o DÉFICIT OU SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO do período, enquanto a Despesa Autorizada com a Realizada demonstrará se houve ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA.

Destacamos, a seguir, as receitas e as despesas Intra-Orçamentárias, excluídas dos quadros demonstrativos, posto que trata-se de valores simultâneos em duas entidades do mesmo nível de governo.

Os valores referem-se a contribuições patronais e cobertura de insuficiência financeira do Regime Próprio de Previdência (SPPREV), bem como a integralização de Capital Social com recursos do Tesouro nas empresas dependentes Emplasa, Cetesb, IPT, CPTM e CPETUR.

R$ MILHARES

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2011
RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORCAMENTARIAS	14.456.519
RECEITAS DE CONTRIBUICOES-INTRA-ORCAMENTARIA	14.381.540
CONTRIBUICOES SOCIAIS - INTRA-ORCAMENTARIAS	14.381.540
CONTRIB.PREVIDENC.DO REG.PROPRIO - INTRA-ORC	14.381.540
RECEITAS INTRA-ORCAMENTARIAS C/REC.DE SERVIC	72.406
RECEITAS INTRA-ORCAMENTARIAS C/REC.DE SERVIC	72.406
TAXA DE ADMINISTRACAO	72.406
RECEITAS INTRA-ORCAMENTARIAS: OUTRAS REC.COR	2.574
INDENIZACOES E RESTITUIC.INTRA-ORCAMENTARIAS	2.574
OUTRAS RESTITUICOES	2.574
RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORCAMENTARIAS	1.020.634
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.020.634
INTEGRALIZACAO DO CAPITAL SOCIAL	1.020.634
INTEGRALIZACAO COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES	9.053
INTEGRALIZACAO COM RECURSOS DO TESOURO	1.011.582
TOTAL	**15.477.153**

R$ MILHARES

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2011
ADM. DIRETA	*13.877.385*
DESPESAS CORRENTES	12.856.751
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	67.613
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIAS	67.613
INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.571
OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	65.043
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.789.137
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIA	12.789.137
OBRIGACOES PATRONAIS	12.789.134
SALARIO FAMILIA	3
DESPESAS DE CAPITAL	1.020.634
INVERSOES FINANCEIRAS	1.020.634
APLIC.DIRETAS-OP.ENTRE ENTID.INTEGR.ORCAMENT	1.020.634
CONST.OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	1.020.634
ADM. INDIRETA	*1.599.768*
DESPESAS CORRENTES	1.599.768
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.363
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIAS	7.363
OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	7.363
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.592.405
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIA	1.592.405
OBRIGACOES PATRONAIS	1.592.405
TOTAL	**15.477.153**

Evidenciamos, a seguir, os resultados apurados nos últimos exercícios, salientando que a partir de 2003 os dados do Balanço Geral do Estado passaram a incluir as empresas dependentes IPT, CETESB, CPTM, EMPLASA e a partir de 2010 da CPETUR:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA — **R$ MIL**

Superávit/Déficit Orçamentário	2008	2009	2010	2011
Despesa Realizada	79.300.659	85.031.151	95.636.108	105.214.807
Receita Arrecadada	102.559.943	109.043.676	126.104.556	135.183.605
Superávit Orçamentário	**23.259.284**	**24.012.525**	**30.468.448**	**29.968.798**
%Rec Arrecadada	**22,68%**	**22,02%**	**24,16%**	**22,17%**

Economia Orçamentária	2008	2009	2010	2011
Despesa Autorizada	81.429.776	87.820.136	100.738.149	110.798.321
Despesa Realizada	79.300.659	85.031.151	95.636.108	105.214.807
Economia Orçamentária	**2.129.118**	**2.788.986**	**5.102.041**	**5.583.514**
% s/ Desp Autorizada	**2,61%**	**3,18%**	**5,06%**	**5,04%**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA — **R$ MIL**

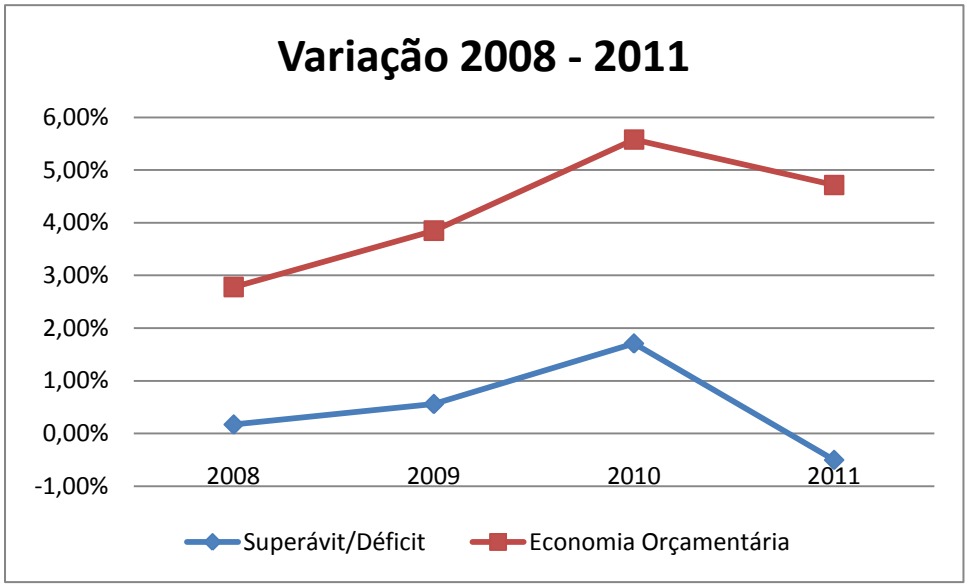
Superávit/Déficit Orçamentário	2008	2009	2010	2011
Despesa realizada	30.139.528	33.379.293	37.656.667	39.257.828
Receita Arrecadada	7.066.219	10.034.487	9.505.224	8.565.065
Déficit Orçamentário	**-23.073.309**	**-23.344.806**	**-28.151.443**	**-30.692.763**
% s/ Rec . Arrecadada	**-327%**	**-233%**	**-296,17%**	**-358%**

Economia Orçamentária	2008	2009	2010	2011
Despesa Autorizada	31.137.590	35.329.592	40.429.988	40.827.530
Despesa realizada	30.139.528	33.379.293	37.656.667	39.257.828
Economia Orçamentária	**998.062**	**1.950.299**	**2.773.321**	**1.569.702**
% s/ Desp. Autorizada	**3,21%**	**5,52%**	**6,86%**	**3,84%**

CONSOLIDADO — **R$ MIL**

Superávit/Déficit Orçamentário	2008	2009	2010	2011
Despesa Realizada	109.440.186	118.410.443	133.292.775	144.472.635
Receita Arrecadada	109.626.162	119.078.163	135.609.780	143.748.670
Superávit Orçamentário	**185.975**	**667.720**	**2.317.005**	**-723.965**
%Rec. Arrecadada	**0,17%**	**0,56%**	**1,71%**	**-0,50%**

Economia Orçamentária	2008	2009	2010	2011
Despesa Autorizada	112.567.366	123.149.730	141.168.137	151.625.851
Despesa Realizada	109.440.186	118.410.443	133.292.775	144.472.635
Economia Orçamentária	**3.127.180**	**4.739.286**	**7.875.362**	**7.153.216**
% s/ Desp Autorizada	**2,78%**	**3,85%**	**5,58%**	**4,72%**



1.1 – Receitas

A evolução da Receita Estimada comparada com a Receita Arrecadada, em conformidade com os Balanços Orçamentários, é a seguinte:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA — **R$ MIL**

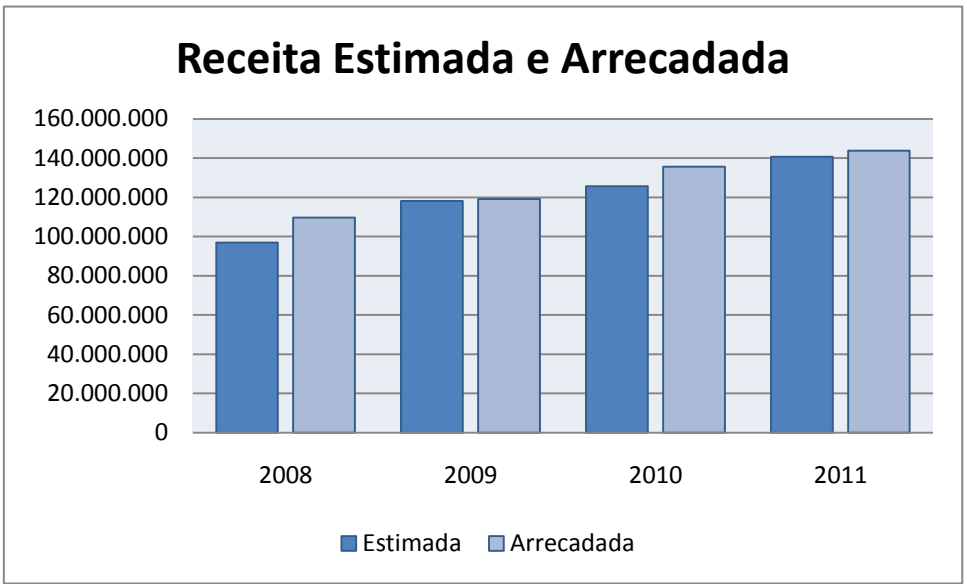
Receita	2008	2009	2010	2011
Estimada	90.111.387	107.810.713	115.688.075	132.345.330
Arrecadada	102.559.943	109.043.676	126.104.556	135.183.605
Diferença	**12.448.556**	**1.232.963**	**10.416.481**	**2.838.275**
% sobre Estimada	13,81%	1,14%	9,00%	2,14%

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA — **R$ MIL**

Receita	2008	2009	2010	2011
Estimada	6.762.458	10.395.348	10.017.621	8.378.235
Arrecadada	7.066.219	10.034.487	9.505.224	8.565.065
Diferença	**303.761**	**-360.860**	**-512.397**	**186.830**
% sobre Estimada	4,49%	-3,47%	-5,11%	2,23%

CONSOLIDADO **R$ MIL**

Receita	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Estimada	96.873.845	118.206.061	125.705.697	140.723.564
Arrecadada	109.626.162	119.078.163	135.609.780	143.748.670
Diferença	**12.752.317**	**872.103**	**9.904.083**	**3.025.106**
% sobre Estimada	13,16%	0,74%	7,88%	2,15%
Evolução da Arrecadada	17.043.942	9.452.001	16.531.617	8.138.890
Evolução % s/ano anterior	18,41%	8,62%	13,88%	6,00%
IGP-DI - índices anuais	9,11%	-1,44%	11,31%	5,01%
INPC	6,48%	4,11%	6,47%	6,08%



De acordo com o quadro a seguir apresentado, a receita arrecadada da *Administração Direta* foi de R$ 135.183.605 mil, representada, principalmente, pela Receita Tributária.

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2008	2009	2010	2011
RECEITAS CORRENTES	*100.657.315*	*103.672.393*	*121.599.574*	*133.853.046*
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.835.341	2.645.575	3.245.769	4.029.600
RECEITA AGROPECUARIA	3.647	6.413	5.486	6.912
RECEITA DE SERVICOS	266.259	227.774	298.661	392.073
RECEITA INDUSTRIAL	1.583	1.274	1.926	1.791
RECEITA PATRIMONIAL	2.438.538	1.815.856	3.561.601	3.167.765
RECEITA TRIBUTARIA	85.411.445	88.969.477	103.113.989	113.532.207
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	0	7.018	8.588	12.866
TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.700.501	9.999.005	11.363.555	12.709.832
RECEITAS DE CAPITAL	*1.902.628*	*5.371.283*	*4.504.982*	*1.330.558*
ALIENACAO DE BENS	418.030	3.231.490	2.800.069	37.184
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0	0	0	0
OPERACOES DE CREDITO	938.637	1.957.303	1.587.823	1.196.759
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	405.606	39.398	0	0
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	140.355	143.093	117.091	96.614
TOTAL	**102.559.943**	**109.043.676**	**126.104.556**	**135.183.605**

Com relação à *Administração Indireta* temos:

R$ MILHARES

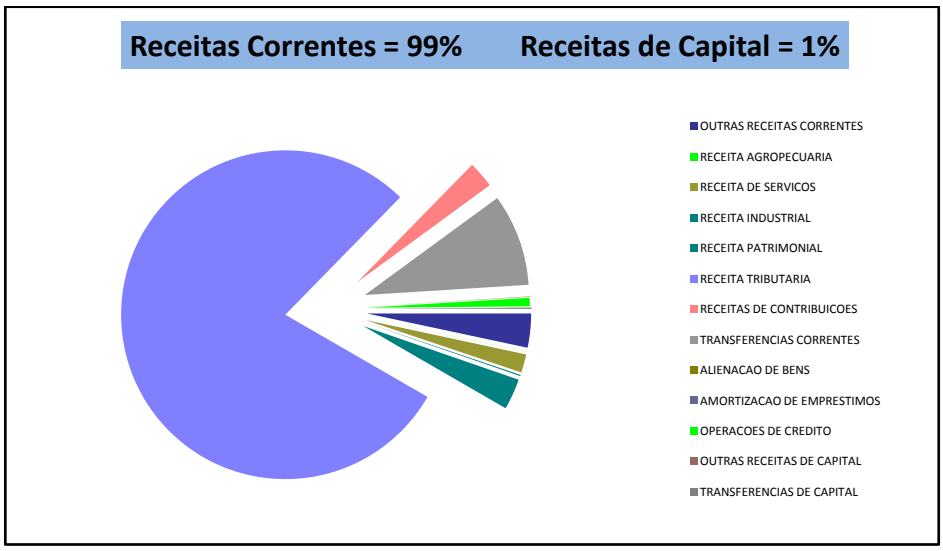
ADM. INDIRETA	2008	2009	2010	2011
RECEITAS CORRENTES	*7.030.759*	*9.945.652*	*9.445.737*	*8.459.243*
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	492.528	651.202	680.253	782.993
RECEITA AGROPECUARIA	16.962	13.586	15.067	18.178
RECEITA DE SERVICOS	1.573.583	1.632.273	1.952.245	2.208.108
RECEITA INDUSTRIAL	152.766	150.227	165.856	164.746
RECEITA PATRIMONIAL	1.289.912	3.713.300	2.899.909	1.213.547
RECEITA TRIBUTARIA	337.567	376.129	97.784	10.812
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	2.959.097	3.156.945	3.371.406	3.746.578
TRANSFERENCIAS CORRENTES	208.345	251.990	263.218	314.281
RECEITAS DE CAPITAL	*35.460*	*88.835*	*59.486*	*105.822*
ALIENACAO DE BENS	3.568	3.528	704	12.283
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	5.482	3.667	5.884	5.031
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	9.063	45.457	34.483	55.866
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	17.347	36.183	18.416	32.642
TOTAL	**7.066.219**	**10.034.487**	**9.505.224**	**8.565.065**

Consolidando os valores temos:

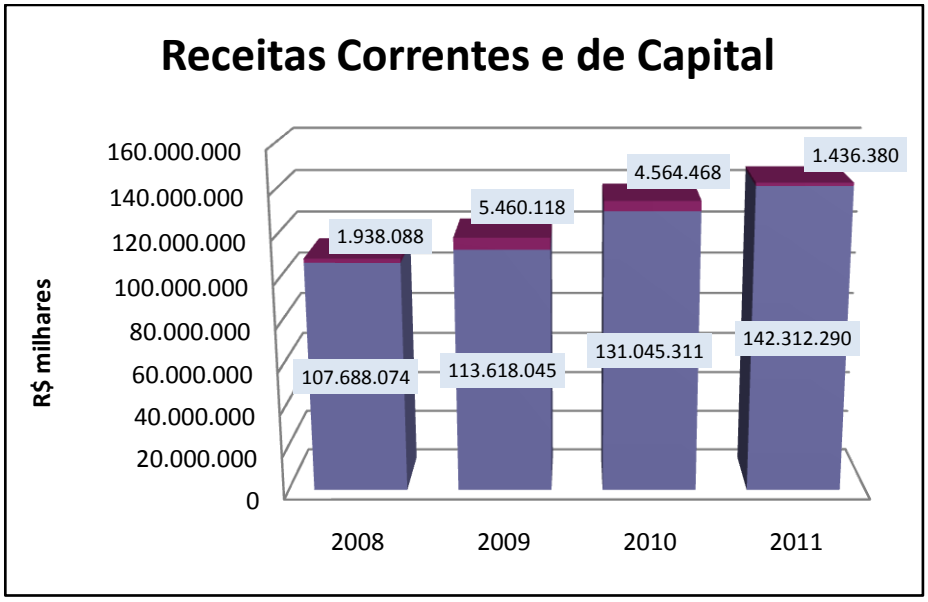
R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011	AV%
RECEITAS CORRENTES	*107.688.074*	*113.618.045*	*131.045.311*	*142.312.290*	*99,00%*
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.327.869	3.296.777	3.926.022	4.812.592	3,35%
RECEITA AGROPECUARIA	20.609	19.998	20.553	25.091	0,02%
RECEITA DE SERVICOS	1.839.842	1.860.047	2.250.906	2.600.181	1,81%
RECEITA INDUSTRIAL	154.350	151.501	167.782	166.537	0,12%
RECEITA PATRIMONIAL	3.728.450	5.529.157	6.461.510	4.381.312	3,05%
RECEITA TRIBUTARIA	85.749.012	89.345.606	103.211.772	113.543.020	78,99%
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	2.959.097	3.163.963	3.379.993	3.759.444	2,62%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.908.846	10.250.996	11.626.773	13.024.113	9,06%
RECEITAS DE CAPITAL	*1.938.088*	*5.460.118*	*4.564.468*	*1.436.380*	*1,00%*
ALIENACAO DE BENS	421.599	3.235.018	2.800.773	49.468	0,03%
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	5.482	3.667	5.884	5.031	0,00%
OPERACOES DE CREDITO	938.637	1.957.303	1.587.823	1.196.759	0,83%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	414.669	84.855	34.483	55.866	0,04%
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	157.702	179.276	135.506	129.257	0,09%
TOTAL	**109.626.162**	**119.078.163**	**135.609.780**	**143.748.670**	**100%**

No exercício em exame, a Receita Arrecadada apresentou a seguinte composição:



Demonstramos, a seguir, a evolução das receitas no período de 2008 a 2011:



Na tabela seguinte, demonstramos a variação entre o exercício 2007 (base 100), atualizado pela variação do IGP-DI a valores de dezembro de 2011, e o exercício 2011:

VARIAÇÃO 2007-2011

RECEITAS	2007* atualizado	AV%	2011	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
.Correntes	117.882.504	99,67	142.312.290	99,00	24.429.786	20,72
.Capital	391.651	0,33	1.436.380	1,00	1.044.729	266,75
TOTAL	**118.274.155**	**100**	**143.748.670**	**100**	25.474.515	21,54

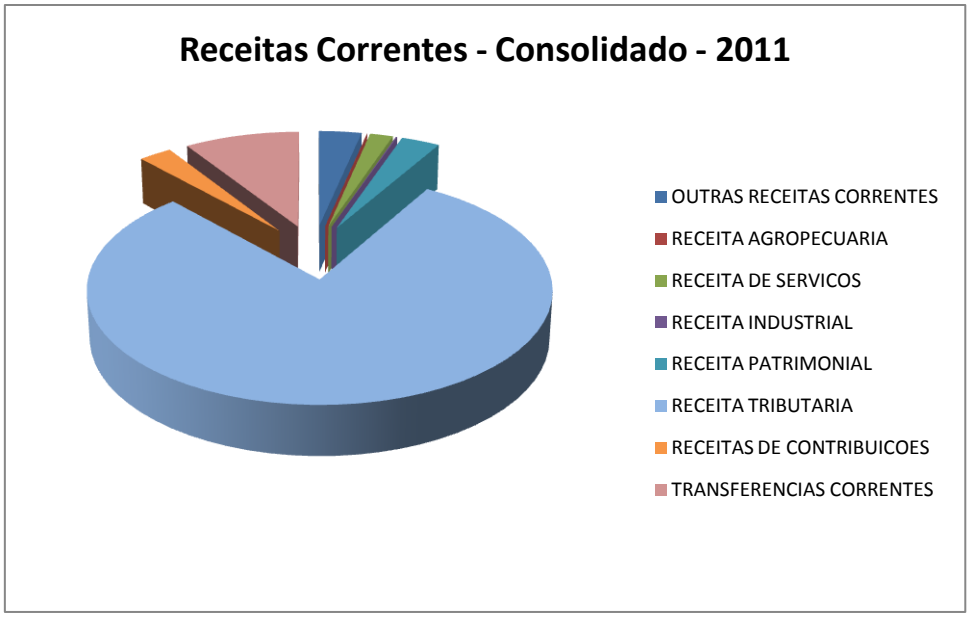
*atualizado a valores de dezembro/2011 pela variação do IGP-DI
Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2007 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2008, 2009, 2010 e 2011.
Variação do IGP-DI, considerando dez/2007 a nov/2011: 27,75%.

1.1.1 - Receitas Correntes

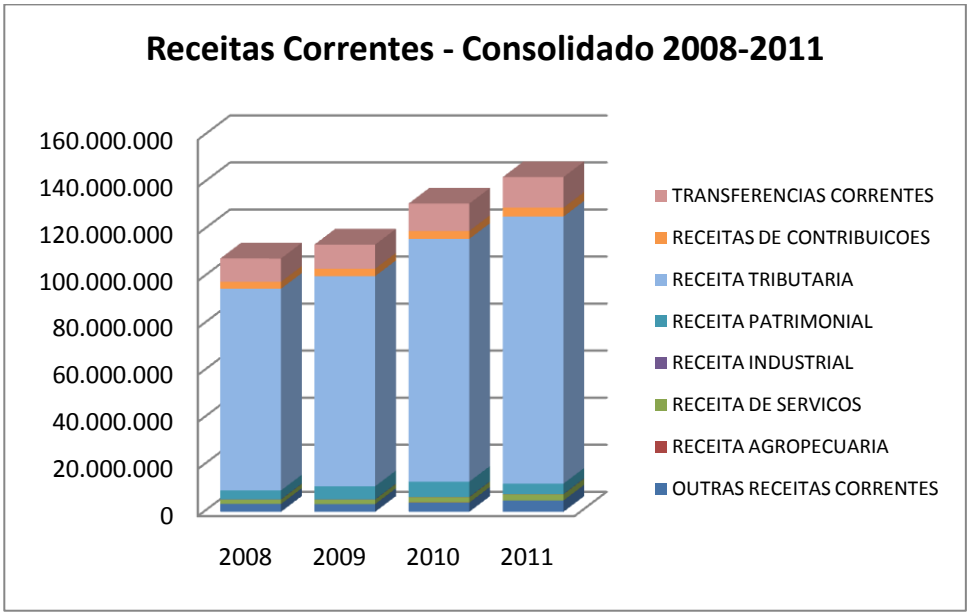
No exercício em exame, as Receitas Correntes (consolidadas) apresentaram a seguinte composição:

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011	AV%
RECEITAS CORRENTES	*107.688.074*	*113.618.045*	*131.045.311*	*142.312.290*	100%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.327.869	3.296.777	3.926.022	4.812.592	3,38%
RECEITA AGROPECUARIA	20.609	19.998	20.553	25.091	0,02%
RECEITA DE SERVICOS	1.839.842	1.860.047	2.250.906	2.600.181	1,83%
RECEITA INDUSTRIAL	154.350	151.501	167.782	166.537	0,12%
RECEITA PATRIMONIAL	3.728.450	5.529.157	6.461.510	4.381.312	3,08%
RECEITA TRIBUTARIA	85.749.012	89.345.606	103.211.772	113.543.020	79,78%
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	2.959.097	3.163.963	3.379.993	3.759.444	2,64%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.908.846	10.250.996	11.626.773	13.024.113	9,15%



O gráfico a seguir demonstra a evolução das *Receitas Correntes* no período de 2008 a 2011:



VARIAÇÃO 2007 - 2011

R$ milhares

RECEITAS CORRENTES	2007 atualizado*	AV%	2011	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
Receita Tributária	91.391.355	77,53%	113.543.020	79,78%	22.151.665	24,24%
Transf. Correntes	11.452.821	9,72%	13.024.113	9,15%	1.571.293	13,72%
Outras Rec. Correntes	3.851.580	3,27%	4.812.592	3,38%	961.012	24,95%
Receita Agropecuária	38.146	0,03%	25.091	0,02%	-13.056	-34,23%
Receita de Serviços	2.091.289	1,77%	2.600.181	1,83%	508.892	24,33%
Receita Industrial	153.652	0,13%	166.537	0,12%	12.885	8,39%
Receita Patrimonial	5.065.518	4,30%	4.381.312	3,08%	-684.206	-13,51%
Receita de Contribuições	3.838.142	3,26%	3.759.444	2,64%	-78.698	-2,05%
TOTAL	**117.882.503**	**100,00%**	**142.312.290**	**100,00%**	**24.429.787**	**20,72%**

*atualizado a valores de dezembro/2011 pela variação do IGP-DI
Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2007 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2008, 2009, 2010 e 2011.
Variação do IGP-DI, considerando dez/2007 a nov/2011: 27,75%.

a) - Receitas Tributárias

Constata-se que o item mais representativo nas Receitas Correntes é o das Receitas Tributárias, que engloba a arrecadação do ICMS, do IPVA, do ITCMD e Outras (Emolumentos e Custas, Taxas e Contribuições de Melhoria).

RECEITA TRIBUTÁRIA

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2008	AV%	2009	AV%	2010	AV%	2011	AV%
SOMA	*85.749.012*	*100%*	*89.345.606*	*100%*	*103.211.772*	*100%*	*113.543.020*	*100%*
IPVA	7.705.328	8,99%	8.864.249	9,92%	9.391.224	9,10%	10.437.321	9,19%
ICMS	74.394.503	86,76%	76.513.317	85,64%	89.517.091	86,73%	98.390.265	86,65%
ITCMD	599.592	0,70%	685.770	0,77%	980.778	0,95%	1.004.147	0,88%
OUTRAS	3.049.588	3,56%	3.282.271	3,67%	3.322.680	3,22%	3.711.287	3,27%

Na comparação com o exercício anterior, verifica-se uma variação de 10,01% no Consolidado.

A seguir, demonstramos a evolução da arrecadação da receita tributária:

VARIAÇÃO 2007 - 2011

R$ milhares

RECEITA TRIBUTÁRIA - CONSOLIDADO	2007* atualizado	AV%	2011	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
.ICMS	78.621.289	86,03%	98.390.265	87%	19.768.976	25,14%
.IPVA	8.553.869	9,36%	10.437.321	9%	1.883.452	22,02%
.ITCMD	645.939	0,71%	1.004.147	1%	358.208	55,46%
.Outras Rec Tributárias	3.570.257	3,91%	3.711.287	3%	141.030	3,95%
TOTAL	**91.391.355**	**100%**	**113.543.020**	**100%**	**22.151.665**	**24,24%**

*atualizado a valores de dezembro/2011 pela variação do IGP-DI

Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2007 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2008, 2009, 2010 e 2011.

Variação do IGP-DI, considerando dez/2007 a nov/2011: 27,75%.

Considerando que 25% da arrecadação do ICMS e 50% do IPVA devem ser transferidos aos Municípios, nos termos dos incisos I e II, artigo 167 da Constituição Estadual, verificamos que R$ 29.816.227 mil foram repassados às Prefeituras, sendo R$ 24.597.566 mil referentes ao ICMS e R$ 5.218.660 mil referentes ao IPVA.

b) - Transferências Correntes

O total arrecadado a título de Transferências Correntes está assim distribuído:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2008	2009	2010	2011
TRANSFERENCIAS CORRENTES	*9.700.501*	*9.999.005*	*11.363.555*	*12.709.832*
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	23.149	29.177	18.603	15.366
TRANSF. DE INSTITUICOES PRIVADAS	11.612	3.503	43.760	28.458
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	57	0	5	0
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	10	0	0	0
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.665.673	9.966.326	11.301.188	12.666.009

R$ MILHARES

ADM. INDIRETA	2008	2009	2010	2011
TRANSFERENCIAS CORRENTES	*208.345*	*251.990*	*263.218*	*314.281*
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	100.303	135.365	128.457	164.590
TRANSF. DE INSTITUICOES PRIVADAS	6.638	2.976	3.149	6.674
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	4	3	3	3
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	320	68	213	56
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	101.080	113.579	131.396	142.958

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011	AV%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	*9.908.846*	*10.250.996*	*11.626.773*	*13.024.113*	*100%*
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	123.452	164.541	147.060	179.956	1,38%
TRANSF. INSTITUICOES PRIVADAS	18.250	6.478	46.908	35.132	0,27%
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	60	3	8	3	0,00%
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	330	68	213	56	0,00%
TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	9.766.753	10.079.905	11.432.584	12.808.966	98,35%

A seguir, analisamos a variação no período 2007-2011:

VARIAÇÃO 2007 - 2011

R$ milhares

TRANSF. CORRENTES	2007* atualizado	AV%	2011	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
.Transf. de Convênios	221.841	1,94%	179.956	1,38%	-41.885	-18,88%
.Transf. de Instituições	23.106	0,20%	35.132	0,27%	12.026	52,05%
.Transf. de Pessoas	5	0,00%	3	0,00%	-3	-48,92%
.Transf. do Exterior	234	0,00%	56	0,00%	-177	-75,90%
.Transf. Intergovernamentais	11.207.635	97,86%	12.808.966	98,35%	1.601.332	14,29%
TOTAL	**11.452.821**	**100%**	**13.024.113**	**100%**	**1.571.293**	**13,72%**

*atualizado a valores de dezembro/2011 pela variação do IGP-DI

Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2007 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2008, 2009, 2010 e 2011.

Variação do IGP-DI, considerando dez/2007 a nov/2011: 27,75%.

As transferências Intergovernamentais são compostas, principalmente, pelas transferências da União.

b.1) Royalties do Petróleo

Com a descoberta de campos de petróleo e gás natural na Bacia de Santos, houve um maior interesse pelo assunto, uma vez que a arrecadação do Estado com os royalties pode aumentar, além dos reflexos nas demais atividades econômicas, podendo propiciar elevação das receitas com tributos.

Com o intuito de avaliar os impactos desta descoberta e propor ações, o Governo do Estado criou a CESPEG – Comissão Especial de Petróleo e Gás Natural do Estado de São

Paulo, por meio do Decreto nº 53.392, de 8 de setembro de 2008.

Transcrevemos, a seguir, seus artigos 1º e 2º:

Artigo 1º - Fica instituída, junto ao Gabinete do Governador, a Comissão Especial de Petróleo e Gás Natural do Estado de São Paulo, com os seguintes objetivos:

I - avaliar os impactos sociais, ambientais, econômicos e fiscais gerados pelas atividades associadas e de apoio à exploração, à produção, ao transporte e ao refino de petróleo e gás natural no litoral do Estado, com vista a incrementar seu desenvolvimento;

II - propor ações ao Governo do Estado de São Paulo necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades a que se refere o inciso I deste artigo.

Artigo 2º - A Comissão Especial de Petróleo e Gás Natural do Estado de São Paulo orientará diretrizes de ação governamental em relação aos seguintes aspectos:

I - impactos econômicos e fiscais;

II - formação da mão-de-obra;

III - desenvolvimento da cadeia de fornecedores;

IV - infra-estrutura geral e de escoamento;

V - efeitos sobre o desenvolvimento regional;

VI - construção naval;

VII - pesquisa e inovação tecnológica;

VIII - desenvolvimento energético;

IX - marcos regulatórios.

As propostas elaboradas no âmbito do CESPEG foram sintetizadas na publicação denominada "Petróleo & Gás no Estado de São Paulo - Panoramas, desafios e políticas públicas"[1], tendo como conteúdo o Relatório Final de Atividades - Levantamentos, análises estratégicas e recomendações propostas pelos nove grupos de trabalho da Cespeg entre 2008 e 2010.

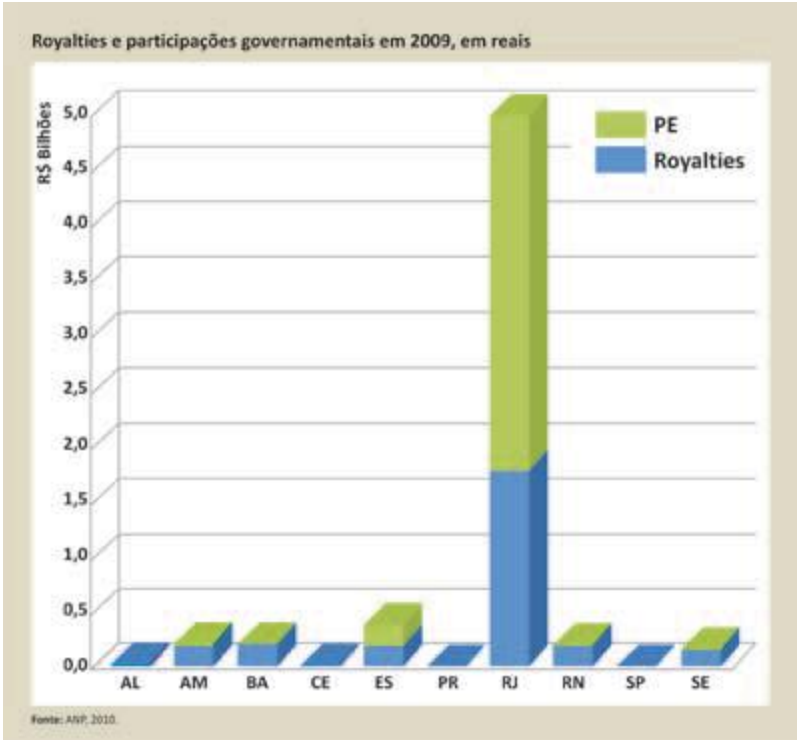
Conforme constou no relatório, em 2009 foram arrecadados R$ 8 bilhões em royalties e R$ 8,5 bilhões em

[1] Disponível em: http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/investimentos/cespeg/files/relatorio_final_cespeg_7mb.pdf Acesso em 26/09/2011

participações especiais (no total).

"**Royalties:** são compensações financeiras pagas mensalmente aos entes federativos pelos concessionários que exploram e produzem petróleo e gás natural, sendo a parte mais importante financeiramente para estados e municípios, pois se transformam em receitas regulares do orçamento público. As alíquotas, entre 5% e 10%, são aplicadas sobre o valor da produção de petróleo e gás natural. Para a produção de petróleo no mar, a distribuição dos recursos arrecadados é feita da seguinte maneira:"

A participação do Governo do Estado de São Paulo na divisão dos royalties ainda é pequena, conforme o gráfico a seguir:



"**Participação especial:** é um pagamento suplementar que ocorre nos casos de grande volume de produção ou grande rentabilidade de um campo produtor. São aplicadas alíquotas progressivas de 10% a 40% sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo, fixadas no Decreto 2.705/98."

Estimativas de produção efetuadas pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento, com base em informações do Plano de Negócios da Petrobrás, permitiram calcular que a arrecadação de royalties e participações especiais poderá atingir cerca R$ 1,2 bilhão em 2018, caso não haja mudanças no marco regulatório, conforme segue:

A seguir, demonstramos as Receitas da Cota-Parte dos Royalties com a Compensação Financeira pela Produção de Petróleo nos exercícios de 2009, 2010 e 2011:

EXERCÍCIO	R$
2009	8.887.069
2010	19.739.932
2011	60.716.739

Fonte: SIAFEM/SIGEO

Informamos que o valor de 2011, de R$ 60,7 milhões, correspondeu a 0,04% da receita total do Estado no exercício.

Com relação aos royalties sobre gás natural, não constam registros de recebimentos no sistema SIAFEM.

Participações governamentais - critérios de distribuição geográfica

No que se refere a critérios geográficos e limites territoriais estabelecidos para fins de distribuição dos royalties e participações especiais pela extração de petróleo e gás natural, a legislação brasileira específica encontra-se apoiada inicialmente na Lei Federal 7.525/86. Essa norma estende o direito de indenização à plataforma continental (antes aplicáveis apenas ao território correspondente ao continente emerso, ou seja, em terra), e introduz os conceitos de áreas geoeconômicas e o de projeção dos limites territoriais por meio de linhas geodésicas ortogonais à costa ou segundo os paralelos geográficos. Delega, ainda, a implantação técnica da Lei ao IBGE. Por sua vez, o Decreto Lei 93.189/86, que regulamenta aquela norma legal, introduz o método das Linhas de Base Retas, nos trechos onde o litoral brasileiro apresentar reentrâncias profundas ou saliências ou, ainda, uma série de ilhas. Entre os diversos dispositivos contidos na legislação, ressalta-se parte do Art. 9° da Lei 7.525/86, que indica a diretriz básica a ser adotada para o traçado de limites territoriais entre estados, por meio de linhas geodésicas ortogonais, padrão este que passa a nortear os procedimentos relacionados.

Utilização dos recursos

Observamos que, até o exercício 2011, os recursos de royalties do petróleo são classificados como Fonte Tesouro, não havendo identificação de fonte detalhada de recursos.

Desta forma, não há como verificar se as despesas ocorreram conforme previsto no artigo 8° da Lei Federal n.° 7.990/89, e no artigo 24 do Decreto Federal n.° 1/91.

Assim, é recomendável que o Governo do Estado passe a identificar, por meio de fonte detalhada de recursos, os valores recebidos a título de royalties do petróleo.

c - Outras Receitas Correntes

No que tange a "Outras Receitas Correntes", temos a seguinte posição:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2008	2009	2010	2011
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	*2.835.341*	*2.645.575*	*3.245.769*	*4.029.600*
INDENIZACOES E RESTITUICOES	491.657	575.478	829.360	597.917
MULTAS E JUROS DE MORA	1.141.849	1.028.518	1.380.760	1.806.171
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	152.056	215.012	280.364	480.061
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	1.049.779	826.566	755.285	1.145.451

R$ MILHARES

ADM. INDIRETA	2008	2009	2010	2011
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	*492.528*	*651.202*	*680.253*	*782.993*
INDENIZACOES E RESTITUICOES	115.451	186.648	199.176	274.056
MULTAS E JUROS DE MORA	301.179	367.681	358.064	365.449
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	8.626	13.830	23.548	35.536
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	67.271	83.043	99.465	107.952

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	*3.327.869*	*3.296.777*	*3.926.022*	*4.812.592*
INDENIZACOES E RESTITUICOES	607.109	762.127	1.028.535	871.973
MULTAS E JUROS DE MORA	1.443.027	1.396.199	1.738.823	2.171.619
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	160.682	228.842	303.913	515.597
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	1.117.051	909.609	854.750	1.253.403

VARIAÇÃO 2007 - 2011

R$ milhares

OUTR. REC. CORRENTES	2007* atualizado	AV%	2011	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
.Indenizações e Restituições	591.022	15,34%	871.973	18,12%	280.951	47,54%
.Multas e Juros de Mora	1.697.814	44,08%	2.171.619	45,12%	473.805	27,91%
.Receita da Dívida Ativa	306.892	7,97%	515.597	10,71%	208.705	68,01%
.Receitas Diversas	1.255.852	32,61%	1.253.403	26,04%	-2.449	-0,19%
TOTAL	**3.851.581**	**100%**	**4.812.592**	**100%**	**961.012**	**24,95%**

*atualizado a valores de dezembro/2011 pela variação do IGP-DI

Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2007 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2008, 2009, 2010 e 2011.

Variação do IGP-DI, considerando dez/2007 a nov/2011: 27,75%.

d - Receitas de Origens Diversas

Agrupamos, sob este título, as demais receitas correntes, tendo em vista as suas peculiaridades, a saber:

R$ MILHARES

ADM. DIRETA	2008	2009	2010	2011
RECEITA AGROPECUARIA	3.647	6.413	5.486	6.912
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0	0	1	0
RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	1.517	1.651	2.218	1.833
RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	2.129	4.762	3.266	5.079
RECEITA DE SERVICOS	266.259	227.774	298.661	392.073
RECEITA DE SERVICOS	266.259	227.774	298.661	392.073
RECEITA INDUSTRIAL	1.583	1.274	1.926	1.791
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	1.583	1.274	1.926	1.791
RECEITA PATRIMONIAL	2.438.538	1.815.856	3.561.601	3.167.765
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	538	14.520	1.403.724	204.939
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	1.117	290	1.153	1.420
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.402.000	1.762.252	2.121.623	2.953.749
RECEITAS IMOBILIARIAS	34.883	38.794	35.101	7.656
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	0	7.018	8.588	12.866
CONTRIBUICOES SOCIAIS	0	7.018	8.588	12.866
TOTAL	**2.710.028**	**2.058.335**	**3.876.262**	**3.581.407**

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2008	2009	2010	2011
RECEITA AGROPECUARIA	16.962	13.586	15.067	18.178
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	965	505	667	673
RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	172	171	362	98
RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	15.825	12.909	14.038	17.408
RECEITA DE SERVICOS	1.573.583	1.632.273	1.952.245	2.208.108
RECEITA DE SERVICOS	1.573.583	1.632.273	1.952.245	2.208.108
RECEITA INDUSTRIAL	152.766	150.227	165.856	164.746
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	152.766	150.227	165.856	164.746
RECEITA PATRIMONIAL	1.289.912	3.713.300	2.899.909	1.213.547
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	1.052.339	3.292.029	2.393.554	791.754
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	204.193	383.392	434.662	366.411
RECEITAS IMOBILIARIAS	33.380	37.879	71.692	55.382
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	2.959.097	3.156.945	3.371.406	3.746.578
CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.959.097	3.156.945	3.371.406	3.746.578
TOTAL	**5.992.320**	**8.666.331**	**8.404.483**	**7.351.157**

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011
RECEITA AGROPECUARIA	20.609	19.998	20.553	25.091
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	965	505	668	673
RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	1.689	1.822	2.580	1.931
RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	17.954	17.671	17.304	22.487
RECEITA DE SERVICOS	1.839.842	1.860.047	2.250.906	2.600.181
RECEITA DE SERVICOS	1.839.842	1.860.047	2.250.906	2.600.181
RECEITA INDUSTRIAL	154.350	151.501	167.782	166.537
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	154.350	151.501	167.782	166.537
RECEITA PATRIMONIAL	3.728.450	5.529.157	6.461.510	4.381.312
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	538	14.520	1.403.724	204.939
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	1.053.456	3.292.319	2.394.707	793.174
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.606.193	2.145.644	2.556.286	3.320.160
RECEITAS IMOBILIARIAS	68.263	76.673	106.793	63.038
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	2.959.097	3.163.963	3.379.993	3.759.444
CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.959.097	3.163.963	3.379.993	3.759.444
TOTAL	**8.702.348**	**10.724.666**	**12.280.744**	**10.932.564**

No quadro seguinte, temos a variação no período 2007-2011:

VARIAÇÃO 2007 - 2011

R$ milhares

REC.ORIGENS DIVERSAS	2007* atualizado	AV%	2011	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO % AH
Receita Agropecuária	38.146	0,34%	25.091	0,23%	-13.056	-34,23%
Receita de Serviços	2.091.289	18,69%	2.600.181	23,78%	508.892	24,33%
Receita Industrial	153.652	1,37%	166.537	1,52%	12.885	8,39%
Receita Patrimonial	5.065.518	45,28%	4.381.312	40,08%	-684.206	-13,51%
Receitas de Contribuições	3.838.142	34,31%	3.759.444	34,39%	-78.698	-2,05%
TOTAL	**11.186.747**	**100%**	**10.932.564**	**100%**	**-254.183**	**-2,27%**

*atualizado a valores de dezembro/2011 pela variação do IGP-DI

Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2007 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2008, 2009, 2010 e 2011.

Variação do IGP-DI, considerando dez/2007 a nov/2011: 27,75%.

1.1.2 - Receitas de Capital

As receitas de Capital apresentaram a seguinte composição, no ano de 2011:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2008	2009	2010	2011
RECEITAS DE CAPITAL	*1.902.628*	*5.371.283*	*4.504.982*	*1.330.558*
ALIENACAO DE BENS	418.030	3.231.490	2.800.069	37.184
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0	0	0	0
OPERACOES DE CREDITO	938.637	1.957.303	1.587.823	1.196.759
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	405.606	39.398	0	0
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	140.355	143.093	117.091	96.614

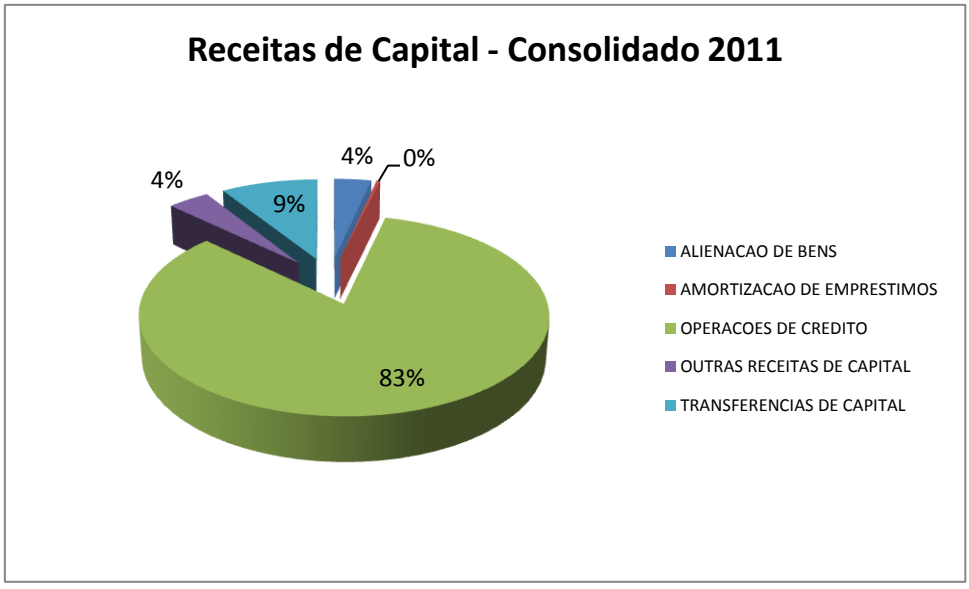
R$ MILHARES

ADM. INDIRETA	2008	2009	2010	2011
RECEITAS DE CAPITAL	*35.460*	*88.835*	*59.486*	*105.822*
ALIENACAO DE BENS	3.568	3.528	704	12.283
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	5.482	3.667	5.884	5.031
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	9.063	45.457	34.483	55.866
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	17.347	36.183	18.416	32.642

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011
RECEITAS DE CAPITAL	*1.938.088*	*5.460.118*	*4.564.468*	*1.436.380*
ALIENACAO DE BENS	421.599	3.235.018	2.800.773	49.468
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	5.482	3.667	5.884	5.031
OPERACOES DE CREDITO	938.637	1.957.303	1.587.823	1.196.759
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	414.669	84.855	34.483	55.866
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	157.702	179.276	135.506	129.257

O gráfico demonstra a distribuição das Receitas de Capital no exercício 2011:



a) - Operações de Crédito

As Operações de Crédito apresentaram os seguintes valores:

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011
OPERACOES DE CREDITO	*938.637*	*1.957.303*	*1.587.823*	*1.196.759*
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	508.966	865.800	1.252.544	1.085.675
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	429.671	1.091.503	335.278	111.084

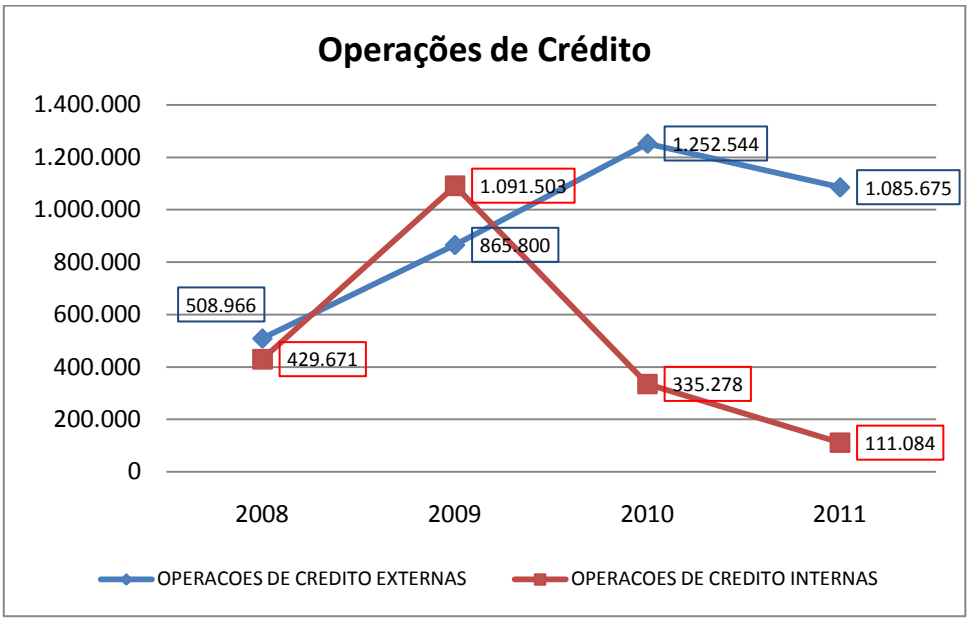
Houve receitas de operações de crédito somente na Administração Direta.

VARIAÇÃO 2007 - 2011

R$ milhares

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2007* atualizado	AV%	2011	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
.Externas	230.098	87,45%	1.085.675	90,72%	855.578	371,83%
.Internas	33.035	12,55%	111.084	9,28%	78.049	236,26%
TOTAL	**263.133**	**100%**	**1.196.759**	**100%**	**933.627**	**354,81%**

*atualizado a valores de dezembro/2011 pela variação do IGP-DI
Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2007 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2008, 2009, 2010 e 2011.
Variação do IGP-DI, considerando dez/2007 a nov/2011: 27,75%.



Observa-se uma diminuição de 24,63% nas operações de crédito, no período de 2010 para 2011.

b - Alienações de Bens

Esta receita é proveniente da venda de bens patrimoniais do Estado, conforme segue:

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011
ALIENACAO DE BENS	*421.599*	*3.235.018*	*2.800.773*	*49.468*
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	14.934	6.934	42.713	17.643
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	406.665	3.228.084	2.758.060	31.824

1.1.3 - FISCALIZAÇÕES DAS RECEITAS ESTADUAIS – 2° SEMESTRE

Conforme o inciso IV do artigo 2° da Lei Complementar n° 709/93, é competência deste E. Tribunal acompanhar a arrecadação da receita dos Poderes Públicos sobre os quais tenha jurisdição.

Desta forma, esta DCG vem realizando referido trabalho de acompanhamento, por meio de relatórios emitidos pelo Agente Financeiro Banco do Brasil e pela PRODESP, cujos dados são cruzados com aqueles registrados no sistema SIAFEM. Este cruzamento possibilita verificar eventuais inconsistências entre a entrada de recursos financeiros, os totais informados de arrecadação pelos bancos, e os valores contabilizados pelo Estado.

Outro aspecto de nosso trabalho é o acompanhamento da regularização de diferenças, de molde a estimular providências saneadoras por parte do Estado.

1.1.3.1 - DA ARRECADAÇÃO DO ICMS

Inicialmente, mediante amostragem, solicitamos os relatórios sintéticos das baixas tributárias de contribuintes do ICMS e comparamos com o valor contabilizado pela Diretoria de Arrecadação da Secretaria da Fazenda na conta transitória de Passivo 214930901 – "Controle da Arrecadação do ICMS", apresentando o seguinte quadro:

Dia (amostragem)	Valor Arrecadado Contabilizado ICMS (1)	Baixa de Contribuintes ICMS - Relatório PRODESP (2)	Relatório da Arrecadação Bancária SIMPLES ICMS (3)	Diferença ICMS (4)=(1)-(2)-(3)
11/jul/11	348.648.702,68	347.890.933,51	757.769,17	0,00
25/jul/11	149.537.091,76	148.362.851,81	1.174.239,95	0,00
02/ago/11	148.103.651,01	137.634.615,50	10.469.035,51	0,00
03/ago/11	117.584.585,79	117.127.125,30	457.460,49	0,00
08/ago/11	120.870.064,19	120.375.811,05	494.253,14	0,00
09/ago/11	122.615.236,10	121.756.578,09	858.658,01	0,00
16/ago/11	1.113.983.966,00	1.112.471.745,06	1.512.220,94	0,00
17/ago/11	162.210.660,12	158.973.410,10	3.237.250,02	0,00

22/ago/11	168.917.710,18	162.256.272,28	6.661.437,90	0,00
23/ago/11	440.404.188,23	423.084.201,72	17.319.986,51	0,00
26/ago/11	876.609.826,30	875.227.788,83	1.382.037,47	0,00
31/ago/11	176.013.084,27	174.615.760,03	1.397.324,24	0,00
01/set/11	614.798.014,90	612.773.936,07	2.024.078,83	0,00
09/set/11	105.170.009,61	104.680.151,99	489.857,62	0,00
12/set/11	508.209.069,11	507.743.358,25	465.710,86	0,00
13/set/11	330.102.383,83	329.469.057,11	633.326,72	0,00
16/set/11	1.194.059.432,02	1.191.928.239,05	2.131.192,97	0,00
22/set/11	282.505.573,95	129.245.965,67	153.259.608,28	0,00
04/out/11	143.187.192,60	136.315.617,72	6.871.574,88	0,00
14/out/11	115.207.245,61	114.272.435,64	934.809,97	0,00
19/out/11	172.152.860,76	163.723.232,24	8.429.628,52	0,00
20/out/11	189.497.467,77	181.701.847,88	7.795.619,89	0,00
21/out/11	385.437.652,51	366.375.442,57	19.062.209,94	0,00
26/out/11	993.138.429,61	991.526.972,60	1.611.457,01	0,00
07/nov/11	2.594.787.211,50	2.594.293.775,76	493.435,74	0,00
17/nov/11	1.022.681.391,46	1.020.708.635,98	1.972.755,48	0,00
18/nov/11	125.139.438,12	122.084.486,62	3.054.951,50	0,00
24/nov/11	135.222.973,25	132.584.345,68	2.638.627,57	0,00
06/dez/11	2.702.181.833,39	2.701.701.568,99	480.264,40	0,00
08/dez/11	168.209.100,49	167.663.025,73	546.074,76	0,00
Fonte	**Notas de Liquidação UG 200122 Área Tributária**	**Relação de Resumo e Comprovantes de Depósitos Eletrônicos**	**Extrato Bancário da conta Única do Tesouro**	

O demonstrativo indica que os valores do ICMS contabilizados pela Diretoria de Arrecadação, em contas do passivo, são condizentes com os valores dos relatórios sintéticos das baixas de contribuintes.

Ressaltamos que uma pequena parcela da arrecadação do ICMS provém do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).

1.1.3.2 - DA ARRECADAÇÃO GERAL DO ESTADO

Prosseguindo a análise, confrontamos os valores contabilizados transitoriamente no passivo pelas áreas tributárias e financeiras da Secretaria Estadual da Fazenda, não somente do ICMS, mas da arrecadação geral do 2º semestre de 2011, onde apuramos os seguintes valores:

Mês	Valor Arrecadado Contabilizado pela Área Tributária (1)	Arrecadação de IPVA - parte dos Municípios (2)	Multas FUNSET (3)	Valor Arrecadado a depositar em bancos (1)-(2)-(3)= (4)	Valor efetivamente depositado nas contas bancárias (5)	Diferença (4)-(5)= (6)
julho	9.138.620.961	162.389.471	1.741.303	8.974.490.187	9.006.682.758	-32.192.571
agosto	9.542.469.444	177.255.891	2.160.282	9.363.053.271	9.398.139.380	-35.086.108
setembro	9.859.405.408	197.189.016	2.132.517	9.660.083.876	9.699.139.836	-39.055.960
outubro	9.620.091.187	135.907.253	1.922.656	9.482.261.278	9.509.041.444	-26.780.166
novembro	9.539.544.834	139.287.246	2.177.889	9.398.079.699	9.425.463.479	-27.383.779
dezembro	10.845.750.263	234.059.704	2.576.607	10.609.113.951	10.655.434.136	-46.320.185

Obs.1: os valores dos itens **(2) e (3)** não entram nos cofres estaduais
Obs.2: houve lançamentos incorretos, que estão descritos na Conclusão.

Continuando, observa-se que os valores depositados em conta bancária foram maiores que aqueles contabilizados pela arrecadação geral do Estado, no segundo semestre de 2011.

Esta diferença refere-se à retenção, nos cofres estaduais, do valor devido pelos municípios ao FUNDEB, decorrente da arrecadação do IPVA, para posterior repasse ao Fundo, e também dos valores do Convênio "Renainf" (Registro Nacional de Infrações de Trânsito), cuja participação do Estado de São Paulo está regulamentada na Portaria CAT-DETRAN nº 002, de 28/08/2008.

Decompondo a diferença apontada na coluna 6, encontramos os seguintes valores:

Mês	Diferença	20% IPVA	Valor aproximado FUNSET/RENAINF
julho	-32.192.571,35	32.477.894,25	285.322,90
agosto	-35.086.108,33	35.451.178,16	365.069,83
setembro	-39.055.960,41	39.437.803,15	381.842,74
outubro	-26.780.165,70	27.181.450,62	401.284,92
novembro	-27.383.779,32	27.857.449,18	473.669,86
dezembro	-46.320.184,90	46.811.940,86	491.755,96

Cumpre esclarecer que o valor do IPVA, correspondente ao percentual constitucional dos Municípios, não transita pelos cofres estaduais, sendo depositado diretamente àqueles entes federativos pelo agente financeiro do Estado, ficando retida nos cofres estaduais somente a parcela de 20% devida ao FUNDEB pelos entes municipais.

Estes valores ficam pendentes na conta de passivo 214910904 – "Recolhimentos Outras Receitas a Classificar", aguardando os repasses estaduais do "IPVA - parte dos Municípios" ao FUNDEB.

Verificamos que os valores vêm sendo regularmente baixados da conta 11252.08.02 – "Depósitos ao FUNDEB - Banco do Brasil – parte dos Municípios", utilizando-se do código de evento 560509.

A partir do exercício 2010, os valores referentes ao FUNDEB – IPVA – Parte dos Municípios passaram a ser baixados ao final de cada mês.

1.1.3.3 - DA CONTABILIZAÇÃO DA RECEITA

Informamos que, no exercício de 2007 foi publicada a Portaria Conjunta CAF/CAT nº 01, instituindo, no âmbito da Secretaria da Fazenda, Grupo Técnico para a conciliação entre os valores efetivamente arrecadados e os valores de receitas tributárias contabilizadas no SIAFEM.

No mês de julho de 2007, novo método de contabilização foi adotado pelo Governo do Estado, passando os lançamentos da receita a ocorrer não mais mediante a utilização do documento "Nota de Lançamento", mas sim, agora se utilizando documento denominado "Nota de Sistema".

Efetuamos testes na contabilização das receitas do ICMS e do IPVA a partir do mês de julho de 2007, onde verificamos que ainda havia divergências entre os valores arrecadados e contabilizados, objeto do relatório do Grupo Técnico de Acompanhamento relativo ao exercício de 2007 (TC 5564/026/07).

A Secretaria da Fazenda informou, por ocasião do Balanço Geral do exercício 2008, que vem providenciando o acerto das divergências, mas que estas dependem de resposta da instituição bancária arrecadadora, bem como de análises e orientações de áreas específicas da própria Secretaria.

Assim, nosso trabalho materializa-se num acompanhamento das diferenças entre os valores arrecadados e os contabilizados, de forma a diminuir os riscos de um descontrole administrativo sobre as diferenças.

a) ICMS

MÊS	ARRECADADO	CONTABILIZADO EM RECEITA	DIFERENÇA
Jul/07	5.165.246.925,97	5.165.246.925,97	0
Ago/07	5.303.066.918,34	5.303.066.918,34	0
Set/07	5.960.776.658,02	5.960.787.862,32	-11.204
Out/07	5.735.313.924,27	5.735.313.924,79	-1
Nov/07	5.652.123.081,93	5.652.123.081,93	0
Dez/07	5.759.223.073,76	5.759.223.073,77	0
Subtotal	33.575.750.582	33.575.761.787	-11.205
Jan/08	6.003.361.385,65	6.003.361.385,65	0
Fev/08	5.588.422.182,41	5.588.422.182,41	0
Mar/08	5.405.354.675,62	5.405.354.675,62	0
Abr/08	6.017.914.628,48	6.017.914.628,48	0
Mai/08	6.266.768.306,33	6.266.768.306,33	0
Jun/08	6.426.907.254,79	6.426.907.254,79	0
Jul/08	6.511.313.742,14	6.511.313.742,14	0
Ago/08	6.582.337.853,79	6.582.337.853,79	0
Set/08	6.922.351.110,74	6.922.351.110,74	0
Out/08	7.414.262.989,11	7.414.262.989,11	0
Nov/08	6.458.704.590,33	6.458.704.590,33	0
Dez/08	6.723.581.575,18	6.723.581.575,18	0
Subtotal	76.321.280.295	76.321.280.295	0
Jan/09	5.278.893.649,69	5.278.893.649,69	0
Fev/09	6.417.158.818,19	6.417.157.763,92	1.054
Mar/09	6.033.633.241,13	6.033.633.596,50	-355
Abr/09	5.957.059.585,57	5.957.059.586,38	-1
Mai/09	6.097.022.830,70	6.097.022.830,70	0
Jun/09	6.295.261.012,04	6.295.261.007,04	5
Jul/09	6.409.027.396,15	6.409.027.200,40	196
Ago/09	6.622.702.770,03	6.622.702.770,03	0
Set/09	6.875.511.124,83	6.875.511.124,83	0
Out/09	7.239.073.404,66	7.239.073.394,66	10
Nov/09	7.216.093.017,61	7.216.040.513,17	52.504
Dez/09	8.129.701.683,56	8.129.700.639,56	1.044
Subtotal	78.571.138.534	78.571.084.077	54.457
jan/10	6.732.905.310,46	6.732.894.500,92	10.810
fev/10	7.094.621.950,39	7.094.618.762,88	3.188
mar/10	7.353.552.171,09	7.353.547.481,58	4.690
abr/10	7.744.998.306,80	7.744.996.219,96	2.087
mai/10	7.363.320.769,33	7.363.320.368,65	401
jun/10	7.721.635.955,55	7.721.635.955,55	0

jul/10	7.615.054.715,44	7.615.054.682,61	33
ago/10	7.753.968.829,73	7.753.968.829,73	0
set/10	7.918.731.488,96	7.918.731.488,96	0
out/10	8.030.468.752,77	8.030.468.752,77	0
nov/10	8.128.681.218,00	8.128.680.867,00	351
dez/10	8.858.840.080,57	8.858.839.928,04	153
Subtotal	92.316.779.549	92.316.757.839	21.710
jan/11	7.821.823.274,06	7.821.823.274,06	0
fev/11	7.890.355.103,78	7.890.355.103,80	0
mar/11	8.097.173.617,20	8.097.173.617,20	0
abr/11	8.352.328.371,60	8.352.328.371,60	0
mai/11	8.489.186.961,87	8.489.186.961,87	0
jun/11	8.383.973.071,07	8.383.973.071,07	0
jul/11	8.328.431.691,17	8.328.430.212,71	1.478
ago/11	8.623.455.173,18	8.623.455.173,18	0
set/11	8.941.298.018,49	8.941.298.018,49	0
out/11	8.804.980.144,77	8.807.699.034,20	-2.718.889
nov/11	8.680.107.534,24	8.677.636.938,25	2.470.596
dez/11	9.748.088.167,82	9.725.565.629,15	22.522.539
Subtotal	102.161.201.129	102.138.925.406	22.275.724
TOTAL	**382.946.150.089**	**382.923.809.403**	**22.340.687**
	Conta 214930901 UG 200122 Crédito	Conta 214930901 UG 200001 Débito	

Preliminarmente, cabe informar que no exercício de 2011, foram regularizadas pendências dos meses de novembro e dezembro de 2007, onde o valor arrecadado e o contabilizado em receita se igualam, zerando a diferença, semelhante situação ocorreu nos meses de maio, junho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 2008, janeiro de 2009, junho e outubro de 2010.

Com relação a março e abril/2009, verificamos que a diferença de R$ 48.735 e R$ 46.300 passaram a R$ (355) e R$ (1), respectivamente.

Relativamente ao exercício de 2010 foram regularizadas pendências significativas nos meses de março e abril, nos valores de R$ 42.067.524 e R$ (40.407.298). Estas divergências, mediante ajustes, passaram a R$ 4.690 e R$ 2.087.

Quanto ao exercício de 2011, houve diferenças significativas nos meses de outubro, novembro e dezembro, de R$ (2.718.889), R$ 2.470.596 e R$ 22.522.539, respectivamente,

que somados às demais diferenças resultou em R$ 22.275.724 no exercício.

A seguir, apresentamos um comparativo, relativo a julho/2007 até dezembro/2010, dos valores das diferenças no encerramento de 2010 e de 2011:

PERÍODO	A) DIFERENÇA APURADA NO FECHAMENTO DE 2010 - ICMS	B) DIFERENÇA APURADA NO FECHAMENTO DE 2011 - ICMS	C) A - B
2007	10.703	-11.205	21.908
2008	-92.179	0	-92.179
2009	152.620	54.457	98.162
2010	1.994.848	21.710	1.973.138

b) IPVA

MÊS	ARRECADADO	CONTABILIZADO EM RECEITA	DIFERENÇA
jul/07	208.078.557,57	208.071.354,58	7.203
ago/07	221.928.482,37	221.927.443,50	1.039
set/07	257.245.284,42	257.256.888,85	-11.604
out/07	207.945.023,06	207.947.881,79	-2.859
nov/07	182.138.087,78	182.140.516,42	-2.429
dez/07	250.196.082,38	250.192.069,40	4.013
Subtotal	1.327.531.518	1.327.536.155	-4.637
jan/08	2.841.463.680,71	2.841.441.892,81	21.788
fev/08	1.446.141.228,36	1.446.139.320,63	1.908
mar/08	1.099.006.211,61	1.099.002.011,24	4.200
abr/08	312.886.014,51	312.885.914,35	100
mai/08	257.709.044,75	257.709.318,02	-273
jun/08	307.039.897,91	307.043.233,12	-3.335
jul/08	278.423.582,23	279.117.682,00	-694.100
ago/08	238.302.325,58	238.302.004,02	322
set/08	299.826.185,87	299.814.137,15	12.049
out/08	212.437.820,63	211.698.131,06	739.690
nov/08	162.831.364,31	162.733.563,79	97.801
dez/08	256.614.820,22	256.542.361,26	72.459
Subtotal	7.712.682.177	7.712.429.569	252.607
jan/09	3.322.443.628,02	3.322.443.707,64	-80
fev/09	1.502.940.439,17	1.502.939.761,21	678

mar/09	1.364.176.848,05	1.364.144.246,97	32.601
abr/09	312.149.125,32	312.537.973,68	-388.848
mai/09	269.636.628,59	269.648.333,04	-11.704
jun/09	345.012.579,60	345.053.009,79	-40.430
jul/09	277.182.865,11	277.190.490,36	-7.625
ago/09	262.725.738,11	262.725.921,04	-183
set/09	347.419.932,76	347.433.701,04	-13.768
out/09	257.556.103,18	257.570.150,35	-14.047
nov/09	239.214.251,33	239.208.176,18	6.075
dez/09	363.464.506,78	363.464.550,76	-44
Subtotal	8.863.922.646	8.864.360.022	-437.376
jan/10	3.491.892.414,28	3.491.889.421,00	2.993
fev/10	1.533.864.559,15	1.533.865.506,93	-948
mar/10	1.420.573.701,99	1.420.569.654,99	4.047
abr/10	362.426.988,31	362.423.807,85	3.180
mai/10	312.332.335,30	312.332.408,29	-73
jun/10	353.161.590,11	353.160.984,36	606
jul/10	301.864.078,60	301.895.750,68	-31.672
ago/10	320.826.235,83	320.817.121,12	9.115
set/10	366.501.332,09	366.558.888,29	-57.556
out/10	266.387.116,93	266.381.982,36	5.135
nov/10	271.985.499,77	271.985.828,74	-329
dez/10	403.903.721,97	403.903.696,63	25
Subtotal	9.405.719.574	9.405.785.051	-65.477
jan/11	3.890.999.723,99	3.890.999.723,99	0
fev/11	1.895.227.034,69	1.895.222.902,31	4.132
mar/11	1.460.697.443,14	1.460.685.714,32	11.729
abr/11	392.595.544,35	392.594.616,65	928
mai/11	385.864.012,19	385.863.707,05	305
jun/11	413.347.244,76	413.337.935,21	9.310
jul/11	323.738.145,11	323.738.509,58	-364
ago/11	355.580.616,22	355.582.030,47	-1.414
set/11	394.395.609,22	394.390.226,62	5.383
out/11	271.858.144,24	271.863.312,72	-5.168
nov/11	278.580.651,26	279.680.193,80	-1.099.543
dez/11	468.116.908,96	466.906.892,08	1.210.017
Subtotal	10.531.001.078,13	10.530.865.764,80	135.313
TOTAL	**37.840.856.993**	**37.840.976.562**	**-119.569**
FONTE	Conta 214930902 UG 200122 Crédito	Conta 214930902 UG 200001 Débito	

Informamos que no exercício de 2011, as mais relevantes pendências regularizadas são no exercício de 2007, restando a diferença de R$ (4.637). Sendo as mais significativas as dos meses de outubro, no valor de R$ (562.914); novembro, R$ (111.418) e dezembro, R$ 111.842. Estas divergências, mediante ajustes, passaram a R$ (2.859), R$ (2.429) e R$ 4.013.

Nos demais exercícios também se podem notar algumas diminuições das discrepâncias apontadas.

No exercício de 2011, as maiores pendências foram registradas em novembro, cuja diferença no valor arrecadado com o contabilizado a maior atingiu o montante de R$ (1.099.543) e em dezembro, no valor de R$ 1.210.017.

A seguir, apresentamos um comparativo dos valores das diferenças no encerramento de 2010 e de 2011:

MÊS	A) DIFERENÇA APURADA NO FECHAMENTO DE 2010 - IPVA	B) DIFERENÇA APURADA NO FECHAMENTO DE 2011 - IPVA	C) A - B
2007	-568.791	-4.637	-564.154
2008	250.531	252.607	-2.076
2009	-462.708	-437.376	-25.332
2010	-56.836	-65.477	8.641

1.1.3.4 - DA DIVERGÊNCIA DE LANÇAMENTOS / DIVERGÊNCIA DE DATA DE LANÇAMENTOS

Nos testes realizados por amostragem no segundo semestre de 2011, verificamos que nos meses de outubro do corrente ano houve equívoco nos registros contábeis correspondentes às Notas de Lançamentos 2011NL00521 e 2011NL00522, emitidas pelas AGE – UG 210001, onde foram contabilizadas na conta corrente do mês de outubro de 2010, quando, na realidade, a arrecadação pertence ao exercício de 2011. As devidas regularizações estão explanadas no item 3.5 - Conclusão.

Conforme levantamentos efetuados, constatamos que os lançamentos com ano ou mês incorretos têm ocorrido com certa freqüência, afetando os registros do SIAFEM.

A seguir listamos as ocorrências:

ANO	UG	NL	Valor	data errada	data correta
2008	200002	05815	664.928	2008AGO	01/09/2008
2010	200122	00044	800.983.059	2010JAN	01/02/2010
		00045	198.936.173	2010JAN	02/02/2010
		00046	120.521.234	2010JAN	03/02/2010
		00047	2.247.599.275	2010JAN	04/02/2010
		00081	42.577.570	2010MAR	26/02/2010
		00082	47.728	2010MAR	26/02/2010
	210001	00279	11.293.303	2010JUN	01/07/2010
	200122	00661	157.943.608	2010AGO	03/09/2010
2011	200122	00085	479.382.385	2010FEV	11/02/2011
		00091	269.225.736	2010FEV	18/02/2011
		00090	315.497.090	18/02/2011	21/02/2011
	210001	00521	87.353	2010OUT	20/10/2011
		00522	5.568.139	2010OUT	20/10/2011

Diante do exposto, entendemos que a Secretaria de Estado da Fazenda deva alterar o sistema, de molde que lançamentos como os demonstrados no quadro anterior tenham de ser autorizados mediante senha de superior hierárquico e/ou sejam emitidos relatórios gerenciais de controle.

1.1.3.5 – CONCLUSÃO

Nos levantamentos realizados por meio do sistema SIAFEM, verificamos alguns aspectos relevantes, motivo pelo qual buscamos esclarecimentos junto aos departamentos competentes da Secretaria da Fazenda.

A seguir, descrevemos os questionamentos, referentes aos lançamentos:

Unidade Gestora 200122:

- Dia 25 de julho de 2011

- 2011NL00477 – lançado na classificação: 214910901, no valor de R$ 182.150.837,56 – quando o correto seria na classificação: 214910904.

Unidade Gestora 210001:

- Dia 20 de outubro de 2011

  - 2011NL00521 – lançado no mês de outubro do exercício 2010, valor de R$ 87.352,62 – quando o correto seria no dia 20/10/2011.

  - 2011NL00522 – lançado no mês de outubro do exercício de 2010, valor de R$ 5.568.139,38 – quando o correto seria no dia 20/10/2011.

Comunicada, a Secretaria da Fazenda, por meio da Diretoria de Arrecadação, providenciou as devidas regularizações:

1) Quanto às NLs: UG 210001 - 2011NL00521 e 2011NL00522 que estavam com valores lançados em outubro de 2010 foram corrigidas pelas NLs 2012NL00196 e 2012NL00197, respectivamente.

2) Quanto ao lançamento: UG 200122 - 2011NL00477 –lançado erroneamente na classificação 214910901 com data de emissão do dia 25/07/2011 – segundo informação do DA-CAA foi feito acerto pela NL 2011NL00774 em 25/10/2011.

Diante do exposto, observa-se que o Estado vem empreendendo esforços no sentido de providenciar as devidas conciliações contábeis, no entanto, os ajustes nos registros vêm sendo feitos em meses posteriores, havendo pendências de exercícios anteriores a serem regularizadas.

1.2 - Despesas

Preliminarmente, como já mencionado no início do item 1, excluímos os valores referentes a despesas extra-orçamentárias, conforme segue:

R$ MILHARES

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2011
ADM. DIRETA	*13.877.385*
DESPESAS CORRENTES	12.856.751
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	67.613
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIAS	67.613
INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.571
OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	65.043
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.789.137
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIA	12.789.137
OBRIGACOES PATRONAIS	12.789.134
SALARIO FAMILIA	3
DESPESAS DE CAPITAL	1.020.634
INVERSOES FINANCEIRAS	1.020.634
APLIC.DIRETAS-OP.ENTRE ENTID.INTEGR.ORCAMENT	1.020.634
AQUISICAO DE IMOVEIS	0
CONST.OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	1.020.634
ADM. INDIRETA	*1.599.768*
DESPESAS CORRENTES	1.599.768
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.363
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIAS	7.363
OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	7.363
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.592.405
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIA	1.592.405
OBRIGACOES PATRONAIS	1.592.405
DESPESAS DE CAPITAL	0
INVERSOES FINANCEIRAS	0
APLIC.DIRETAS-OP.ENTRE ENTID.INTEGR.ORCAMENT	0
AQUISICAO DE IMOVEIS	0
TOTAL	**15.477.153**

A seguir, detalhamos a composição das despesas realizadas:

R$ MILHARES

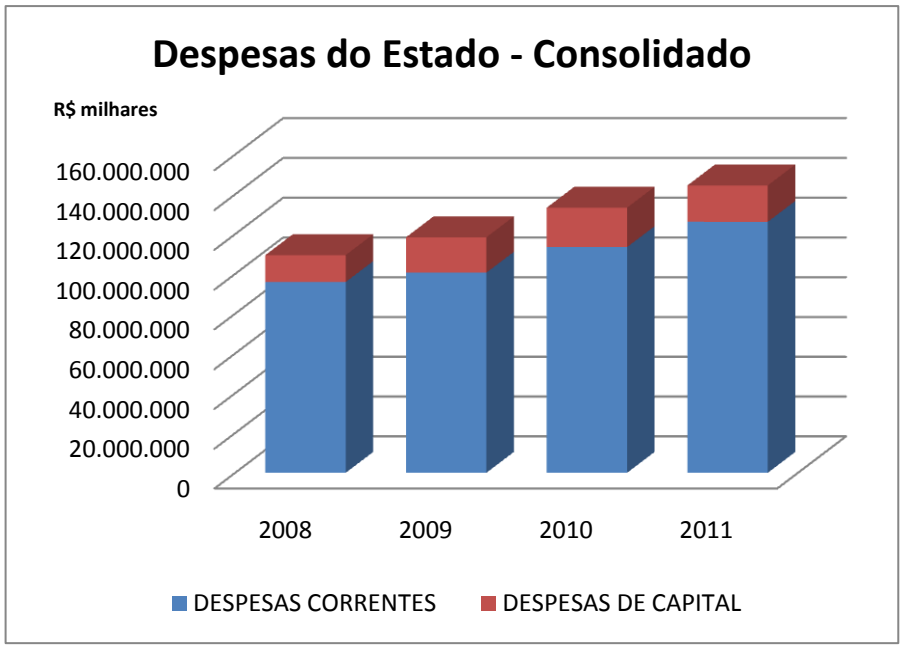
ADM. DIRETA	2008	AV%	2009	AV%	2010	AV%	2011	AV%
DESPESAS CORRENTES	*69.855.860*	*88,09%*	*73.141.082*	*86,02%*	*82.894.448*	*86,68%*	*92.124.611*	*87,56%*
JUROS E ENCAR DIVIDA	5.947.108	7,50%	5.717.347	6,72%	6.187.509	6,47%	7.075.428	6,72%
OUTRAS DESP CORRENTES	41.810.626	52,72%	43.749.822	51,45%	51.076.807	53,41%	57.177.953	54,34%
PESSOAL ENCAR SOCIAIS	22.098.126	27,87%	23.673.913	27,84%	25.630.132	26,80%	27.871.230	26,49%
DESPESAS DE CAPITAL	*9.444.799*	*11,91%*	*11.890.068*	*13,98%*	*12.741.660*	*13,32%*	*13.090.196*	*12,44%*
AMORTIZACAO DE DIVIDA	2.147.454	2,71%	3.262.696	3,84%	3.593.969	3,76%	4.081.082	3,88%
INVERSOES FINANCEIRAS	4.290.556	5,41%	4.113.670	4,84%	3.515.325	3,68%	4.397.839	4,18%
INVESTIMENTOS	3.006.789	3,79%	4.513.702	5,31%	5.632.366	5,89%	4.611.276	4,38%
TOTAL	**79.300.659**	**100%**	**85.031.151**	**100%**	**95.636.108**	**100%**	**105.214.807**	**100%**

R$ MILHARES

ADM.INDIRETA	2008	AV%	2009	AV%	2010	AV%	2011	AV%
DESPESAS CORRENTES	*26.067.472*	*86,49%*	*27.492.619*	*82,36%*	*30.585.845*	*81,22%*	*34.061.675*	*86,76%*
JUROS E ENCAR DA DIVIDA	32.986	0,11%	40.208	0,12%	28.526	0,08%	25.527	0,07%
OUTRAS DESP CORRENTES	18.879.573	62,64%	20.107.190	60,24%	22.165.569	58,86%	24.872.433	63,36%
PESSOAL E ENCAR SOCIAIS	7.154.913	23,74%	7.345.220	22,01%	8.391.750	22,28%	9.163.715	23,34%
DESPESAS DE CAPITAL	*4.072.056*	*13,51%*	*5.886.674*	*17,64%*	*7.070.821*	*18,78%*	*5.196.153*	*13,24%*
AMORTIZACAO DE DIVIDA	78.242	0,26%	104.200	0,31%	57.202	0,15%	56.861	0,14%
INVERSOES FINANCEIRAS	8.280	0,03%	6.477	0,02%	4.575	0,01%	66.147	0,17%
INVESTIMENTOS	3.985.534	13,22%	5.775.997	17,30%	7.009.044	18,61%	5.073.145	12,92%
TOTAL	**30.139.528**	**100%**	**33.379.293**	**100%**	**37.656.667**	**100%**	**39.257.828**	**100%**

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2008	AV%	2009	AV%	2010	AV%	2011	AV%
DESPESAS CORRENTES	*95.923.332*	*87,65%*	*100.633.701*	*84,99%*	*113.480.293*	*85,14%*	*126.186.286*	*87,34%*
JUROS E ENC DA DIVIDA	5.980.094	5,46%	5.757.555	4,86%	6.216.035	4,66%	7.100.956	4,92%
OUTRAS DESP CORRENTES	60.690.198	55,46%	63.857.012	53,93%	73.242.376	54,95%	82.050.386	56,79%
PESSOAL ENCAR SOCIAIS	29.253.039	26,73%	31.019.133	26,20%	34.021.882	25,52%	37.034.944	25,63%
DESPESAS DE CAPITAL	*13.516.855*	*12,35%*	*17.776.743*	*15,01%*	*19.812.481*	*14,86%*	*18.286.349*	*12,66%*
AMORTIZACAO DE DIVIDA	2.225.696	2,03%	3.366.896	2,84%	3.651.171	2,74%	4.137.942	2,86%
INVERSOES FINANCEIRAS	4.298.836	3,93%	4.120.147	3,48%	3.519.900	2,64%	4.463.986	3,09%
INVESTIMENTOS	6.992.323	6,39%	10.289.699	8,69%	12.641.410	9,48%	9.684.421	6,70%
TOTAL	**109.440.186**	**100%**	**118.410.443**	**100%**	**133.292.775**	**100%**	**144.472.635**	**100%**



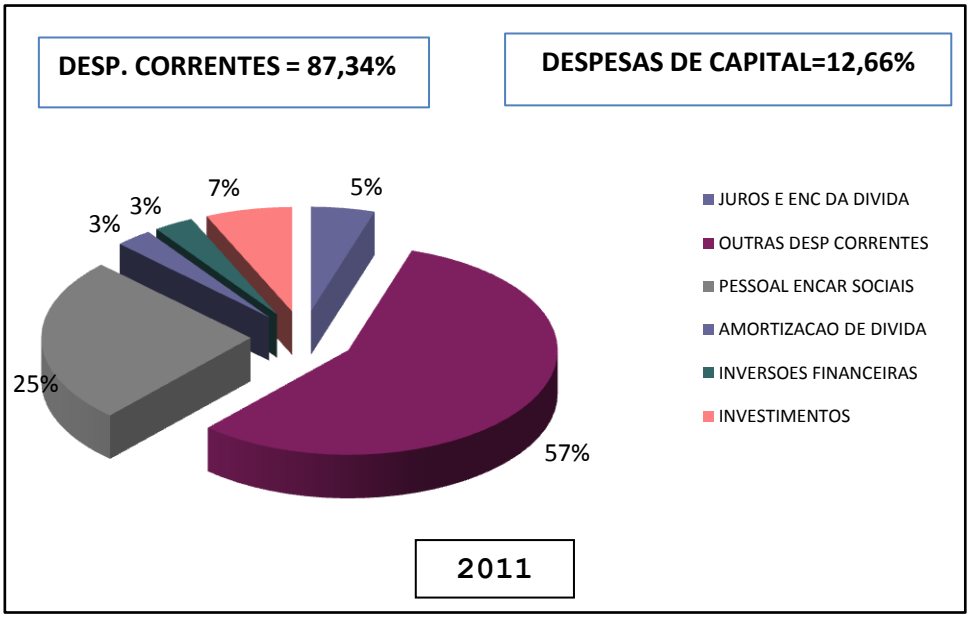
VARIAÇÃO 2007 - 2011

R$ milhares

DESPESAS	2007* atualizado	AV%	2011	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
.Correntes	105.640.628	89,46%	126.186.286	87,34%	20.545.658	19,45%
.Capital	12.452.721	10,54%	18.286.349	12,66%	5.833.628	46,85%
TOTAL	**118.093.349**	**100,00%**	**144.472.635**	**100,00%**	**26.379.286**	**22,34%**

*atualizado a valores de dezembro/2011 pela variação do IGP-DI
Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2007 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2008, 2009, 2010 e 2011.
Variação do IGP-DI, considerando dez/2007 a nov/2011: 27,75%.

O gráfico a seguir demonstra a composição das despesas consolidadas em 2011:



Evidenciamos, a seguir, as despesas por tipo de Administração:

DESPESAS 2011 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

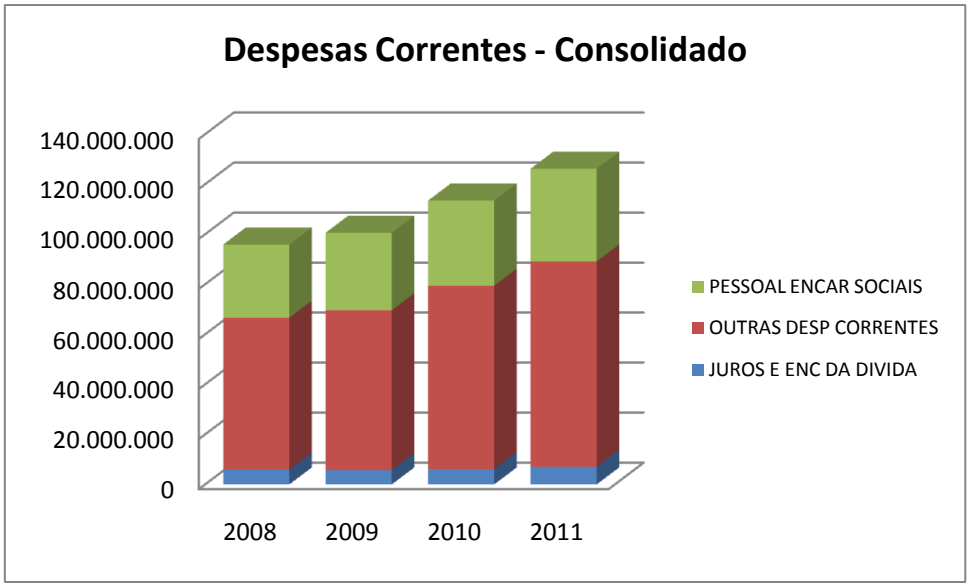
R$ MIL

DESPESAS CORRENTES	Adm. Direta	AV%	Adm. Indireta	AV%	Total	AV%
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	7.075.428	6,72%	25.527	0,07%	7.100.956	4,92%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.177.953	54,34%	24.872.433	63,36%	82.050.386	56,79%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.871.230	26,49%	9.163.715	23,34%	37.034.944	25,63%
sub-total	*92.124.611*	*87,56%*	*34.061.675*	*86,76%*	*126.186.286*	*87,34%*
DESPESAS DE CAPITAL	**Adm. Direta**	**AV%**	**Adm. Indireta**	**AV%**	**Total**	**AV%**
AMORTIZACAO DE DIVIDA	4.081.082	3,88%	56.861	0,14%	4.137.942	2,86%
INVERSOES FINANCEIRAS	4.397.839	4,18%	66.147	0,17%	4.463.986	3,09%
INVESTIMENTOS	4.611.276	4,38%	5.073.145	12,92%	9.684.421	6,70%
sub-total	*13.090.196*	*12,44%*	*5.196.153*	*13,24%*	*18.286.349*	*12,66%*
Total	**105.214.807**	**100**	**39.257.828**	**100**	**144.472.635**	**100**
%Total Consolidado	**Adm. Direta**	**72,83%**	**Adm. Indireta**	**27,17%**		

Do total apurado, observa-se que 72,83% das despesas foram efetuadas pela Administração Direta e 27,17% pela Administração Indireta.

1.2.1 - Despesas Correntes

A seguir, demonstramos a evolução das Despesas Correntes no período de 2008 a 2011:



VARIAÇÃO 2007 - 2011

R$ milhares

DESPESAS CORRENTES	2007* atualizado	AV%	2011	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
.Juros e Encargos da Dívida	6.551.451	6,20%	7.100.956	5,63%	549.505	8,39%
.Outras Despesas Correntes	56.360.214	53,35%	82.050.386	65,02%	25.690.172	45,58%
.Pessoal e Encargos Sociais	42.728.965	40,45%	37.034.944	29,35%	-5.694.021	-13,33%
TOTAL	**105.640.629**	**100%**	**126.186.286**	**100%**	**20.545.656**	**19,45%**

*atualizado a valores de dezembro/2011 pela variação do IGP-DI
Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2007 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2008, 2009, 2010 e 2011.
Variação do IGP-DI, considerando dez/2007 a nov/2011: 27,75%.

Anotamos que os valores referentes ao pagamento de aposentadorias e pensões passou a ser efetuado pela SPPREV desde setembro/2007, e foi classificada em Outras Despesas Correntes.

a) Pessoal e Encargos Sociais

Constatamos que o montante das despesas com Pessoal e Encargos totalizou R$ 37.034.944 mil, que correspondeu a 25,63% da despesa total do Estado.

Verifica-se que os maiores valores foram despendidos, pela ordem, por: Secretaria da Educação; Secretaria da Segurança Pública; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; Tribunal de Justiça e Secretaria da Saúde.

R$ MILHARES

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011	AV% 2011
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	340.860	369.693	383.818	423.211	1,14%
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	257.602	276.707	299.198	301.393	0,81%
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	3.444.967	3.560.321	3.727.714	4.053.542	10,95%
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	23.927	25.733	26.150	28.050	0,08%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	6.839.720	6.801.877	7.705.354	8.582.858	23,18%
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	2.596.002	2.711.467	2.951.203	2.999.674	8,10%
10000 - SEC.DESENV. ECON., CIENCIA E TECNOLOGIA	524.429	668.402	750.818	5.715.315	15,43%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	89.948	103.168	148.320	109.074	0,29%
13000 - SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	223.558	283.757	301.413	304.380	0,82%
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	153.047	195.674	188.902	244.261	0,66%
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	341.791	394.806	514.473	779.838	2,11%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	4.633.012	5.390.480	5.529.674	6.084.581	16,43%
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	1.815.141	1.890.273	1.436.593	1.506.505	4,07%
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	732.884	729.376	1.055.251	1.143.417	3,09%
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	12.138	18.128	16.140	18.215	0,05%
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	3.527	6.084	5.493	6.114	0,02%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	283.397	297.031	331.668	372.713	1,01%
27000 - MINISTERIO PUBLICO	941.874	998.968	1.044.563	1.124.581	3,04%
28000 - CASA CIVIL	37.644	55.000	68.716	83.145	0,22%
29000 - SEC DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	74.001	87.057	103.125	74.915	0,20%
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	15.559	24.160	22.238	24.945	0,07%
37000 - SEC DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	376.762	460.763	497.328	596.357	1,61%
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	901.514	1.031.475	1.141.959	1.298.727	3,51%
39000 - SEC DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	218.851	342.613	348.457	261.150	0,71%
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	249.350	289.780	297.696	322.362	0,87%
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	16.119	24.154	22.766	21.407	0,06%
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	59.694	73.779	102.389	144.833	0,39%
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	3.873.164	3.615.095	4.663.166	5.017	0,01%
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	160.738	275.149	317.429	356.211	0,96%
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	5.791	8.178	8.732	1.880	0,01%
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	6.029	8.236	8.787	581	0,00%
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	-	1.750	2.350	2.915	0,01%
48000 - SECR. DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	-	-	-	26.053	0,07%
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	-	-	-	10.786	0,03%
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	-	-	-	5.937	0,02%
TOTAL	**29.253.039**	**31.019.133**	**34.021.882**	**37.034.944**	**100%**

Obs.: excluídas as despesas Intra-Orçamentárias
Fonte: SIGEO
AV - Análise Vertical % – indica o percentual de contribuição de cada linha para o total
AH - Análise Horizontal % - indica a variação percentual existente entre dois períodos

CRIAÇÃO/EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS

Listamos a seguir as principais alterações ocorridas na estrutura organizacional do Poder Executivo:

1 - O Decreto n.º 56.635, de 1º janeiro de 2011, dispõe sobre as alterações de denominação e transferências que especifica, define a organização básica da Administração Direta e suas entidades vinculadas, na seguinte conformidade:

1.1 - Das alterações de denominação das Secretarias de Estado

I - de Secretaria de Economia e Planejamento para Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional;

II - de Secretaria de Relações Institucionais para Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano;

III - de Secretaria dos Transportes para Secretaria de Logística e Transportes;

IV - de Secretaria de Desenvolvimento para Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia;

V - de Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo para Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude;

VI - de Secretaria de Ensino Superior para Secretaria de Turismo;

VII - de Secretaria de Saneamento e Energia para Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos;

VIII - de Secretaria de Comunicação para Secretaria de Energia;

IX - de Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social para Secretaria de Desenvolvimento Social.

1.2 - Das transferências de vinculação das entidades e fundos estaduais

I - para a Casa Civil, a Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP;

II - para a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano:

a) a Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM;

b) a Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP, juntamente com o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas - FUNDOCAMP, a ela vinculado;

c) a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. - EMPLASA;

d) o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista;

III - para a Secretaria da Cultura, a Fundação Memorial da América Latina;

IV - para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia:

a) a Universidade de São Paulo - USP;

b) a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;

c) a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP;

d) a Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA;

e) a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP;

f) a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP;

V - para a Secretaria de Turismo, a Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR;

VI - para a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO;

VII - para a Secretaria de Energia:

a) a Companhia Energética de São Paulo - CESP;

b) a EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A..

VIII - para a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, o Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento – FUMEFI.

2 - O Decreto n.º 56.636, de 1º janeiro de 2011, organizou a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

3 - O Decreto n.º 56.637, de 1º janeiro de 2011, organizou a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude.

4 - O Decreto n.º 56.638, de 1º janeiro de 2011, organizou a Secretaria de Turismo.

5 - O Decreto n.º 56.639 de 1º janeiro de 2011, organizou a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano.

6 - O Decreto n.º 56.640 de 1º janeiro de 2011, organizou a Subsecretaria de Comunicação, da Casa Civil.

7 - O artigo 2º do Decreto n.º 56.697, de 28 de janeiro de 2011, alterou a denominação do Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo para Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo – FUSSESP.

8 - O Decreto n.º 56.702, de 31 de janeiro de 2011, transferiu da Secretaria da Fazenda para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, a Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP.

9 - O Decreto n.º 56.888, de 30 de março de 2011, transferiu a vinculação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos para a Secretaria de Energia.

10 - O Decreto n.º 56.843 de 17 de março de 2011, transferiu da Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria de Gestão Pública, o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

11 - O Decreto n.º 57.141, de 18 de julho de 2011, reorganizou a Secretaria da Educação.

12 - O Decreto n.º 57.192, de 2 de agosto de 2011, criou na Secretaria de Desenvolvimento Social, a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional.

13 - O Decreto n.º 57.281, de 25 de agosto de 2011, alterou a denominação da Delegacia Geral de Polícia para Polícia Civil do Estado de São Paulo.

14 - O Decreto n.º 57.500, de 08 de novembro de 2011, reorganizou a Corregedoria Geral da Administração e instituiu o Sistema Estadual de Controladoria.

15 - A Lei n.º 14.671, de 26 de dezembro de 2011, dispôs sobre a extinção da Agência de Desenvolvimento Social de São Paulo - Fundo de Investimento e a transferência dos recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

a) Juros e Encargos da Dívida

Detalhando o valor apresentado, temos:

R$ MILHARES

ADM. DIRETA	2008	2009	2010	2011
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	5.376.875	5.674.728	5.818.308	6.499.407
JUROS S/A DIVIDA EXTERNA POR CONTRATO	74.375	85.438	73.057	77.313
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	5.302.501	5.589.290	5.745.251	6.422.094
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	570.233	42.619	369.201	576.021
ENCARGOS S/A DIVIDA EXTERNA POR CONTRATO	26.462	7.655	6.455	12.736
OUTROS ENCARGOS S/A DIVIDA POR CONTRATO	543.771	34.964	362.747	563.285
TOTAL	**5.947.108**	**5.717.347**	**6.187.509**	**7.075.428**

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2008	2009	2010	2011
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	31.680	39.305	28.210	25.380
JUROS S/A DIVIDA EXTERNA POR CONTRATO	30.353	38.060	27.536	25.094
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	1.327	1.246	674	286
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	1.306	903	316	148
ENCARGOS COM INSTITUICOES FINANCEIRAS	-	5	285	131
ENCARGOS S/A DIVIDA EXTERNA POR CONTRATO	861	520	10	5
OUTROS ENCARGOS S/A DIVIDA POR CONTRATO	445	378	21	11
TOTAL	**32.986**	**40.208**	**28.526**	**25.527**

R$ milhares

CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	5.408.556	5.714.033	5.846.517	6.524.787
JUROS S/A DIVIDA EXTERNA POR CONTRATO	104.728	123.498	100.593	102.407
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	5.303.828	5.590.536	5.745.925	6.422.380
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	571.539	43.522	369.518	576.169
ENCARGOS COM INSTITUICOES FINANCEIRAS	-	5	285	131
ENCARGOS S/A DIVIDA EXTERNA POR CONTRATO	27.323	8.175	6.465	12.741
OUTROS ENCARGOS S/A DIVIDA POR CONTRATO	544.216	35.342	362.767	563.296
TOTAL	**5.980.094**	**5.757.555**	**6.216.035**	**7.100.956**

c - Outras Despesas Correntes

Os gastos a este título corresponderam a 65,02% das despesas totais realizadas. Neste grupo detalhamos as seguintes despesas:

R$ milhares

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2008	2009	2010	2011
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	*41.810.626*	*43.749.822*	*51.076.807*	*57.177.953*
APLICACOES DIRETAS	15.067.281	15.963.690	19.093.136	21.535.507
TRANSF.A INSTIT.MULTIGOVERN.NACIONAIS	74.287	97.128	110.260	127.940
TRANSF.A INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	2.976.837	3.016.881	3.422.798	3.902.613
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	23.681.929	24.663.884	28.437.933	31.602.312
TRANSFERENCIAS A UNIAO	6.936	8.240	10.450	9.582
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	3.354	-	2.231	-

R$ milhares

ADM. INDIRETA	2008	2009	2010	2011
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.879.573	20.107.190	22.165.569	24.872.433
APLICACOES DIRETAS	18.719.351	20.019.324	22.080.638	24.771.470
TRANSF.A INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	159.271	75.636	72.993	87.959
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	845	4.221	1.561	1.865
TRANSFERENCIAS A UNIAO	-	8.009	10.378	10.979
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	106	-	-	159

R$ milhares

CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.690.198	63.857.012	73.242.376	82.050.386
APLICACOES DIRETAS	33.786.632	35.983.014	41.173.774	46.306.977
TRANSF.A INSTIT.MULTIGOVERN.NACIONAIS	74.287	97.128	110.260	127.940
TRANSF.A INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3.136.108	3.092.517	3.495.790	3.990.572
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	23.682.774	24.668.104	28.439.493	31.604.177
TRANSFERENCIAS A UNIAO	6.936	16.249	20.828	20.561
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	3.461	-	2.231	159

Com relação ao item "Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos", evidenciamos a seguir os gastos por Órgão:

R$ MILHARES

TRANSF.A INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	2011	AV%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	221	0,01%
CASA CIVIL	3.897	0,10%
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	4.145	0,10%
SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	74.769	1,87%
SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA E TECNOLOGIA	24.632	0,62%
SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	8.972	0,22%
SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	9.889	0,25%
SECRETARIA DA CULTURA	7.177	0,18%
SECRETARIA DA EDUCACAO	116.943	2,93%
SECRETARIA DA SAUDE	3.651.051	91,49%
SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	1.000	0,03%
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	5.257	0,13%
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	32.972	0,83%
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	0	0,00%
SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	49.406	1,24%
SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	0	0,00%
SECRETARIA DE TURISMO	228	0,01%
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	0	0,00%
TRIBUNAL DE JUSTICA	12	0,00%
TOTAL	**3.990.572**	**100%**

Destacamos a Secretaria da Saúde, que repassou, no total, 91,49% (R$ 3.651.051 mil) das transferências a instituições sem fins lucrativos.

A seguir, demonstramos a fonte dos recursos para pagamento das "Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos":

R$ MILHARES

FONTE DE RECURSOS	**2011**	**AV%**
TRANSF.A INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	*3.990.572*	*100%*
001 – TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	1.498.769	37,56%
002 – RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	15.189	0,38%
003 – RECURSOS VINCULADOS-FUNDO ESPECIAL DE DESPES	14.462	0,36%
004 – REC.PROPRIO-ADM.IND.-DOT.INIC.CR.SUPL.	845	0,02%
005 – RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	2.454.525	61,51%
041 – TESOURO – CREDITO POR SUPERAVIT FINANCEIRO	6.782	0,17%

Continuando, demonstramos a seguir o item "Aplicações Diretas":

R$ milhares

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**AV%**
APLICACOES DIRETAS	*15.067.281*	*15.963.690*	*19.093.136*	*21.535.507*	100%
AUXILIO ALIMENTACAO	97.064	98.763	116.512	287.229	1,33%
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	9.110	5.873	2.791	4.169	0,02%
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	-	-	-	34	0,00%
CONTRIBUICOES	2.007.252	2.426.162	3.193.337	3.410.769	15,84%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	109.369	67.461	101.076	351.862	1,63%
DIARIAS MILITAR	8.044	9.935	12.207	12.425	0,06%
DIARIAS-CIVIL	77.631	81.330	97.951	93.053	0,43%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	508.584	525.316	418.198	505.147	2,35%
MATERIAL, BEM OU SERV.P/DISTRIBUICAO GRATUIT	17.737	19.308	26.426	30.790	0,14%
MATERIAL DE CONSUMO	2.715.079	2.934.729	2.915.421	2.791.880	12,96%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	822.394	849.374	950.814	1.073.166	4,98%
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PES.FISICAS	222.010	201.611	317.966	401.599	1,86%
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	21.874	25.641	26.304	22.719	0,11%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	393.521	516.986	552.839	581.602	2,70%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	5.666.532	6.004.054	7.448.200	8.676.029	40,29%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	185.381	208.014	264.262	212.097	0,98%
PREMIACOES CULTURAIS ART.CIENT.DESPOR. OUTRA	-	-	1.461	27.423	0,13%
RESSARC.DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	30.447	31.656	29.665	48.096	0,22%
SENTENCAS JUDICIAIS	1.167.781	828.396	1.371.610	1.638.356	7,61%
SERVICOS DE CONSULTORIA	27.665	28.875	42.054	43.223	0,20%
SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	290.956	373.691	449.288	549.449	2,55%
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	688.849	726.513	754.752	774.389	3,60%

R$ milhares

ADM. INDIRETA	2008	2009	2010	2011	AV%
APLICACOES DIRETAS	*18.719.351*	*20.019.324*	*22.080.638*	*24.771.470*	100%
APOSENTADORIAS E REFORMAS	9.795.669	10.539.575	11.416.763	13.150.409	53,09%
AUXILIO ALIMENTACAO	3.366	6.636	9.914	24.781	0,10%
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	57.549	48.232	53.686	84.114	0,34%
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	640.687	683.032	782.197	940.539	3,80%
CONTRIBUICOES	66.600	4.472	105.000	104.500	0,42%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	129.581	5.347	68.132	37.240	0,15%
DIARIAS MILITAR	3.067	3.095	3.147	3.176	0,01%
DIARIAS-CIVIL	34.676	42.992	45.863	47.550	0,19%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	18.879	43.836	36.215	34.565	0,14%
MATERIAL, BEM OU SERV.P/DISTRIBUICAO GRATUIT	6.907	10.746	12.247	11.196	0,05%
MATERIAL DE CONSUMO	812.072	818.861	838.482	936.057	3,78%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	158.132	187.715	186.052	204.367	0,83%
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PES.FISICAS	0	531	472	892	0,00%
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	1.281	4.907	6.011	9.576	0,04%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	99.148	145.869	175.728	196.500	0,79%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.946.759	2.343.403	2.742.408	2.971.792	12,00%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	130.155	128.090	144.400	160.499	0,65%
PENSOES	3.229.727	3.520.804	3.876.718	4.354.438	17,58%
PREMIACOES CULTURAIS ART.CIENT.DESPOR. OUTRA	-	-	29	184	0,00%
RESSARC.DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	53.044	52.034	69.210	66.186	0,27%
SALARIO FAMILIA	14	10	3	43	0,00%
SENTENCAS JUDICIAIS	643.019	449.058	347.851	122.388	0,49%
SERVICOS DE CONSULTORIA	141.230	163.821	202.037	199.896	0,81%
SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	411.140	463.484	554.080	642.462	2,59%
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	336.649	352.775	403.991	468.120	1,89%

R$ milhares

CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011	AV%
APLICACOES DIRETAS	*33.786.632*	*35.983.014*	*41.173.774*	*46.306.977*	100%
APOSENTADORIAS E REFORMAS	9.795.669	10.539.575	11.416.763	13.150.409	28,40%
AUXILIO ALIMENTACAO	100.430	105.399	126.426	312.010	0,67%
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	66.660	54.106	56.477	88.283	0,19%
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	640.687	683.032	782.197	940.573	2,03%
CONTRIBUICOES	2.073.852	2.430.634	3.298.337	3.515.269	7,59%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	238.950	72.808	169.208	389.102	0,84%
DIARIAS MILITAR	11.112	13.029	15.355	15.601	0,03%
DIARIAS-CIVIL	112.308	124.322	143.814	140.603	0,30%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	527.463	569.152	454.414	539.711	1,17%
MATERIAL, BEM OU SERV.P/DISTRIBUICAO GRATUIT	24.644	30.053	38.672	41.986	0,09%
MATERIAL DE CONSUMO	3.527.151	3.753.590	3.753.903	3.727.938	8,05%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	980.526	1.037.090	1.136.866	1.277.533	2,76%
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PES.FISICAS	222.010	202.142	318.438	402.492	0,87%
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	23.155	30.549	32.315	32.295	0,07%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	492.668	662.855	728.567	778.102	1,68%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.613.291	8.347.457	10.190.609	11.647.821	25,15%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	315.536	336.104	408.663	372.596	0,80%
PENSOES	3.229.727	3.520.804	3.876.718	4.354.438	9,40%
PREMIACOES CULTURAIS ART.CIENT.DESPOR. OUTRA	-	-	1.491	27.607	0,06%
RESSARC.DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	83.492	83.690	98.875	114.282	0,25%
SALARIO FAMILIA	14	10	3	43	0,00%
SENTENCAS JUDICIAIS	1.810.800	1.277.453	1.719.461	1.760.744	3,80%
SERVICOS DE CONSULTORIA	168.894	192.696	244.092	243.119	0,53%
SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	702.096	837.176	1.003.368	1.191.911	2,57%
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	1.025.498	1.079.288	1.158.743	1.242.509	2,68%

c.1.) Remuneração de Serviços

Demonstramos, a seguir, a remuneração de serviços pessoais, que no plano de contas do SIAFEM tem a denominação "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física", onde se enquadram a prestação de serviços de natureza eventual por pessoa física sem vínculo empregatício.

R$ MILHARES

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P.FISICA- ADM DIRETA	2008	2009	2010	2011	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	201	107	96	71	0,01%
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	25	103	179	209	0,04%
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	7.752	8.731	10.471	12.838	2,21%
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	1	-	-	11	0,00%
08000 – SECRETARIA DA EDUCACAO	1.350	1.294	1.487	1.561	0,27%
09000 – SECRETARIA DA SAUDE	26.267	120.808	129.943	161.069	27,69%
10000 – SEC.DESENV. ECON, CIENCIA E TECNOLOGIA	-	7	-	-	0,00%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	1.125	3.612	4.803	1.267	0,22%
13000 - SEC DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	2.405	2.201	2.209	1.487	0,26%
17000 - SEC. JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	-	-	2	54	0,01%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	42.237	57.200	79.688	79.294	13,63%
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	2.007	2.118	2.704	3.253	0,56%
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	313	301	290	384	0,07%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	478	597	627	689	0,12%
27000 - MINISTERIO PUBLICO	6.215	12.602	15.109	14.397	2,48%
28000 - CASA CIVIL	35	86	32	129	0,02%
29000 - SEC DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	1.821	72	112	136	0,02%
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	577	639	778	837	0,14%
37000 - SEC DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	-	-	-	6	0,00%
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	384	421	558	544	0,09%
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	5.000	5.379	6.009	6.724	1,16%
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	4.527	4.815	4.955	5.022	0,86%
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	290.675	294.680	292.730	291.365	50,10%
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	4	8	0	-	0,00%
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	-	1.117	0	244	0,04%
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	-	3	16	0	0,00%
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	123	86	44	8	0,00%
TOTAL	**393.521**	**516.986**	**552.839**	**581.602**	**100%**

R$ MILHARES

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA- ADM. INDIRETA	2008	2009	2010	2011	AV%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	16	64	91	131	0,07%
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	1.390	1.018	1.121	1.260	0,64%
10000 - SEC.DESENV. ECON, CIENCIA E TECNOLOGIA	4.874	1.576	1.695	66.314	33,75%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	4.664	4.581	8.857	9.738	4,96%
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	2.486	1.979	1.880	1.936	0,99%
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	4.709	6.399	6.088	6.370	3,24%
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	-	3	5	665	0,34%
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	193	0	0	121	0,06%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	3.066	2.737	4.327	6.268	3,19%
29000 – SEC DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	1.074	1.291	1.268	940	0,48%
37000 – SEC DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	3.010	3.715	5.015	3.848	1,96%
38000 - SEC ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	7.070	7.478	7.557	8.289	4,22%
39000 - SEC DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	302	186	573	416	0,21%
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	45.336	61.797	59.758	7	0,00%
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	19.930	52.089	76.539	89.387	45,49%
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	1.026	956	954	0	0,00%
48000 - SECR. DE DESENVOLV METROPOLITANO	-	-	-	572	0,29%
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	-	-	-	237	0,12%
TOTAL	**99.148**	**145.869**	**175.728**	**196.500**	**100%**

R$ MILHARES

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P FISICA - CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	201	107	96	71	0,01%
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	25	103	179	209	0,03%
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	7.752	8.731	10.471	12.838	1,65%
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	1	-	-	11	0,00%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	1.366	1.358	1.578	1.692	0,22%
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	27.656	121.826	131.064	162.328	20,86%
10000 - SEC.DESENV. ECON, CIENCIA E TECNOLOGIA	4.874	1.582	1.695	66.314	8,52%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	5.788	8.193	13.660	11.005	1,41%
13000 - SEC DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	2.405	2.201	2.209	1.487	0,19%
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	2.486	1.979	1.880	1.936	0,25%
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	4.709	6.399	6.090	6.425	0,83%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	42.237	57.200	79.688	79.294	10,19%
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	2.007	2.121	2.709	3.919	0,50%
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	506	301	290	506	0,06%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	3.544	3.335	4.954	6.958	0,89%
27000 - MINISTERIO PUBLICO	6.215	12.602	15.109	14.397	1,85%
28000 - CASA CIVIL	35	86	32	129	0,02%
29000 - SEC DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	2.896	1.364	1.380	1.076	0,14%
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	577	639	778	837	0,11%
37000 - SEC DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	3.010	3.715	5.015	3.855	0,50%
38000 - SEC ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	7.453	7.899	8.115	8.833	1,14%
39000 - SEC SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	302	186	573	416	0,05%
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	5.000	5.379	6.009	6.724	0,86%
41000 - SEC DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	4.527	4.815	4.955	5.022	0,65%
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	290.675	294.680	292.730	291.365	37,45%
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	45.339	61.805	59.758	7	0,00%
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	19.930	53.206	76.539	89.632	11,52%
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	1.026	959	970	0	0,00%
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	123	86	44	8	0,00%
48000 - SECR. DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	-	-	-	572	0,07%
49000 – SECRETARIA DE ENERGIA	-	-	-	237	0,03%
TOTAL	**492.668**	**662.855**	**728.567**	**778.102**	**100%**

Ficam em evidência a Defensoria Pública do Estado com 37,45%, a Secretaria da Saúde com 20,86%, a Secretaria da Gestão Pública com 11,52%, a Secretaria da Segurança Pública com 10,19%, e a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia com 8,52% dos gastos.

Destacamos, ainda, a conta "Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica", assim composta:

R$ MILHARES

OUTROS S. TERC-PES. JURIDICA- ADM. DIRETA	2008	2009	2010	2011	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	38.424	55.219	73.835	65.924	0,76%
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	17.386	19.702	19.571	24.544	0,28%
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	273.384	307.107	328.344	376.494	4,34%
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	702	1.150	814	1.127	0,01%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	1.493.752	1.074.590	1.622.002	2.170.698	25,02%
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	1.485.204	2.065.073	2.670.857	3.086.118	35,57%
10000 - SEC.DES. ECON, CIENCIA E TECNOLOGIA	9.862	5.443	6.084	69.869	0,81%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	309.624	333.670	386.591	404.985	4,67%
13000 - SEC AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	328.180	306.549	299.945	124.958	1,44%
16000 - SEC DE LOGISTICA E TRANSPORTES	3.964	4.124	5.787	4.048	0,05%
17000 - SEC. JUSTICA E DEFESA DA CIDADANIA	3.701	2.015	2.418	6.381	0,07%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	435.969	469.318	488.051	475.161	5,48%
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	240.565	237.137	275.883	291.532	3,36%
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	20.280	38.297	53.312	41.867	0,48%
23000 - SEC. EMPREGO E RELACOES TRABALHO	69.386	109.435	114.025	77.387	0,89%
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	12.033	36.714	35.334	45.418	0,52%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	37.504	46.932	38.707	30.833	0,36%
27000 - MINISTERIO PUBLICO	22.122	23.915	20.470	27.681	0,32%
28000 - CASA CIVIL	29.742	36.304	37.331	125.914	1,45%
29000 - SEC DE PLANEJAM E DESENV.REGIONAL	35.492	42.506	45.422	39.101	0,45%
35000 – SEC DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	13.111	12.866	12.365	182.730	2,11%
37000 - SEC DOS TRANSP METROPOLITANOS	1.796	6.408	20.359	17.394	0,20%
38000 - SECRETARIA ADM PENITENCIARIA	160.889	195.041	225.697	253.593	2,92%
39000 - SEC DE SANEAMENTO E REC HIDRICOS	3.023	3.242	6.727	3.524	0,04%
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	24.410	36.218	39.968	41.873	0,48%
41000 - SEC DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	4.899	6.246	30.538	23.818	0,27%
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	9.184	13.589	15.202	20.586	0,24%
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	2.474	3.477	566	0	0,00%
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	486.316	343.152	413.396	609.919	7,03%
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	82.936	155.368	130.192	0	0,00%
46000 - SEC DE RELACOES INSTITUCIONAIS	2.512	3.460	3.467	0	0,00%
47000 - SECR.EST.DIREITOS PES COM DEFICIENCIA	7.706	9.786	24.939	13.046	0,15%
48000 - SECR. DE DESENVOLV METROPOLITANO	-	-	-	5.249	0,06%
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	-	-	-	2.542	0,03%
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	-	-	-	11.713	0,14%
TOTAL	**5.666.532**	**6.004.054**	**7.448.200**	**8.676.029**	**100%**

R$ MILHARES

OUTROS SERV TERC-P JURIDICA-ADM INDIRETA	2008	2009	2010	2011	AV%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	20.565	30.732	30.763	29.067	0,98%
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	162.932	126.828	124.584	135.867	4,57%
10000 - SEC.DESENV. ECON, CIENCIA E TECNOLOGIA	60.544	91.798	92.769	743.107	25,01%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	65.225	85.316	88.741	72.894	2,45%
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	588.016	578.133	625.834	629.063	21,17%
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	116.165	129.228	142.082	167.250	5,63%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	18.733	117.246	124.585	144.739	4,87%
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	32.392	44.941	42.312	46.186	1,55%
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	798	1.084	913	1.389	0,05%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	35.671	68.548	58.663	55.162	1,86%
29000 - SEC. DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	19.278	29.093	21.913	10.230	0,34%
37000 - SEC. DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	319.149	310.495	374.161	334.068	11,24%
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	7.047	8.428	7.893	5.896	0,20%
39000 - SEC. DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	60.293	77.378	159.544	196.036	6,60%
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	333.757	417.146	472.727	0	0,00%
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	102.848	223.078	371.059	385.429	12,97%
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	3.349	3.932	3.865	0	0,00%
48000 - SECR. DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	-	-	-	8.174	0,28%
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	-	-	-	6.272	0,21%
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	-	-	-	964	0,03%
TOTAL	**1.946.759**	**2.343.403**	**2.742.408**	**2.971.792**	**100%**

R$ MILHARES

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	38.424	55.219	73.835	65.924	0,57%
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	17.386	19.702	19.571	24.544	0,21%
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	273.384	307.107	328.344	376.494	3,23%
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	702	1.150	814	1.127	0,01%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	1.514.317	1.105.322	1.652.766	2.199.765	18,89%
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	1.648.136	2.191.901	2.795.442	3.221.985	27,66%
10000 - SEC.DESENV. ECON, CIENCIA E TECNOLOGIA	70.405	97.241	98.853	812.976	6,98%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	374.848	418.987	475.332	477.879	4,10%
13000 - SEC DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	328.180	306.549	299.945	124.958	1,07%
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	591.981	582.257	631.621	633.110	5,44%
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	119.866	131.242	144.500	173.631	1,49%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	454.702	586.565	612.635	619.901	5,32%
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	272.956	282.078	318.195	337.718	2,90%
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	20.280	38.297	53.312	41.867	0,36%
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	70.184	110.519	114.938	78.776	0,68%
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	12.033	36.714	35.334	45.418	0,39%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	73.175	115.480	97.370	85.995	0,74%
27000 - MINISTERIO PUBLICO	22.122	23.915	20.470	27.681	0,24%
28000 - CASA CIVIL	29.742	36.304	37.331	125.914	1,08%
29000 - SEC DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	54.769	71.600	67.335	49.331	0,42%
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	13.111	12.866	12.365	182.730	1,57%
37000 - SEC DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	320.945	316.903	394.520	351.461	3,02%
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	167.936	203.469	233.590	259.489	2,23%
39000 - SEC DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	63.316	80.619	166.271	199.560	1,71%
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	24.410	36.218	39.968	41.873	0,36%
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	4.899	6.246	30.538	23.818	0,20%
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	9.184	13.589	15.202	20.586	0,18%
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	336.231	420.623	473.293	0	0,00%
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	589.163	566.230	784.455	995.348	8,55%
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	82.936	155.368	130.192	0	0,00%
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	5.861	7.392	7.332	0	0,00%
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	7.706	9.786	24.939	13.046	0,11%
48000 - SECR. DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	-	-	-	13.423	0,12%
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	-	-	-	8.814	0,08%
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	-	-	-	12.677	0,11%
TOTAL	**7.613.291**	**8.347.457**	**10.190.609**	**11.647.821**	**100%**

Destacamos os gastos das secretarias da Saúde (27,66%); Educação (18,89%); Gestão Pública (8,55%); Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (6,98%), Logística e Transportes (5,44%).

1.2.2 - Despesas de Capital

Comparativamente aos exercícios anteriores, encontramos a seguinte posição:

R$ MILHARES

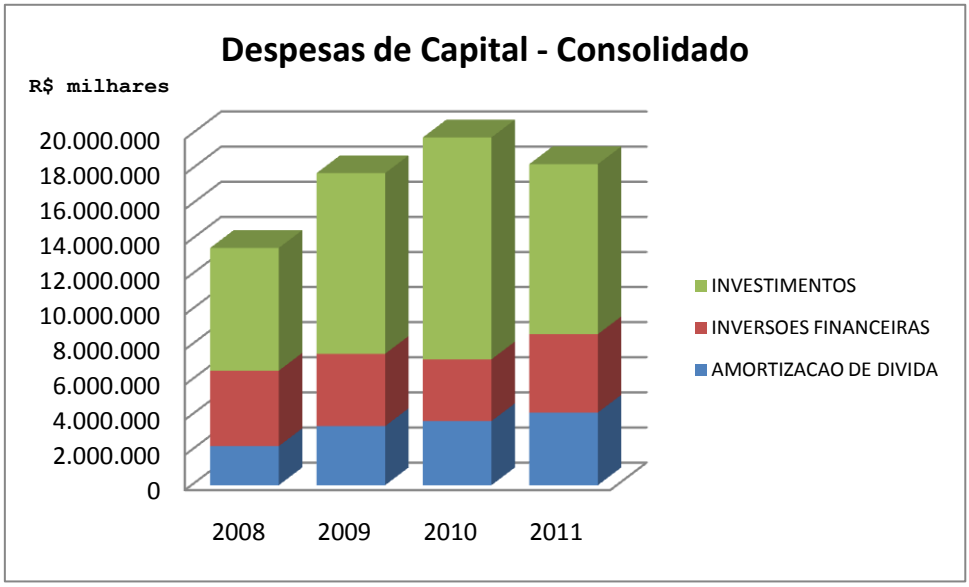
ADM. DIRETA	2008	2009	2010	2011
DESPESAS DE CAPITAL	*9.444.799*	*11.890.068*	*12.741.660*	*13.090.196*
AMORTIZACAO DE DIVIDA	2.147.454	3.262.696	3.593.969	4.081.082
INVERSOES FINANCEIRAS	4.290.556	4.113.670	3.515.325	4.397.839
INVESTIMENTOS	3.006.789	4.513.702	5.632.366	4.611.276

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2008	2009	2010	2011
DESPESAS DE CAPITAL	*4.072.056*	*5.886.674*	*7.070.821*	*5.196.153*
AMORTIZACAO DE DIVIDA	78.242	104.200	57.202	56.861
INVERSOES FINANCEIRAS	8.280	6.477	4.575	66.147
INVESTIMENTOS	3.985.534	5.775.997	7.009.044	5.073.145

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011
DESPESAS DE CAPITAL	*13.516.855*	*17.776.743*	*19.812.481*	*18.286.349*
AMORTIZACAO DE DIVIDA	2.225.696	3.366.896	3.651.171	4.137.942
INVERSOES FINANCEIRAS	4.298.836	4.120.147	3.519.900	4.463.986
INVESTIMENTOS	6.992.323	10.289.699	12.641.410	9.684.421



VARIAÇÃO 2007 - 2011

R$ milhares

DESPESAS DE CAPITAL	2007* atualizado	AV%	2011	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
.Amortização de Dívida	2.612.012	20,98%	4.137.942	22,63%	1.525.930	58,42%
.Inversões Financeiras	5.019.519	40,31%	4.463.986	24,41%	-555.533	-11,07%
.Investimentos	4.821.190	38,72%	9.684.421	52,96%	4.863.231	100,87%
TOTAL	**12.452.721**	**100%**	**18.286.349**	**100%**	**5.833.628**	**46,85%**

*atualizado a valores de dezembro/2011 pela variação do IGP-DI
Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2007 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2008, 2009, 2010 e 2011.
Variação do IGP-DI, considerando dez/2007 a nov/2011: 27,75%.

Considerando-se os grupos que compõem este tipo de despesas, temos:

R$ MILHARES

DESPESAS DE CAPITAL	ADM.DIRETA	ADM.INDIRETA	SOMA
AMORTIZACAO DE DIVIDA	4.081.082	56.861	4.137.942
APLICACOES DIRETAS	4.081.082	56.861	4.137.942
PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADA	4.081.082	56.861	4.137.942
INVERSOES FINANCEIRAS	4.397.839	66.147	4.463.986
APLICACOES DIRETAS	4.397.839	66.147	4.463.986
AQUISICAO DE IMOVEIS	86.423	65.977	152.399
AQUISICAO DE PRODUTOS PARA REVENDA	-	170	170
CONST.OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	4.311.416	-	4.311.416
INVESTIMENTOS	4.611.276	5.073.145	9.684.421
APLICACOES DIRETAS	3.680.687	5.009.921	8.690.608
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	5.118	11.383	16.500
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	-	2	2
AUXILIOS	236.999	-	236.999
OBRAS E INSTALACOES	1.258.015	4.304.785	5.562.800
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.687.153	521.570	2.208.723
SENTENCAS JUDICIAIS	463.180	24.243	487.423
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.318	2.337	7.655
INDENIZACOES E RESTITUICOES	24.904	140.881	165.785
SERVICOS DE CONSULTORIA	-	4.720	4.720
TRANSF.A INSTIT.MULTIGOVERNAMENTAIS NACIONAI	6.650	-	6.650
AUXILIOS	6.650	-	6.650
TRANSF.A INSTIT.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	232.949	3	232.952
AUXILIOS	232.949	3	232.952
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	575.419	63.222	638.640
OBRAS E INSTALACOES	543.428	63.222	606.649
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	31.991	-	31.991
TRANSFERENCIAS A UNIAO	115.571	-	115.571
AUXILIOS	115.571	-	115.571
TOTAL	**13.090.196**	**5.196.153**	**18.286.349**

Assim, em função do total das Despesas de Capital, temos que os valores mais representativos são referentes à Obras e Instalações, Constituição ou Aumento de Capital das Empresas, e Principal da Dívida Contratual Resgatada.

1.2.3 – Despesas por Órgão

Demonstramos, a seguir, quadro consolidado das despesas correntes realizadas por Órgãos no exercício 2011, segundo os grupos de Despesas:

DESPESAS CORRENTES R$ milhares

SECRETARIAS / UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	D/I	31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	D	423.211	-	120.182	543.394
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	D	301.393	-	45.471	346.864
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	D	4.053.542	-	955.084	5.008.625
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	D	28.050	-	3.226	31.275
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	D	8.534.777	-	7.686.698	16.221.476
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	I	48.080	-	38.230	86.310
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	D	2.148.835	11	9.526.788	11.675.634
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	I	57.881	-	103.255	161.136
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	I	6.448	-	2.083	8.532
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	I	40.212	-	23.497	63.709
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	I	45.918	-	12.198	58.116
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	I	214.449	5	108.411	322.865
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	I	485.632	10	407.963	893.604
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	I	299	-	6.237	6.536
10000 - SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA E TECNOLOGIA	D	49.346	-	111.832	161.177
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPES	I	33.436	-	954.991	988.428
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	I	2.324.244	-	771.895	3.096.139
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	I	1.303.309	2	422.489	1.725.800
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	I	1.034.477	430	428.004	1.462.911
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	I	816.056	-	325.835	1.141.891
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	I	37.120	-	12.842	49.962
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	I	44.149	-	2.718	46.867
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	I	73.178	-	65.616	138.794
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	D	12.956	-	465.563	478.519
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	I	89.770	-	102.001	191.771
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	I	6.348	-	8.252	14.600
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	D	304.380	-	197.043	501.422
15000 - SECRETARIA DE ENERGIA	D	0	-	-	0
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	D	19.442	-	62.355	81.798
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	I	209.974	-	745.130	955.104
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	I	13.991	-	30.512	44.503
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.E.S.P.-ARTES	I	854	-	156.309	157.164
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	D	9.652	-	37.439	47.091
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	I	28.778	-	12.104	40.881
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	I	28.521	-	19.136	47.657
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	I	640.942	-	356.130	997.072
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	I	4.228	-	8.273	12.501
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	I	67.718	-	28.581	96.299
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	D	6.082.424	-	1.274.801	7.357.225
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	I	2.157	-	146.869	149.026
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	D	1.487.316	-	382.796	1.870.111
20058 - INST.DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE S.P.- IPESP	I	5.636	-	9.949	15.585
20060 - CART.PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS DE SAO PAUL	I	0	-	-	0
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	I	13.553	-	17.563.267	17.576.820
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	D	1.143.417	7.075.418	32.159.725	40.378.560
23001 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	D	16.308	-	94.345	110.653
23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	I	1.906	-	1.695	3.601
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	D	-	-	0	0
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	D	6.114	-	76.674	82.788

26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	D	90.820	-	75.063	165.883
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	I	23.437	-	47.356	70.793
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	I	10.811	-	13.599	24.409
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	I	247.646	-	86.895	334.540
27000 - MINISTERIO PUBLICO	D	1.124.581	-	103.855	1.228.437
28000 - CASA CIVIL	D	83.145	-	170.123	253.268
28081 - CART.DE PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS EST.SP.	I	-	-	0	0
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	D	21.139	-	56.705	77.844
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	I	22.364	-	5.841	28.204
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	I	30.223	-	9.092	39.315
29055 - AGENCIA METROPOLIT.DA BAIXADA SANTISTA-AGEM	I	0	-	3	3
29056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS - AGEMCAMP	I	15	-	10	24
29090 - EMP.PAULISTA DE PLANEJ.METROP.S.A.-EMPLASA	I	975	-	328	1.303
29094 - CIA.PAULISTA DE EVENTOS E TURISMO - CPETUR	I	200	-	30	230
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	D	24.945	-	679.370	704.314
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	D	9.642	-	401.075	410.718
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	I	586.715	-	892.752	1.479.467
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	D	1.275.067	-	666.460	1.941.528
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	I	23.660	-	25.378	49.038
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	D	87.499	-	21.285	108.783
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	I	169.773	25.073	212.369	407.214
39056 - AGENCIA REGUL.SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	I	3.879	-	4.811	8.690
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	D	322.362	-	628.578	950.940
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	D	21.407	-	120.066	141.472
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	D	144.833	-	367.434	512.266
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	D	255	-	0	255
43047 - FUND.DE AMPARO A PESQUISA DO EST.S.P.-FAPESP	I	0	-	0	0
43058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	I	0	-	0	0
43059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS-UNICAMP	I	0	0	0	0
43061 - UNIV.EST.PAULISTA JULIO MESQ.FILHO-UNESP	I	0	0	0	0
43065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA - FAMEMA	I	2.345	-	133	2.478
43066 - FACULD.MEDICINA S.JOSE DO RIO PRETO - FAMERP	I	2.418	-	28	2.446
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	D	32.432	-	628.507	660.939
44047 - FUNDAÇAO DESENVOLV.ADMINISTRATIVO - FUNDAP	I	31.762	-	228.471	260.233
44058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SER.PUBLICO-IAMSPE	I	292.017	8	436.208	728.233
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	D	1.880	-	0	1.880
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	D	581	-	0	581
46046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	I	0	-	0	0
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	D	2.915	-	26.439	29.354
48000 - SECR. DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	D	2.770	-	6.914	9.684
48055 - AGENCIA METROPOLITANA BAIXADA SANTISTA-AGEM	I	1.344	-	1.095	2.439
48056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS-AGEMCAMP	I	1.174	-	6.487	7.662
48090 - EMP.PAULISTA PLANEJ.METROPOLITANO S.A-EMPLAS	I	20.765	-	12.704	33.469
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	D	1.735	-	5.923	7.658
49055 - AG.REGULADORA SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	I	9.051	-	12.523	21.574
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	D	2.058	-	20.134	22.193
50090 - COMPANHIA PAULISTA EVENTOS E TURISMO-CPETUR	I	3.879	-	1.848	5.726
TOTAL		**37.034.944**	**7.100.956**	**82.050.386**	**126.186.286**

A seguir, demonstramos as Despesas de Capital, considerando os Grupos de despesas:

DESPESAS DE CAPITAL

R$ milhares

SECRETARIAS/UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	D/I	44 - INVESTIMENTOS	45 - INVERSOES FINANCEIRAS	46 – AMORTIZA-CAO DE DIVIDA	TOTAL
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	D	887	-	-	887
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	D	7.811	0	-	7.811
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	D	37.663	-	-	37.663
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	D	756	-	-	756
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	D	752.066	0	-	752.066
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	I	458	-	-	458
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	D	473.861	-	354	474.215
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	I	11.965	-	-	11.965
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	I	0	-	-	0
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	I	487	-	-	487
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	I	124	-	-	124
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	I	10.730	-	192	10.921
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	I	29.081	-	319	29.400
10000 - SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA E TECNOLOGIA	D	22.851	0	-	22.851
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPES	I	5.802	-	-	5.802
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	I	131.952	65.977	-	197.928
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	I	99.800	-	50	99.851
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	I	73.673	0	1.733	75.405
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	I	189.264	-	-	189.264
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	I	6.323	-	-	6.323
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	I	3.208	-	-	3.208
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	I	32.108	-	-	32.108
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	D	93.812	-	-	93.812
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	I	3.350	-	-	3.350
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	D	70.426	0	-	70.426
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	D	11.713	791.000	-	802.713
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	I	3.119.031	-	-	3.119.031
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	I	44.858	-	-	44.858
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.E.S.P.-ARTES	I	4.130	-	-	4.130
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	D	49.046	-	-	49.046
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	I	264	-	-	264
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	I	1.344	-	-	1.344
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	I	24.917	-	-	24.917
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	I	162	-	-	162
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	I	2.101	-	-	2.101
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	D	440.681	-	-	440.681
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	D	106.708	337.000	-	443.708
20058 - INST.DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE S.P.- IPESP	I	137	-	0	137
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	I	441	-	-	441
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	D	458.180	3.861	4.080.728	4.542.770
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	D	441	-	-	441
23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	I	11	170	-	181
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	D	0	-	-	0
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	D	230.262	1.248.300	-	1.478.562
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	D	15.329	0	-	15.329
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	I	9.035	-	-	9.035
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	I	2.607	-	-	2.607
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	I	11.019	-	-	11.019
27000 - MINISTERIO PUBLICO	D	16.943	20.933	-	37.876
28000 - CASA CIVIL	D	40.899	0	-	40.899
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	D	143.522	61.088	-	204.610
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	I	74	-	-	74
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	I	27	-	-	27
29055 - AGENCIA METROPOLIT.DA BAIXADA SANTISTA-AGEM	I	0	-	-	0
29056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS - AGEMCAMP	I	0	-	-	0
29090 - EMP.PAULISTA DE PLANEJ.METROP.S.A.-EMPLASA	I	0	-	-	0
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	D	61.315	-	-	61.315
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	D	753.684	1.865.116	-	2.618.801
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	I	981.750	-	-	981.750
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	D	334.623	-	-	334.623
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	I	65	-	-	65
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	D	171.961	0	-	171.961
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	I	253.215	0	54.297	307.512
39056 - AGENCIA REGUL.SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	I	14	-	-	14
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	D	6.562	0	-	6.562

41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	D	4.142	-	-	4.142
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	D	3.730	-	-	3.730
43047 - FUND.DE AMPARO A PESQUISA DO EST.S.P.-FAPESP	I	0	-	-	0
43058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	I	0	0	-	0
43059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS-UNICAMP	I	0	-	0	0
43061 - UNIV.EST.PAULISTA JULIO MESQ.FILHO-UNESP	I	0	0	0	0
43065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA - FAMEMA	I	0	-	-	0
43066 - FACULD.MEDICINA S.JOSE DO RIO PRETO - FAMERP	I	0	-	-	0
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	D	20.723	30.540	-	51.263
44047 - FUNDAÇAO DESENVOLV.ADMINISTRATIVO - FUNDAP	I	485	-	-	485
44058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SER.PUBLICO-IAMSPE	I	8.368	-	270	8.638
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	D	0	-	-	0
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	D	0	-	-	0
46046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	I	0	-	-	0
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	D	3.364	-	-	3.364
48000 - SECR. DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	D	60.982	-	-	60.982
48055 - AGENCIA METROPOLITANA BAIXADA SANTISTA-AGEM	I	6	-	-	6
48056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS-AGEMCAMP	I	6	-	-	6
48090 - EMP.PAULISTA PLANEJ.METROPOLITANO S.A-EMPLAS	I	10.554	-	-	10.554
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	D	201	40.000	-	40.201
49055 - AG.REGULADORA SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	I	199	-	-	199
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	D	216.131	-	-	216.131
TOTAL		**9.684.421**	**4.463.986**	**4.137.942**	**18.286.349**

O quadro seguinte demonstra as despesas consolidadas por Órgão e por Categoria de Despesa, no exercício 2011:

CONSOLIDADO - DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	D/I	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	D	543.394	887	544.281	0,38%
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	D	346.864	7.811	354.675	0,25%
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	D	5.008.625	37.663	5.046.288	3,49%
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	D	31.275	756	32.032	0,02%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	D	16.221.476	752.066	16.973.542	11,75%
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	I	86.310	458	86.768	0,06%
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	D	11.675.634	474.215	12.149.849	8,41%
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	I	161.136	11.965	173.101	0,12%
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	I	8.532	0	8.532	0,01%
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	I	63.709	487	64.196	0,04%
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	I	58.116	124	58.240	0,04%
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	I	322.865	10.921	333.786	0,23%
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	I	893.604	29.400	923.004	0,64%
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	I	6.536	-	6.536	0,00%
10000 - SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA E TECNOLOGIA	D	161.177	22.851	184.028	0,13%
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPES	I	988.428	5.802	994.229	0,69%
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	I	3.096.139	197.928	3.294.067	2,28%
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	I	1.725.800	99.851	1.825.651	1,26%
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	I	1.462.911	75.405	1.538.316	1,06%
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	I	1.141.891	189.264	1.331.155	0,92%
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	I	49.962	6.323	56.285	0,04%
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	I	46.867	3.208	50.075	0,03%
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	I	138.794	32.108	170.902	0,12%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	D	478.519	93.812	572.331	0,40%
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	I	191.771	3.350	195.121	0,14%
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	I	14.600	-	14.600	0,01%
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	D	501.422	70.426	571.848	0,40%
15000 - SECRETARIA DE ENERGIA	D	0	-	0	0,00%
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	D	81.798	802.713	884.510	0,61%
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	I	955.104	3.119.031	4.074.135	2,82%
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	I	44.503	44.858	89.361	0,06%
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.E.S.P.-ARTES	I	157.164	4.130	161.294	0,11%
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	D	47.091	49.046	96.137	0,07%
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	I	40.881	264	41.146	0,03%
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	I	47.657	1.344	49.001	0,03%
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	I	997.072	24.917	1.021.988	0,71%

17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	I	12.501	162	12.663	0,01%
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	I	96.299	2.101	98.400	0,07%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	D	7.357.225	440.681	7.797.906	5,40%
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	I	149.026	-	149.026	0,10%
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	D	1.870.111	443.708	2.313.819	1,60%
20058 - INST.DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE S.P.- IPESP	I	15.585	137	15.722	0,01%
20060 - CART.PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS DE SAO PAUL	I	0	-	0	0,00%
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	I	17.576.820	441	17.577.261	12,17%
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	D	40.378.560	4.542.770	44.921.330	31,09%
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	D	110.653	441	111.094	0,08%
23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	I	3.601	181	3.782	0,00%
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	D	0	0	0	0,00%
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	D	82.788	1.478.562	1.561.350	1,08%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	D	165.883	15.329	181.213	0,13%
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	I	70.793	9.035	79.827	0,06%
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	I	24.409	2.607	27.016	0,02%
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	I	334.540	11.019	345.559	0,24%
27000 - MINISTERIO PUBLICO	D	1.228.437	37.876	1.266.312	0,88%
28000 - CASA CIVIL	D	253.268	40.899	294.167	0,20%
28081 - CART.DE PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS EST.SP.	I	0	-	0	0,00%
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	D	77.844	204.610	282.455	0,20%
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	I	28.204	74	28.279	0,02%
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	I	39.315	27	39.342	0,03%
29055 - AGENCIA METROPOLIT.DA BAIXADA SANTISTA-AGEM	I	3	0	3	0,00%
29056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS - AGEMCAMP	I	24	0	24	0,00%
29090 - EMP.PAULISTA DE PLANEJ.METROP.S.A.-EMPLASA	I	1.303	0	1.303	0,00%
29094 - CIA.PAULISTA DE EVENTOS E TURISMO - CPETUR	I	230	-	230	0,00%
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	D	704.314	61.315	765.630	0,53%
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	D	410.718	2.618.801	3.029.518	2,10%
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	I	1.479.467	981.750	2.461.217	1,70%
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	D	1.941.528	334.623	2.276.151	1,58%
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	I	49.038	65	49.103	0,03%
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	D	108.783	171.961	280.744	0,19%
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	I	407.214	307.512	714.726	0,49%
39056 - AGENCIA REGUL.SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	I	8.690	14	8.704	0,01%
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	D	950.940	6.562	957.503	0,66%
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	D	141.472	4.142	145.614	0,10%
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	D	512.266	3.730	515.996	0,36%
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	D	255	-	255	0,00%
43047 - FUND.DE AMPARO A PESQUISA DO EST.S.P.-FAPESP	I	0	0	0	0,00%
43058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	I	0	0	0	0,00%
43059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS-UNICAMP	I	0	0	0	0,00%
43061 - UNIV.EST.PAULISTA JULIO MESQ.FILHO-UNESP	I	0	0	0	0,00%
43065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA - FAMEMA	I	2.478	0	2.478	0,00%
43066 - FACULD.MEDICINA S.JOSE DO RIO PRETO - FAMERP	I	2.446	0	2.446	0,00%
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	D	660.939	51.263	712.202	0,49%
44047 - FUNDAÇAO DESENVOLV.ADMINISTRATIVO - FUNDAP	I	260.233	485	260.718	0,18%
44058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SER.PUBLICO-IAMSPE	I	728.233	8.638	736.872	0,51%
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	D	1.880	0	1.880	0,00%
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	D	581	0	581	0,00%
46046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	I	0	0	0	0,00%
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	D	29.354	3.364	32.718	0,02%
48000 - SECR. DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	D	9.684	60.982	70.666	0,05%
48055 - AGENCIA METROPOLITANA BAIXADA SANTISTA-AGEM	I	2.439	6	2.445	0,00%
48056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS-AGEMCAMP	I	7.662	6	7.668	0,01%
48090 - EMP.PAULISTA PLANEJ.METROPOLITANO S.A-EMPLAS	I	33.469	10.554	44.023	0,03%
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	D	7.658	40.201	47.859	0,03%
49055 - AG.REGULADORA SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	I	21.574	199	21.773	0,02%
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	D	22.193	216.131	238.323	0,16%
50090 - COMPANHIA PAULISTA EVENTOS E TURISMO-CPETUR	I	5.726	-	5.726	0,00%
TOTAL		**126.186.286**	**18.286.349**	**144.472.635**	**100%**

Verifica-se que os maiores valores estão consignados na Administração Geral do Estado, com 31,09% do total das Despesas.

Isto se deve, principalmente, às transferências aos municípios, e às amortizações, juros e encargos da dívida.

Na seqüência, temos a SPPREV com 12,17% e a Secretaria da Educação com 11,75% dos gastos consolidados.

Continuando, se distribuídas por funções, as despesas realizadas ficam assim distribuídas:

R$ MILHARES

FUNÇÕES - ADM. DIRETA	2008	2009	2010	2011	%
ADMINISTRACAO	2.426.468	2.609.279	3.077.626	3.144.789	2,99%
AGRICULTURA	482.762	604.942	609.349	551.720	0,52%
ASSISTENCIA SOCIAL	408.199	426.807	586.050	785.358	0,75%
CIENCIA E TECNOLOGIA	47.047	62.681	98.288	115.847	0,11%
COMERCIO E SERVICOS	977.418	650.766	11.980	379.154	0,36%
COMUNICACOES	88.172	164.429	139.160	91.692	0,09%
CULTURA	371.049	561.334	694.507	600.438	0,57%
DESPORTO E LAZER	111.513	108.374	146.981	171.291	0,16%
DIREITOS DA CIDADANIA	1.565.104	2.004.016	2.079.446	2.369.584	2,25%
EDUCACAO	12.183.749	12.519.409	15.199.796	17.126.165	16,28%
ENCARGOS ESPECIAIS	31.646.997	33.521.013	37.715.046	43.754.301	41,59%
ENERGIA	194	43	2.824	41.407	0,04%
ESSENCIAL A JUSTICA	3.195.739	3.185.549	3.576.246	2.739.811	2,60%
GESTAO AMBIENTAL	219.907	221.520	277.616	261.612	0,25%
HABITACAO	708.373	763.535	1.354.528	1.561.350	1,48%
INDUSTRIA	0	1.000	0	5.000	0,00%
JUDICIARIA	4.153.884	4.334.463	4.515.934	5.078.320	4,83%
LEGISLATIVA	729.976	798.537	872.372	898.955	0,85%
PREVIDENCIA SOCIAL	695.385	696.003	1.081.350	1.166.969	1,11%
SANEAMENTO	169.459	309.547	326.894	201.932	0,19%
SAUDE	9.344.426	10.344.266	11.415.545	12.232.332	11,63%
SEGURANCA PUBLICA	6.031.787	6.922.610	7.323.458	8.005.252	7,61%
TRABALHO	150.014	152.471	152.403	111.397	0,11%
TRANSPORTE	3.593.038	4.068.557	4.378.709	3.820.131	3,63%
TOTAL	**79.300.659**	**85.031.151**	**95.636.108**	**105.214.807**	**100%**

R$ milhares

FUNÇÕES - ADM. INDIRETA	2008	2009	2010	2011	%
ADMINISTRACAO	448.513	451.618	491.416	383.805	0,98%
ASSISTENCIA SOCIAL	3.439	6.856	7.111	0	0,00%
CIENCIA E TECNOLOGIA	144.079	663.442	706.315	858.805	2,19%
COMERCIO E SERVICOS	0	0	2.742	5.956	0,02%
CULTURA	205.685	228.603	298.423	209.721	0,53%
DIREITOS DA CIDADANIA	663.086	727.762	857.282	1.138.705	2,90%
EDUCACAO	5.882.953	5.645.937	7.020.395	7.648.359	19,48%
ENCARGOS ESPECIAIS	0	0	0	79.370	0,20%
ENERGIA	7.360	6.504	6.356	4.921	0,01%
GESTAO AMBIENTAL	463.112	570.981	685.019	846.629	2,16%
ORGANIZACAO AGRARIA	40.656	54.030	40.931	48.974	0,12%
PREVIDENCIA SOCIAL	13.813.026	14.628.073	15.481.126	17.600.749	44,83%
SANEAMENTO	161.083	198.483	208.638	266.685	0,68%
SAUDE	2.636.530	2.845.536	3.134.403	3.375.358	8,60%
TRABALHO	3.819	4.385	3.108	3.782	0,01%
TRANSPORTE	5.666.187	7.347.083	8.713.402	6.786.007	17,29%
TOTAL	**30.139.528**	**33.379.293**	**37.656.667**	**39.257.828**	**100%**

R$ milhares

FUNÇÕES - CONSOLIDADO	2008	2009	2010	2011	%
ADMINISTRACAO	2.874.981	3.060.896	3.569.042	3.528.594	2,44%
AGRICULTURA	482.762	604.942	609.349	551.720	0,38%
ASSISTENCIA SOCIAL	411.638	433.663	593.161	785.358	0,54%
CIENCIA E TECNOLOGIA	191.126	726.123	804.602	974.651	0,67%
COMERCIO E SERVICOS	977.418	650.766	14.723	385.110	0,27%
COMUNICACOES	88.172	164.429	139.160	91.692	0,06%
CULTURA	576.734	789.937	992.930	810.159	0,56%
DESPORTO E LAZER	111.513	108.374	146.981	171.291	0,12%
DIREITOS DA CIDADANIA	2.228.190	2.731.778	2.936.727	3.508.290	2,43%
EDUCACAO	18.066.702	18.165.346	22.220.190	24.774.525	17,15%
ENCARGOS ESPECIAIS	31.646.997	33.521.013	37.715.046	43.833.671	30,34%
ENERGIA	7.554	6.547	9.180	46.328	0,03%
ESSENCIAL A JUSTICA	3.195.739	3.185.549	3.576.246	2.739.811	1,90%
GESTAO AMBIENTAL	683.019	792.501	962.635	1.108.240	0,77%
HABITACAO	708.373	763.535	1.354.528	1.561.350	1,08%
INDUSTRIA	0	1.000	0	5.000	0,00%
JUDICIARIA	4.153.884	4.334.463	4.515.934	5.078.320	3,52%
LEGISLATIVA	729.976	798.537	872.372	898.955	0,62%
ORGANIZACAO AGRARIA	40.656	54.030	40.931	48.974	0,03%
PREVIDENCIA SOCIAL	14.508.410	15.324.076	16.562.476	18.767.718	12,99%
SANEAMENTO	330.542	508.030	535.532	468.617	0,32%
SAUDE	11.980.956	13.189.802	14.549.949	15.607.690	10,80%
SEGURANCA PUBLICA	6.031.787	6.922.610	7.323.458	8.005.252	5,54%
TRABALHO	153.833	156.856	155.511	115.179	0,08%
TRANSPORTE	9.259.225	11.415.640	13.092.111	10.606.138	7,34%
TOTAL	**109.440.186**	**118.410.443**	**133.292.775**	**144.472.635**	**100%**

Afora os Encargos Especiais, que se compõem principalmente de Transferências Financeiras a Municípios e ao Pagamento da Dívida Pública, os maiores gastos foram nas funções Educação (17,15%), Previdência Social (12,99%), Saúde (10,80%), Transporte (7,34%) e Segurança Pública (5,54%).

1.2.4 - Propaganda/Publicidade

R$ MILHARES

PROPAGANDA/PUBLICIDADE	2008	2009	2010	2011	AV% 2011
ADM. DIRETA	168.438	221.237	214.158	137.287	97,24%
ADM. INDIRETA	10.334	89.850	48.045	3.902	2,76%
TOTAL	**178.772**	**311.087**	**262.203**	**141.189**	**100%**
VARIAÇÃO % SOBRE O ANO ANTERIOR		74,01%	-15,71%	-46,15%	

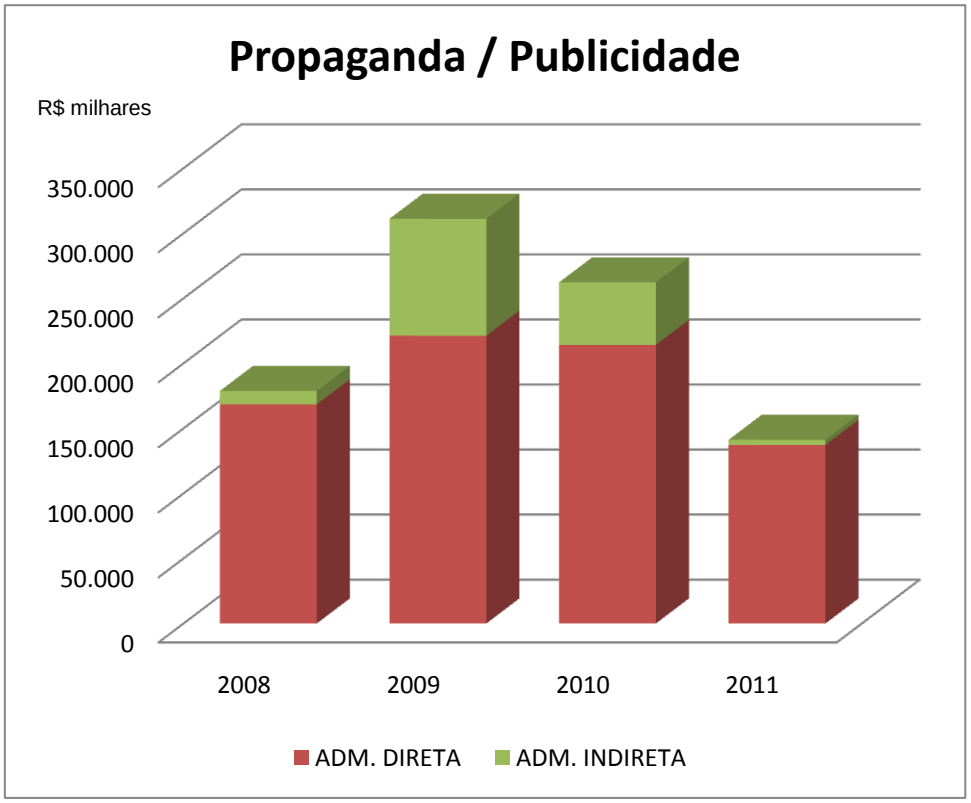
R$ MILHARES

PUBLICIDADE LEGAL	2008	2009	2010	2011	AV% 2011
ADM. DIRETA	167	242	342	243	5,09%
ADM. INDIRETA	2.727	3.338	4.088	4.533	94,91%
TOTAL	**2.895**	**3.580**	**4.430**	**4.776**	**100%**
VARIAÇÃO % SOBRE O ANO ANTERIOR		23,67%	23,75%	7,82%	

O total do dispêndio a título de propaganda/publicidade, no exercício em exame, importou em R$ 141.189 mil, correspondendo a um decréscimo da ordem de 46,15% em relação aos gastos do exercício anterior, que importaram em R$ 262.203 mil.

Os gastos com Publicidade Legal corresponderam a R$ 4.776 mil, correspondendo a um aumento de 7,82% em relação ao exercício anterior.

O gráfico seguinte ilustra a variação dos gastos nos últimos quatro exercícios:



Observa-se uma variação nos gastos com Propaganda, de -46,15% de 2011 em relação a 2010.

A seguir, discriminaremos os valores por órgão:

R$ MILHARES

PROPAGANDA/PUBLICIDADE - ADM. DIRETA	2008	2009	2010	2011	AV% 2011
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	14.085	17.778	21.868	18.516	13,49%
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	278	0	0	0	0,00%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	20.013	20.521	20.022	13.288	9,68%
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	25.212	24.139	25.127	22.800	16,61%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	506	127	656	203	0,15%
13000 - SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	5.027	21	26	19	0,01%
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	-	-	-	6	0,00%
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	0	6	14	19	0,01%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	254	52	45	26	0,02%
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	20.000	7.378	20.195	1.021	0,74%
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	3	5	5	42	0,03%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	1.030	161	159	73	0,05%
28000 - CASA CIVIL	1	3	1	81.013	59,01%
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2	-	-	3	0,00%
37000 - SEC. DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	-	-	-	2	0,00%
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	4	4	25	12	0,01%
39000 - SEC. DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	19	0	-	12	0,01%
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	-	-	7	-	0,00%
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	0	0	5	0	0,00%
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	82.000	151.033	126.000	0	0,00%
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	-	6	2	-	0,00%
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	4	2	0	-	0,00%
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	-	-	-	234	0,17%
TOTAL	**168.438**	**221.237**	**214.158**	**137.287**	**100%**

R$ MILHARES

PROPAGANDA/PUBLICIDADE - ADM. INDIRETA	2008	2009	2010	2011	AV% 2011
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	161	185	209	174	4,47%
10000 - SEC.DESENV. ECONOM, CIENCIA E TECNOLOGIA	37	183	520	606	15,54%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	0	0	0	7	0,17%
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	1.869	12.012	3.688	47	1,19%
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	5	5.074	1.931	14	0,35%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	42	-	-	22	0,57%
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	0	7	13	17	0,44%
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	-	27	-	-	0,00%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	7	19.776	2.965	694	17,79%
29000 - SEC. DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	11	3.985	995	-	0,00%
37000 - SEC. DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	8.118	48.387	37.693	2.308	59,14%
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	-	3	-	-	0,00%
39000 - SEC. DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	57	26	-	11	0,29%
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	27	176	32	0	0,00%
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	2	9	-	-	0,00%
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	-	-	-	2	0,05%
TOTAL	**10.334**	**89.850**	**48.045**	**3.902**	**100%**

R$ MILHARES

PROPAGANDA/PUBLICIDADE	2008	2009	2010	2011	AV% 2011
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	14.085	17.778	21.868	18.516	13,11%
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	278	0	0	0	0,00%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	20.013	20.521	20.022	13.288	9,41%
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	25.373	24.325	25.336	22.974	16,27%
10000 - SEC.DESENV. ECONOM, CIENCIA E TECNOLOGIA	37	183	520	606	0,43%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	506	127	656	210	0,15%
13000 - SEC DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	5.027	21	26	19	0,01%
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	1.869	12.012	3.688	52	0,04%
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	5	5.080	1.946	32	0,02%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	295	52	45	48	0,03%
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	20.000	7.385	20.208	1.038	0,74%
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	3	32	5	42	0,03%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	1.038	19.938	3.124	767	0,54%
28000 - CASA CIVIL	1	3	1	81.013	57,38%
29000 - SEC DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	11	3.985	995	-	0,00%
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2	-	-	3	0,00%
37000 - SEC DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	8.118	48.387	37.693	2.309	1,64%
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	4	7	25	12	0,01%
39000 - SEC DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	76	26	-	23	0,02%
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	-	-	7	-	0,00%
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	0	0	5	0	0,00%
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	27	176	32	0	0,00%
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	2	9	0	-	0,00%
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	82.000	151.033	126.000	0	0,00%
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	-	6	2	-	0,00%
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	4	2	0	-	0,00%
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	-	-	-	2	0,00%
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	-	-	-	234	0,17%
TOTAL	**178.772**	**311.087**	**262.203**	**141.189**	**100%**

Fonte: SIGEO – Despesas Liquidadas

Os maiores dispêndios em 2010 foram na Casa Civil (57,38%), Secretaria da Saúde (16,27%), Assembléia Legislativa (13,11%) e Secretaria da Educação (9,41%).

1.3 - Créditos Adicionais

Conforme disposições legais, inclusive a Lei Orçamentária n.º 14.309, de 27 de dezembro de 2.010, foram abertos, no exercício, Créditos Adicionais (por Decreto, Automático e Especial) no montante de R$ 27.241.153 mil, do qual deduzindo-se as reduções por Decreto no valor de R$ 15.689.025 obtém-se o valor de R$ 11.552.128 mil.

Informamos que o artigo 8º da Lei Orçamentária regulamentou a abertura de créditos suplementares no exercício em análise.

A seguir, demonstramos os valores suplementados no exercício 2011:

R$ milhares

ADMINISTRAÇÃO	Dotação Inicial	Suplementação por Decreto	Suplementação Automática	Crédito Especial	Redução por Decreto	Dotação Atualizada
. Direta	117.333.097	7.478.098	3.456.237	0	3.591.726	124.675.706
. Indireta	38.217.780	14.223.102	2.083.716	0	12.097.300	42.427.298
CONSOLIDADO	**155.550.877**	**21.701.200**	**5.539.953**	**0**	**15.689.025**	**167.103.004**

RESUMO					R$ milhares
Itens	2007	2008	2009	2010	2011
Dotação Inicial	85.191.458	107.003.832	130.365.087	140.424.396	155.550.877
.Suplementação por Decreto	15.489.278	17.040.843	9.560.680	14.949.118	21.701.200
.Suplementação Automática	7.573.143	6.607.549	3.463.073	5.120.784	5.539.953
.Crédito Especial	100	658	300	4.526	0
Subtotal Crédito Suplementar	*23.062.521*	*23.649.050*	*13.024.053*	*20.074.429*	*27.241.153*
.Redução	-9.394.736	-6.752.301	-7.253.312	-5.413.153	-15.689.025
Dotação Atualizada	**98.859.243**	**123.900.581**	**136.135.827**	**155.085.671**	**167.103.005**
Dot. Atual. (–) Dot. Inicial	13.667.785	16.896.749	5.770.740	14.661.276	11.552.128
% da Dotação Inicial	16,04%	15,79%	4,43%	10,44%	7,43%

Informamos, também, que na suplementação por decreto estão incluídos R$ 1.595.832.896 referentes a créditos concedidos por superávit financeiro.

1.4 - Reserva de Contingência

Conforme se depreende do artigo 91 do Decreto-Lei n.° 200/67, com redação atualizada pelo Decreto-Lei n.° 1.763/80, o orçamento anual poderá consignar dotação global na Reserva de Contingência "não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais".

O artigo 8°, inciso II, da Lei Orçamentária n° 14.309, de 27.12.2010, autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite consignado como Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto no inciso III, artigo 5°, da Lei Complementar n° 101, de 04.05.2000.

No exercício em exame, foi previsto o valor de R$ 10.000.000 (dez milhões de reais) como Reserva de Contingência.

2 - Balanço Financeiro

Demonstra a Receita e a Despesa Orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, de acordo com o artigo 103 da Lei Federal n.º 4.320/64.

CONSOLIDADO	R$ 1,00	
Disponível Exercício Anterior		26.443.520.700
(+) Receitas Orçamentárias	159.225.823.532	
Extra-Orçamentárias (+)	61.168.020.522	
Sub-total		220.393.844.054
(-) Despesas Orçamentárias	159.949.788.188	
Extra-Orçamentárias (-)	53.939.429.690	
Sub-total		213.889.217.878
Disponível Total para o exercício seguinte		32.948.146.877

Conforme Ofício nº 039/2012 da Contadoria Geral do Estado (fls.324/329 do TC-A 12820/026/11).

As Disponibilidades transferidas para o exercício seguinte, por tipo de Administração, compõem-se de:

R$ 1,00

Saldos para o Exercício Seguinte	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
.Caixa	738.144	1.612.735	2.350.878
.Bancos conta movimento	1.719.427.084	151.801.107	1.871.228.191
.Aplicações Financeiras	22.099.573.012	8.183.898.169	30.283.471.181
.Recursos Vinculados	0	0	0
.Bancos conta movim.(set. e subsetoriais)	27.142.761	763.948.369	791.091.130
.Disponivel no Exterior	5.506	0	5.506
TOTAL	**23.846.886.507**	**9.101.260.380**	**32.948.146.887**

Evolução do Disponível

Exercício	R$ 1,00	% s/ ano anterior
2011	32.948.146.887	24,60%
2010	26.443.520.700	26,24%
2009	20.947.775.265	9,59%
2008	19.114.436.662	35,34%

Comparando a disponibilidade do exercício anterior de R$ 26.443.520.700 com a disponibilidade do atual

exercício, verifica-se um aumento de R$ 6.504.626.187, correspondente a 24,60%.

Informamos que a Secretaria da Fazenda encaminhou cópia dos extratos bancários com o saldo de 31/12/2011, em atendimento ao artigo 3°, inciso VI das Instruções 1/2008. Salientamos que foram enviados apenas os extratos das contas controladas pela própria Secretaria.

Verificamos que a conta com o maior saldo denomina-se "Conta Única – Tesouro", no Banco do Brasil S.A., cuja composição descrevemos:

BANCO DO BRASIL S.A. CONTA ÚNICA - TESOURO	**R$**
• Disponível em conta	781.526
• Aplicações Disponíveis	24.871.605.536
Saldo total	24.872.387.062

O valor corresponde a 75,49% das disponibilidades transferidas para o exercício seguinte.

2.1 - Dívida Financeira

Através do Balanço Financeiro, apura-se a Dívida Financeira deduzindo-se da Receita Extra-Orçamentária (Inscrição da Dívida) a Despesa Extra-Orçamentária.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA R$ 1,00

Itens	Receita Extra-Orçamentária	Despesa Extra-Orçamentária	Resultado Financeiro
- Restos a Pagar	15.751.548.395	9.459.077.186	**6.292.471.209**
- Serviço da Dívida	891.046.311	0	**891.046.311**
- Depósitos	10.783.456.251	10.708.503.629	**74.952.622**
- Restituições a Pagar	283.152.080	278.361.584	**4.790.496**
- Diversas Contas	7.146.912.519	25.677.875.461	**-18.530.962.942**
T O T A I S	**34.856.115.557**	**46.123.817.860**	**-11.267.702.304**

O resultado apurado na Administração Direta indica uma Dívida Financeira no valor de R$ 11.267.702.304.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA R$ 1,00

Itens	Receita Extra-Orçamentária	Despesa Extra-Orçamentária	Resultado Financeiro
- Restos a Pagar	8.550.523.029	6.264.880.180	**2.285.642.849**
- Serviço da Dívida	891.046.311	325.263	**890.721.048**
- Depósitos	11.320.688.084	10.145.245.073	**1.175.443.012**
- Restituições a Pagar	63.678.848	67.002.008	**-3.323.160**
- Diversas Contas	22.210.581.431	8.062.772.033	**14.147.809.397**
T O T A I S	**43.036.517.703**	**24.540.224.558**	**18.496.293.146**

O apurado na Administração Indireta consigna um resultado positivo da ordem de R$ 18.496.293.146.

CONSOLIDADO R$ 1,00

Itens	Receita Extra-Orçamentária	Despesa Extra-Orçamentária	Resultado Financeiro
- Restos a Pagar	26.668.674.330	15.723.957.366	**10.944.716.964**
- Serviço da Dívida	893.503.193	325.263	**893.177.930**
- Depósitos	22.104.144.336	20.853.748.702	**1.250.395.634**
- Restituições a Pagar	25.686.354	25.751.873	**-65.519**
- Diversas Contas	11.476.012.310	17.335.646.487	**-5.859.634.177**
T O T A I S	**61.168.020.522**	**53.939.429.690**	**7.228.590.832**

Consolidando as administrações Direta e Indireta, temos um resultado positivo de R$ 7.288.590.832.

R$ 1,00

DISPONÍVEL - CONSOLIDAÇÃO	Adm Direta	Adm Indireta	Total
Resultado Financeiro	-11.267.702.304	18.496.293.146	7.228.590.842
(+)Superávit/Déficit Orçamentário	16.091.412.116	-16.815.376.771	-723.964.656
(+)Disponível de 2010	19.023.176.695	7.420.344.005	26.443.520.700
(=)Disponível de 2011	23.846.886.507	9.101.260.380	32.948.146.887

A consolidação nos mostra um resultado positivo de R$ 7.228.590.842, que subtraído ao Déficit Orçamentário de R$ 723.964.656 e somado ao Disponível do exercício anterior de R$ 26.443.520.700, totaliza o valor dos recursos transferidos para o exercício seguinte, de R$ 32.948.146.887.

2.2. - Dívida Flutuante

Sob o aspecto legal, a dívida flutuante compreende:

- os restos a pagar (excluídos os serviços da dívida);
- os serviços da dívida a pagar;
- os depósitos; e
- os débitos de Tesouraria.

Discriminamos a seguir a composição:

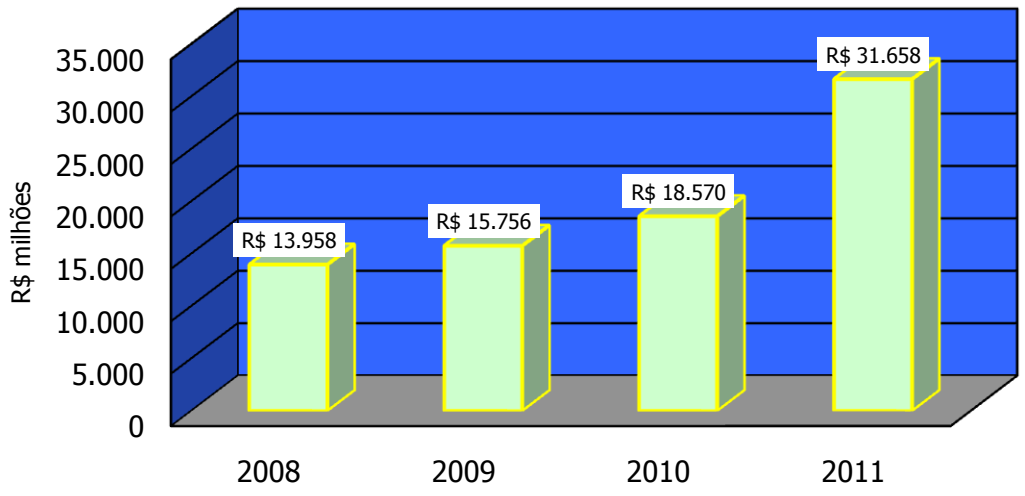
Adm. Direta		
Restos a Pagar	**R$ 1,00**	
Saldo do Exercício Anterior	9.459.077.186	
Inscrição	15.751.548.395	
Baixa	9.459.077.186	15.751.548.395
Serviço da Dívida Pública		
Saldo do Exercício Anterior	0	
Inscrição	891.046.311	
Baixa	0	891.046.311
Depósitos		
Saldo do Exercício Anterior	708.502.537	
Inscrição	10.783.456.251	
Baixa	10.708.503.629	783.455.160
Total Geral		17.426.049.866

Adm. Indireta		
Restos a Pagar	**R$ 1,00**	
Saldo do Exercício Anterior	6.264.880.180	
Inscrição	8.550.523.029	
Baixa	6.264.880.180	8.550.523.029
Serviço da Dívida Pública		
Saldo do Exercício Anterior	325.263	
Inscrição	891.046.311	
Baixa	325.263	891.046.311
Depósitos		
Saldo do Exercício Anterior	2.136.907.512	
Inscrição	11.320.688.084	
Baixa	10.145.245.073	3.312.350.523
Total Geral		12.753.919.863

Consolidado		
Restos a Pagar	**R$ 1,00**	
Saldo do Exercício Anterior	15.723.957.366	
Inscrição	26.668.674.330	
Baixa	15.723.957.366	26.668.674.330
Serviço da Dívida Pública		
Saldo do Exercício Anterior	325.263	
Inscrição	893.503.193	
Baixa	325.263	893.503.193
Depósitos		
Saldo do Exercício Anterior	2.845.410.049	
Inscrição	22.104.144.336	
Baixa	20.853.748.702	4.095.805.683
Total Geral		31.657.983.206

Evolução da Dívida Flutuante

Exercício	R$ 1,00	% s/ exercício anterior
2011	31.657.983.206	70,48%
2010	18.569.692.678	17,86%
2009	15.756.248.966	12,89%
2008	13.957.786.480	41,16%



3 – Balanço Patrimonial

Demonstra os resultados financeiros da execução orçamentária, os bens e valores patrimoniais e os compromissos que constituem o Ativo, bem como as dívidas e outras obrigações em favor de terceiros, vinculadas ao Passivo.

Reflete, também, o saldo patrimonial e as contas de compensação.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Títulos	**R$1,00**
Ativo Financeiro	**39.017.400.259**
Ativo Permanente	**298.763.408.053**
Soma do Ativo Real	**337.780.808.312**
Ativo Compensado	**235.615.149.606**
T O T A L	**573.395.957.918**
Passivo Financeiro	**23.249.330.000**
Passivo Permanente	**207.613.451.824**
Soma do Passivo Real	**230.862.781.824**
Ativo Real Líquido	**106.918.026.488**
Passivo Compensado	**235.615.149.606**
T O T A L	**573.395.957.918**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Títulos	**R$1,00**
Ativo Financeiro	**16.470.568.257**
Ativo Permanente	**33.678.397.571**
Soma do Ativo Real	**50.148.965.828**
Ativo Compensado	**13.781.210.027**
T O T A L	**63.930.175.855**
Passivo Financeiro	**15.303.637.313**
Passivo Permanente	**7.004.079.603**
Soma do Passivo Real	**22.307.716.916**
Ativo Real Líquido	**27.841.248.912**
Passivo Compensado	**13.781.210.027**
T O T A L	**63.930.175.855**

CONSOLIDADO	
Títulos	**R$1,00**
Ativo Financeiro	**55.487.968.516**
Ativo Permanente	**328.224.189.298**
Soma do Ativo Real	**383.712.157.814**
Ativo Compensado	**249.396.359.633**
T O T A L	**633.108.517.447**
Passivo Financeiro	**38.552.967.313**
Passivo Permanente	**214.617.531.427**
Soma do Passivo Real	**253.170.498.740**
Ativo Real Líquido	**130.541.659.074**
Passivo Compensado	**249.396.359.633**
T O T A L	**633.108.517.447**

Conforme Ofício nº 039/2012 da Contadoria Geral do Estado (fls.324/329 do TC-A 12820/026/11).

Ativo/Passivo Real Líquido	2008	2009	2010	2011
Administração Direta	9.869.744.509	43.157.272.790	107.587.117.436	106.918.026.488
Administração Indireta	17.475.535.798	19.555.114.843	26.684.470.410	27.841.248.912
Soma	**27.345.280.307**	**62.712.387.633**	**134.271.587.846**	**134.759.275.401**
Ajustes	-4.836.090.160	-4.474.383.908	-4.273.924.368	-4.217.616.327
TOTAL	**22.509.190.147**	**58.238.003.725**	**129.997.663.478**	**130.541.659.074**

Alertamos que, no exercício em análise, deve ser expurgado do Ativo Real Líquido Consolidado o valor de R$ -4.217.616.327, correspondente aos ajustes na consolidação com as empresas dependentes, conforme discriminado no Anexo 14-B do Balanço Geral.

Assim, o Balanço Patrimonial do Estado demonstrou que a soma das Administrações Direta e Indireta evidenciou um Ativo Real Líquido de R$ 130.541.659.074.

3.1 – Créditos / Dívida Ativa

O total da conta "Créditos" importa em R$ 210.414.478.989 e está assim composto:

Itens	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
.Créditos Trib. - Dív. Ativa Tributária	190.539.606.073	0	**190.539.606.073**
.PPI - Débitos Inscritos na Dívida Ativa	2.900.557.976	0	**2.900.557.976**
Subtotal - Dívida Ativa	*193.440.164.048*	*0*	**193.440.164.048**
.Créditos do RPPS	0	10.444.291.664	**10.444.291.664**
.Créditos Trib. - Parc Deb. Fiscal	3.914.523	7.136	**3.921.659**
.PPI - Débitos não Inscritos na Dív. Ativa	984.506.844	0	**984.506.844**
.Dívida Ativa Não Tributária	16.122	645.412.355	**645.428.477**
.Outros Créditos a Receber	3.729.050	401.582.024	**405.311.074**
.Empréstimos e Financ. Concedidos	753.239.679	615.962.430	**1.369.202.109**
.Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0	35.098.194	**35.098.194**
.Títulos e Valores	361.815.340	2.724.739.579	**3.086.554.919**
TOTAL	**195.547.385.606**	**14.867.093.383**	**210.414.478.989**

Conforme Ofício nº 039/2012 da Contadoria Geral do Estado (fls.324/329 do TC-A 12820/026/11).

As Dívidas Ativas são as importâncias relativas a tributos, multas e créditos da Fazenda Pública lançadas, mas não cobradas ou não recolhidas no exercício em pauta. A partir da data de sua inscrição, conforme consta no artigo 39 da Lei Federal n.º 4.320/64, são contabilizadas na conta Créditos Tributários - Dívida Ativa Tributária.

Apresentou, conforme o Balanço Geral do Estado, a cifra de R$ 193.440.164.048, considerando os débitos renegociados no PPI – Programa de Parcelamento Incentivado.

Comparando-se o saldo da Dívida Ativa Tributária deste exercício, de R$ 193.440.164.048, com o valor de R$ 198.383.766.724 do ano anterior, verifica-se uma diminuição de R$ 4.943.602.676, equivalente a 2,49%.

O quadro a seguir demonstra a evolução da dívida ativa tributária nos últimos três exercícios, salientando que, até 2009, a atualização dos juros de mora era equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, por mês de atraso, em 2010, a atualização é feita pela taxa de juros de mora de 0,10% ao dia, fixada pela Resolução SF-11, de 28/01/10 e em 2011 fixada pela Resolução SF-98, de 13/10/10 ambos nos termos previstos na Lei Estadual nº 13.918, de 22/12/09:

R$ 1

Dívida Ativa Tributária	2009	AV%	2010	AV%	2011	AV%
Estoque inicial	92.603.982.070	76,54	120.987.279.637	60,99	198.383.766.724	102,56
(+) Entradas no Estoque da Dívida Ativa	15.938.729.913	13,17	23.171.579.738	11,68	32.615.596.825	16,86
(-) Saídas do Estoque da Dívida Ativa	1.397.585.513	(1,16)	2.583.340.710	(1,30)	103.069.994.975	(53,28)
(+) Atualização	13.842.153.166	11,44	56.808.248.059	28,64	65.510.795.474	33,87
Estoque Final	**120.987.279.637**	**100**	**198.383.766.724**	**100**	**193.440.164.048**	**100**

3.1.1 – Acompanhamento da Dívida Ativa

ANTECEDENTES

No exercício 2008, foi realizado um trabalho sobre a Dívida Ativa do Estado.

Naquela ocasião, mencionamos que o valor registrado contabilmente era da ordem de R$ 92,6 bilhões, contra uma Receita Corrente Líquida de R$ 82,2 bilhões.

Passados três anos, elaboramos o presente relatório, momento em que o valor da Dívida Ativa atinge R$ 193,4 bilhões contra uma Receita Corrente Líquida de R$ 108,0 bilhões.

Nos itens a seguir, procuramos demonstrar as ocorrências que influenciaram os números apresentados pelo Governo Estadual.

SANEAMENTO

A partir da implantação do SDA-Sistema da Dívida Ativa, houve a migração da base de dados, da SEFAZ-Secretaria da Fazenda para a PGE-Procuradoria Geral do Estado.

Os valores registrados apresentavam problemas, o que gerou a necessidade de conferir os processos em papel contra os dados do sistema.

Os principais problemas referiam-se à não aplicação do corte de zeros dos planos econômicos e à divisão por 2.750 do Plano Real.

A fase I do 'saneamento' de valores, que vinha sendo realizado desde 2007, chegou ao término, com a baixa de R$ 96,5 bilhões. Os trabalhos foram efetuados em conjunto pela SEFAZ e pela PGE.

TIPOS DE DÉBITO

A seguir, passamos a analisar a dívida ativa por tipo de débito.

TIPO_DEBITO	QTDE_DEBITO	%	TOTAL_SEM_VH	%
• Devolução de Qualquer Natureza	869	0,0238%	R$ 22.924.194,25	0,0119%
• ICMS Alteração de GIA	31	0,0008%	R$ 5.268.604,71	0,0027%
• ICMS Autuação	156.292	4,2838%	R$ 138.439.075.950,27	71,5669%
• ICMS Declarado	1.245.489	34,1374%	R$ 52.081.183.135,98	26,9237%
• IPVA	2.068.822	56,7041%	R$ 1.016.813.343,98	0,5256%
• IPVA Autuação	26.482	0,7258%	R$ 73.462.557,55	0,0380%
• ITBI Doação / Causa Mortis	173	0,0047%	R$ 1.803.037,88	0,0009%
• ITCMD Causa Mortis Autuação	245	0,0067%	R$ 22.950.002,89	0,0119%
• ITCMD Causa Mortis Declarado	942	0,0258%	R$ 6.433.146,98	0,0033%
• ITCMD Doação Autuação	497	0,0136%	R$ 34.525.194,81	0,0178%
• ITCMD Doação Declarado	52	0,0014%	R$ 1.465.671,09	0,0008%
• Multa Cadastro IPVA	893	0,0245%	R$ 6.242.973,64	0,0032%
• Multa Contratual	942	0,0258%	R$ 85.507.440,33	0,0442%
• Multa de Transporte e Trânsito*	15.052	0,4126%	R$ 12.392.292,99	0,0064%
• Multa Ipca	230	0,0063%	R$ 31.018.703,24	0,0160%
• Multa Penal	10.976	0,3008%	R$ 13.167.369,99	0,0068%
• Multa Pessoal / Processual	2.724	0,0747%	R$ 21.880.564,28	0,0113%
• Multas	29.071	0,7968%	R$ 1.258.606.181,78	0,6506%
• Repasse	1	0,0000%	R$ 392.511,27	0,0002%
• Reposição de Vencimentos	25.953	0,7113%	R$ 150.707.623,51	0,0779%
• Taxa Judiciária	62.549	1,7144%	R$ 78.214.359,27	0,0404%
• Taxas Autuação	102	0,0028%	R$ 75.656.146,93	0,0391%
• Taxas Declarado	68	0,0019%	R$ 473.040,78	0,0002%
Total Geral	**3.648.455**	**100%**	**R$ 193.440.164.048,40**	**100%**

*Emissão de Fonte Móvel

São 3.648.455 (três milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinqüenta e cinco) débitos registrados no sistema SDA.

Do quadro anterior, destacamos o IPVA e o ICMS, conforme segue:

TIPO_DEBITO	QTDE_DEBITO	%	TOTAL_SEM_VH	%
IPVA	2.068.822	56,7041%	R$ 1.016.813.343,98	0,5256%
IPVA Autuação	26.482	0,7258%	R$ 73.462.557,55	0,0380%
Soma	**2.095.304**	**57,43%**	**1.090.275.902**	**0,56%**

TIPO_DEBITO	QTDE_DEBITO	%	TOTAL_SEM_VH	%
ICMS Alteração de GIA	31	0,0008%	R$ 5.268.604,71	0,0027%
ICMS Autuação	156.292	4,2838%	R$ 138.439.075.950,27	71,5669%
ICMS Declarado	1.245.489	34,1374%	R$ 52.081.183.135,98	26,9237%
Soma	**1.401.812**	**38,42%**	**R$ 190.525.527.690,96**	**98,49%**

Em quantidade, destaca-se o IPVA, que atinge 2.095.304 registros, seguido pelo ICMS, com 1.401.812.

Já em valores, destaca-se o ICMS com R$ 190,5 bilhões, equivalente a 98,49% do total da dívida ativa.

SEGMENTAÇÃO DO ESTOQUE

Após o saneamento, foi feita uma segmentação do estoque, com base em cruzamento de dados com os sistemas da SEFAZ. A seguir, transcrevemos o quadro:

TOTAL GLOBAL	QTDE CNPJ (SEM REPETIÇÃO ENTRE CLIENTES PGE)	QTDE_DEBITOS	VALOR_SEM_VH*
PESSOA FISICA	761.155	1.856.224	R$ 2.358.108.565,47
CNPJ ATIVO	90.648	633.109	R$ 63.106.408.298,29
CNPJ SUSPENSO	6.097	34.598	R$ 4.497.631.517,00
CNPJ INAPTO	129.952	729.081	R$ 89.300.464.639,59
CNPJ NULO	123	678	R$ 627.256.045,77
CNPJ BAIXADO	51.497	255.011	R$ 27.463.778.340,66
PESQUISA CNPJ NÃO ENCONTRADO	15.393	139.754	R$ 6.086.516.641,62
TOTAL	**1.054.865**	**3.648.455**	**R$ 193.440.164.048,40**

*VH – Verba Honorária devida aos advogados

Com base nos dados do quadro retro, realizamos a seguinte análise:

TOTAL GLOBAL	% QUANTIDADE (SEM REPETIÇÃO ENTRE CLIENTES PGE)	% QTDE_DEBITOS	% VALOR
a) PESSOA FÍSICA	72,16%	50,88%	1,22%
b) CNPJ ATIVO	8,59%	17,35%	32,62%
c) CNPJ SUSPENSO	0,58%	0,95%	2,33%
d) CNPJ INAPTO	12,32%	19,98%	46,16%
e) CNPJ NULO	0,01%	0,02%	0,32%
f) CNPJ BAIXADO	4,88%	6,99%	14,20%
g) PESQUISA CNPJ NÃO ENCONTRADO	1,46%	3,83%	3,15%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**

Observa-se que os contribuintes pessoa física (letra **a** do quadro) são em maior quantidade (72,16%), respondem pelo maior número de débitos (50,88%), mas com pouca representatividade em termos de valores (1,22%).

Já com relação às pessoas jurídicas, os contribuintes com CNPJ *ativo* (letra **b** do quadro) correspondem a 8,59%, respondendo por 17,35% dos débitos e a 32,62% dos valores.

Por outro lado, observa-se nas letras **c**, **d**, **e**, **f**, e **g** empresas cujo CNPJ apresenta algum tipo de problema, que pode indicar baixa probabilidade de recebimento.

Assim, embora as pessoas jurídicas respondam por 27,84% da quantidade de devedores, 49,12% da quantidade dos débitos e 98,78% dos valores, há necessidade de separar os valores realmente passíveis de recebimento daqueles com baixa probabilidade de recebimento.

Continuando, percebe-se que a letra **d)** CNPJ INAPTO[2] responde por 46,16% do valor da Dívida Ativa.

Conforme descrito na nota de rodapé, são empresas cassadas por diversos motivos, dentre os quais figuram fraude, receptação de mercadoria furtada ou roubada e adulteração de combustível.

Nesta situação, dificilmente os responsáveis por estas empresas cassadas recolherão os impostos devidos.

Nota-se, também, que a letra **f)** CNPJ BAIXADO[3] responde por 14,20% dos valores da Dívida Ativa. Trata-se de empresas extintas, que entendemos de baixa probabilidade de recebimento.

Taxa de Mortalidade das Empresas

Um fator que afeta as inscrições em dívida ativa é a mortalidade das empresas.

Quando passam por dificuldades financeiras, com freqüência deixam de honrar seus compromissos, dentre os quais os recolhimentos de impostos.

Conforme estudos[4] do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae[5] – Unidade São

---

[2] CNPJ INAPTO - Cassada por diversos motivos: prática de fraude fiscal; embaraço e/ou resistência à fiscalização; receptação de mercadoria furtada ou roubada; produção, comercialização ou estocagem de mercadoria falsificada ou adulterada; utilização como insumo, comercialização ou estocagem de mercadoria objeto de contrabando ou descaminho; simulação de realização de operação com combustíveis ou solventes; inadimplência fraudulenta; prática sonegatória lesiva ao equilíbrio concorrencial; adulteração de combustível; inatividade presumida; falta ou cancelamento de autorização/licença necessária para o exercício da atividade; não localizada; falência decretada; vender bebida alcoólica a menor de idade, ou ter sido flagrado consentindo ou comercializando drogas; utilização ou venda de madeira extraída ilegalmente; ato ilícito que tenha repercussão no âmbito tributário, entre outros.

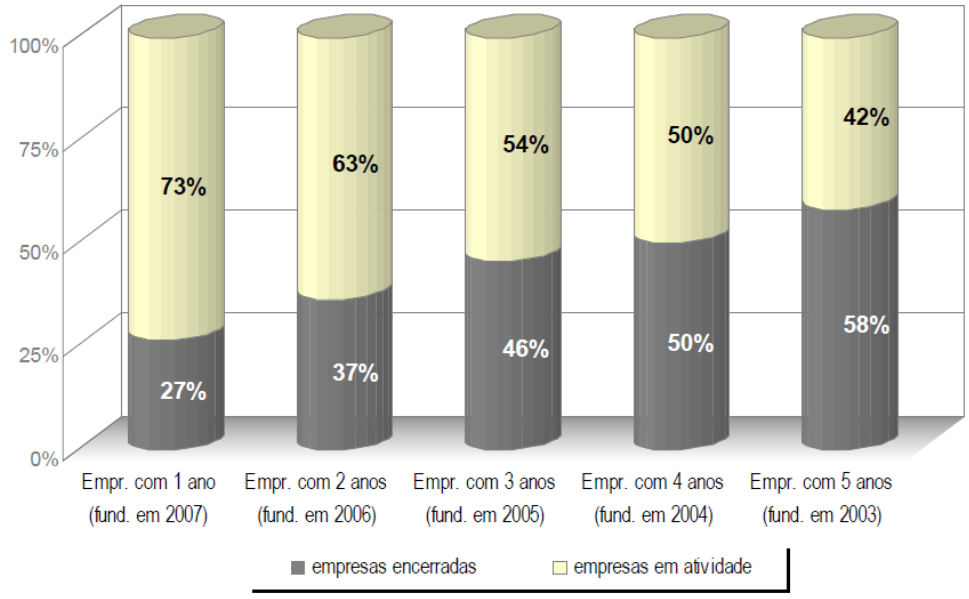
[3] Baixada – encerramento do processo de falência, fusão, incorporação, extinção por determinação judicial, extinção pelo encerramento da liquidação voluntária, entre outros.

[4] Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas - Agosto/2010 – SEBRAE-SP. Disponível no endereço: www.sebraesp.com.br Acesso em 28/11/2011

Paulo (SEBRAE-SP), 58% das empresas encerram as atividades em até 5 (cinco) anos após sua fundação.

Foram efetuadas 2.008 entrevistas com sócios-proprietários e ex-sócios proprietários, de uma amostra planejada de 3.000 empresas abertas nos anos de 2.003 a 2.007 (clientes SEBRAE-SP e não clientes).

Taxa de mortalidade das empresas no estado de São Paulo (rastreamento: out/08 a mai/09)



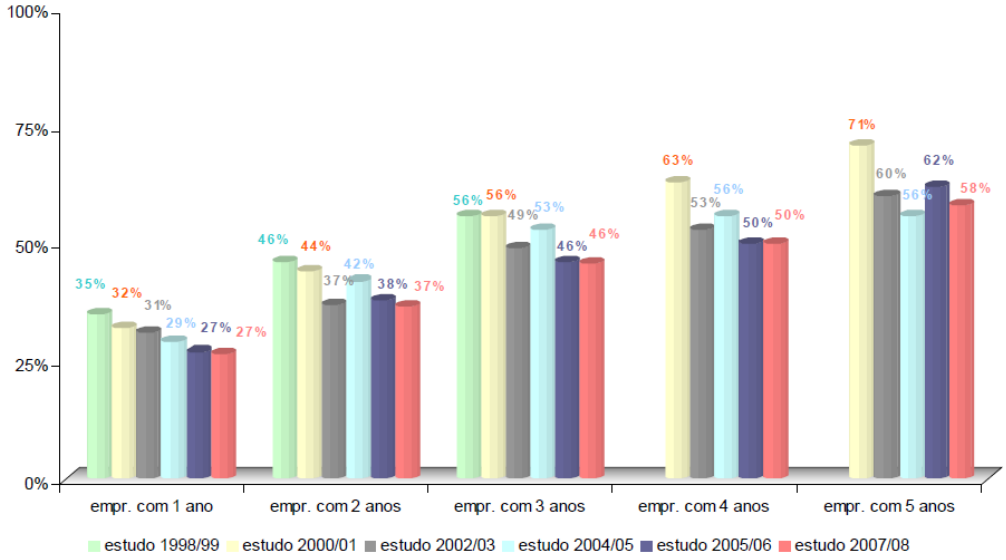
Fonte: SEBRAE-SP.

A seguir, apresentamos as taxas de mortalidade de acordo com os sucessivos estudos realizados pelo SEBRAE:

[5] O Sebrae faz parte de um sistema criado em 1972 - Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae) vinculado ao Governo Federal. A partir de 1990, a entidade transformou-se num serviço social autônomo, denominado Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae.

SEBRAE SP

Taxa de mortalidade das empresas no estado
Comparações com as pesquisas anteriores



Fonte: SEBRAE-SP.

Observa-se que, no estudo realizado relativo ao período 2000/2001 (em amarelo), o índice de fechamento de empresas em até 5 anos era de 71%.

O SEBRAE também realizou uma estimativa do custo social do encerramento das empresas paulistas, em 2006 e 2008, conforme segue:

Estimativa do custo social
do fechamento das empresas PAULISTAS

Eliminação de		Custo em 2006	Custo em 2008
(A)	Empresas	82 mil empresas	84 mil empresas
(B)	Ocupações	267 mil ocupações	348 mil ocupações
(C)	Poupança pessoal (capital investido)	R$ 2,2 bilhões	R$ 1,4 bilhão
(D)	Faturamento	R$ 13,5 bilhões	R$ 18,2 bilhões
(C)+(D)	Perda financeira Total	R$ 15,7 bilhões	R$ 19,6 bilhões

Fonte: SEBRAE-SP.

Nota: Os coeficientes técnicos utilizados para o cálculo do custo social foram obtidos a partir das pesquisas de campo: ocupações por empresa encerrada (2006=3,28 e 2008: 4,12; empresas encerradas com perda parcial ou total dos recursos investidos (2006=77% e 2008=61%); valor da perda média ou capital investido (2006=R$ 34.095 e 2008= R$ 26.385); e faturamento médio mensal por empresa (2006=R$ 14.814 e 2008=R$ 18.000 – pesquisa Indicadores Sebrae-SP). Todos os valores monetários utilizados são valores nominais, dada a complexidade de atualização dos mesmos (diversas variáveis monetárias com bases diferentes no tempo).

Destacamos a perda estimada de faturamento, da ordem de R$ 18,2 bilhões em 2008, com possíveis reflexos no recolhimento de impostos.

Estudos do SEBRAE em nível nacional

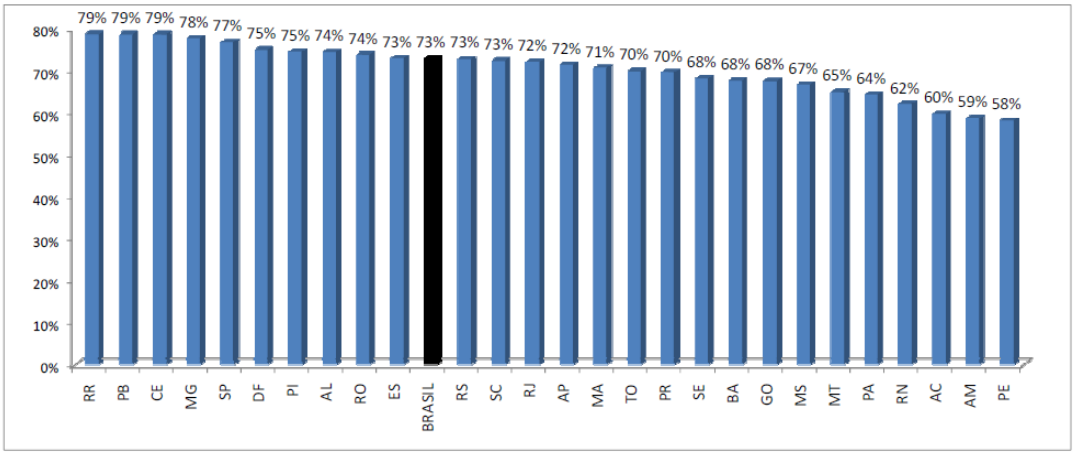
Trazemos, também, estudos realizados pelo SEBRAE[6] em nível nacional.

Esta pesquisa utilizou metodologia diversa daquela empregada em São Paulo, portanto os resultados podem apresentar variações. A fonte de dados utilizada foi a Secretaria da Receita Federal, e o objetivo era averiguar a taxa de sobrevivência das empresas com até 2 anos.

Apresentamos, a seguir, o gráfico com a taxa de sobrevivência das empresas, por unidade da Federação:

[6] SEBRAE, Outubro de 2011, Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil. Disponível em: http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/45465B1C66A6772D832579300051816C/$File/NT00046582.pdf Acesso em 03/04/2012

Gráfico 6 - Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, para empresas constituídas em 2006, por Unidade da Federação



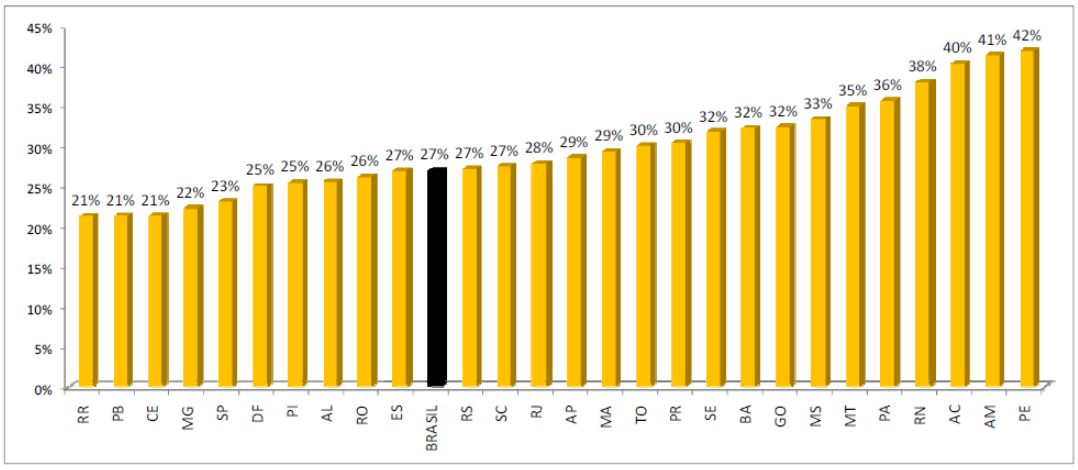
Fonte: Sebrae-NA

Nota: as empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009

De acordo com este gráfico, a taxa do Brasil é de 73% de sobrevivência para empresas com 2 anos, enquanto a de São Paulo é de 77%.

No gráfico seguinte, temos o oposto, ou seja a taxa de mortalidade, na qual São Paulo apresenta 23%:

Gráfico 7 - Taxa de mortalidade de empresas de 2 anos, para empresas constituídas em 2006, por Unidade da Federação

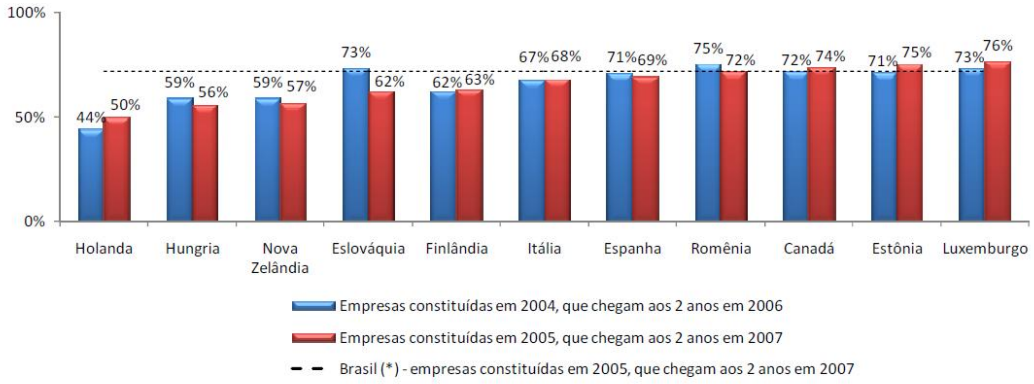


Fonte: Sebrae-NA

Nota: as empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009

O trabalho elaborado pelo SEBRAE também preocupou-se em comparar as taxas brasileiras com a de outros países, conforme se depreende do gráfico seguinte:

Gráfico 8 - Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, países monitorados pela *OECD*



Fonte: Sebrae-NA e *OECD*

Nota: (*) A linha pontilhada do gráfico expressa a taxa de sobrevivência de empresas brasileiras que completaram 2 anos em 2007 (71,9%). Trata-se das empresas constituídas em 2005 e verificadas nas bases de 2005, 2006, 2007 e 2008

Nota: para os países monitorados pela OECD, trata-se das empresas constituídas em 2004 e checadas nas bases de dados até 2006 e as empresas constituídas em 2005 checadas nas bases de dados até 2007

Neste gráfico, foram consideradas empresas brasileiras constituídas em 2005, com índice de sobrevivência de 71,9% (linha pontilhada). Assim, de acordo com este comparativo, o índice de sobrevivência das empresas brasileiras é compatível com o índice de outros países[7], e até melhor, em muitos casos.

A diferença entre os dois estudos (Estado de São Paulo e nível nacional) é significativa, representando uma diferença de 14% para empresas com até dois anos.

Por fim, cumpre-nos destacar que a mortalidade das empresas reflete-se na arrecadação de tributos, e conseqüentemente na Dívida Ativa.

[7] Países monitorados pela OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development)

– Levantamentos

O Balanço Geral do Estado apresentou os seguintes dados sobre a Dívida Ativa:

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R$
ESTOQUE EM 31/12/2010	198.383.766.724
(+) ENTRADAS NO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA	32.615.596.825
(-) SAÍDAS DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA	-103.069.994.975
(+) ATUALIZAÇÃO	65.510.795.474
ESTOQUE EM 31/12/2008	193.440.164.048

Assim, houve uma diminuição de R$ 4,9 bilhões no total da dívida ativa, em relação a 2010.

Para melhor esclarecer os dados apresentados no Balanço Geral, detalhamos os números apresentados, conforme segue:

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R$
ESTOQUE EM 31/12/2010	**198.383.766.724**
(+) ENTRADAS NO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA	32.615.596.825
(-) PAGAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA NORMAL	817.031.282
(-) PAGAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA - PPI	325.270.518
(-) CANCELAMENTOS	4.726.277.515
(-) SANEAMENTO	96.553.564.663
(-) BENEFÍCIOS PPI	33.644.359
(-) DÉBITOS REMITIDOS	1.845.207
(-) DÉBITOS PRESCRITOS	618.121.827
(+) AJUSTES	5.760.396
(+) ATUALIZAÇÃO	65.510.795.474
ESTOQUE EM 31/12/2011	**193.440.164.048**

Conforme informações da PGE

Com relação ao valor do Saneamento (R$ 96,5 bilhões), trata-se de acertos nos valores decorrentes, principalmente, de cortes de zeros de planos econômicos e da divisão por 2.750 do Plano Real.

Quanto aos pagamentos, que, conforme informações da PGE atingiram R$ 1.142.301.800,32 em 2011, verificamos que 87,58% do

valor refere-se a débitos ajuizados e 12,42% a débitos não ajuizados, conforme quadro a seguir:

R$

TIPO	PAGTO. GAREs NORMAIS	%	PAGTO. GAREs PPI	%
-AJUIZADOS	676.854.332	82,84%	323.585.438	99,48%
-NÃO AJUIZADOS	140.176.950	17,16%	1.685.080	0,52%
TOTAL	**817.031.282**	**100%**	**325.270.518**	**100%**

TIPO	GARES NORMAIS + PPI	%
-AJUIZADOS	1.000.439.770	87,58%
-NÃO AJUIZADOS	141.862.030	12,42%
TOTAL	**1.142.301.800**	**100%**

GARE - Guia de arrecadação estadual

Continuando, em quantidade houve 4.972.968 entradas e 3.383.768 saídas da dívida ativa, resultando em um acréscimo de 1.589.200 registros em 2011, conforme segue:

	Quantidade		
DÍVIDA ATIVA	**Entradas**	**Saídas**	**Saldo**
Ajuizados	184.777	840.135	-655.358
Não Ajuizados	4.788.191	2.543.633	2.244.558
Soma	**4.972.968**	**3.383.768**	**1.589.200**

- Inscrições – comparativo com outros exercícios

Realizamos comparativo dos quatro últimos exercícios, conforme segue:

INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA - QUANTIDADE

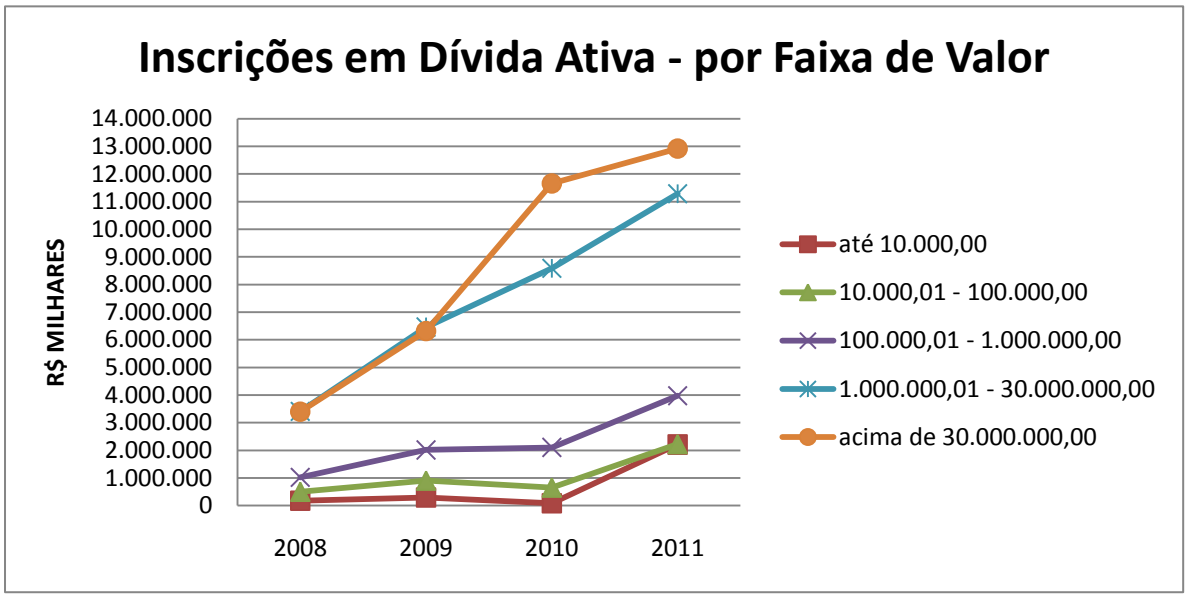
FAIXA DE VALOR	2008	2009	2010	2011
até 10.000,00	124.994	343.074	73.012	4.883.286
10.000,01 - 100.000,00	16.392	28.986	18.803	72.782
100.000,01 - 1.000.000,00	3.531	6.821	6.623	14.258
1.000.000,01 - 30.000.000,00	807	1.517	1.939	2.529
acima de 30.000.000,00	35	57	110	113
TOTAIS	**145.759**	**380.455**	**100.487**	**4.972.968**
EVOLUÇÃO %		261,02%	26,41%	4.948,87%

Observa-se que em 2011 houve uma quantidade enorme de inscrições em dívida ativa, na faixa de valores até R$ 10 mil. Trata-se, principalmente, de débitos relativos à IPVA, que estavam acumulados.

Com relação aos valores, temos o quadro e gráfico seguintes:

INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA - R$ MILHARES

FAIXA DE VALOR	2008	2009	2010	2011
até 10.000,00	177.448	294.778	83.729	2.212.200
10.000,01 - 100.000,00	499.313	902.611	649.604	2.225.871
100.000,01 - 1.000.000,00	1.023.061	2.016.016	2.105.065	3.975.886
1.000.000,01 - 30.000.000,00	3.409.244	6.460.347	8.585.110	11.284.450
acima de 30.000.000,00	3.397.917	6.318.021	11.656.046	12.919.089
TOTAIS	**8.506.982**	**15.991.774**	**23.079.553**	**32.617.495**
EVOLUÇÃO %		187,98%	144,32%	141,33%



Analisando os dados apresentados, notamos que houve um incremento nas inscrições das faixas de valores mais elevadas, ou seja, acima de R$ 30 milhões e de R$ 1 milhão até R$ 30 milhões.

- Recebimentos - comparativo com outros exercícios

Demonstramos, a seguir, os recebimentos por faixa de valor, nos últimos quatro exercícios:

RECEBIMENTOS - EM QUANTIDADE

FAIXA DE VALOR	2008	2009	2010	2011
até 1.000,00	1.550.614	1.343.199	1.111.411	932.778
de 1.000,01 a 10.000,01	82.391	84.519	118.615	154.828
de 10.000,01 a 100.000,00	6.503	6.676	9.766	12.893
acima de 100.000,00	329	230	442	702
TOTAL	**1.639.837**	**1.434.624**	**1.240.234**	**1.101.201**
Evolução %		-12,51%	-13,55%	-11,21%

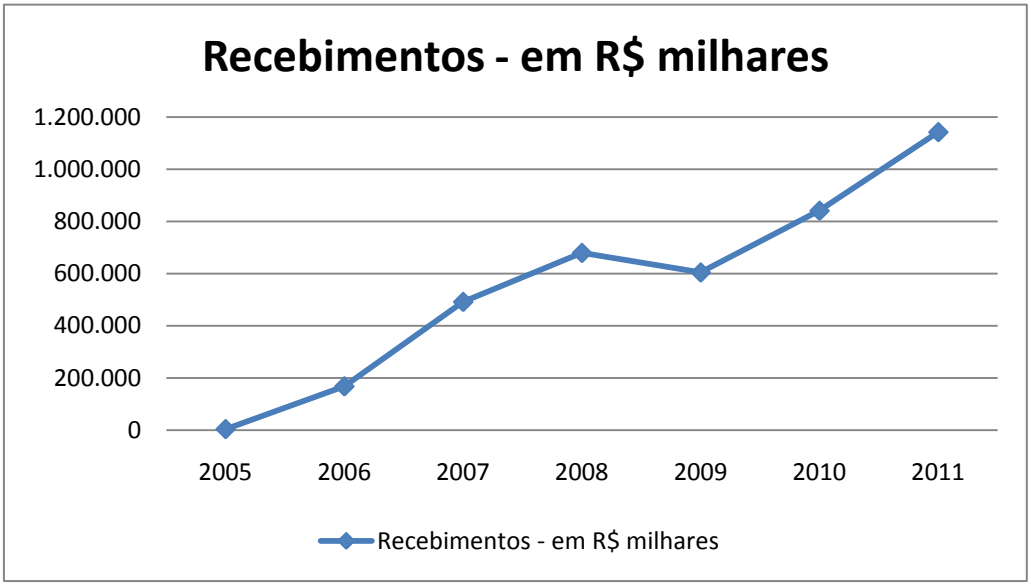
Considerando-se a quantidade, 84,71% dos recebimentos situaram-se na faixa de valor até R$ 1.000, em 2011.

Já os valores recebidos nos 4 últimos exercícios apresentam os seguintes resultados:

RECEBIMENTOS - VALORES EM R$ MILHARES

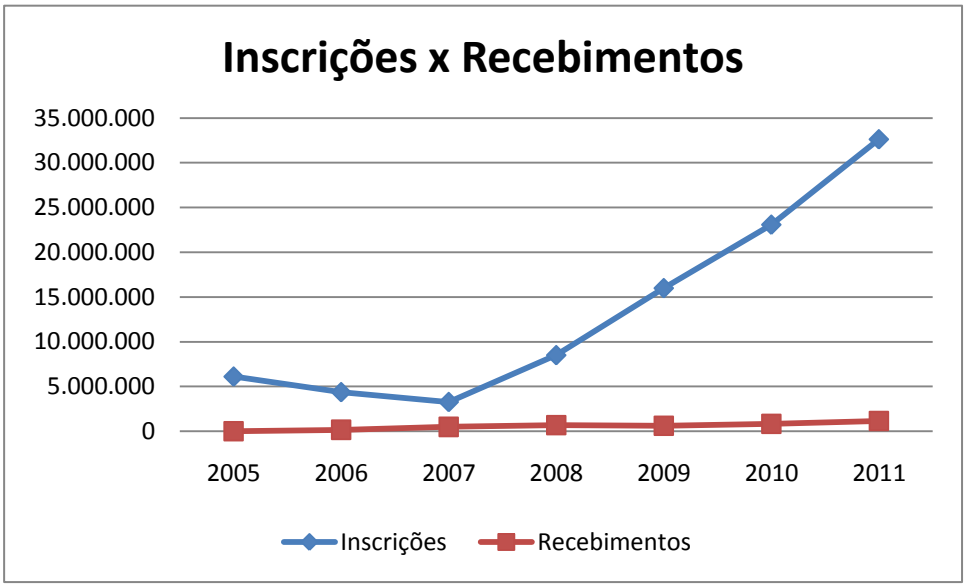
FAIXA DE VALOR	2008	2009	2010	2011
até 1.000,00	194.227	178.290	193.510	204.570
de 1.000,01 a 10.000,01	211.376	210.073	298.474	384.736
de 10.000,01 a 100.000,00	151.017	146.553	223.223	306.455
acima de 100.000,00	122.853	69.564	125.899	246.541
TOTAL	**679.472**	**604.480**	**841.105**	**1.142.302**
Evolução %		-11,04%	39,15%	35,81%

A seguir, demonstramos graficamente os recebimentos considerando o período 2005 / 2011:



Observa-se uma tendência de elevação na arrecadação da dívida ativa, embora em 2009 tenha havido uma queda.

Através do gráfico seguinte, pode-se comparar a diferença entre os recebimentos e as inscrições:



- Atualização

Um aspecto que tem influenciado significativamente nos valores da Dívida Ativa é a atualização.

Conforme informações, o índice atualmente está em 0,10% ao dia, ou 36,50% ao ano.

No Balanço Geral do exercício 2011, constou o valor de R$ 65,5 bilhões em atualização.

- Contabilização

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público[8] apresenta o item 03.05.00-Dívida Ativa, que discorre sobre os procedimentos contábeis aplicáveis ao assunto.

[8] PARTE III – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS / Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios / Válido para o exercício de 2012 / Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011 / 4ª edição – disponível no sítio http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/manuais.asp Acesso em: 11/05/2012

Para que o valor contabilizado apresente compatibilidade com a realidade dos recebimentos, menciona-se o seguinte (fls.181 do Manual):

No entanto, esses créditos inadimplentes figuram no Ativo da Entidade, ainda que no longo prazo, influenciando qualquer análise que se pretenda sobre os demonstrativos contábeis consolidados. Em atendimento aos Princípios da Oportunidade e da Prudência, faz-se necessário instituir um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado, tornando-o compatível com a situação da Entidade.

O procedimento adequado, em termos contábeis, para melhor evidenciação desse ativo é constituição de um ajuste sobre os valores inscritos em Dívida Ativa. Esse ajuste permitirá que o saldo da Dívida Ativa apresentado represente o justo valor do ativo, o qual é, resultante do valor inscrito subtraído da conta redutora denominada ***Ajuste a Valor Recuperável****. Esse procedimento converge as Normas Nacionais às Normas Internacionais.* **g.n.**

Desta forma, observa-se que o objetivo é trazer a Dívida Ativa para valores realistas, passíveis de recebimento.

- CONCLUSÃO

No período compreendido entre os trabalhos realizados em 2008 e o atual, a PGE procedeu ao saneamento dos valores registrados no sistema da dívida ativa.

Os principais problemas referiam-se à não aplicação do corte de zeros dos planos econômicos e à divisão por 2.750 do Plano Real.

A fase I do 'saneamento' de valores chegou ao término, com a baixa de R$ 96,5 bilhões. Os trabalhos foram efetuados em conjunto pela SEFAZ e pela PGE.

O saldo registrado em 2011 apresentou o valor de R$ 193,4 bilhões. As inscrições em dívida ativa atingiram R$ 32.617.495 mil, enquanto os recebimentos atingiram R$ 1.142.302 mil.

Quando segmentados por tipo de débito, verificamos que em quantidade, destaca-se o IPVA, que atinge 2.095.304 registros, seguido pelo ICMS, com 1.401.812.

Já em valores, destaca-se o ICMS com R$ 190,5 bilhões, equivalente a 98,49% do total da dívida ativa.

Outro tipo de segmentação foi efetuado, considerando os dados constantes no cadastro da Secretaria da Fazenda.

Neste caso, observa-se que os contribuintes pessoa física são em maior quantidade (72,16%), respondem pelo maior número de débitos (50,88%), mas com pouca representatividade em termos de valores (1,22%).

Com relação às pessoas jurídicas, os contribuintes com CNPJ *ativo* correspondem, em quantidade, a 8,59%, respondendo por 17,35% dos débitos e a 32,62% dos valores.

Por outro lado, observa-se que há empresas cujo CNPJ apresenta algum tipo de problema, que pode indicar baixa probabilidade de recebimento.

Continuando, percebe-se que as empresas classificadas como "CNPJ INAPTO" responde por 46,16% do valor da Dívida Ativa. São empresas cassadas por diversos motivos, dentre os quais figuram fraude, receptação de mercadoria furtada ou roubada e adulteração de combustível.

Nesta situação, dificilmente os responsáveis por estas empresas cassadas recolherão os impostos devidos.

Nota-se, também, que as empresas com CNPJ BAIXADO respondem por 14,20% dos valores da Dívida Ativa. Trata-se de empresas extintas, que entendemos de baixa probabilidade de recebimento.

Assim, embora as pessoas jurídicas respondam por 27,84% da quantidade de devedores, 49,12% da quantidade dos débitos e 98,78% dos valores, há necessidade de separar os valores realmente passíveis de recebimento daqueles com baixa probabilidade de recebimento.

Estudos do SEBRAE-SP indicam que até 58% das empresas encerram suas atividades 5 anos após a abertura.

A perda de faturamento com o encerramento destas empresas pode ter reflexos na arrecadação de impostos.

Outro estudo, este de lavra do SEBRAE nacional, indica que as empresas de SP com dois anos têm índice de mortalidade de 23% ante média de 27% do Brasil. Foi realizado um comparativo com outros países, indicando que as taxas de mortalidade das empresas do Brasil estariam iguais ou melhores que a de outras nações.

Quanto à contabilização, entendemos que deve o Governo do Estado proceder a ajustes para que o valor contabilizado represente o justo valor do ativo.

3.2. - Dívida Fundada

3.2.1 – Interna

São as obrigações e os compromissos assumidos pelo Poder Público com terceiros para atender ao Desequilíbrio Orçamentário ou para os Financiamentos de Obras e Serviços.

O saldo está assim composto:

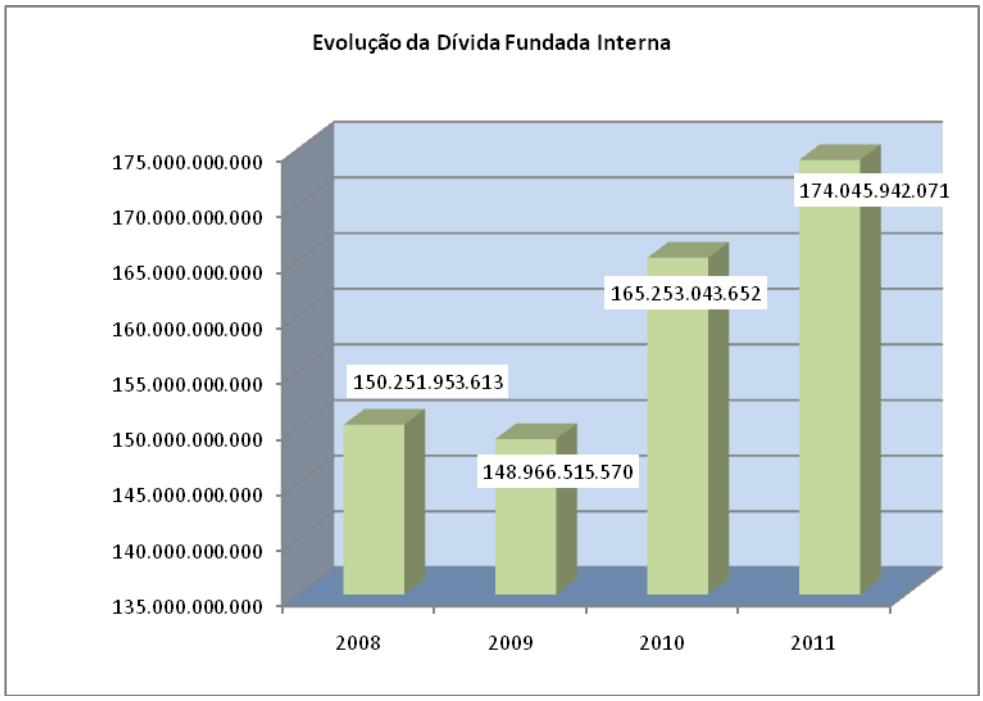
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	R$ 1,00
Administração Direta	**174.028.493.875**
Em Títulos	0
Letras Financeiras do Tesouro do Estado	0
Por Contratos	**174.028.493.875**
A.G.E. - Bco Brasil "PROTOCOLO BRASIL FRANÇA III" - Lei Estadual 6.853/90	22.190.092
A.G.E. - Bco Brasil "Lei Federal 8727/93" - Lei Estadual 8.487/93	788.336.993
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP DEBT CONVERSION BOND" Res.Senado 98/92 - Lei Est. 9.813/97	5.610.691
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP C BOND" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	25.046.307
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP DISCOUNT BOND" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	82.241.942
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP PAR BOND" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	117.864.329
EMPRÉSTIMO INTERNO DO FRANCO BRASILEIRO Contrato NR.311/1527	15.767
PROT.BRASIL/FRANCA Contrato:22.82.0861.0	8.398
A.G.E. - Bco Brasil "Lei Federal 9496/97 PARAFE" Parcela P - Lei Estadual 9.466/96	93.376.311.592
PROT.BRASIL/FRANCA C.R. 321/0003	1.621
CR.321/0003 "PROT.BRASIL FRANCA III"	396.354
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP CETESB" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	6.294.060
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP CPTM" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	120.143.514
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP DERSA" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	153.393.581
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP METRÔ" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	113.311.323
A.G.E. - Bco Brasil "Lei Federal 9496/97 PARAFE" Resíduo - Lei Estadual 9.466/96	77.131.670.272
A.G.E. - CEF "PNAFE" Lei Estadual 9.360 e 9.460/96	54.573.613
A.G.E. - BNDES "PROJETO SUL METRÔ LINHA 5"	158.871.718
BNDES - UNESP Contrato 1975	9.181.943
A.G.E. - BNDES "EXPANSÃO LINHA 2 VERDE" - Lei Estadual 12.689/07	1.517.274.988
A.G.E - BNDES - "Sistema Público de Escrituração Digital - SPED" - Lei Estadual 12.689/2007.	7.162.921
GESP - BNDES "Unidades Prisionais" Plano de Adequação da Infraest. Sist. Pris. Est.S.Paulo	127.175.190
GESP - BNDES Recup. Da Rodovia Professor Alfredo Rolim de Moura - SP 088 a cargo do DER	35.416.667
AGE-BNDES - "Exp. L.5 Lilás do Metrô-Largo Treze - Chác. Klabin" . Lei nº 13.815 de 17/11/2009	116.000.000
A.G.E. - BNDES "Recuperação das Rodovias SP055-SP332-SPA349/294 e SPA52/230"	60.000.000
Administração Indireta	**17.448.197**
Por Contratos	17.448.197
TOTAL (ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA)	**174.045.942.071**

Dados obtidos do Estado conforme Posição da Dívida Consolidada do Estado por Títulos e Contratos - 4º Trimestre de 2011.

Evolução da Dívida Interna

A Dívida Interna cresceu 5,32% em relação ao exercício de 2010, como segue:

Exercício	R$ 1,00	% s/ ano anterior	Evolução da Receita s/ ano anterior
2011	174.045.942.071	5,32	6,00%
2010	165.253.043.652	10,93%	7,88%
2009	148.966.515.570	-0,86%	0,74%
2008	150.251.953.613	12,27%	13,16%



Ressaltamos, por oportuno, que o maior valor refere-se à dívida decorrente do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, que importou em R$ 170.507.981.864, observando-se aumento da ordem de 5,64% em relação ao exercício anterior, que foi de R$ 161.399.625.797.

3.2.2.-Externa

Refere-se aos empréstimos contraídos com Instituições Financeiras externas, para atender programas de meio ambiente, transportes e outros.

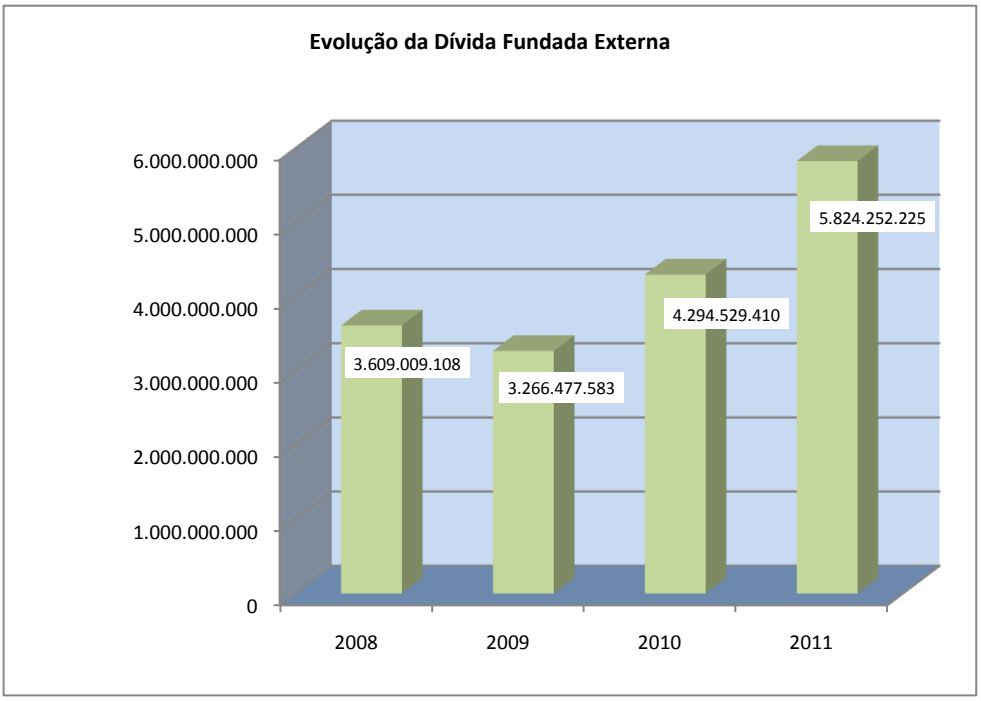
O saldo da dívida decorrente dos contratos e financiamentos externos está composto como segue:

DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	R$ 1,00
Administração Direta	**5.240.341.535**
Por contratos	**5.240.341.535**
A.G.E - BID "USP" Lei Estadual 5.962/92	11.697.136
A.G.E - KFW "RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA" Lei Estadual 8.062/92	2.489.173
A.G.E - BID "TRENS METROPOLITANOS PROJ.SUL" Lei Estadual 8.817-8.959/94	533.053.346
A.G.E - BIRD "MICROBACIAS" Lei Estadual 8.331/93 e 9.895/97	9.379.418
A.G.E - BIRD "INTEGRAÇÃO CENTRO" Lei Estadual 8.817/94 e 9.905/97	16.423.326
A.G.E - BID "RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS" Lei Estadual 10.668/00	170.184.371
A.G.E - BID "ATUAÇÃO EM CORTIÇOS" Lei Estadual 10.617/00	37.268.726
A.G.E - BIRD "LINHA 4 METRÔ" Lei Estadual 8.817/94; 8.959/94; 9.905/97 e 11.529/03	215.623.210
A.G.E - BID "FABRICAS DE CULTURA" Lei Estadual 11.353/03	19.770.759
A.G.E - JBIC "LINHA 4 METRÔ" Lei Estadual 8.817/94 e 11.529/03	303.547.375
A G.E - BID "PROFFIS" Lei Estadual 11.379/03	30.681.380
A G.E - BID "AVALIAR-APRIMORAR POLÍTICA SOCIAL" Lei Estadual 11.554/03	6.606.373
A G.E - BID "ECOTURISMO MATA ATLANTICA" Lei Estadual 11.555/03	11.501.310
A.G.E - BID "RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ETAPA II" Lei Estadual 10.668/00	56.274.000
A.G.E - BIRD "ADICIONAL LINHA 4 DO METRO FASE I" Lei Estadual 12.618/07	178.201.000
A.G.E - BIRD "MATERIAL RODANTE E SISTEMAS" Lei Estadual 12.689/07	855.119.123
AGE-Cons.Bcos-JBIC "FINANC/ADIC. L. 4 METRO FASE I" - L.EST.12.618/07-RES.SEN.12/08	209.402.655
AGE-Cons.BCOS-JBIC "Mat. Rod.Sist./CPTM e METRO" G.Est SP L.EST.12.689/07-RES.SEN.10/08	885.393.149
AGE-BID "APL/SP" Prog. Fort.Comptivid// Empr. Loc.Arranj.Prod.Est.SP Tom.Gov.SP/Credor:BID	619.014
AGE-BID LEI EST.12.689/2007	316.584.741
AGE-BID "PROJ.SUL TRENS CPTM/METRO"	197.217.029
AGE-BID L.EST.12.689/2007-13.535/2009	289.234.466
AGE-BIRD - "Exp. L.5 Lilás do Metrô-Largo Treze - Chác. Klabin"	145.610.851
AGE-BIRD "L. 4 AMARELA METRO FASE II TRECHO MORUMBI-LUZ"	609.635
AGE-BIRD - "Progr. De Recuperação de Estradas Vicinais do Est. S. Paulo"	581.499.498
AGE-BIRD; "Progr. De Saneamento Ambiental das Mananciais do Alto Tiete"	18.758
AGE-BIRD; "Prog. Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II"	1.893.387
AGE-BIRD; "Progr. Estadual de Apoio Recuperação das ÁGUAS-REÁGUA"	302.454
AGE-BIRD - "MODERNIZACAO DA LINHA 11 CORAL-CPTM"	92.451.256
AGE-BID "Progr. Gestão Integração Fiscos BRASIL - PROFISCO"	20.158.655
AGE-BID "Progr. Serra do Mar 2376"	41.525.961
Administração Indireta	**583.910.690**
Por contratos	**583.910.690**
TOTAL	**5.824.252.225**

Evolução da Dívida Fundada Externa

A Dívida Fundada Externa aumentou 35,62%, em relação a 2010.

Exercício	R$ 1,00	%
2011	5.824.252.225	35,62%
2010	4.294.529.410	31,47%
2009	3.266.477.583	-9,49%
2008	3.609.009.108	61,41%



3.3 - Resultado Financeiro

A posição financeira da Administração Direta foi superavitária em R$ 15.768.070.259.

Administração Direta		
Ativo Financeiro	**R$ 1,00**	
.Disponível	23.846.886.507	
.Realizável	11.944.161.313	
.Diversos	3.226.352.439	39.017.400.259
(-) Passivo Financeiro		
.Dívida Flutuante	17.426.049.866	
.Exigível	4.285.095.071	
.Diversos	1.538.185.063	23.249.330.000
Superávit Financeiro		**15.768.070.259**

A posição financeira da Administração Indireta foi superavitária em R$ 1.166.930.944.

Administração Indireta		
Ativo Financeiro	**R$ 1,00**	
.Disponível	9.101.260.380	
.Realizável	5.263.535.722	
.Diversos	2.105.772.155	16.470.568.257
(-) Passivo Financeiro		
.Dívida Flutuante	12.753.919.863	
.Exigível	2.447.623.497	
.Diversos	102.093.953	15.303.637.313
Superávit Financeiro		**1.166.930.944**

A posição financeira consolidada, neste exercício, foi superavitária em R$ 16.695.075.393.

Consolidado		
Ativo Financeiro	**R$ 1,00**	
.Disponível	32.948.146.887	
.Realizável	17.207.697.035	
.Diversos	5.332.124.594	55.487.968.516
(-) Passivo Financeiro		
.Dívida Flutuante	31.657.983.206	
.Exigível	4.434.674.385	
.Diversos	2.460.309.722	38.552.967.313
Superávit Financeiro		**16.935.001.203**

Conforme Ofício nº 039/2012 da Contadoria Geral do Estado (fls.324/329 do TC-A 12820/026/11).

Evolução do Resultado Financeiro

Exercício	R$1,00	% s/ ano anterior
2011	16.935.651.867	101,21%
2010	8.416.743.874	271,84%
2009	2.263.535.680	66,88%
2008	1.356.403.328	-141,43%

Em relação ao exercício anterior, o resultado financeiro teve um crescimento na ordem de 101,21%.

4 - Variações Patrimoniais

O objetivo técnico desta demonstração é evidenciar as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da Execução Orçamentária e, também, indicar o Resultado Patrimonial ou Econômico do exercício, conforme tratam os artigos 100 e 104 da Lei n.º 4.320/64.

4.1 - Resultado Econômico

a.- Análise da Gestão Orçamentária – Administração Direta

Variações Ativas	**R$ 1,00**	
Receita Orçamentária	135.183.604.744	
Mutações Patrimoniais	24.058.506.928	159.242.111.672
Variações Passivas		
Despesa Orçamentária	119.092.192.629	
Mutações Patrimoniais	4.730.587.064	123.822.779.693
Superávit da Gestão Orçamentária		**35.419.331.980**

b. - Análise da Gestão Orçamentária – Administração Indireta

Variações Ativas	**R$ 1,00**	
Receita Orçamentária	24.042.218.787	
Mutações Patrimoniais	5.762.167.720	29.804.386.507
Variações Passivas		
Despesa Orçamentária	40.857.595.559	
Mutações Patrimoniais	2.663.879.716	43.521.475.275
Déficit da Gestão Orçamentária		**-13.717.088.768**

c. - Análise da Gestão Orçamentária – Consolidado

Variações Ativas	**R$ 1,00**	
Receita Orçamentária	159.225.823.532	
Mutações Patrimoniais	29.820.674.648	189.046.498.180
Variações Passivas		
Despesa Orçamentária	159.949.788.188	
Mutações Patrimoniais	7.394.466.780	167.344.254.968
Superávit da Gestão Orçamentária		**21.702.243.213**

d. - Análise da Gestão Extra-Orçamentária – Administração Direta

Variações Ativas	**R$1,00**
Independente da Execução Orçamentária	132.111.770.939
Variações Passivas	
Independente da Execução Orçamentária	168.200.193.867
Déficit da Gestão Extra-orçamentária	**-36.088.422.929**

e. - Análise da Gestão Extra-Orçamentária – Administração Indireta

Variações Ativas	**R$1,00**
Independente da Execução Orçamentária	49.350.865.962
Variações Passivas	
Independente da Execução Orçamentária	34.477.040.720
Superávit da Gestão Extra-orçamentária	**14.873.825.242**

f. - Análise da Gestão Extra-Orçamentária – Consolidado

Variações Ativas	**R$1,00**
Independente da Execução Orçamentária	181.462.636.901
Variações Passivas	
Independente da Execução Orçamentária	202.677.234.588
Superávit da Gestão Extra-orçamentária	**-21.214.597.687**

g. - Resultado Econômico do Exercício – Administração Direta

R$ 1,00

	2008	2009	2010	2011
Déficit/Superavit da Gestão Orçamentária	28.593.698.236	24.687.286.975	32.477.373.388	35.419.331.980
Déficit/Superavit da Gestão Extra-orçamentária	-21.828.453.574	8.600.241.306	31.952.471.268	-36.088.422.929
Déficit/Superávit Econômico	**6.765.244.663**	**33.287.528.281**	**64.429.844.656**	**-669.090.949**

h. - Resultado Econômico do Exercício – Administração Indireta

R$ 1,00

	2008	2009	2010	2011
Déficit/Superávit da Gestão Orçamentária	-8.031.594.258	-10.639.424.377	-12.618.283.656	-13.717.088.768
Déficit/Superávit da Gestão Extra-orçamentária	10.577.228.149	12.719.003.422	19.748.225.592	14.873.825.242
Déficit/Superávit Econômico	**2.545.633.891**	**2.079.579.045**	**7.129.941.936**	**1.156.736.474**

i. - Resultado Econômico – Consolidado

A posição econômica do Estado neste exercício, compreendendo a Administração Direta e a Indireta, evidenciou um saldo positivo de R$ 487.645.526, conforme segue:

	2008	2009	2010	2011
Déficit/Superavit da Gestão Orçamentária	20.562.103.979	14.047.862.597	19.858.503.364	21.702.243.213
Déficit/Superavit da Gestão Extra-orçamentária	-11.251.225.424	21.319.244.729	51.700.696.850	-21.214.597.687
Déficit/Superávit Econômico	**9.310.878.554**	**35.367.107.326**	**71.559.200.214**	**487.645.526**

IV - LEI Nº 9496/97 ACORDO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA

. A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DA DÍVIDA COM A UNIÃO

Em 23 de dezembro de 1997, foi implementado o acordo entre o Estado de São Paulo e a União para a reestruturação da dívida mobiliária estadual e das dívidas do Tesouro Estadual e das Autarquias e Empresas Estatais junto, à época, ao Banespa e à Nossa Caixa Nosso Banco. A renegociação englobou 77% de toda a dívida contratual e mobiliária do Estado. Não foram incluídas no acordo as dívidas que já haviam sido objeto de renegociação junto à União, as dívidas junto a organismos multilaterais e as dívidas de Empresas que não dependem do Tesouro Estadual para pagar seus compromissos de endividamento. Também não foram objeto desta renegociação a chamada "dívida flutuante" do Estado correspondente às dívidas de sentenças judiciais e aos atrasados junto a empreiteiras e fornecedores. Dada a complexidade das questões relacionadas à negociação com o Governo Federal e a relevância das dívidas envolvidas, o período de um ano e meio decorrido entre o início desta segunda etapa de negociação e a efetiva implementação do acordo deve ser considerado razoável, especialmente levando-se em conta os efeitos retroativos do acordo.

· OS TERMOS DO ACORDO

Os princípios que nortearam o acordo entre o Estado de São Paulo e a União foram estabelecidos no Protocolo de Acordo, firmado em 27/11/96, e podem ser agrupados nos seguintes itens:

- assunção das dívidas mobiliária do Estado e a assunção e quitação da dívida consolidada do Estado junto ao Banespa e Nossa Caixa pela União;

- pagamento à União de 20% do valor devido pelo Estado com transferência de ativos ou resultados da privatização. Estabeleceu-se como base para este cálculo o valor em 31/03/96 do estoque das dívidas a serem refinanciadas, ou

seja, R$ 37,4 bilhões, resultando num pagamento à vista de R$ 7,5 bilhões;

- aceitação da renegociação das dívidas das empresas concessionárias de energia elétrica do Estado junto ao Sistema Eletrobrás para redução dos pagamentos com ativos mencionados no item acima, até o limite de 30% do seu montante (R$ 2,2 bilhões), reduzindo-os para R$ 5,3 bilhões (R$ 7,5 bilhões menos R$ 2,2 bilhões);

- financiamento, pela União, do estoque remanescente em 30 anos a juros de 6% ao ano acima da inflação medida pelo IGP-DI, com amortizações mensais calculadas pela Tabela Price;

- estabelecimento de "datas de corte" que fixaram o momento a partir do qual os valores devidos pelo Estado de São Paulo passariam a ter seu custo dado pelas condições prevalecentes no acordo, ou seja, juros de 6% ao ano acima do IGP-DI. A data de corte da dívida mobiliária foi fixada em 31/03/96 e a da dívida contratual junto ao Banespa e à Nossa Caixa Nosso Banco, 22/01/97 (1 A data de corte das dívidas contratuais foi definida apenas em janeiro de 1997, não tendo, portanto, sido expressa no Protocolo). Assim, o crescimento da dívida para o Estado de São Paulo passou a ser de 6% ao ano acima da inflação desde abril de 96, no caso da dívida mobiliária, e desde fevereiro de 97, no caso da dívida contratual. O diferencial entre as condições originais de evolução deste estoque de dívidas e os 6% + IGP/DI, referente ao período de 31/03/96 a 23/12/97, foi assumido pela União;

- limite máximo de 13% para o comprometimento da Receita Líquida Real do Estado com o pagamento do serviço do conjunto das dívidas do Estado junto ao Governo Federal. O limite seria atingido progressivamente, partindo de um percentual de 8,6% no primeiro ano de vigência do acordo (1997), atingindo 13% no ano 2.000, o que inclui não apenas as dívidas contratuais junto ao Banespa e à Nossa Caixa Nosso Banco e a dívida mobiliária objeto da renegociação, mas também dívidas que o Estado já tinha junto à União, relativas a empréstimos contraídos por empresas estatais e autarquias, que não foram integralmente quitadas durante a década de 80 e acabaram sendo refinanciadas pelo Governo Federal através do Banco do Brasil;

- implantação de um programa de ajuste fiscal de longo prazo no Estado de São Paulo, com duração até 2.008. Este programa seria composto de um conjunto de metas, dentre as quais se destacam: a obtenção de uma relação de um para um entre a Receita Líquida Real e o estoque da dívida em 2.008, o aumento da eficiência na arrecadação, a geração de superávits primários e o aumento do volume de investimentos, entre outras.

Os contratos que compõem o acordo foram assinados em 22/05/1997. Concluída a aprovação pelo Senado em novembro de 1997, e feitos todos os arranjos necessários, o acordo passou a vigorar a partir de 23/12/1997 com eficácia retroativa à data da assinatura dos contratos.

Efetivação da transferência de ativos à União para quitar os compromissos à vista:

Para compor os pagamentos com ativos foram transferidas à União ações de propriedade do Tesouro Estadual (100% no caso da Fepasa e da Ceagesp, e 51% das ações do Banespa) e *warrants* representativas de ações da Cesp e da Eletropaulo, corrigidas pelo IGP-DI/FGV acrescido de 6% de juros ao ano, as quais serão liquidadas com os resultados das privatizações destas empresas. A transferência de ações foi concretizada através de contrato de venda, com um pagamento inicial baseado em preço provisório. A compensação entre os valores transferidos e os valores definitivos será feita à medida que os últimos forem sendo conhecidos, o que depende de avaliações por consultorias independentes contratadas, no caso do Banespa, Fepasa e Ceagesp, e da privatização, no caso da Cesp e da Eletropaulo. As transferências de ativos e posteriores operações de acerto de preços são registradas numa "Conta Gráfica", constituída para efetuar a compensação entre o saldo devedor do valor a ser pago à vista e os montantes efetivamente transferidos pelo Tesouro Estadual ao Tesouro Nacional.

Demonstramos a seguir os saldos finais e os pagamentos efetuados desde a implementação do contrato em 1997:

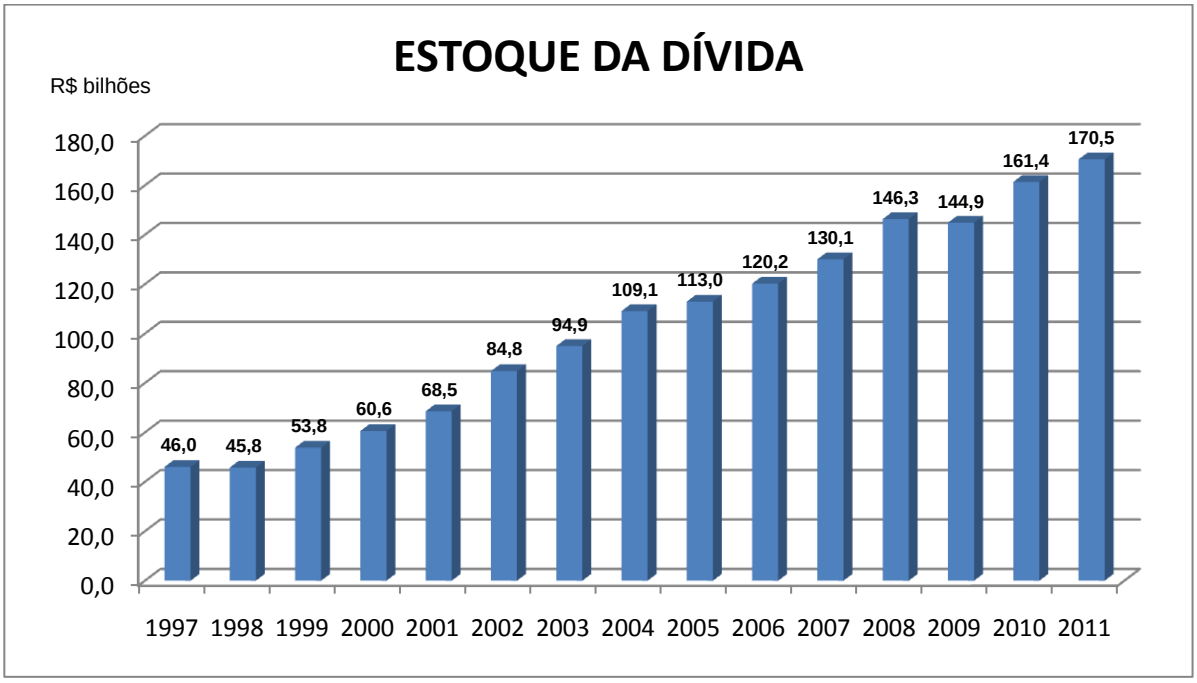
Demonstrativo da Dívida Renegociada

ESTOQUE DA DÍVIDA

NOMENCLATURA	exercício 1997	exercício 1998	exercício 1999	exercício 2000	exercício 2001
. LEI 9496/97	**46.027.449.587**	**45.793.254.840**	**53.825.365.356**	**60.579.356.097**	**68.543.251.397**
. Parcela P	40.551.500.042	39.508.124.036	46.906.382.011	50.911.587.947	55.682.073.747
. Parcela P1	1.638.755.939	1.517.901.974	1.648.978.354	1.615.536.872	1.576.081.068
. Resíduo	0	2.612.977.391	5.270.004.991	8.052.231.278	11.285.096.582
. Conta Gráfica	3.837.193.606	2.154.251.439	0	0	0

NOMENCLATURA	exercício 2002	exercício 2003	exercício 2004	exercício 2005	exercício 2006
. LEI 9496/97	**84.815.318.852**	**94.948.247.547**	**109.124.678.319**	**112.971.837.681**	**120.213.516.435**
. Parcela P	66.580.295.092	71.449.458.445	78.629.386.424	77.929.945.951	80.086.089.117
. Parcela P1	1.579.890.835	1.375.664.317	1.112.367.066	669.735.215	177.132.871
. Resíduo	16.655.132.925	22.123.124.784	29.382.924.829	34.372.156.515	39.950.294.447
. Conta Gráfica	0	0	0	0	0

NOMENCLATURA	exercício 2007	exercício 2008	exercício 2009	exercício 2010	exercício 2011
. LEI 9496/97	**130.089.136.535**	**146.340.110.496**	**144.890.873.763**	**161.399.625.797**	**170.507.981.864**
. Parcela P	83.256.467.280	89.966.679.538	85.719.888.337	91.853.134.473	93.376.311.592
. Parcela P1	0	0	0	0	0
. Resíduo	46.832.669.255	56.373.430.958	59.170.985.426	69.546.491.324	77.131.670.272
. Conta Gráfica	0	0	0	0	0



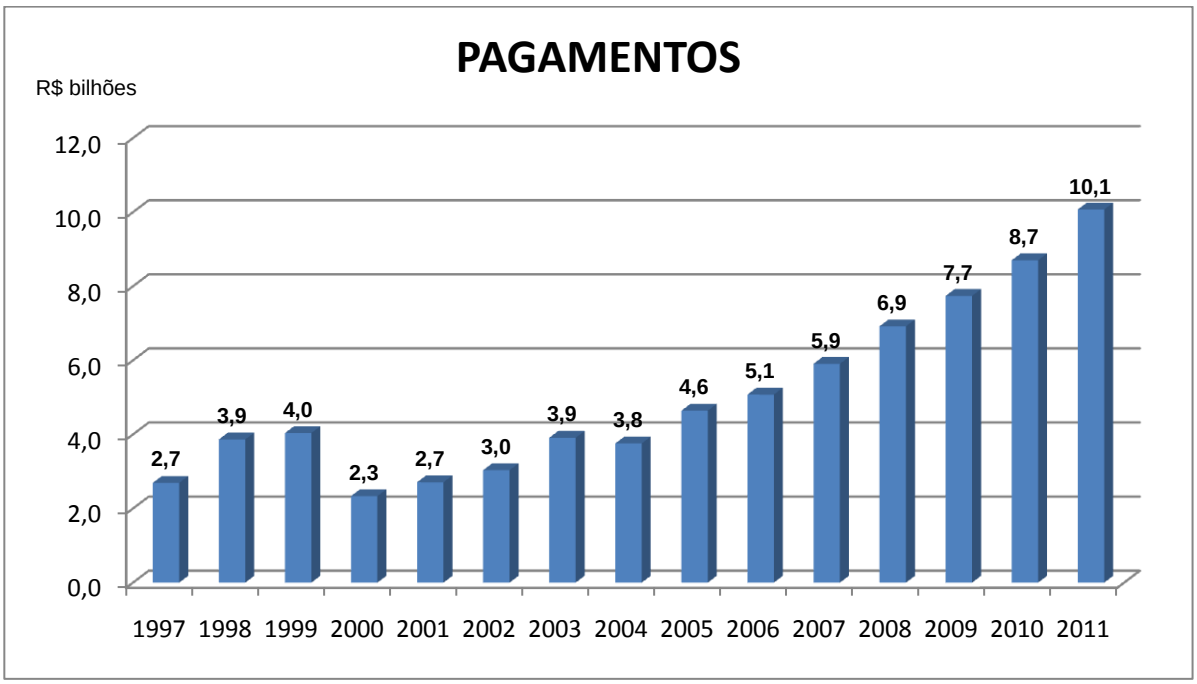
PAGAMENTOS

NOMENCLATURA	exercício 1997	exercício 1998	exercício 1999	exercício 2000	exercício 2001
LEI 9496/97	**2.693.317.312**	**3.865.336.342**	**4.037.544.747**	**2.336.623.916**	**2.709.787.109**
Juros e Encargos	0	1.964.819.919	1.542.469.853	2.139.865.155	2.565.723.241
Amortização	0	43.956.905	122.589.024	196.758.761	144.063.868
Amortização-Conta Gráfica	2.693.317.312	1.856.559.518	2.372.485.871	0	0

NOMENCLATURA	exercício 2002	exercício 2003	exercício 2004	exercício 2005	exercício 2006
LEI 9496/97	**3.035.232.486**	**3.910.334.718**	**3.757.087.464**	**4.641.557.905**	**5.076.872.459**
Juros e Encargos	2.857.742.281	3.421.450.606	3.570.093.252	4.447.158.096	4.835.600.558
Amortização	177.490.205	488.884.112	186.994.212	194.399.809	241.271.902
Amortização-Conta Gráfica	0	0	0	0	0

NOMENCLATURA	exercício 2007	exercício 2008	exercício 2009	exercício 2010	exercício 2011
LEI 9496/97	**5.907.556.121**	**6.920.995.050**	**7.740.194.032**	**8.702.205.200**	**10.073.558.443**
Juros e Encargos	4.676.420.322	5.562.876.049	5.323.626.772	5.788.624.758	6.710.475.893
Amortização	1.231.135.799	1.358.119.001	2.416.567.259	2.913.580.441	3.363.082.550
Amortização-Conta Gráfica	0	0	0	0	0

OBS: Atualização monetária pelo IGP-DI e Juros de 6% a a .(Cláusula Décima do Contrato de Refinanciamento).



Totalizando os pagamentos do período de 1997 a 2011, teremos:

NOMENCLATURA	PAGAMENTOS PERÍODO: 1997 a 2011
LEI 9496/97	**75.408.203.304**
.Juros e Encargos	55.406.946.756
.Amortização	13.078.893.848
.Amortização – Conta Gráfica	6.922.362.701

Anotamos que:

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO
P	parcela refinanciada em 360 meses
P1	parcela refinanciada em 120 meses
CONTA GRÁFICA	parcela a ser amortizada com bens e direitos
RESÍDUO	saldo devedor residual em decorrência da aplicação do limite de dispêndio, existente ao término do prazo de pagamento. Será refinanciado em até 120 parcelas mensais e consecutivas, vencidas a partir de 30 dias após o vencimento da 360ª parcela

Quanto ao Estoque e aos Pagamentos da Dívida, a Secretaria da Fazenda esclarece o que segue:

Do contrato de empréstimo sob amparo da Lei nº 9.496/97

Da Lei

O artigo 1º estabelece a relação das dívidas que constarão do refinanciamento.

O artigo 3º estabelece que esta dívida deverá ser paga em 360 meses, calculadas com base na Tabela Price sendo:

Atualização Monetária – calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice de Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

Juros – calculados e debitados mensalmente à taxa de 6% (seis) por cento ao ano sobre o saldo devedor previamente atualizado.

O artigo 5º determina que os contratos poderão estabelecer um limite máximo de comprometimento da Receita Líquida Real, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada. No caso do Estado de São Paulo este limite é 13% da RLR, conforme **cláusula quinta** do contrato assinado entre as partes em 22 de maio de 1997 e aditivos.

O artigo 6º estabelece que para fins de apuração do limite poderão ser deduzidos compromissos de despesas efetuadas no mês anterior dos contratos amparados pela Lei 7976/89; Lei 8727/93; Dívida Externa contratada até 30/9/1991; Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP).

Da apuração para pagamento (cláusula quinta do contrato) – O limite de pagamento do contrato é estabelecido pelo valor de 13% da RLR. Do limite de pagamento (13% da RLR) são deduzidos os compromissos de despesas quitados no mês anterior (artigo 6º), resultando assim no valor da parcela da Lei 9.496/97 a ser paga no mês.

A diferença entre o valor integral da prestação da dívida e a parcela da Lei 9.496/97 paga no mês é denominada resíduo (parágrafo 2º do artigo 6º). Mensalmente estes valores de resíduo são acumulados e corrigidos nas mesmas condições do contrato de refinanciamento, ou seja IGP-DI + 6% ao ano.

A partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento em 2027, o saldo devedor resultante poderá ser renegociado nas mesmas condições previstas na lei em até 120 meses (parágrafo 5º artigo 6º).

Para melhor subsidiar as análises, apresentamos demonstrativos disponibilizados pela Coordenação da Administração Financeira - CAF, da Secretaria da Fazenda, através do Grupo de Supervisão e Gestão de Contratos:

PARCELA P1						
Posição	Saldo Anterior A	(+) Correção IGP-DI B	(+) Juros 6% a a C	(+) Incorporação ou Amortização Autorizada D	(-) Parcela Devida E	Saldo Devedor Contábil F=(A+B+C+D-E)
mai-97	1.670.834.314	-	-	-	-	1.670.834.314
dez-97	1.670.834.314	43.496.799	52.364.314	-	127.939.488	1.638.755.939
dez-98	1.638.755.939	37.947.588	96.371.255	-	255.172.809	1.517.901.974
dez-99	1.517.901.974	290.911.883	97.270.051	-	257.105.553	1.648.978.354
dez-00	1.648.978.354	165.080.856	101.357.860	-	299.880.199	1.615.536.872
dez-01	1.615.536.872	171.020.648	98.559.778	-	309.036.229	1.576.081.068
dez-02	1.576.081.068	327.249.120	94.103.767	-	417.543.119	1.579.890.835
dez-03	1.579.890.835	154.628.208	96.029.900	-	454.884.627	1.375.664.317
dez-04	1.375.664.317	154.686.141	80.720.333	-	498.703.725	1.112.367.066
dez-05	1.112.367.066	19.328.093	59.478.470	-	521.438.414	669.735.215
dez-06	669.735.215	15.638.339	31.178.315	-	539.418.998	177.132.871
dez-07	177.132.871	2.307.482	4.131.290	-	183.571.643	-
dez-08	-	-	-	-	-	-
dez-09	-	-	-	-	-	-

PARCELA P							
Posição	**Saldo Anterior**	**(+) Correção IGP-DI**	**(+) Juros 6% a a**	**(+) Incorporação ou Amortização Autorizada**		**(-) Parcela Devida**	**Saldo Devedor Contábil**
	A	**B**	**C**	**D**		**E**	**F=(A+B+C+D-E)**
mai/97	38.672.263.929	-	-	-		-	38.672.263.929
dez/97	38.672.263.929	1.026.749.699	1.233.198.421	1.256.926.522		1.637.638.530	40.551.500.042
dez/98	40.551.500.042	921.584.936	2.390.216.832	-1.256.926.522		3.098.251.251	39.508.124.036
dez/99	39.508.124.036	7.919.504.678	2.607.671.423	-41.271.183	**1**	3.087.646.943	46.906.382.011
dez-00	46.906.382.011	4.830.318.387	2.961.747.703	-49.575.191	**2**	3.737.284.963	50.911.587.947
dez-01	50.911.587.947	5.609.481.668	3.214.569.447	-		4.053.565.315	55.682.073.747
dez-02	55.682.073.747	12.751.168.824	3.524.394.048	-739.709.003	**3**	4.637.632.524	66.580.295.092
dez-03	66.580.295.092	6.603.017.891	4.270.603.621	-312.752.401	**4**	5.691.705.759	71.449.458.445
dez-04	71.449.458.445	8.708.125.571	4.558.321.441	-		6.086.519.034	78.629.386.424
dez-05	78.629.386.424	1.331.998.042	4.770.368.088	-		6.801.806.603	77.929.945.951
dez-06	77.929.945.951	2.791.567.237	4.733.388.286	1.215.535.418	**5**	6.584.347.774	80.086.089.117
dez-07	80.086.089.117	5.273.866.037	4.920.726.172	203.844.033	**6**	7.228.058.078	83.256.467.280
dez-08	83.256.467.280	9.322.708.888	5.324.480.107	-1.500.841	**7**	7.935.475.896	89.966.679.538
dez-09	89.899.679.538	(1.593.255.825)	5.314.022.746	132.011.241	**8**	8.099.569.364	85.719.888.337
dez-10	85.719.888.337	9.172.150.273	5.378.228.252	219.110.487	**9**	8.636.242.876	91.853.134.473
Dez-11	91.853.134.473	5.119.132.369	5.674.623.610	(1.545.234)	**10**	9.269.033.626	93.376.311.592

1 – RFFSA Autoriz MP-1755-9, de 15/12/98 e Of GS/CCP nº 003/99,06/01/99 e Memo nº 91 STN/CODIP/DIEDI,07/01/99.
2 – Banespa – Amortização Extraordinária conforme Ofício STN nº 5437, de 28/11/2000
3 – Ajuste no saldo decorrente da correção plena do IGP-DI.
4 – Banespa – Amortização Extraordinária conforme Ofício STN nº 1602, de 22/04/2003
5 – Incorporação dívidas da FEPASA auditadas pelo Estado (ações trabalhistas/cíveis) conf.contrato (dez/06)
6 – Incorporação dívidas da EPTE (venda de ações).Ofs. 808 e 8441 STN/COAFI/GECIN,de 31/1/2007 e 26/9/2007
7 – Amortização Extraordinária conforme Ofício STN nº 10.969, de 05/11/2008 – Ajuste preço CTEEP
8 - Incorporação (R$ 133.692.095,77) dívidas da FEPASA auditadas pelo Estado (ações trabalhistas/civeis) Ofício 1440/2009/COAFI/SECAD-VI/STN/MF
8 - Amortização Extraordinária (R$ 1.680.854,32)conforme Ofício nº 1613/2009/COAFI/SECAD-IV/STN/MF-DF - Ajuste preço CTEEP
9 - Incorporação (R$ 10.351.488,90) dívidas da CEAGESP (ações trabalhistas/civeis) Ofício 513/2010/COAFI/SUBSEC4/STN/MF-DF
9 - Incorporação (R$ 210.813.538,10) dívidas da FEPASA auditadas pelo Estado (ações trabalhistas/civeis) Ofício 5/2010/GECEM3/COAFI/SUBSEC4/STN/MF-DF
9 - Amortização Extraordinária (R$ 2.054.539,96) conforme Ofício nº 527/2010/COAFI/SUBSEC4/STN/MF-DF-Ajuste preço CTEEP
10 - Amortização Extraordinária (R$ 1.545.234,38) conforme Ofício nº 413/2011/COAFI/SURIN/STN/MF-DF-Ajuste preço CTEEP

CONTA GRÁFICA					
Posição	Saldo Anterior A	(+) Correção IGP-DI B	(+) Juros 6% a a C	(-) Abatimentos CG D	Saldo Devedor Contábil E=(A+B+C-D)
05/97	6.242.043.499	-	-	(2.100.000.000)	4.142.043.499
12/97	4.142.043.499	112.516.871	136.902.451	(554.269.215)	3.837.193.606
12/98	3.837.193.606	133.859.124	202.811.372	(2.019.612.663)	2.154.251.439
12/99	2.154.251.439	224.353.207	-	(2.378.604.646)	-

A partir de Dezembro/1998 corrigido pela Taxa Média SELIC.

ESTOQUE RESÍDUO							
Posição	Saldo Anterior A	(+) Correção IGP-DI B	(+) Juros 6% a a C	(+) Resíduo do ano D	(-) Ajuste do Saldo (*) E	(-) Ajuste do Saldo (*) E	Saldo Devedor Contábil F=(A+B+C+D-E)
01/98	-	-	-	1.525.278.958	-	-	1.525.278.958
12/98	1.525.278.958	31.702.053	109.554.862	1.100.812.661	-	154.371.144	2.612.977.391
12/99	2.612.977.391	664.759.849	220.549.238	1.589.207.290	-	(182.511.223)	5.270.004.991
12/00	5.270.004.991	636.383.344	395.169.857	1.750.673.086	-	-	8.052.231.278
12/01	8.052.231.278	1.003.308.322	576.665.175	1.652.891.807	-	-	11.285.096.582
12/02	11.285.096.582	2.967.177.233	791.191.702	1.939.186.711	-	327.519.303	16.655.132.924
12/03	16.655.132.924	1.727.839.079	1.190.302.601	2.549.850.180	-	-	22.123.124.784
12/04	22.123.124.784	2.913.510.377	1.553.800.973	2.792.488.695	-	-	29.382.924.828
12/05	29.382.924.828	498.995.397	1.908.919.063	2.602.234.213	-	20.916.988	34.372.156.515
12/06	34.372.156.515	1.327.438.648	2.202.974.231	2.047.725.053	-	-	39.950.294.446
12/07	39.950.294.446	2.808.674.664	2.572.654.709	1.500.614.614	-	(430.821)	46.832.669.255
12/08	46.832.669.255	5.408.811.416	3.116.438.506	1.018.520.024	-	3.008.243	56.373.430.958
12/09	56.373.430.958	(1.009.286.907)	3.442.605.045	385.122.352	25.784.280	(4.898.258)	59.170.985.426
12/10	59.170.985.426	6.588.870.574	3.837.572.425	148.666.155	214.843.925	(15.240.668)	69.546.491.324
12/11	69.546.491.324	3.966.393.473	4.420.436.637		801.638.396	12.765	77.131.670.272

As parcelas do Acordo no período de junho a dezembro de 1997, foram efetivamente liquidadas em 21/01/98. (Eficácia do Contrato).

(*) Ajustes devido a RLR provisórias, variação plena de IGP-DI e alteração na fórmula de cálculo para exponencial.

Observa-se que ao longo destes 14 anos de vigência do Acordo, as correções anuais pelo IGP-DI atingiram valores da ordem de R$ 111 bilhões, enquanto os juros, também considerados ano a ano, chegaram ao patamar de R$ 88,4 bilhões.

Por outro lado, os pagamentos acumulados de R$ 75,4 bilhões não permitem expectativa de redução do estoque desta dívida. Ao contrário, pelo fato do nível de pagamentos ser inferior ao que seria devido, em função do comprometimento máximo de 13% da Receita Líquida Real, foram gerados resíduos, ano a ano, no total de R$ 22,6 bilhões que, corrigidos e capitalizados da mesma forma que o principal (previsto nos contratos), aponta para um saldo devedor residual atual de R$ 77,1 bilhões, ressaltando-se que esta análise inclui as amortizações da conta gráfica ocorridas nos anos de 1997, 1998 e 1999.

Em face de todo o exposto, diante das evidências de que a dívida não terá possibilidades de ser liquidada nos termos pactuados e pelos reflexos e conseqüências advindos de eventual dificuldade ou incapacidade de cumprimento integral do "Acordo de Renegociação da Dívida", entendemos cabível, da parte desta Diretoria de Contas do Governador, reiterar propositura de recomendação no sentido de que o executivo estadual implemente ações visando a reavaliação e repactuação da dívida remanescente deste "Acordo" de molde a equalizar-se a capacidade de pagamento do Estado com o necessário cumprimento das obrigações assumidas.

V - PRECATÓRIOS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 62/2009, foram introduzidas alterações no regime de pagamento de precatórios a partir do exercício de 2010.

De acordo com a publicação da LRF referente ao 3º Quadrimestre/2009, o estoque de precatórios correspondeu a 22,16% da Receita Corrente Líquida - RCL. Desta forma, o Estado enquadrou-se no previsto na letra "a" do inciso I, § 2º do art.97 do ADCT, que estabeleceu o percentual mínimo de pagamento de 1,5% da RCL para Estados cujo estoque de precatórios correspondesse a até 35% da RCL.

O Estado, mediante o Decreto Estadual nº 55.300, de 30 de dezembro de 2009, optou pelo depósito mensal de 1/12 avos de 1,5% da RCL, em conta especial administrada pelo Tribunal de Justiça Estadual, conforme segue:

> "Artigo 1º - Nos termos do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dentre as modalidades de Regime Especial de pagamento nele previstas, o Estado de São Paulo opta pelo pagamento de seus precatórios judiciários, da administração direta e indireta, na forma do inciso I do § 1º e do § 2º do aludido artigo 97, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento, e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência.
>
> § 1º - Para o pagamento dos precatórios vencidos e a vencer referidos no caput, serão depositados mensalmente, no último dia útil de cada mês, em conta própria, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito, na forma do § 3º e seus incisos, do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
>
> § 2º - A Secretaria de Estado de Fazenda divulgará mensalmente o valor da receita corrente líquida apurada nos termos e para os fins do § 1º.
>
> Artigo 2º - Dos recursos que, nos termos do Artigo 1º, forem depositados em conta própria para pagamento de precatórios judiciários, serão utilizados:
>
> I - 50% (cinqüenta por cento), para o pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, observadas as preferências

definidas no § 1° do artigo 100 da Constituição Federal, para os precatórios do mesmo ano, e no § 2° daquele mesmo artigo, para os precatórios em geral;

II - 50% (cinqüenta por cento), na forma que oportunamente vier a ser estabelecida pelo Poder Executivo, em conformidade com o disposto no § 8° e seus incisos, do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Artigo 3° - Fica instituído, junto à Procuradoria Geral do Estado, o Sistema Único de Controle de Requisitórios Judiciais, no qual será mantido o registro cadastral e de pagamentos de todos os requisitórios da administração direta e indireta, para fins de controle estatístico, verificação dos pagamentos e conferência da ordem em que serão realizados.

§ 1° - As entidades da administração indireta deverão manter atualizados os registros de seus requisitórios junto à Procuradoria Geral do Estado, cadastrando-os diretamente, e preferencialmente em meio eletrônico, em até 5 (cinco) dias da data do respectivo recebimento, e nesse mesmo prazo registrando as alterações que a qualquer tempo lhes forem comunicadas pelo Poder Judiciário.

§ 2° - Os requisitórios da administração indireta, já formalizados até a data do presente Decreto e ainda não cadastrados junto à Procuradoria Geral do Estado, deverão ser cadastrados dentro de 60 (sessenta) dias contados da publicação deste.

Artigo 4° - A Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Economia e Planejamento, no âmbito de suas respectivas atribuições, poderão adotar providências para a implantação e regulamentação das disposições do presente Decreto.

Artigo 5° - As disposições deste Decreto entram em vigor na data de 1° de janeiro de 2010, vigorando enquanto o valor dos precatórios devidos for superior ao valor dos recursos vinculados, na forma do Artigo 1°."

Pelo menos 50% dos recursos devem ser utilizados para pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências previstas no § 2° do art.100 da Constituição Federal.

Com relação aos demais 50%, o governo optou, para o exercício 2011, pelo pagamento em ordem única e crescente de valor por precatório, conforme o Decreto Estadual n° 56.646 de 06 de janeiro de 2011:

"Artigo 1° - Dos recursos que, nos termos do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e artigo 1°, "caput" e § 1° do Decreto estadual n° 55.300, de 30 de dezembro de 2009, durante o exercício de 2011 forem depositados em conta própria para o pagamento de precatórios judiciários, o Estado de São Paulo opta, como previsto no inciso II do artigo 2° do referido decreto, que no exercício de

2011 sejam aplicados 50% (cinqüenta por cento) no pagamento em ordem única e crescente de valor por precatório, nos termos do inciso II do § 8° do referido artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Artigo 2° - Este decreto produzirá efeitos a partir de 1° de janeiro de 2011, e vigorará somente até 31 de dezembro de 2011."

No quadro a seguir, demonstramos os repasses efetuados pelo Poder Executivo para o Tribunal da Justiça, em cumprimento à Emenda Constitucional n° 62:

Mês	Receita Corrente Líquida apurada Resolução SF	Duodécimo	1,5% do Duodécimo Valor Devido	Valor Transferido
jan/11	99.713.095.684,61	8.309.424.640,38	124.641.369,61	124.641.369,62
fev/11	99.914.614.190,50	8.326.217.849,21	124.893.267,74	124.893.267,74
mar/11	101.162.100.371,78	8.430.175.030,98	126.452.625,46	126.452.625,46
abr/11	101.701.886.174,33	8.475.157.181,19	127.127.357,72	127.127.357,72
mai/11	102.454.660.002,24	8.537.888.333,52	128.068.325,00	128.068.325,00
jun/11	102.799.943.906,47	8.566.661.992,21	128.499.929,88	128.499.929,88
jul/11	103.476.030.724,18	8.623.002.560,35	129.345.038,41	129.345.038,42
ago/11	103.844.416.244,25	8.653.701.353,69	129.805.520,31	129.805.520,32
set/11	104.241.867.703,18	8.686.822.308,60	130.302.334,63	130.302.334,64
out/11	104.958.534.108,32	8.746.544.509,03	131.198.167,64	131.198.167,64
nov/11	105.810.914.441,48	8.817.576.203,46	132.263.643,05	132.263.643,06
dez/11	106.348.782.512,16	8.862.398.542,68	132.935.978,14	132.935.978,14
Total			**1.545.533.557,58**	**1.545.533.557,64**

Fonte: documentos encaminhados pela Coordenação da Administração Financeira da Secretaria da Fazenda e SIAFEM-SP

Conforme quadros anteriores, verificamos que o Poder Executivo Estadual repassou, no exercício 2011, R$ 1.545.533.557,64 (um bilhão, quinhentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e três mil, quinhentos e cinqüenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) ao Poder Judiciário, cumprindo, até o momento, o preceituado pela Emenda Constitucional n° 62.

A seguir, demonstramos os pagamentos efetuados em 2011, conforme constou no Balanço Geral:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R$
Precatórios (*)	**-2.253.440**
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	-3.301.882
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES)	1.048.442
Obrigações de Pequeno Valor	**546.095.620**
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	524.749.612
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES)	21.346.008
Regime Especial de Pagamento de Precatórios (**)	**1.910.945.315**
ORDEM CRONOLÓGICA (UG 030051)	516.739.714
ORDEM CRESCENTE DE VALOR (UG 030052)	1.394.205.601
TOTAL	**2.454.787.496**

FONTE: Balanço Geral do Estado, com informações da Procuradoria Geral do Estado – PGE.
(*) O valor de devoluções de precatórios superou o valor de mandados de sequestros e bloqueios judiciais.
(**) Informações fornecidas pelo Tribunal de Justiça de pagamentos efetuados no Regime Especial de Precatórios, com recursos depositados nas UG's 030051 e 030052, a partir do exercício de 2010.

1. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Lei Federal nº 10.482, de 3 de julho de 2002, conhecida como Lei Madeira, dispôs sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, permitindo que parte destes fosse repassado à conta única dos Estados e do Distrito Federal, estabelecendo também a criação de um fundo de reservas.

Referida Lei previa que os recursos repassados seriam aplicados exclusivamente no pagamento de precatórios judiciais relativos a créditos de natureza alimentar.

Uma vez encerrado o processo litigioso ou administrativo, o valor do depósito, acrescido da remuneração que lhe foi originalmente atribuída, seria colocado à disposição do depositante ou transformado em pagamento definitivo.

A Lei nº 10.482/2002 foi revogada pela Lei nº 11.429/2006 e, a partir de abril/2008, a matéria passou a reger-se, em nível estadual, pela Lei nº 12.787/2007 e pelo Decreto nº 52.780/2008.

Desta forma, temos acompanhado a movimentação financeira dos recursos, com base em dados fornecidos pelo Governo do Estado, que mantém controle distinto para os repasses previstos na Lei nº 10.482/2002, Lei nº 11.429/2006 e Lei nº 12.787/2007.

Analisamos os documentos encaminhados pela Secretaria da Fazenda e extraímos por mais relevante o que segue:

1.1- LEI MADEIRA

A distribuição dos repasses, relacionados à Lei nº 10.482/2002 (Lei Madeira), lembrando que, devido à edição da Lei nº 11.429/2006, a última transferência ocorreu em janeiro de 2007, estava assim composta:

REPASSE DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			
EXERCÍCIO	TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA 80%	TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA 20%	TOTAL
2002	328.888.542	82.222.135	411.110.677
2003	64.976.404	16.244.101	81.220.505
2004	55.795.792	13.948.948	69.744.740
2005	81.467.331	20.366.833	101.834.164
2006	102.387.417	25.596.854	127.984.271
2007	6.654.641	1.663.660	8.318.301
TOTAL	**640.170.127**	**160.042.531**	**800.212.658**

Em atendimento ao artigo 5º da Lei nº 10.482, o Tesouro Estadual efetuou as seguintes devoluções:

DEVOLUÇÃO			
EXERCÍCIO	PRINCIPAL	CORREÇÃO	TOTAL
2002	132.917.560	1.306.288	134.223.848
2003	80.024.907	7.152.557	87.177.464
2004	50.390.556	4.795.518	55.186.074
2005	36.547.634	3.687.985	40.235.619
2006	68.563.807	11.093.572	79.657.379
2007	60.368.782	11.946.517	72.315.298
2008	58.204.254	23.862.672	82.066.927
2009	22.700.353	10.310.556	33.010.910
2010	58.766.429	7.529.553	66.295.982
2011	50.444.292	3.447.673	53.891.965
TOTAL	**618.928.574**	**85.132.891**	**704.061.465**

Até o 4º trimestre de 2011, apurou-se o saldo a ser devolvido de R$ 410.546.872,02, sendo R$ 181.284.084,89 correspondentes ao principal e R$ 229.262.787,13 à correção.

Com o detalhamento da conta contábil 112191300 (SIAFEM-UG200051), verificamos que o Fundo de Reserva apresentava saldo, até dezembro de 2011, de R$ 86.227.708,71.

A recomposição do Fundo de Reserva ocorre a posteriori, mediante comunicação do agente financeiro ao Estado.

1.2- LEI FEDERAL N° 11.429/2006

Registramos que, em 26 de dezembro de 2006, foi editada a Lei Federal n° 11.429, que dispôs sobre os depósitos judiciais de tributos e revogou a Lei n° 10.482/2002.

A Secretaria da Fazenda Estadual, para registrar os valores decorrentes da Lei n° 11.429, criou controle distinto daquele utilizado para a Lei Madeira, conforme segue:

REPASSE DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 11.429			
EXERCÍCIO	TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA 70%	TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA 30%	TOTAL
2007	147.225.228	63.096.526	210.321.755
2008	250.202.345	107.229.576	357.431.921
2009	90.579.020	38.819.574	129.398.601
2010	124.499.323	53.356.789	177.856.176
2011	86.589.588	37.109.823	123.699.411
TOTAL	**699.095.505**	**299.612.289**	**998.707.864**

DEVOLUÇÃO - LEI 11.429			
EXERCÍCIO	PRINCIPAL	CORREÇÃO	TOTAL
2007	29.257.796	734.671	29.992.467
2008	122.780.230	2.574.540	125.354.769
2009	65.688.164	10.723.611	76.411.775
2010	218.116.075	25.429.388	243.545.463
2011	41.160.859	3.414.609	44.575.468
TOTAL	**477.003.124**	**42.876.819**	**519.879.942**

Até o 4° trimestre de 2011, apurou-se o saldo a ser devolvido de R$ 629.779.640,33, sendo R$ 521.704.740,29 correspondentes ao principal e R$ 108.074.900,04 à correção.

Com o detalhamento da conta contábil 112191500 (SIAFEM-UG200053), verificamos que o Fundo de Reserva apresentava saldo, até dezembro de 2011, de R$ 188.186.055,28.

A recomposição do Fundo de Reserva ocorre a posteriori, mediante comunicação do agente financeiro ao Estado.

1.3- LEI ESTADUAL N° 12.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007, E DECRETO ESTADUAL N° 52.780, DE 06 DE MARÇO DE 2008

Informamos que a partir de abril/2008 a matéria passou a reger-se, em nível estadual, pela Lei n° 12.787/2007 e pelo Decreto n° 52.780/2008.

REPASSE DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 12.787			
EXERCÍCIO	TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA 70%	TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA 30%	TOTAL
2008	489.239.583	209.674.107	698.913.690
2009	492.447.816	211.049.047	703.496.863
2010	483.657.114	207.281.522	690.938.636
2011	22.606.611	9.688.547	32.295.158
TOTAL	**1.487.951.124**	**637.693.224**	**2.125.644.347**

DEVOLUÇÃO - LEI 12.787			
EXERCÍCIO	PRINCIPAL	CORREÇÃO	TOTAL
2008	122.586.383	1.549.120	124.135.503
2009	497.313.713	15.807.583	513.121.296
2010	639.558.972	17.358.433	656.917.405
2011	175.822.954	13.902.999	189.725.954
TOTAL	**1.435.282.022**	**48.618.135**	**1.483.900.157**

Até dezembro/2011, apurou-se o saldo a ser devolvido de R$ 864.367.405,42 sendo R$ 690.362.325,52 correspondente ao principal e R$ 174.005.079,90 à correção.

Com o detalhamento da conta contábil 112191500 (SIAFEM-UG200054), verificamos que o Fundo de Reserva apresentava saldo, até dezembro de 2011, de R$ 277.529.869,46.

A recomposição do Fundo de Reserva ocorre a posteriori, mediante comunicação do agente financeiro ao Estado.

VI – ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Apresentamos a seguir os tópicos relacionados à Lei Fiscal relativos ao Poder Executivo, cujo detalhamento encontra-se no Acessório 3, TC-00143/326/11, que acompanha os presentes autos.

a. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)

Observamos que a receita arrecadada acumulada demonstrou uma situação favorável, uma vez que superou a previsão orçamentária em 2,15%.

O valor empenhado foi superior ao valor arrecadado em R$ 723.965 mil, sendo que o Governo Estadual utilizou-se de crédito adicional com recursos de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R$ 1.595.833 mil.

No que diz respeito ao regime próprio de previdência, os valores apresentados no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias, no exercício de 2011, evidenciam um equilíbrio das receitas previdenciárias realizadas em relação às despesas.

Da análise do Resultado Primário Realizado no exercício de 2011, observa-se uma situação favorável, vez que ficou além da pretensão estabelecida.

Já o Resultado Nominal apresentou um acréscimo em relação ao exercício anterior, de R$ 4.024 milhões, sendo que a meta era de R$ 10.530 milhões correntes.

A análise dos restos a pagar, considerando a soma dos processados e dos não-processados, resulta em R$ 10.473.774, que deduzido da disponibilidade de caixa líquida de R$ 10.486.905 mil, resulta em R$ 13.131 mil (conforme RGF-Anexo VI – LRF, art.55, inciso III, alínea "b").

De acordo com os dados do Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, as receitas de R$ 49.468 mil foram aplicadas em Despesas de Capital, no valor de R$ 43.762 mil, e em Despesas Correntes do Regime de Previdência, no valor de R$ 5.706 mil.

b. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O item Despesas com Pessoal constou no Relatório de Gestão Fiscal como segue:

R$ milhares

Gastos com Pessoal	**=**	**R$ 43.581.893**	**=**	**40,33%**
RCL		**R$ 108.053.551**		

O percentual de 40,33%, apurado pela Contadoria Geral do Estado, foi obtido desconsiderando as despesas com indenizações por demissões e incentivos à demissão voluntária, decorrentes de decisão judicial, de exercícios anteriores e inativos com recursos vinculados.

Referidas deduções se justificam em face da norma instituída pela Lei nº 101/00, artigo 18, que prevê a inclusão de valores de caráter essencialmente remuneratório. Ainda, a exclusão da Compensação Previdenciária deu-se em função do artigo 19, inciso VI-b.

Não obstante as deduções já mencionadas, entendemos, S.M.J., que outra exclusão deveria ter sido considerada nas despesas com pessoal apuradas pela Contadoria Geral do Estado, qual seja, o reembolso, mediante convênio, do pagamento de professores e demais funcionários do Governo Estadual que prestam serviços para os Municípios no setor da Educação, atingindo a cifra de R$ 272.995 mil e, pela mesma razão, excluímos referido valor da receita corrente líquida, obtendo o seguinte demonstrativo:

R$ milhares

Gastos com Pessoal	=	**R$ 43.308.898**	=	**40,18%**
RCL		**R$ 107.780.556**		

Comparando-se o exercício de 2010 com o de 2011, constatamos que o índice de Gastos com Pessoal passou de 39,24% para 40,18%.

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal do Poder Executivo está dentro dos limites previstos no artigo 20, inciso II, letra c; e no artigo 22, § Único da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

No encerramento do exercício de 2010, a Dívida Consolidada Líquida representava 1,53 vezes a receita corrente líquida do mesmo período.

No exercício de 2011, a proporção de endividamento foi de 1,46 vezes a RCL, sendo que a Resolução do Senado Federal n.º 40, de 20/12/2001, indica para os Estados o limite de duas vezes a receita corrente líquida.

Quanto a Concessão de Garantias, no 3º quadrimestre de 2011 o percentual apurado encontra-se devidamente ajustado ao limite de 32% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº. 43, alterada pela Resolução nº. 3, de 02/04/2002, ambas do Senado Federal.

Convém mencionar que o Governo Estadual vem observando o limite de 16% para realização de Operações de Crédito estipulado no inciso I, artigo 7º da Resolução do Senado nº 43.

As despesas de capital apresentaram valor superior às operações de crédito. Sendo assim, no exercício em análise, entendemos obedecida a disposição contida no inciso III do artigo 167 da C.F.

c. - DESPESAS COM PESSOAL E REFLEXOS

O Quadro de Pessoal do Governo do Estado, consideradas a Administração Direta, as Autarquias, as Fundações e as Empresas de Economia Mista, é de 1.178.110 servidores, sendo 748.275 ativos e 429.835 inativos (dados extraídos do Relatório do Senhor Secretário da Fazenda).

QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	ativos	inativos	total
2010	718.834	412.976	1.131.810
2011	748.275	429.835	1.178.110
Diferença	*29.441*	*16.859*	*46.300*
Variação 2010-2011	4,10%	4,08%	4,09%

Obs.: verificamos que havia pequenos erros de soma nos dados apresentados no Relatório do Secretário, nas Secretarias da Saúde, do Desenvolvimento, da Fazenda, Transportes Metropolitanos e da Administração Penitenciária.

Em relação às Receitas Correntes Líquidas, cujo valor, publicado pela Contadoria Geral do Estado, atinge R$ 108.053.551 mil, temos que as Despesas com Pessoal alcançaram o percentual de 46,43%, conforme dados do Governo Estadual.

R$ MIL

RECEITAS CORRENTES	
RECEITAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	**141.973.053**
(-)Receita de Contribuições dos Servidores	3.060.257
(-)Transferências a Municípios	30.804.265
(-)Compens. Financ. entre Regimes Previdenciários	54.980
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**108.053.551**

(conforme RREO-Demonstrativo da Receita Corrente Líquida)

Apresentamos a seguir os percentuais correspondentes a cada um dos Poderes e ao Ministério Público, consoante disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

DESPESAS DE PESSOAL POR PODER E ÓRGÃO	MIL	
Poder Executivo	43.581.894	40,33%
Poder Legislativo	995.129	0,92%
.Assembléia Legislativa	551.889	0,51%
.Tribunal de Contas do Estado	443.240	0,41%
Poder Judiciário	4.563.282	4,22%
Ministério Público	1.025.820	0,95%
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL	**50.166.126**	46,43%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**108.053.551**	

Entendemos, S.M.J., que o reembolso, mediante convênio, do pagamento de professores e demais funcionários do Governo Estadual que prestam serviços para os Municípios no setor da Educação, deveriam ser excluídos tanto das Receitas quanto das Despesas, conforme descrito no mesmo item VI.

Desta forma, o quadro de despesas por Poder ficaria assim:

DESPESAS DE PESSOAL POR PODER E ÓRGÃO	MIL	
Poder Executivo	43.308.899	40,18%
Poder Legislativo	995.129	0,92%
.Assembléia Legislativa	551.889	0,51%
.Tribunal de Contas do Estado	443.240	0,41%
Poder Judiciário	4.563.282	4,23%
Ministério Público	1.025.820	0,95%
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL	**49.893.131**	46,29%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**107.780.556**	

Os dados deste item foram obtidos nos relatórios de auditoria dos Acessórios 3, Poder Executivo TC-00143/326/11, Poder Legislativo TC-01515/326/11 e TC-01516/326/11, Poder Judiciário TC-01518/326/11 e Ministério Público TC-01517/326/11.

VII – ENSINO

Apresentamos a seguir o total despendido pelo Governo do Estado na manutenção e desenvolvimento do ensino em 2011.

A matéria aqui tratada encontra-se detalhada no Acessório 2, TC-00143/226/11, que acompanha os presentes autos.

Observamos que o Governo Estadual aplicou a importância de R$ 26.434.344.687, correspondendo ao percentual de 30,15%, dando cumprimento ao disposto no artigo 255 da Constituição Estadual.

A seguir, relacionamos as exclusões efetuadas, bem como demais itens destacados e relacionados ao Ensino:

A) RESTOS A PAGAR DO ENSINO

Preliminarmente, informamos que em 2009 a Secretaria da Fazenda criou a Unidade Gestora - UG 200088- Tesouro do Estado – Aplicação no Ensino, e abriu uma conta bancária apartada e específica no Banco Nossa Caixa (atual Banco do Brasil), agência nº 0935-1, conta nº 13-000088-5.

Conforme informações da Secretaria, não estão incluídos nesta UG os Restos a Pagar das universidades estaduais USP, UNICAMP e UNESP, visto que os recursos correspondentes a 9,57% do ICMS e da Desoneração do ICMS (Lei 87/96) são financeiramente transferidos, todo mês e em sua totalidade.

Conforme o Balanço Financeiro da UG 200088 – Tesouro do Estado – Aplicação no Ensino, no encerramento do exercício 2011 havia, no Ativo Circulante, um Disponível de R$ 261.639.989,51, conforme quadro a seguir:

BALANÇO FINANCEIRO	**R$**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	53.910.746,18
(+)RECEITAS EXTRAORCAMENTARIAS	2.297.602.959,17
(-)DESPESAS EXTRAORCAMENTARIAS	2.089.873.715,84
= SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE	261.639.989,51

B) FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação

A FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação vem sendo objeto de recomendação nos últimos anos.

Desta forma, verificamos, por meio do SIGEO, os valores pagos por meio de OB-Ordem Bancária para a FDE, até o 4º trimestre de 2011, obtendo o valor de R$ 1.350.926.202. Este valor, se considerado no quadro de deduções, resultaria no seguinte:

QUADRO DE EXCLUSÕES	**R$**
METRÔ - Subsídio transportes	61.670.264
FAPESP	305.961.013
Reembolso Professores e Servidores Escolas Municipalizadas	272.995.059
Restaurantes Universitários	8.194.263
Receita de Restos a Pagar cancelados - Ensino Básico	6.343.455
Receita de Restos a Pagar Cancelados - Ensino Superior	7.379.442
Secretaria de Turismo	8.455.204
Escola da Família	736.445
SUBTOTAL	671.735.145
FDE	1.350.926.202
TOTAL	**2.022.661.347**

Houve recomendações à FDE por parte deste E. Tribunal nos exercícios de 2007, 2008, 2009 e 2010.

C) EXCLUSÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA

Do total das despesas, a Secretaria Estadual da Fazenda excluiu os valores provenientes dos cancelamentos de restos a pagar do Ensino (R$ 13.722.897).

Excluiu, também, despesas com salários de professores e de servidores da educação que prestam serviços para os municípios R$ 272.995.059, os quais reembolsam referidos valores aos cofres estaduais.

Desconsiderou, ainda, os gastos com transporte escolar da Companhia do Metrô, não relativos à rede pública de ensino (R$ 61.670.264).

Além disso, ainda na fase da elaboração do rol de despesas, expurgou os valores relativos a despesas com restaurantes universitários com recursos do Tesouro (R$ 8.194.263) e com auxílio financeiro a pesquisadores da FAPESP (R$ 305.961.013) e com apoio técnico-administrativo da Secretaria de Turismo (R$ 8.455.204), visto que esta Secretaria não atua na área do Ensino.

Com relação ao programa 0805 – Parceria Escola, Comunidade e Sociedade Civil (antigo Programa Escola da Família), este E. Tribunal vem aceitando como despesas do Ensino, desde as contas do exercício de 2005, somente as despesas com estudantes universitários que participam como orientadores, por entender que o programa possui características claramente definidas de cultura, esporte e lazer. Assim, excluímos os valores relativos ao Projeto-Atividade 5606 – Apoio Técnico Pedagógico para Implementação de Parcerias, no montante de R$ 736.445.

A soma destas exclusões atinge R$ 671.735.145 (seiscentos e setenta e um milhões, setecentos e trinta e cinco mil, cento e quarenta e cinco reais).

A seguir, apresentamos quadro resumo das exclusões:

QUADRO DE EXCLUSÕES	**R$**
METRÔ - Subsídio transportes	61.670.264
FAPESP	305.961.013
Reembolso Professores e Servidores Escolas Municipalizadas	272.995.059
Restaurantes Universitários	8.194.263
Receita de Restos a Pagar cancelados - Ensino Básico	6.343.455
Receita de Restos a Pagar Cancelados - Ensino Superior	7.379.442
Secretaria de Turismo	8.455.204
Escola da Família	736.445
TOTAL	**671.735.145**

D) FUNDEB

Preliminarmente, apresentamos um resumo da aplicação do FUNDEB:

APLICAÇÃO DO FUNDEB - RESUMO	R$
TOTAL DE RECURSOS	13.660.985.558
TOTAL DAS DESPESAS	13.660.985.558
SALDO A APLICAR	0

Registramos, também, que o Estado de São Paulo mais contribuiu (R$ 3,3 bilhões) do que recebeu do FUNDEB, conforme segue:

0815 - MANUTENCAO E SUPORTE DA EDUCACAO BASICA	R$
339041 - CONTRIBUICOES	3.356.398.422

Sob o prisma do artigo 22 da Lei nº 11.494/2007, o Estado aplicou R$ 8.759.470.583 (64,12%) do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, cumprindo o mínimo de 60%.

E) Portaria do MEC

A Portaria MEC nº 437, de 20 de abril de 2012, demonstrou o ajuste anual da distribuição dos recursos do FUNDEB do exercício 2011.

Com relação ao Governo do Estado de São Paulo, indicou que a receita disponibilizada foi de R$ 22.500.045.860,03, enquanto as receitas efetivas foram de R$ 22.502.408.558,25 milhões, havendo, portanto, uma diferença a recolher de R$ 2.362.698,22, que equivale a 0,01%.

Verificamos, por meio do sistema SIAFEM, o lançamento da NL00833-UG200002, de 30/01/2012 no valor de R$ 2.362.698,20 referente depósito ao FUNDEB, em complementação aos valores de 2011.

Demonstramos, a seguir, os percentuais aplicados no Ensino nos quatro últimos exercícios:

EXERCÍCIOS	***PERCENTUAL***
2011	30,15%
2010	30,15%
2009	30,09%
2008	30,13%

VIII – SAÚDE

Estabelece a Emenda Constitucional nº 29 de 13/09/2000 (DOU de 14/9/2000) a vinculação de parte da receita de impostos, próprios e transferidos para aplicação na área da Saúde.

No caso do Estado esta aplicação será, no mínimo, correspondente a 12% dos impostos arrecadados mais as transferências efetuadas pela União (FPE, IPI e IRRF).

a) Despesas

Demonstramos, a seguir, os valores despendidos na saúde com recursos da Fonte Tesouro, por programas e projetos-atividade:

R$ MILHARES

DESPESAS LIQUIDADAS - SAÚDE - Fonte Tesouro (sem exclusões)	2011
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	10.086.877
0000 - ENCARGOS GERAIS	890
5140 - PAGAMENTO DA DIVIDA PUBLICA INTERNA	890
0100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO	729.128
4859 - COORDENACAO E ADMINISTRACAO GERAL	729.128
0910 - PRODUCAO DE MEDICAMENTOS	2.400
1966 - AMPLIACAO, ADEQUACAO INSTAL.FURP EM GUARULHOS	2.400
0914 - PREVENCAO E CONTROLE DE ENDEMIAS	56.208
4833 - APOIO E ORIENTACAO AOS MUNICIPIOS	712
4839 - CONTROLE DE DOENCAS TRANSMITIDAS POR VETORES	51.225
4859 - COORDENACAO E ADMINISTRACAO GERAL	3.695
4861 - CAPACITACAO APERFEICOAM.PROFISSIONAIS SAUDE	415
5419 - PESQUISA CIENTIFICA TECNOLOGICA AREA ENDEMIAS	162
0926 - APOIO A ATENCAO BASICA DE COMPETENCIA MUNICIPAL CO	92.000
4717 - DOSE CERTA-PROGRAMA EST. ASSIST.FARMACEUTICA	92.000
0928 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	278.032
1963 - OBRAS ADEQ. AMPL. APARELHAMENTO HCFMRP-USP	3.530
4843 - RESIDENCIA MEDICA	2.827
4855 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC	1.673
4859 - COORDENACAO E ADMINISTRACAO GERAL	0
4868 - ATENDIMENTO MEDICO,AMBULATORIAL E HOSPITALAR	232.445
5422 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	30.805
5665 - ATENDIMENTO HEMOTERAPICO	6.752
0929 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	914.968
1964 - OBRAS ADEQUACAO AMPL. APARELHAMENTO HCFM-USP	25.598
4843 - RESIDENCIA MEDICA	3.966
4845 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO-TIC	5.791
4868 - ATENDIMENTO MEDICO,AMBULATORIAL E HOSPITALAR	780.415
5422 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	99.198
0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	7.670.681
1377 - CONSTRUCAO REF. AMPL. AREAS FISICAS SEC.SAUDE	149.366
4849 - APOIO FINANCEIRO ENT.FILANTROPICAS/MUNICIPAIS	750.680
4850 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL HOSPITALAR UNID.EST.	3.503.646
4851 - PAGAMENTO DE PENSAO AOS HANSENIANOS	3.102
4852 - ATEND. AMBUL. HOSPITALAR POR ORG.SOCIAIS	3.263.887
0931 - CAPACITACAO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	159.102
4861 - CAPACITACAO APERFEICOAM.PROFISSIONAIS SAUDE	733
4863 - RESIDENCIA MEDICA	158.370
0932 - VIGILANCIA EM SAUDE	6.303
4124 - CAMPANHAS DE VACINACAO	1.810
4127 - ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA E AMBIENTAL	402
4138 - EXAMES LABORATORIO INTERESSE SAUDE PUBLICA	1.119
4722 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	311

5423 - PESQUISA CIENTIFICA E TECNOLOGICA	242
5780 - VACINACAO DE ROTINA	2.419
0933 - CIENCIA TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE	379
4856 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAUDE	6
5805 - DIFUSAO DO CONHECIMENTO	258
5807 - INOVACAO TECNOLOGICA DE PRODUTOS E PROCESSOS	115
0934 - DIAGNOSTICO, REABILITACAO, CAPACITACAO, INFORMACAO	4.510
4859 - COORDENACAO E ADMINISTRACAO GERAL	95
4865 - EPIDEMIOLOGIA E INFORMACAO EM CANCER	4.349
5776 - ANALISE LABORATORIAL DIAGNOSTICA	66
0935 - PRODUCAO DE IMUNOBIOLOGICOS, SOROS, HEMODERIVADOS	5.546
4869 - PRODUCAO DE VACINAS	5.546
0936 - SANGUE, COMPONENTES E DERIVADOS	35.912
4192 - ATENDIMENTO HEMOTERAPICO	35.912
0939 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	6.542
6015 - ATENDIMENTO MEDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	6.542
3904 - SANEAMENTO PARA TODOS	30.000
1936 - MELHORIA DA QUALIDADE DAS AGUAS	30.000
4406 - AUXILIO-ALIMENTACAO	65.198
5428 - GERENCIAMENTO DO BENEFICIO - SAUDE	65.198
4407 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO PARA EXCELE	6.480
4858 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	6.480
4501 - COMUNICACAO SOCIAL	22.597
5576 - COMUNICACAO DE ACOES DO GOVERNO	22.597
10000 - SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA E TECNOLOGIA	694.069
4301 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM H	694.069
5273 - APERFEICOAMENTO ACOES SAUDE PROMOV.HOSP.UNIV.	10.390
5274 - ASSISTENCIA MEDICA,HOSPITALAR E AMBULATORIAL	643.896
5276 - PROCEDIMENTOS ANOM.CRANIOFACIAIS DEF.AUDITIVA	39.783
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	19.562
1308 - ABASTECIMENTO E SEGURANCA ALIMENTAR	19.562
6000 - VIVA LEITE	19.562
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	23.391
1714 - PERICIA JUDICIAL	2.732
5641 - PERICIAS NA AREA DE MEDICINA LEGAL	2.732
1729 - ATENCAO INTEGRAL AO ADOLESC. E INTEGRACAO DAS MSE	20.660
5906 - ATENCAO SAUDE ADOLESC.CUMP.SOCIOEDUCATIVA	20.660
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	16.154
1801 - INVESTIGACAO POLICIAL	9
5595 - SUPRIMENTO MEDIC. PRESOS CUST.POLICIA CIVIL	9
1811 - CORPO DE BOMBEIROS: INCENDIO, SALVAMENTO E RESGATE	1.187
5000 - RESGATE	1.187
1816 - ATENDIMENTO DE SAUDE AOS POLICIAIS MILITARES	14.958
5001 - BEM-ESTAR INTEGRAL	14.250
5002 - ATENDIMENTO ODONTOLOGICO POLICIAIS MILITARES	708

21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	5.001
0000 - ENCARGOS GERAIS	5.001
6013 - PAG. PRECATORIOS REG. ESP. EM. CONST.- SAUDE	5.001
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	39.960
3806 - GESTAO DO SISTEMA PRISIONAL	39.960
5325 - FORNECIMENTO ALIMENTACAO POPULACAO PRISIONAL	1.854
5326 - ATENCAO INTEGRAL A SAUDE POPULACAO PRISIONAL	6.106
5328 - GERENC.SUPORTE NECESSIDADES BASICAS POP.PENAL	32.000
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	872
4301 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM H	872
5273 - APERFEICOAMENTO ACOES SAUDE PROMOV.HOSP.UNIV.	94
5274 - ASSISTENCIA MEDICA,HOSPITALAR E AMBULATORIAL	778
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	104.835
0000 - ENCARGOS GERAIS	49
5140 - PAGAMENTO DA DIVIDA PUBLICA INTERNA	49
0927 - ASSISTENCIA MEDICA AO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	104.786
4107 - ATENDIMENTO MEDICO-AMB.E HOSPITALAR TERCEIROS	104.786
TOTAL	**10.990.720**

Foram efetuadas as seguintes exclusões:

R$ MILHARES

09000 - SECRETARIA DA SAUDE	3.102
0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	3.102
4851 - PAGAMENTO DE PENSAO AOS HANSENIANOS	3.102
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	12.538
1308 - ABASTECIMENTO E SEGURANCA ALIMENTAR	12.538
6000 - VIVA LEITE	12.538
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	2.732
1714 - PERICIA JUDICIAL	2.732
5641 - PERICIAS NA AREA DE MEDICINA LEGAL	2.732
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	14.967
1801 - INVESTIGACAO POLICIAL	9
5595 - SUPRIMENTO MEDIC. PRESOS CUST.POLICIA CIVIL	9
1816 - ATENDIMENTO DE SAUDE AOS POLICIAIS MILITARES	14.958
5001 - BEM-ESTAR INTEGRAL	14.250
5002 - ATENDIMENTO ODONTOLOGICO POLICIAIS MILITARES	708
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	104.835
0000 - ENCARGOS GERAIS	49
5140 - PAGAMENTO DA DIVIDA PUBLICA INTERNA	49
0927 - ASSISTENCIA MEDICA AO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	104.786
4107 - ATENDIMENTO MEDICO-AMB.E HOSPITALAR TERCEIROS	104.786
TOTAL	**138.174**

b) Receitas

O demonstrativo a seguir traz a composição da Receita para apuração do índice de gastos com a saúde, conforme determina a Emenda Constitucional nº 29 de 13/09/2000 (DOU de 14/9/2000).

R$ MILHARES

RECEITAS	2011
11 - RECEITA TRIBUTARIA	80.015.506
1112 - IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	6.222.808
111205 - IMP. SOBRE A PROP.DE VEICULOS AUTOMOTORES	5.218.660
11120551 - IPVA-PARTE DO ESTADO	4.174.535
11120554 - IPVA-PARTE FUNDEB	1.043.634
11120561 - IPVA-PPD-PARTE DO ESTADO	393
11120564 - IPVA-PPD-PARTE FUNDEB	98
111207 - IMP.S/TRANSM.C.MORTIS E DOACAO BENS/DIREITOS	1.004.147
11120751 - ITCMD-PARTE DO ESTADO	803.318
11120754 - ITCMD-PARTE DO FUNDEB	200.829
1113 - IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	73.792.699
111302 - IMP.S/OP.REL.CIRC.MERC.PREST.SERV.TRANSP.COM	73.792.699
11130251 - ICMS-PARTE DO ESTADO	59.034.159
11130254 - ICMS-PARTE FUNDEB	14.758.540
17 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.165.411
1721 - TRANSFERENCIAS DA UNIAO	5.165.411
172101 - PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	5.165.411
17210104 - TRANSF.DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RET.NA FONTE	3.902.768
17210132 - CTA-PTE IMP.OP.CRED.CAMB.SEG.TIT.VAL.MOB.OUR	236
17210151 - FPE:COTA-PARTE FUNDO PARTICIPACAO DOS ESTADO	480.702
17210154 - COTA PTE DO FDO DE PARTIC DOS EST-PTE FUNDEB	120.175
17210161 - COTA PARTE DO IPI - PARTE DO ESTADO	529.224
17210164 - COTA PARTE DO IPI - PARTE DO FUNDEB	132.306
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.028.045
TOTAL	**87.208.963**

c) Percentual de aplicação em Saúde

Diante do exposto, o Governo do Estado de São Paulo, no exercício de 2011, aplicou na saúde o percentual de 12,43%, conforme demonstramos abaixo:

	R$ milhares
RECEITA PROVENIENTE DE IMPOSTO	**87.208.963**
DESPESAS - FUNÇÃO SAÚDE - TESOURO	10.990.720
EXCLUSÕES	149.843
Despesas excluídas	138.174
Cancelamento de Restos a Pagar	11.669
DESPESA LÍQUIDA	**10.840.877**
PERCENTUAL	**12,43%**

d) Atendimento às Instruções 1

O Poder Executivo não encaminhou a este Tribunal as cópias das atas das audiências públicas da saúde realizadas na Assembléia Legislativa, conforme determina o inciso II, artigo 12 das Instruções 1/2008.

IX – CONTROLE INTERNO

O controle interno vinha sendo exercido pela Coordenadoria Estadual de Controle Interno – CECI nos termos do Decreto Estadual nº 41.312, de 13 de novembro de 1996.

A partir da edição do Decreto Estadual nº 48.471, de 22 de janeiro de 2004, que criou, na Secretaria da Fazenda, a Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária, a CECI teve sua denominação alterada para Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e de Contratações Eletrônicas – CEDC.

Também por conta do referido Decreto Estadual, os Centros de Controle Interno – CCIs passaram a denominar-se Centros de Controle e Avaliação e os Centros Regionais de Controle Interno – CRCIs tiveram a denominação alterada para Centros Regionais de Controle e Avaliação.

Ainda por conta do citado diploma legal, o Departamento de Controle Interno teve sua denominação alterada para Departamento de Controle e Avaliação e, mantidas as suas atribuições e as competências de seus dirigentes, foi

transferido para a Chefia de Gabinete da Secretaria da Fazenda.

O Decreto nº 48.471/04 não revogou disposições contidas no Decreto Estadual nº 41.312/96 atinentes ao controle interno dos Órgãos e Entidades das Administrações Direta e Indireta do Estado, especialmente aquelas previstas no artigo 2º, incisos I, II e III, que trata das competências da Coordenadoria Estadual de Controle Interno, quais sejam:

- gerir o SIAFEM/SP;
- avaliar o cumprimento do Plano Plurianual, a execução dos programas de Governo e a execução orçamentária do Estado;
- verificar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, de pessoal e patrimonial nos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta do Estado, bem como a aplicação dos recursos destinados às entidades de direito Privado.

Assim, o controle interno, a partir do exercício de 2004, passou a ser exercido pelo Departamento de Controle e Avaliação, vinculado à Chefia de Gabinete da Secretaria da Fazenda.

Regularmente este Tribunal tem recebido cópias dos relatórios produzidos pelo controle interno estadual, que são encaminhados às Diretorias de Fiscalização para fins de subsídio aos trabalhos de auditoria.

X - PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO

O Programa Estadual de Desestatização – PED foi formulado para promover e assegurar o equilíbrio das contas públicas e a reorganização do Estado, no pressuposto de mudanças estruturais com significativos reflexos na economia.

Dentro do objetivo central do Programa Estadual de Desestatização. As principais atividades desenvolvidas no ano de 2011 e os resultados alcançados foram os seguintes:

REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS:

1. **208ª Reunião Ordinária**

- **DATA: 30.03.2011**
- **ORDEM DO DIA:**
  Apresentação da situação dos projetos em carteira, com destaque para aqueles constantes da ata da 207ª Reunião Ordinária realizada em 28 de dezembro de 2010.
- **DELIBERAÇÃO CDPED:**

⇨ Recomendação, por unanimidade, ao Sr. Governador do Estado, para que os projetos e carteira fossem objeto de revisão e redimensionamento no âmbito de suas respectivas Pastas, inclusive em termos de prioridade, conveniência e oportunidade.

- **DESPACHO DO GOVERNADOR:**

⇨ Aprovação das recomendações propostas pelo CDPED em sua 208ª Reunião Ordinária de 30.03.2011.

2. **209ª Reunião Ordinária**

- **DATA: 31/10/2011**
- **ORDEM DO DIA:**

⇨ Exposição do Secretário dos Transportes Metropolitanos sobre a proposta de alteração de parâmetro de Licitação da Concessão dês Serviços de Transporte Coletivo Intermunicipal sobre Pneus na Região Metropolitana de Campinas (RMC), no que tange a obrigatoriedade do licitante vencedor constituir Sociedade de Propósito Específico (SPE) como condição para assinatura do contrato de concessão.

- **DELIBERAÇÃO CDPED:**

⇨ Ratificação das recomendações apresentadas por este Colegiado na ocasião de sua 206ª Reunião Ordinária, conforme *item iv constante da respectiva ata.*

- **DESPACHO DO GOVERNADOR:**

⇨ Aprovação das recomendações propostas pelo CDPED em sua 209ª Reunião Ordinária em 31.10.2011.

3. **PROJETOS APRECIADOS**

Em conformidade com o disposto na Lei, segue breve descrição sobre os projetos, os quais foram objeto de apreciação e deliberação do CDPED no ano de 2011:

3.1 PROJETOS OBJETO DE DELIBERAÇÃO DE CDPED:

3.1.1. CONCESSÃO ONEROSA RMC

- **Escopo do Projeto:**

⇨ Operação e manutenção da infraestrutura implantada e a ser implantada (garagens), bem como de todos os serviços e equipamentos componentes do Sistema Regular de transporte coletivo intermunicipal, sob pneus, na Região Metropolitana de Campinas.

⇨ Benefícios Esperados:

- ✓ Frota renovada;
- ✓ Investimentos em tecnologia (GPS e monitoração);
- ✓ Conservação e manutenção da infraestrutura;
- ✓ Padrão de nível de serviço adequado;
- ✓ Monitoramento via CCO;
- ✓ Introdução de indicadores de qualidade;
- ✓ Maior segurança jurídica;
- ✓ Nova ferramenta de gerenciamento e controle;
- ✓ Satisfação do usuário.

- **Estágio Atual:** em Licitação (audiência Pública em 19.11.2011). Contudo, a modelagem aprovada na ocasião da 206ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor ano 2010, se encontra sob revisão e ajustes por parte da Secretaria dos Transportes Metropolitanos haja vista as recomendações deste Colegiado em sua 209ª Reunião Ordinária.

4. DEMAIS ATIVIDADES

Em conformidade com o disposto no art.5°, inciso IV da Lei Estadual n° 9361/96, bem como nos artigos 3°, 4° e 5° do Decreto Estadual n° 41.150/96, as atividades desenvolvidas no âmbito do PED, visando o apoio à implementação dos processos de desestatização do Estado de São Paulo, dentre outras, são as seguintes:

4.1.1 Atividades desenvolvidas:

- Assistência técnica e administrativa ao Conselho Diretor do PED em especial e vinculadamente no que se refere aos trabalhos dos Grupos Técnicos.
- Atividades de apoio técnico às Secretaria e Órgãos do Estado de São Paulo, em projetos que compuseram a pauta de apreciação e deliberação do Conselho Diretor do PED, como também em relação à sua respectiva tramitação.
- Participação em seminários e debates, incluindo exposições sobre projetos em carteira no âmbito do PED.
- Atuação em reuniões de esclarecimentos sobre o PED e projetos correlatos a entidades privadas da Sociedade Civil e/ou a Secretarias e Órgãos do Estado de São Paulo, bem como a instituições financeiras e demais órgãos e entidades públicas.

XI - AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO

Em continuidade ao monitoramento e avaliação das ações governamentais do Estado de São Paulo, esta Diretoria, utilizando Sistema informatizado da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, obteve dados relativos às realizações governamentais diretamente vinculados à Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual (PPA).

Neste exercício de 2011, esteve em vigor o Plano Plurianual do Estado de São Paulo, que abarca os exercícios de 2008 a 2011, tendo a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional disponibilizado dados do Sistema de Informações sobre o Acompanhamento dos Programas Aprovados naquela peça orçamentária (SIMPA), contendo informações sobre a realização de metas previstas pelo Governo.

No entanto, observamos, ainda, carências quanto às informações financeiras dos investimentos realizados pelas empresas não dependentes mediante recursos recebidos a título de subscrição de ações.

Referidos valores, somados a recursos próprios das estatais, são vinculados a programas previstos anualmente na Lei Orçamentária Anual, porém, não sofrem atualização orçamentária ao longo do exercício, quando podem ocorrer complementações financeiras de investimentos pelas empresas.

Este fato impossibilita o cotejamento entre os valores previstos e realizados nestes programas, em que pese o artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar 101/00 que desonera aquelas entidades de incluírem-se na consolidação orçamentária do Estado.

Outra questão que reflete no resultado do trabalho aqui tratado, ainda em relação às empresas não dependentes, é a correlação entre o valor atualizado por ação governamental e a realização das metas (as metas informadas podem ser decorrentes de recursos de vários exercícios).

Não menos relevante, insta ressaltar a questão atinente a indicadores de desempenho. Tais indicadores podem oferecer informações importantes acerca do desempenho dos programas governamentais, demonstrando em que medida os resultados previamente estabelecidos foram, de fato, alcançados. Há indicadores que se prestam a explicitar a *eficácia* das ações implementadas pela Administração Pública; outros podem tratar mais especificamente da *eficiência* com que os serviços públicos são executados, ou, ainda, quais os *impactos* provocados por aqueles na

realidade social sobre a qual incidem. A produção de indicadores que abordem cada uma das dimensões acima mencionadas permite uma criteriosa avaliação dos programas governamentais e, consequentemente, gera "as informações necessárias para tomar decisões em fases sucessivas e repetidas (algumas vezes chamadas 'iterações'), na medida em que os programas são implementados. Com base nas descobertas da avaliação de um ciclo, um novo conjunto de decisões programáticas é estabelecido e o ciclo seguinte começa. A variação de decisões nesses ciclos também indica que as funções da administração são ajustadas em constantes mudanças" [9]. Portanto, a definição de indicadores adequados e suficientes configura-se em um elemento fundamental ao gerenciamento das ações promovidas pelo Estado, permitindo-lhe promover modificações e ajustamentos quando as informações coletadas revelarem a inadequação parcial entre os objetivos perseguidos e o conjunto de medidas adotado para alcançá-los. Evidentemente, em alguns casos, embora a acurada avaliação do desempenho de determinado programa reclame o conhecimento de alguma informação não disponível, o custo de sua produção pode torná-la inviável, restando à Administração recolher dados que, indiretamente, possam compensar em parte a respectiva lacuna.

A este respeito, cabe-nos observar que para os programas cujas ações foram analisadas ao longo do exercício de 2011, a exemplo do exercício anterior, verificamos a predominância de indicadores relativos exclusivamente ao cumprimento das metas quantitativas estabelecidas na peça orçamentária.

Evidentemente, a avaliação da eficácia das medidas implementadas pela Administração – isto é, o total de serviços prestados ou bens produzidos em face das metas previamente definidas – é um dos fatores que não podem ser negligenciados na avaliação e no monitoramento de qualquer programa. Entretanto, restam ainda outros aspectos da atuação governamental que demandam, igualmente, a produção constante de informações, de modo a permitir o conhecimento da real extensão dos benefícios proporcionados à população-alvo e dos procedimentos de execução que podem, eventualmente, dificultar a obtenção dos resultados desejados, reclamando, portanto, a adoção de estratégias capazes de sanar as deficiências operacionais detectadas.

Destarte, além dos indicadores voltados à mensuração da eficácia – já utilizados pela Administração em praticamente todas as suas ações, é necessária a adoção de outros que tratem diretamente de aspectos relacionados à economicidade, à eficiência e à efetividade. Enquanto o primeiro se refere mais especificamente ao caráter *quantitativo* da execução das ações governamentais, os três últimos revestem uma dimensão mais propriamente *qualitativa*, trazendo à luz não apenas a questão da

[9] GRAHAM JR., Cole Blease & Hays, Steven W., *Para Administrar a Organização Pública*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994, pg. 240

minimização dos custos envolvidos na geração dos bens ou serviços e da melhor utilização dos recursos postos à disposição do programa, mas também dos impactos reais – previstos ou não – provocados pela atuação dos entes públicos sobre a realidade social em questão. Sob esta perspectiva, portanto, a informação que dá conta do total de equipamentos sociais instalados ao longo de um determinado período, por exemplo, deve ser acompanhada de outras que explicitem, igualmente, o bom emprego dos recursos públicos reservados para tanto, bem como as alterações que aqueles proporcionaram à vida de seus beneficiários, avaliando em que medida tais impactos coincidem com os objetivos que motivaram a criação do programa.

Assim, podemos afirmar que, apesar de os instrumentos de planejamento estarem legalmente constituídos, o pleno funcionamento do modelo de planejamento e gestão por programas requer ajustes.

Após essas observações, apresentamos a seguir os itens que compõem o tema:

PLANEJAMENTO

O planejamento é um processo administrativo que visa determinar a direção a ser seguida para alcançar um resultado desejado (Lacombe – 2003, pg 162).

Ferramenta administrativa, o PPA possibilita perceber a realidade, avaliar os caminhos e construir referencial futuro.

O administrador deve antecipar cenários, avaliar alternativas e propor ações necessárias para o desenvolvimento do Estado.

BASE LEGAL

- Constituição Federal: artigo 165;
- Constituição Federal: artigo 74 (Controle Interno);
- Constituição Estadual: artigos 156, 157 e 174 a 176;
- Lei de Responsabilidade Fiscal: Artigos 5º e 15 a 17;
- Decreto Federal nº 2829, de 29 de outubro de 1998;
- Portaria nº 9, de 28 de janeiro de 1974 (MPO);
- Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 (MPO).

PEÇAS DE PLANEJAMENTO

- Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, estabelece as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelo Governo Estadual ao longo do período de quatro anos. Tem vigência do 2º ano de um mandato estadual até o final do 1º ano do mandato seguinte, de modo que haja continuidade do processo de planejamento, mesmo no caso de troca de governo. Também prevê a atuação do Governo, durante o período mencionado, em programas de duração continuada já instituídos ou a instituir no médio prazo.

Os ajustes ou reavaliações do PPA poderão ser estabelecidos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que por sua vez será base para a elaboração das Leis Orçamentárias.

A partir do PPA, torna-se obrigatório ao Governo planejar suas ações e também seu orçamento de modo a não ferir as diretrizes nele contidas, devendo efetuar investimentos em programas estratégicos previstos na redação do PPA.

O PPA tem como princípios básicos a identificação clara dos objetivos e prioridades do Governo; a organização dos propósitos da administração pública em programas; a integração do plano com o orçamento, por meio de programas; e a transparência das ações de governo.

- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e tem periodicidade anual.

A LDO estabelece metas e prioridades e orienta a elaboração da LOA.

- Lei Orçamentária Anual – LOA

Esta lei estima a receita e fixa a despesa para cada exercício financeiro. Sua elaboração deve atender disposição constitucional, lembrando que esses orçamentos devem ser elaborados em consonância com as políticas integrantes do PPA e com a LDO.

A LOA deve conter metas físicas e financeiras.

METODOLOGIA DE TRABALHO

Para visualizar determinados aspectos da gestão do Governo do Estado, de acordo com uma amostragem que considerou a relevância e o interesse específico de ações e programas, no contexto das Secretarias a que estão vinculados, solicitamos à

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, elementos que permitissem avaliar os resultados obtidos, com base nas peças de planejamento orçamentário, especialmente a Lei Orçamentária e o Plano Plurianual 2008-2011.

Nossa análise abarcou os programas das áreas que já vinham sendo acompanhadas por esta Diretoria em exercícios anteriores alcançando quarenta e cinco programas com o total de 262 ações.

Os programas selecionados são:

a) 0803 – Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental;
b) 0804 – Melhoria da Qualidade do Ensino Médio;
c) 0805 – Parceria Escola, Comunidade e Sociedade Civil;
d) 0815 – Gestão Institucional e Manutenção da Educação;
e) 0910 – Produção de Medicamentos;
f) 0914 – Prevenção e Controle de Endemias;
g) 0928 –Atendimento Integral e de Alta Complexidade em Assistência Médica em Ribeirão Preto;
h) 0929 –Atendimento Integral e de Alta Complexidade em Assistência Médica em São Paulo;
i) 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP;
j) 0932 – Controle de Doenças e Promoção de Saúde;
k) 0935 – Produção de Imunobiológicos, Biofármacos e Hemoderivados;
l) 1023 – Ensino Público Tecnológico;
m) 1024 – Ensino Público Técnico (Secretaria do Desenvolvimento);
n) 1024 – Ensino Público Técnico (Secretaria do Ensino Superior);
o) 1308 – Segurança Alimentar;
p) 1602 – Gestão da Malha Hidroviária;
q) 1605 – Operação e Controle de Rodovias;
r) 1606 – Ampliação, Recuperação e Modernização da Malha Rodoviária;
s) 1609 – Conservação da Malha Rodoviária;
t) 1611 – Transposição Rodo-Ferroviária da Região Metropolitana de São Paulo;
u) 1729 – Atenção Integral ao Adolescente e Integração das Medidas Sócio-educativas;
v) 1801 – Prevenção e Repressão à Criminalidade;
w) 1807 – Policiamento Ostensivo;
x) 1818 – Modernização da Segurança Pública;
y) 2508 - Provisão de Moradias;
z) 2509 - Requalificação de Moradias;
aa) 2510 - Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários;
bb) 2901 – Processo Orçamentário do Estado de São Paulo;
cc) 2906 – Sistema Estadual de Planejamento e Avaliação;
dd) 3513 - Proteção Social Básica (Órgão 35000 – Secretaria de Assistência Social);

ee) 3513 - Proteção Social Básica (Órgão 28000 – Casa Civil);
ff) 3703 – Gestão Estratégica de Transporte Metropolitano – PITU vivo;
gg) 3706 – Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU em Marcha;
hh) 3707 – Expansão, Modernização e Operação do Transporte Ferroviário – PITU em Marcha;
ii) 3708 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário – PITU em Marcha;
jj) 3801 – Modernização do Sistema Penitenciário;
kk) 3906 – Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional (Secretaria do Saneamento e Energia);
ll) 3906 – Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional (Secretaria da Habitação);
mm) 3907 – Infra-estrutura Hídrica de Saneamento e Combate às Enchentes.
nn) 3930 – Fortalecimento das Competências Reguladoras do Estado em Saneamento e Energia;
oo) 3931 – Gestão Administrativa em Saneamento e Energia;
pp) 4301 – Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários;
qq) 4302 – Ensino Público Superior;
rr) 4304 – Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia;
ss) 0102 –Obrigações Previdenciárias em Complementação (Órgão 39000 – Secretaria de Saneamento e Energia);

Salientamos que o PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas físicas e financeiras da administração pública organizadas em programas. Estes, por sua vez, conjugam ações para atender a um problema ou a uma demanda da população.

As análises procedidas neste tópico, individualizadas por Programas de Governo, consideraram os resultados quantitativos apresentados e trouxeram comparativo desses resultados com as metas da Lei Orçamentária Anual.

Não obstante, agregamos conclusões resultantes das auditorias operacionais (XII), ao fito de encadear análises distintas e/ou complementares sobre mesmo objeto, que pode ser tanto o programa, como ação integrante.

Para efeito de análise, adotamos as seguintes observações nas ações de governo constantes dos quadros apresentados:

a) "Não consta na LOA 2011"
As metas indicadas com esta expressão revelam que não houve previsão de metas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2011;

b) "LOA 2011 sem quantitativos de metas"
Trata-se dos casos em que a Lei Orçamentária indicou metas, porém não as quantificou no exercício de 2011, impedindo a conferência com as realizações do exercício.

c) "Ação sem número"
São ações governamentais que constaram somente no Plano Plurianual, não constando na lei orçamentária nem no relatório da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, não indicando realização física nem financeira.

d) "Considerado para análise do PPA, o último exercício analisado"
Referem-se às ações com característica de manutenção de determinado nível de atendimento ao longo dos exercícios, onde está sendo considerada a última medição acumulada obtida no exercício de 2011.

e) "Ações executadas por empresas estatais não dependentes"
Trata-se de informações de execução financeira obtidas fora do Sistema SIAFEM, fornecidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, sendo as dotações iniciais obtidas na LOA 2011.

f) "Ações executadas por empresas estatais não dependentes sem informação da dotação atualizada pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional".
Trata-se de situações em que o valor financeiramente executado encontra-se maior que aquele previsto nas dotações iniciais das Leis Orçamentárias, indicando ocorrências de créditos orçamentários suplementares ao longo dos exercícios considerados. A verificação fica impossibilitada pelo fato de que as suplementações orçamentárias das empresas não dependentes são discriminadas no Sistema SIAFEM de maneira genérica, em forma de subscrição de ações, não indicando individualizadamente as ações governamentais que receberam os recursos suplementados, sendo que as previsões atualizadas não são fornecidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Os quadros apresentam, também, informações financeiras, dotação atualizada e despesa liquidada, evidenciando os dados do exercício ora em análise.

Os resultados das metas e valores realizados podem ser acompanhados por meio de gráficos apresentados neste trabalho que apresentam os percentuais de realização em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA).

Uma das possibilidades da leitura desses gráficos é acompanhar o desempenho financeiro frente à realização física.

Cabe mencionar que, dos programas governamentais selecionados para este trabalho, três programas são executados por mais de uma Secretaria Estadual: são os Programas 1024 – Ensino Público Técnico (Secretaria do Desenvolvimento e Secretaria do Ensino Superior); 3513 – Proteção Social Básica (Secretaria da Assistência Social e Casa Civil) e 3906 – Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional (Secretaria de Energia e Secretaria de Habitação).

Quanto ao Programa 0102 – Obrigações Previdenciárias em Complementação, este é executado por diversas Secretarias Estaduais. Escolhemos para análise a execução prevista no orçamento pela Secretaria Estadual da Energia e Saneamento.

PROGRAMA: 0803 – MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL

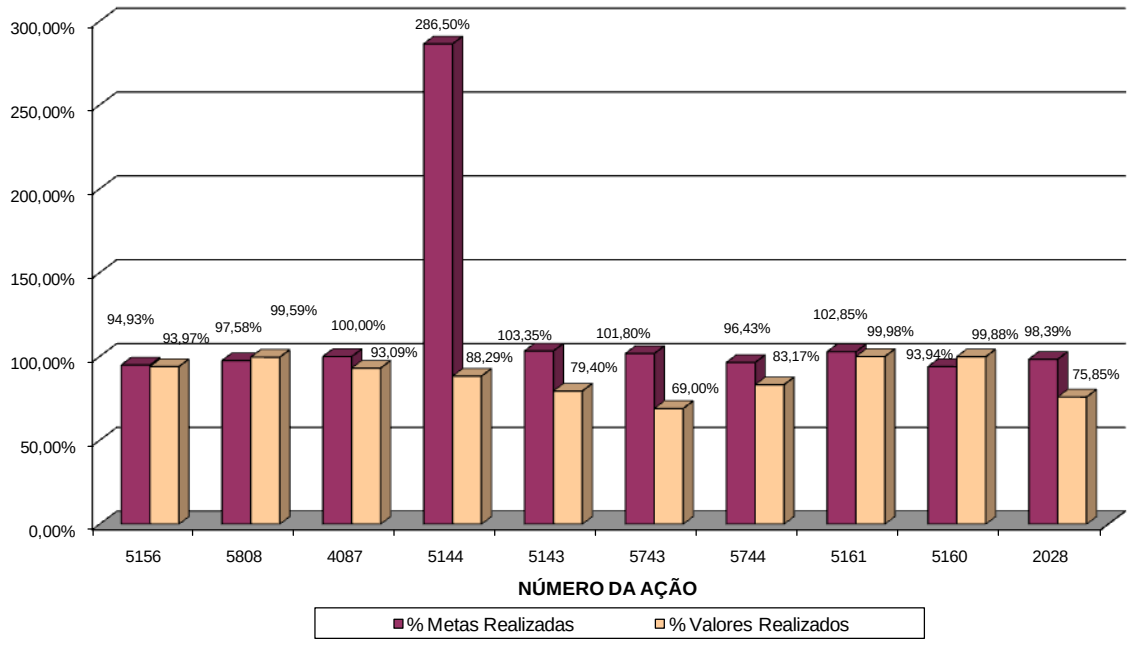
OBJETIVO: Assegurar a todos os alunos do ensino fundamental, incluindo aqueles com necessidades especiais, a permanência e o percurso escolar, com ações que implementem programas de alfabetização, destinados às classes de 1ª à 4ª série, reorganização do currículo, revisão dos ciclos da progressão continuada, provisão dos recursos didáticos inovadores, entre outros.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETRO	LOA	REALIZAÇÃO	%
5156 - Atendimento Educacional Especializado	151.770.389	142.618.577	93,97%	alunos com necessidades especiais atendidos	96.497	91.600	94,93%
5808 - Desenvolvimento Curricular do Ensino Fundamental(2)	101.767.499	101.351.942	99,59%	% dos alunos aprovados	95%	92,7%	97,58%
4087 - Desenvolvimento de Recursos Físicos e Serviços Educacionais(1)	55.059.145	51.254.373	93,09%	Municípios envolvidos	5220 unidades escolares atendidas	5220 unidades escolares atendidas	100,00%
5144 - Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades de Ensino	5.259.650	4.643.650	88,29%	projetos pedagógicos implementados	1.000	2.865	286,50%
5143 - Inclusão de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental - EJA	17.695.507	14.050.696	79,40%	jovens e adultos atendidos	97.000	100.252	103,35%
5743 - Ler e Escrever - Intervenção Pedagógica nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	35.948.547	24.803.437	69,00%	alunos abrangidos	865.000	880.530	101,80%
5744 - Provisão de Materiais de Apoio Pedagógico para as Classes do Ensino Fundamental (3)	79.670.456	66.261.791	83,17%	escolas atendidas	1.907.000 alunos atendidos	1.838.895 alunos atendidos	96,43%
5161 - Remuneração e Encargos dos Profissionais do Magistério - Ens. Fund. - FUNDEB	6.026.446.649	6.025.429.184	99,98%	profissionais do magistério beneficiados	157.290	161.778	102,85%
5160 - Remuneração e Encargos dos Servidores - Ensino Fundamental - FUNDEB	690.564.529	689.756.132	99,88%	funcionários e servidores beneficiados	36.862	34.630	93,94%
2028 - Revisão de Centros de Estudos de Língua e Parcerias com outras Instituições	3.121.520	2.367.784	75,85%	alunos atendidos	61.000	60.018	98,39%
TOTAL	7.167.303.891	7.122.537.565	99,38%				

(1) A partir do exercício de 2009, houve mudanças de parâmetros de medição. (2) Considerado para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.
(3) A partir do exercício de 2010, houve mudança de parâmetros de medição

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0803 - MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL



Comentário: As 10 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição sendo que 5 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 2 ações, além de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 3 ações, apesar de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5156 - Atendimento Educacional Especializado	A meta orçada foi fundamentada com os dados da época da elaboração do orçamento, ou seja no segundo semestre de 2010. Em 2011, a implementação do processo de municipalização em 30 escolas públicas estaduais, ocasionou uma redução no número de alunos com necessidades especiais, o que justifica a meta executada.
5808 - Desenvolvimento Curricular do Ensino Fundamental (2)	Superou-se a meta de aprovação, repetência e abandono no ciclo I do ensino fundamental com taxas de 97.3 , 2.2 e 0.5 respectivamente. No ciclo II, não foi observado o mesmo resultado, indicando a necessidade de esforço mais acentuado neste segmento.
5744 - Provisão de Materiais de Apoio Pedagógico para as Classes do Ensino Fundamental	A diferença entre a meta orçada e a executada é decorrente do processo de municipalização entre Estado/municípios de (trinta) 30 escolas públicas estaduais que oferecem o ensino fundamental e do sistema de transferência natural dos alunos entre as redes estaduais, municipais e particulares.
5160 - Remuneração e Encargos dos Servidores - Ensino Fundamental - FUNDEB	A diferença entre a meta orçada e a executada em 2011 é decorrente do fluxo natural no quadro de funcionários e servidores do ensino fundamental que se aposentaram, exoneraram, por invalidez, falecimento e transferências.
2028 - Revisão de Centros de Estudos de Língua e Parcerias com outras Instituições	Os cursos de idiomas oferecidos pelos Centros de Estudos de Línguas – CELS são semestrais, provocando, assim, uma diferença entre a meta orçada, elaborada no período anterior ao da realização da matrícula dos alunos. A criação e instalação dos novos centros também ocorreu após o período das matrículas para o segundo semestre. Portanto, as turmas foram formadas com número reduzido de alunos,mesmo porque muitos alunos já estavam engajados em outras atividades que inviabilizaram a participação nos cursos oferecidos.

b) o programa em questão foi objeto de fiscalização operacional com os seguintes achados:

Programa 803 **Ação 5744**	Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental Provisão de Materiais de Apoio Pedagógico para as Classes do Ensino Fundamental
Objeto da fiscalização:	Avaliar o planejamento, a operacionalização e a consequente distribuição às escolas da rede pública de ensino dos materiais de apoio pedagógico para as classes do ensino fundamental

Achados:

1. Falta de transparência no tocante à execução orçamentária da ação, não sendo possível identificar credores (fornecedores), importâncias e demais especificações das despesas e valores em consultas ao sistema SIAFEM/ SIGEO, uma vez que a descrição da despesa na nota de empenho é feita de forma genérica o que garante maleabilidade à Fundação quanto aos pagamentos a fornecedores, no que diz respeito à identificação do credor, a especificação e a importância da despesa, em desacordo ao artigo 61 da Lei Federal 4320/64;

2. "Programa"/Projeto São Paulo faz Escola:
   - Atrasos significativos na entrega dos cadernos de alunos;
   - Quantidades de cadernos de aluno insuficientes ou excesso de reserva técnica;
   - Com relação à apropriação dos materiais de apoio pedagógico há necessidade de mais cursos presenciais ao corpo docente, uma vez que professores que participam destes cursos tem maior aderência ao projeto;
   - Necessidade de melhorias na conectividade e equipamentos de informática, uma vez que o uso das Salas do Acessa Escola, como ferramenta de pesquisa e aprendizagem conforme indicação constante nos cadernos de aluno se mostrou pouco eficiente em virtude das salas se encontrarem, em muitas escolas, indisponíveis, sem equipamentos ou conectividade; e
   - Espaços inadequados para o armazenamento dos materiais de apoio pedagógico.
3. "Programa"/Projeto Sala de Leitura:
   - Algumas escolas com Salas de leitura já implantadas não estão em funcionamento pleno devido à falta de professor atribuído, de equipamentos de informática e conexão com a internet, inviabilizando o uso do sistema Infoprisma; e
   - Falta de controle da FDE com relação aos jornais e revistas semanais entregues às escolas.
4. "Programa"/Projeto Cultura é Currículo:
   - Existência de locais improvisados para a exibição de filmes e falta de manutenção dos equipamentos colocados à disposição das escolas.

PROGRAMA: 0804 – MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO

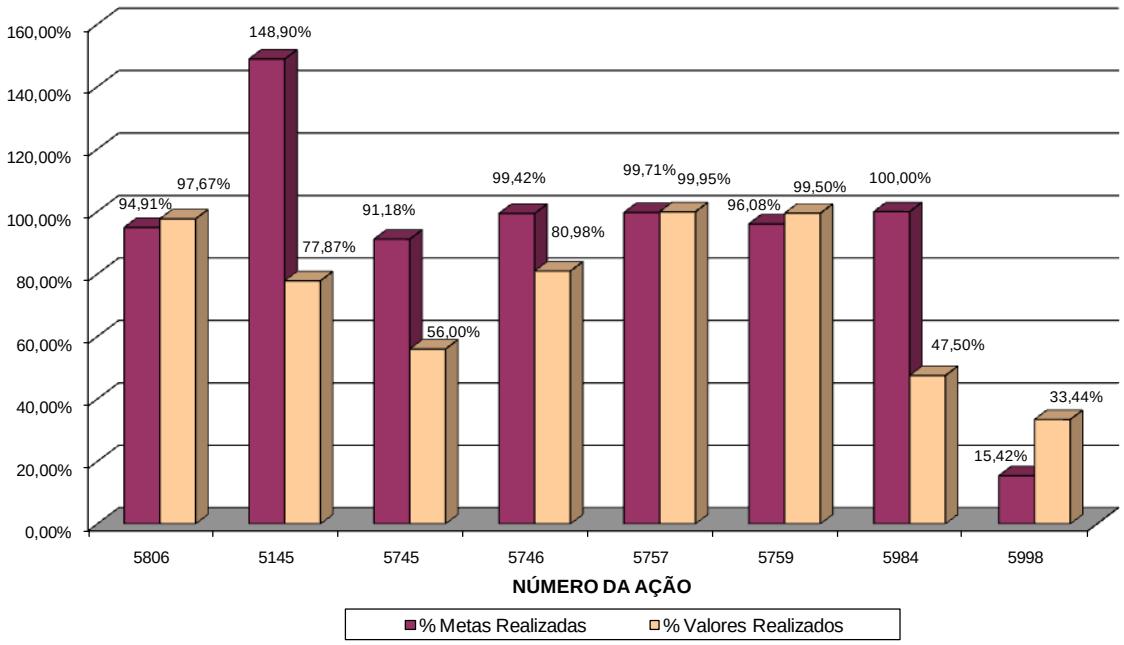
OBJETIVO: Ampliar e melhorar a qualidade do ensino, assegurando a consolidação e o aprofundamento do conhecimento através da melhor remuneração e do aperfeiçoamento didático-pedagógico de seus profissionais e, assim, certamente contribuir para construir um aluno consciente de suas responsabilidades como cidadão.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5806 - Desenvolvimento Curricular do Ensino Médio (1)	56.886.064	55.559.239	97,67%	% de alunos aprovados	82,50%	78,30%	94,91%
5145 - Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades de Ensino	5.454.509	4.247.272	77,87%	projetos pedagógicos implementados	1.000	1.489	148,90%
5745 - Inclusão de Jovens e Adultos no Ensino Médio - EJA (1)	7.012.338	3.926.737	56,00%	jovens e adultos atendidos	250.000	227.961	91,18%
5746 - Provisão de Materiais de Apoio Pedagógico para as Classes de Ensino Médio (1)	64.589.145	52.301.207	80,98%	alunos atendidos	1.549.000	1.540.068	99,42%
5757 - Remuneração e Encargos dos Profissionais do Magistério - Ensino Médio - FUNDEB	2.908.173.225	2.906.694.484	99,95%	profissionais do magistério beneficiados	79.893	79.664	99,71%
5759 - Remuneração e Encargos dos Servidores - Ensino Médio - FUNDEB	268.020.157	266.669.783	99,50%	funcionários e servidores beneficiados	13.791	13.250	96,08%
5984 - Atendimento educacional especializado no ensino médio	1.282.344	609.089	47,50%	alunos com necessidades educacionais especiais atendidos	6.800	6.800	100,00%
5998-Ensino de Língua Estrangeira Moderna nos CEL's e Instituições Credenciadas	41.165.395	13.765.395	33,44%	alunos atendidos	510.000	78.635	15,42%
TOTAL	**3.352.583.177**	**3.303.773.206**	98,54%				

(1) Considerado para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0804 - MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO



Comentário: As 8 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição sendo que, destas, 2 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 4 ações, além de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 2 ações, apesar de não atingirem referidos quantitativos apresentaram percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5806 – Desenvolvimento Curricular do Ensino Médio	Os resultados observados mostram-se melhores quando comparados ao ano de elaboração do plano (2007), entretanto precisamos observar resultados mais efetivos que possibilitem a aderência às metas.
5745 – Inclusão de Jovens e Adultos no Ensino Médio - EJA	Observando-se os dados apresentados pelo censo, a partir de 2008, foi registrada uma queda em relação ao número de alunos matriculados nos últimos três anos. Contribuiu para esse declínio um conjunto de fatores entre eles: a possibilidade de certificação da conclusão do ensino fundamental ou médio por meio de exames – o ENCCEJA e o ENEM para candidatos que alcançaram a pontuação mínima exigida;e o aumento da taxa de frequência à escola no ensino médio entre a população paulista na faixa etária de 15 a 17 anos que, progressivamente, já alcançou por meio do ensino regular um patamar que justifica o menor interesse da população pelos cursos de educação de jovens e adultos. O cálculo para o estabelecimento das metas a serem executadas ano a ano na EJA, tem considerado o percentual de diminuição das matrículas dos últimos anos. Entretanto, a imprevisibilidade da procura anual para a realização de exames, e mesmo da oferta de exames pelo Governo Federal, constitui fator impeditivo para que as metas anualmente previstas na EJA sejam alcançadas.
5746 - Provisão de Materiais de Apoio Pedagógico para as Classes de Ensino Médio (1)	A pequena diferença entre a meta orçada e a executada no ensino médio é decorrente do processo de transferência dos alunos entre as Redes Estaduais, outras redes públicas e particulares.
5757 – Remuneração e Encargos dos Profissionais do Magistério - Ensino Médio - FUNDEB	A diferença entre a meta orçada e a executada em 2011 é decorrente do fluxo natural no quadro dos profissionais do magistério no ensino médio que se aposentaram, foram exonerados, por invalidez, falecimentos e, transferências.
5759 - Remuneração e Encargos dos Servidores - Ensino Médio - FUNDEB	A diferença entre a meta orçada e a executada em 2011 é decorrente do fluxo natural no quadro dos profissionais do magistério no ensino médio que se aposentaram, exoneraram, por invalidez, falecimentos, transferências e outros.
5998-Ensino de Língua Estrangeira Moderna nos CEL's e Instituições Credenciadas	Em 2011, houve a repriorização da ação, com remanejamento de recursos para atender aos projetos - Rede de Ensino Médio Concomitante à Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Escola Virtual do Estado de São Paulo - EVESP (que oferece cursos de inglês on line). Porém, os cursos de línguas continuaram sendo ofertados nos centros de línguas vinculadas à SEE.

b) O programa em questão foi objeto de fiscalização operacional com os seguintes achados:

Programa 804 **Ação 5746**	Melhoria da Qualidade do Ensino Médio Provisão de Materiais de Apoio Pedagógico para as Classes do Ensino Médio
Objeto da fiscalização:	Avaliar o planejamento, a operacionalização e a consequente distribuição às escolas da rede pública de ensino dos materiais de apoio pedagógico para as classes do ensino médio

Achados:

1. Falta de transparência no tocante à execução orçamentária da ação, não sendo possível identificar credores (fornecedores), importâncias e demais especificações das despesas;
2. "Programa"/Projeto São Paulo faz Escola:
   - Atrasos significativos na entrega dos cadernos de alunos;
   - Quantidades de cadernos de aluno insuficientes ou excesso de reserva técnica;
   - Com relação à apropriação dos materiais de apoio pedagógico há necessidade de mais cursos presenciais ao corpo docente, uma vez que professores que participam destes cursos tem maior aderência ao projeto;
   - Necessidade de melhorias na conectividade e equipamentos de informática, uma vez que o uso das Salas do Acessa Escola, como ferramenta de pesquisa e aprendizagem conforme indicação constante nos cadernos de aluno se mostrou pouco eficiente em virtude das salas se encontrarem, em muitas escolas, indisponíveis, sem equipamentos ou conectividade; e
   - Espaços inadequados para o armazenamento dos materiais de apoio pedagógico.
3. "Programa"/Projeto Sala de Leitura:
   - Algumas escolas com Salas de leitura já implantadas não estão em funcionamento pleno devido à falta de professor atribuído, de equipamentos de informática e conexão com a internet, inviabilizando o uso do sistema Infoprisma; e
   - Falta de controle da FDE com relação aos jornais e revistas semanais entregues às escolas.
4. "Programa"/Projeto Cultura é Currículo:
   - Existência de locais improvisados para a exibição de filmes e falta de manutenção dos equipamentos colocados à disposição das escolas.

PROGRAMA: 0805 – PARCERIA ESCOLA, COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL

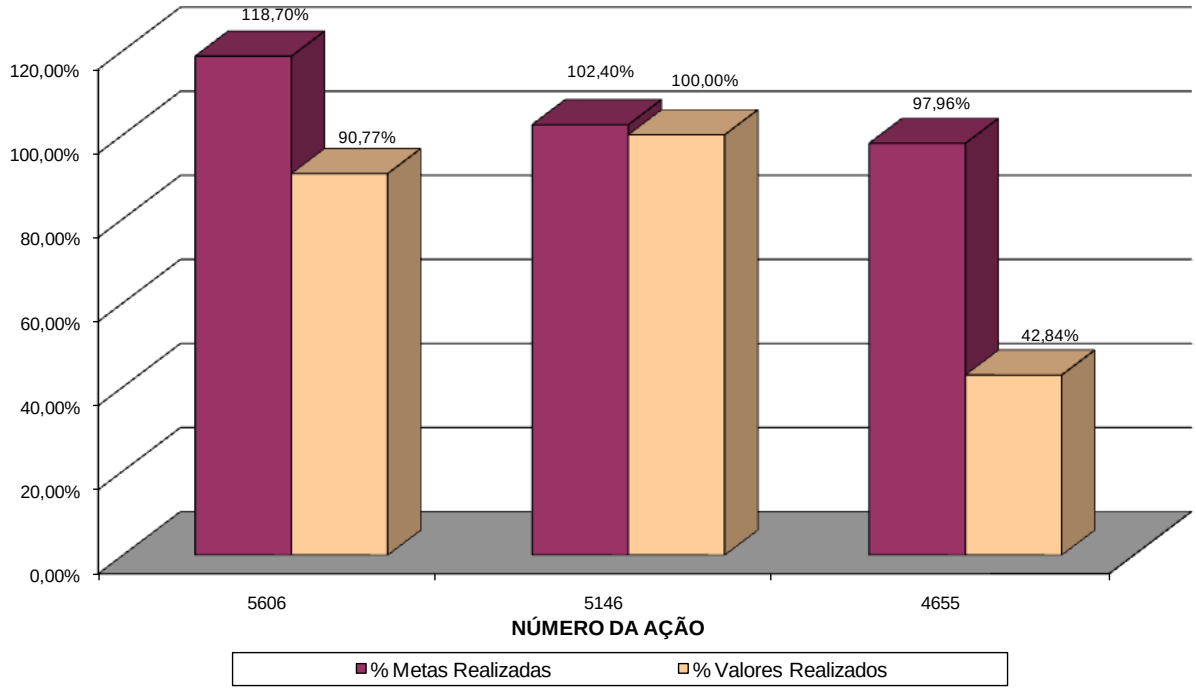
OBJETIVO: Promover ações de parceria e cooperação entre os diversos setores da sociedade civil, que contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica e para a redução das vulnerabilidades das comunidades intra e extra-escolares

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5606 - Apoio Técnico Pedagógico para Implementação das Parcerias	1.413.000	1.282.569	90,77%	educadores orientados	67.000	79.526	118,70%
5146 - Escola da Família (1)	106.708.388	106.708.387	100,00%	escolas públicas estaduais abertas aos finais de semana	2.334	2.390	102,40%
4655 - Fortalecimento das Ações de Parceria e Integração Escola/Comunidade em Prevenção	5.975.220	2.559.900	42,84%	parcerias realizadas	49	48	97,96%
TOTAL	**114.096.608**	**110.550.856**	96,89%				

(1) Considerado para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0805 - PARCERIA ESCOLA, COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL



Comentário: As 3 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 02 ações atingiram os quantitativos inicialmente previstos e, 01 ação apesar de não atingir os referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas superior ao percentual de realização orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4655 – Fortalecimento das Ações de Parceria e Integração Escola/Comunidade em Prevenção	Em virtude do redimensionamento da programação das atividades, junto às 91 Diretorias de Ensino da Rede Estadual, a meta orçada para o exercício de 2011 não pode ser cumprida em sua totalidade, superando, entretanto a meta reprogramada de 40 parcerias.

PROGRAMA: 0815 – GESTÃO INSTITUCIONAL E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO

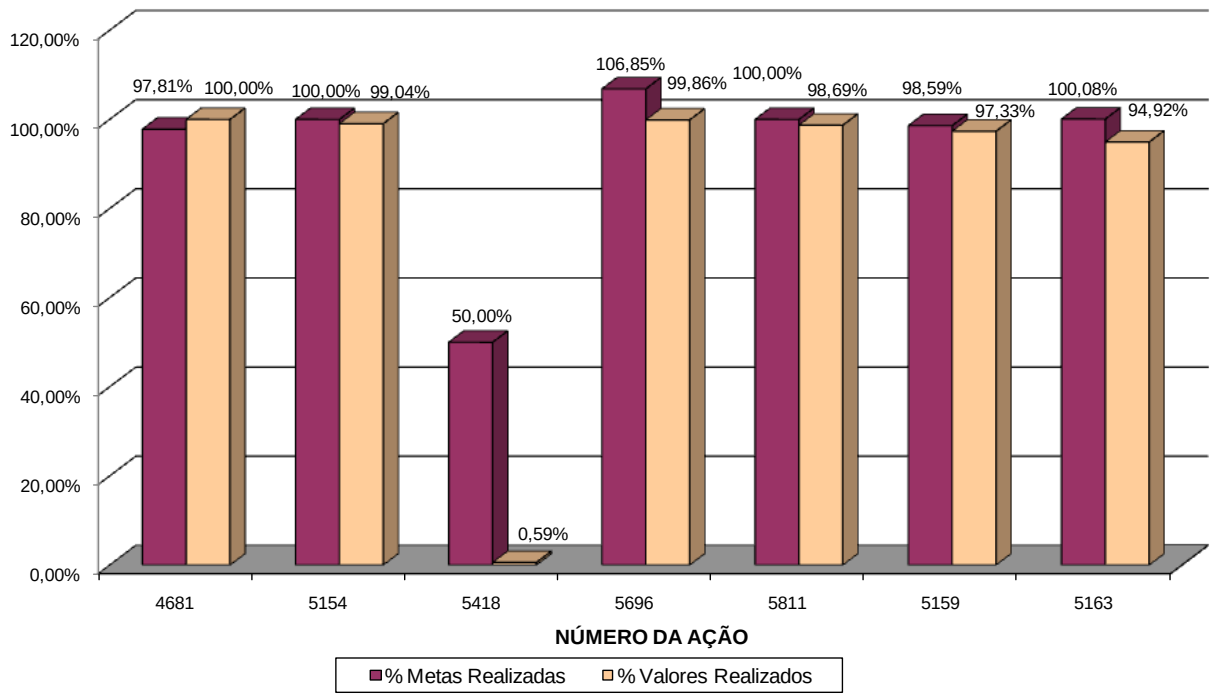
OBJETIVO: Implementar modelos de gestão nas escolas, Diretorias de Ensino e órgãos centrais da Secretaria da Educação, que garantam a infra-estrutura adequada à rede escolar, para assegurar a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETRO	LOA	REALIZAÇÃO	%
4681 - Ações do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE (1)	88.016.480	88.016.479	100,00%	associações de pais e mestres atendidas	5.286	5.170	97,81%
5154 - Administração da Secretaria da Educação e Entidade Vinculada (1)	3.662.282.154	3.626.964.061	99,04%	unidades administradas	102	102	100,00%
5418 - Apoio à Educação Básica com Recursos de Convênios e Transferências	19.687.622	115.867	0,59%	projetos implementados	4	2	50,00%
5696 - Contribuição do Estado à Educação Básica, Decorrente de Legislação do FUNDEB (1)	3.361.000.000	3.356.398.422	99,86%	% de resultado auferido	23,50%	25,11%	106,85%
5811 - Gestão Estratégica e Política	10.332.123	10.197.035	98,69%	projetos implementados	3	3	100,00%
5159 - Manutenção da Rede de Ensino Fundamental (1)	1.259.429.905	1.225.767.858	97,33%	escolas atendidas	5.048	4977	98,59%
5163 - Manutenção da Rede de Ensino Médio (1)	166.827.777	158.347.696	94,92%	escolas atendidas	3.786	3789	100,08%
TOTAL	**8.567.576.061**	**8.465.807.419**	98,81%				

(1) Considerado para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0815 - GESTÃO INSTITUCIONAL E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO



Comentário: As 7 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição sendo que, destas, 4 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 2 ações apesar de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos, apresentaram percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária e 1 ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4681 - Ações do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	A meta orçada foi prevista em 5.286 unidades, mas a parceria Estado Município atingiu 5.170 associações de pais e mestres atendidas em 2011.
5418 – Apoio à Educação Básica com Recursos de Convênios e Transferências	A meta orçada no exercício corresponde a implementação de 04 projetos, oriundos da celebração de convênios e transferências, no entanto em função de modificação na forma de implementação, apenas 02 projetos foram realizados.
5159 – Manutenção da Rede de Ensino Fundamental	A meta executada de 4977 escolas atendidas não alcançou a meta orçada em função das parcerias Estado/Município.

PROGRAMA: 0910 – PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS

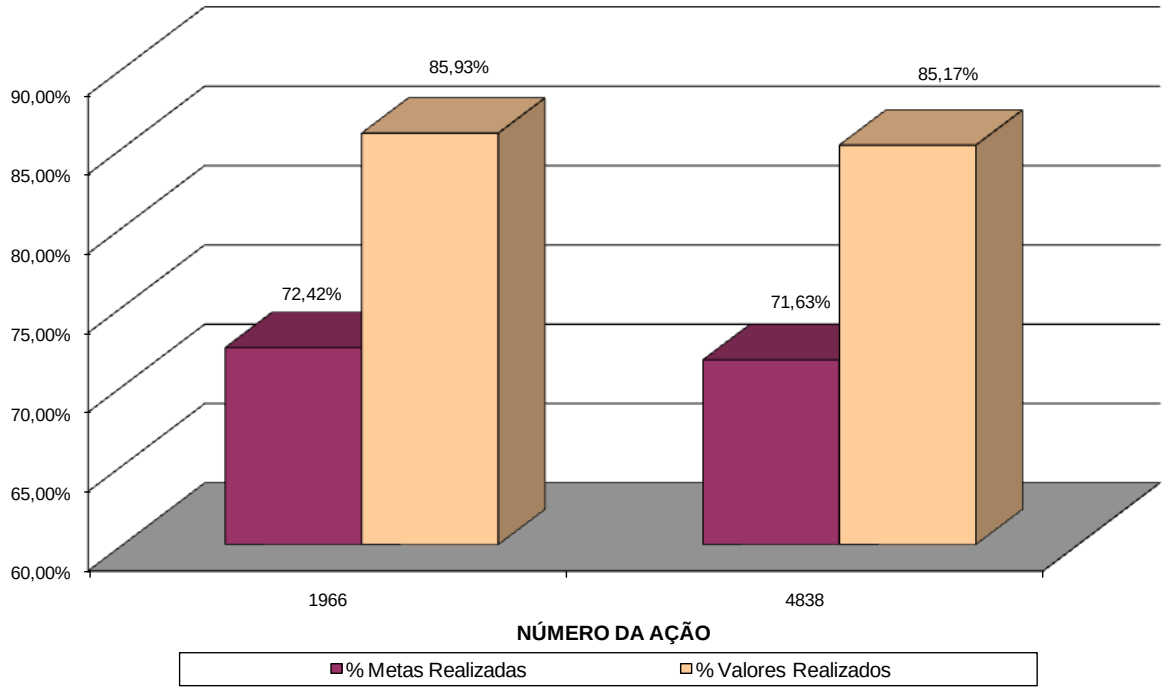
OBJETIVO: Facilitar o acesso da população assistida pelo Sistema Único de Saúde – SUS a medicamentos essenciais.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETRO	LOA	REALIZAÇÃO	%
1966 - Ampliação e Adequação das Instalações da FURP em Guarulhos	13.924.885	11.965.216	85,93%	% das obras realizadas	26,5%	19,19%	72,42%
1957 - Construção e Aparelhamento da Fábrica de Medicamentos - FURP Américo Brasiliense (1) e (2)	0	0	-	% das obras realizadas	Não consta na LOA 2011	-	-
4838 - Fabricação e Distribuição de Medicamentos	189.195.609	161.136.009	85,17%	medicamentos produzidos	2.450.000.000	1.755.053.263	71,63%
TOTAL	**203.120.494**	**173.101.225**	85,22%				

(1) Não consta na LOA 2011.
(2) Parâmetros de medição alterados em 2010.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0910 - PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS



Comentário: Das 3 ações constantes da LOA 2011, 2 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, nenhuma ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1966 - Ampliação e Adequação das Instalações da FURP em Guarulhos	A meta não foi atingida devido a parte dos equipamentos ser importada e de grande complexidade em suas especificações técnicas (importações em andamento).
4838 - Fabricação e distribuição de medicamentos	A meta executada no exercício de 2011 não atingiu totalmente seu objetivo face a fatores intervenientes explicados a seguir: a produção em escala comercial, da unidade localizada no município de Américo Brasiliense não entrou em operação; a Certificação de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para a linha de comprimidos foi obtida em agosto de 2011, mas as adequações das áreas produtivas e de utilidades foram finalizadas somente no mês de dezembro de 2011; a determinação de promover a gestão desta unidade, por meio de parceria público privada, cujo processo se encontra em pleno andamento, implicou na solução de continuidade dos procedimentos ali executados. Outro fator que foi influente no processo produtivo foi a alta frequência de pregões sem finalização favorável, por conta de um número apreciável constituírem-se em fracassos ou desertos. Além disso, em situações específicas, observou-se atrasos ou não cumprimento de entrega de insumos que, embora passíveis de penalidades, que estão sendo aplicadas, influenciaram na produção.

PROGRAMA: 0914 – PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS

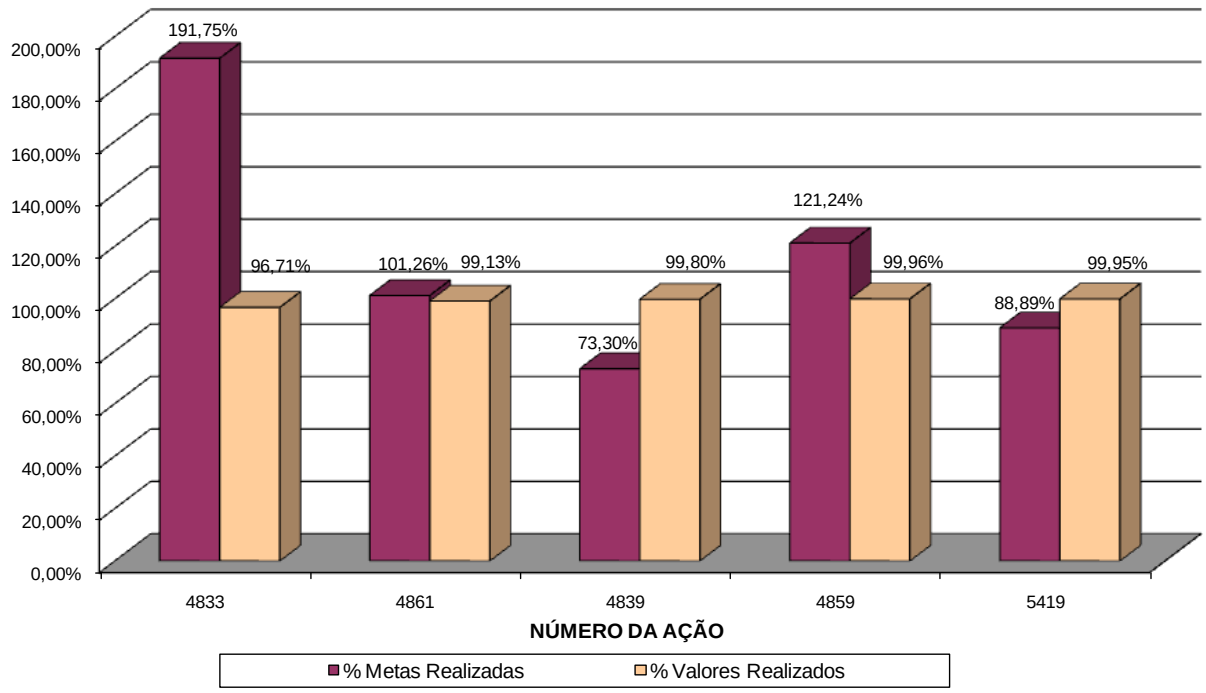
OBJETIVO: Controlar as doenças transmissíveis por vetores e hospedeiros intermediários. Prestar assessoria técnica aos municípios e realizar pesquisas científicas.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETRO	LOA	REALIZAÇÃO	%
4833 - Apoio e Orientação aos Municípios (2)	735.738	711.554	96,71%	municípios assessorados	8000 assessorias aos municípios	15340 assessorias aos municípios	191,75%
4861 - Capacitação e Aperfeiçoamento de Profissionais de Saúde	418.333	414.700	99,13%	servidores capacitados	9.000	9.113	101,26%
2066 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento na SUCEN (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	m² de obras realizadas	Não consta na LOA 2011	-	-
4839 - Controle de Endemias	59.209.340	59.092.577	99,80%	pessoas atendidas	6.452.234	4.729.284	73,30%
4859 - Coordenação e Administração Geral	3.697.000	3.695.348	99,96%	ações administrativas realizadas	23.000	27.886	121,24%
5961 - Gestão com Tecnologia da Informação e Comunicação (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	% de serviço informatizado	Não consta na LOA 2011	-	-
5419 - Pesquisa Científica e Tecnológica na Área de Endemias	162.173	162.087	99,95%	pesquisas realizadas	45	40	88,89%
TOTAL	**64.222.584**	**64.076.266**	99,77%				

(1) Não consta na LOA 2011.
(2) A partir do exercício de 2010, houve mudança nos parâmetros de medição

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0914 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS



Comentário: As 5 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 3 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 2 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

4839 - Controle de Endemias	Redução da meta executada em relação a meta orçada, tendo em vista que as equipes foram direcionadas para ações de apoio aos municípios em função do plano de intensificação das ações de controle da dengue.
AÇÃO 5419 – Pesquisa científica e tecnológica na área de endemias	Atualmente, há cinco projetos que deram entrada na comissão científica permanente da SUCEN antes do final do ano, mas que ainda apresentam pendências a serem esclarecidas pelos seus proponentes e que, portanto, aguardam parecer final da comissão científica para serem iniciados.

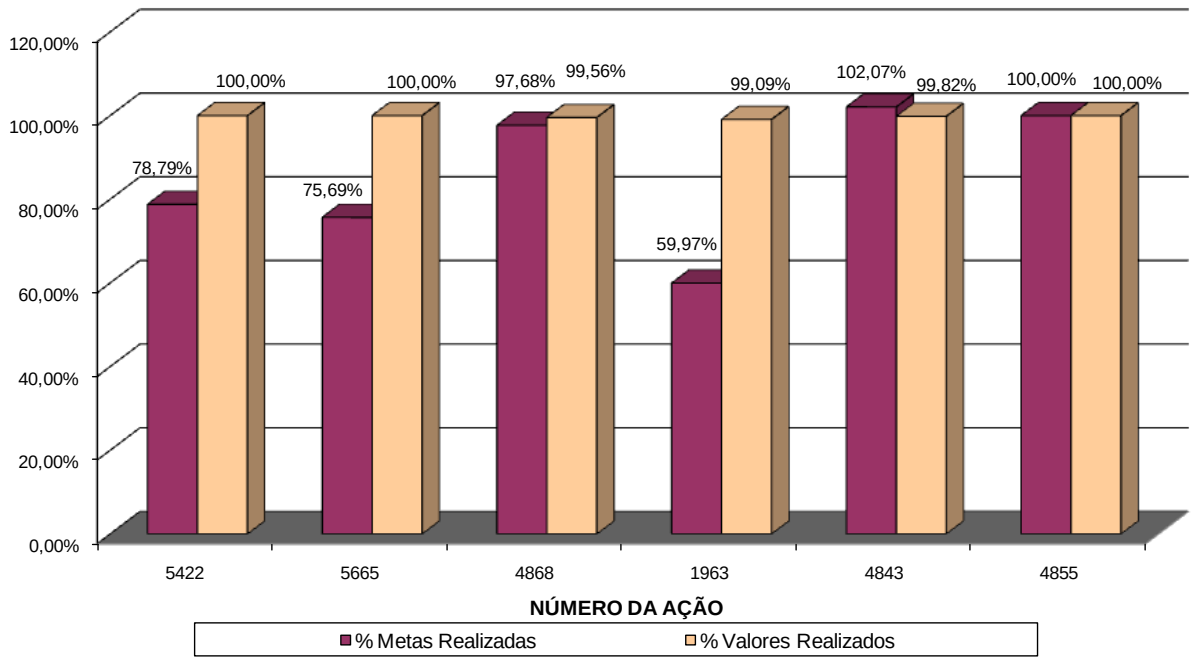
PROGRAMA: 0928 – ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM RIBEIRÃO PRETO

OBJETIVO: Garantir à população usuária (SUS, convênios e particular) acesso à assistência médica integral e de alta complexidade.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5422 -Assistência Farmacêutica	30.805.000	30.804.985	100,00%	pacientes atendidos com medicamentos	304.459	239.875	78,79%
5665 - Atendimento Hemoterápico	6.752.196	6.752.122	100,00%	bolsas de sangue distribuídas	141.150	106.831	75,69%
4868 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	289.732.640	288.463.380	99,56%	atendimentos realizados	638.068	623.256	97,68%
1963 - Obras de Adequação, Ampliação e Aparelhamento no Hospital das Clínicas da Faculdade de Ribeirão Preto	3.562.044	3.529.635	99,09%	m² de obras realizadas	1600	959,50	59,97%
4843 - Residência Médica	2.832.257	2.827.261	99,82%	bolsas concedidas	531	542	102,07%
4855 - Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	1.673.279	1.673.269	100,00%	sistemas integrados/ operacionalizados	57	57	100,00%
TOTAL	**335.357.416**	**334.050.651**	99,61%				

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0928 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM RIBEIRÃO PRETO



Comentário: As 6 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 2 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. As outras 4 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5422 –Assistência Farmacêutica	A quantidade de pacientes atendidos no exercício de 2011 está dentro dos parâmetros. A meta prevista na lei orçamentária anual foi superestimada.
5665 - Atendimento Hemoterápico	A distribuição de hemocomponentes pelo hemocentro de Ribeirão Preto está diretamente relacionada à necessidade de cada unidade conveniada. Assim, quanto menor a necessidade, menor será a quantidade de bolsas a serem distribuídas.
4868 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	A meta não foi atingida devido à greve dos médicos assistentes no período de agosto a novembro, que prejudicou o atendimento aos pacientes, que buscaram atendimento médico nesta instituição.
1963 - Obras de Adequação, Ampliação e Aparelhamento no Hospital das Clínicas da Faculdade de Ribeirão Preto	A distribuição mensal da cota financeira referente a investimentos foi concentrada no mês de dezembro, dificultando a execução de obras. Além disso, alguns contratos firmados no exercício, classificados no elemento de obras, não permitem a utilização da unidade de medida do produto, metros quadrados e, portanto, não foram incluídos na meta executada. Temos como exemplo: a) reforma no sistema de iluminação externa; b) readequação do sistema de climatização do *data center*; c) adequação da entrada do ambulatório, incluindo recuperação asfáltica; d) adequação do sistema viário de acesso à recepção principal do campus do hospital; e) implantação de área de apoio para os pacientes junto a guarita IV.

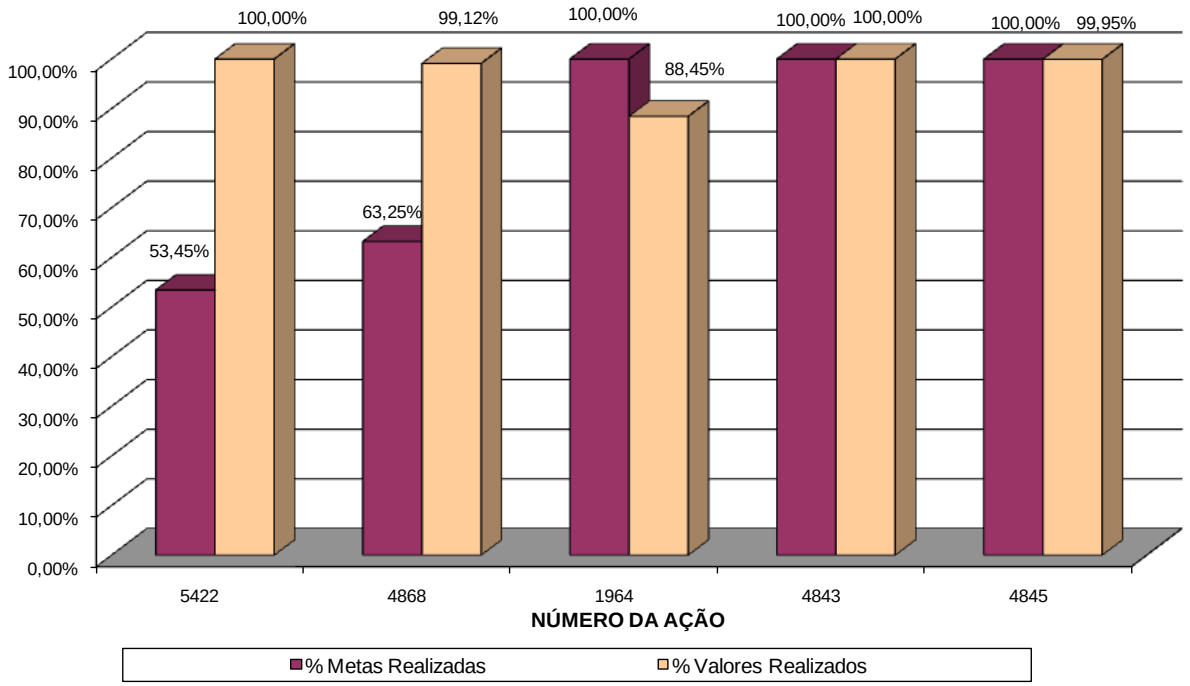
PROGRAMA: 0929 – ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM SÃO PAULO

OBJETIVO: Garantir à população usuária (Sistema Único de Saúde – SUS, convênios de saúde e particular) assistência médica integral de alta complexidade.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5422 - Assistência Farmacêutica	99.200.000	99.198.025	100,00%	Pacientes atendidos com medicamentos	3.693.105	1.973.961	53,45%
4868 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	820.815.498	813.564.359	99,12%	Atendimentos realizados	2.731.745	1.727.710	63,25%
1964 - Obras de Adequação, Ampliação e Aparelhamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP	32.878.820	29.081.001	88,45%	M² de obras realizadas	24.222	24.222	100,00%
4843 - Residência Médica	3.966.190	3.966.190	100,00%	Bolsas concedidas	917	917	100,00%
4845 - Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	5.794.106	5.791.139	99,95%	% de sistemas e equipamentos em operação	25%	25%	100,00%
TOTAL	**962.654.614**	**951.600.714**	98,85%				

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0929 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM SÃO PAULO



Comentário: As 5 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 3 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. As outras 2 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5422 - Assistência farmacêutica	O atendimento realizado no Hospital das Clínicas foi compatível com a série histórica. Entretanto, em 2011, uma parte dos atendimentos relativos à dispensação de Medicamentos Excepcionais - MEDEX foi registrada como atendimento da Secretaria de Estado da Saúde (programa com dispêndio transferido para a Secretaria de Estado da Saúde).
4868 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	A meta definida no orçamento está incompatível com a média de execução do Hospital. A meta executada no ano de 2011 apresenta-se compatível com o período imediatamente anterior e esta adequada ao novo modelo de atendimento por encaminhamento ou referenciamento, respeitada a mesma metodologia de apuração.

PROGRAMA: 0930 – ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP

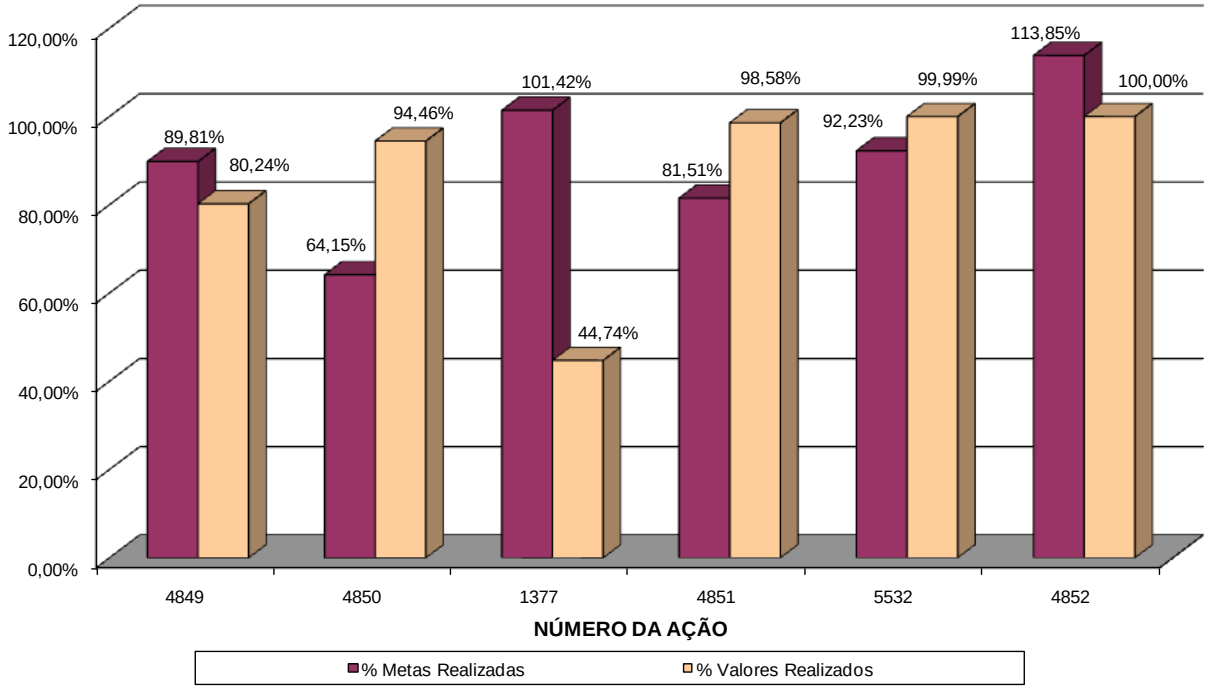
OBJETIVO: Assegurar o atendimento integral à saúde com eqüidade e resolutividade.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
1958 - Ampliação, Reforma e Aparelhamento do Instituto de Cardiologia Dante Pazzanese (2)	Não consta na LOA 2011	-	-	% das obras realizadas	Não consta na LOA 2011	-	-
4849 - Apoio Financeiro a Entidades Filantrópicas e Municipais do Estado de São Paulo	1.006.763.158	807.858.576	80,24%	convênios/termos aditivos assinados	1.550	1.392	89,81%
4850 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	4.843.227.332	4.574.903.346	94,46%	atendimentos realizados	12.900.001	8.275.528	64,15%
1377 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento para Serviços de Referência	333.881.837	149.366.148	44,74%	m² de obras realizadas	31.106	31.547	101,42%
5695 - Desenvolvimento das Atividades Instituto Dr. Arnaldo(2)	Não consta na LOA 2011	-	-	atendimentos realizados	Não consta na LOA 2011	-	-
4851 - Pagamento de Pensão aos Hansenianos	3.146.662	3.102.010	98,58%	pensionistas beneficiados	557	454	81,51%
5786 - Redução da Mortalidade Materna e Infantil (1)	10	0	0,00%	municípios com mortalidade materna e infantil reduzida	LOA sem quantitativo de metas	1	-
1959 - Reforma, Ampliação e Aparelhamento do Hospital Ferraz de Vasconcelos (2)	Não consta na LOA 2011	-	-	% das obras realizadas	Não consta na LOA 2011	-	-
5532 - Repasse de Recursos Federais para Serviços Prestados por Municípios e Entidades sob Gestão Estadual	2.573.000.000	2.572.704.175	99,99%	contratos/convênios firmados	283	261	92,23%
4852 - Repasse de Recursos p/ Atendimento Médico à Organizações Sociais de Saúde e Outras Entidades	3.267.915.560	3.267.915.559	100,00%	atendimentos realizados	26.500.000	30.169.757	113,85%
5775 - Serviços de Saúde para a População com Necessidades Específicas (1) e (3)	10	0	-	municípios atendidos	LOA sem quantitativo de metas	12 Projetos implantados	-
TOTAL	**12.027.934.569**	**11.375.849.815**	94,58%				

(1) LOA sem quantitativos de metas. (2) Não constou na LOA 2011. (3) Em 2010 houve mudanças nos parâmetros de medição.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0930 ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP



Comentário: Das 8 ações constantes da LOA 2011, 6 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 2 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 3 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 1 ação, apesar de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4849 - Apoio Financeiro a Entida-des Filantrópicas e Municipais do Estado de São Paulo	A Secretaria de Estado da Saúde revisou os termos aditivos para o ano de 2011, utilizando uma nova metodologia de trabalho.
4850 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	A meta prevista não foi alcançada, porque os exames laboratoriais, que eram feitos em unidades da administração direta, passaram a ser realizados no Centro Estadual de Análises Clínicas/CEAC. Da mesma maneira, os Ambulatórios Médicos de Especialidades/AMES assumiram os atendimentos que anteriormente eram realizados pelos hospitais e ambulatórios da administração direta. Como o CEAC e as AME´s são unidades gerenciadas por Organizações Sociais-OS´s, esses procedimentos passaram a ser computados na ação 4852- Repasse de Recursos para Atendimento Médico a Organizações Sociais.
4851 - Pagamento de Pensão aos Hansenianos	A diferença entre a meta orçada e a executada deve-se à atualização do número de pensões pagas aos hansenianos, obtida através de censo efetuado em 2008, e pela ocorrência de óbitos entre os pensionistas.
5532 - Repasse de Recursos Federais para Serviços Prestados por Municípios e Entidades sob Gestão Estadual	Em 2008, mediante normas nacionais aprovadas pelas três esferas de gestão do SUS (pacto pela saúde, 2006) a SES e o Conselho de Secretarios Municipais de Saúde do Estado de São Paulo – COSEMS SP – promoveram processo de transferência para os municípios da gestão de serviços próprios municipais e de outros de baixa e média complexidade que, pelas regras nacionais vigentes até então, permaneciam sob gestão estadual. A publicação da Portaria do Ministério da Saúde GM/MS Nº155 homologou os termos de compromisso de gestão municipal de 643 municípios do Estado de São Paulo, referendando a deliberação da Comissão Intergestores Bipartite/SP - CIB nº38/2008. A partir de janeiro de 2008, portanto, efetivou-se a transferência dos serviços com os respectivos tetos financeiros.

b) este programa foi objeto de auditoria operacional com os seguintes achados:

Programa 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS
Ação 1377 – construção, reforma, ampliação e aparelhamento para serviços de referência

Achados:

a) Os investimentos em serviços próprios estaduais no quadriênio 2008-2011 não foram operacionalizados sob fundamento de instrumentos de planejamento do SUS, especialmente das programações anuais ou plano diretor de investimentos atualizado.
b) As obras públicas de saúde selecionadas não obtiveram nível de precisão adequado para caracterização como projeto básico, situação que poderia ser evitada ou mitigada pela audiência de órgãos fiscalizadores durante a fase interna da licitação, em especial os pertencentes ao Sistema de Vigilância Sanitária.
c) Dissociação do realizado com o planejamento SUS, não restando caracterizado uma gestão fiscal pautada numa ação planejada nos termos do art. 1º da Lei Complementar 101/2001 (LRF), de molde a racionalizar gastos ou otimizar a utilização dos recursos.

PROGRAMA: 0932 – CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAÚDE

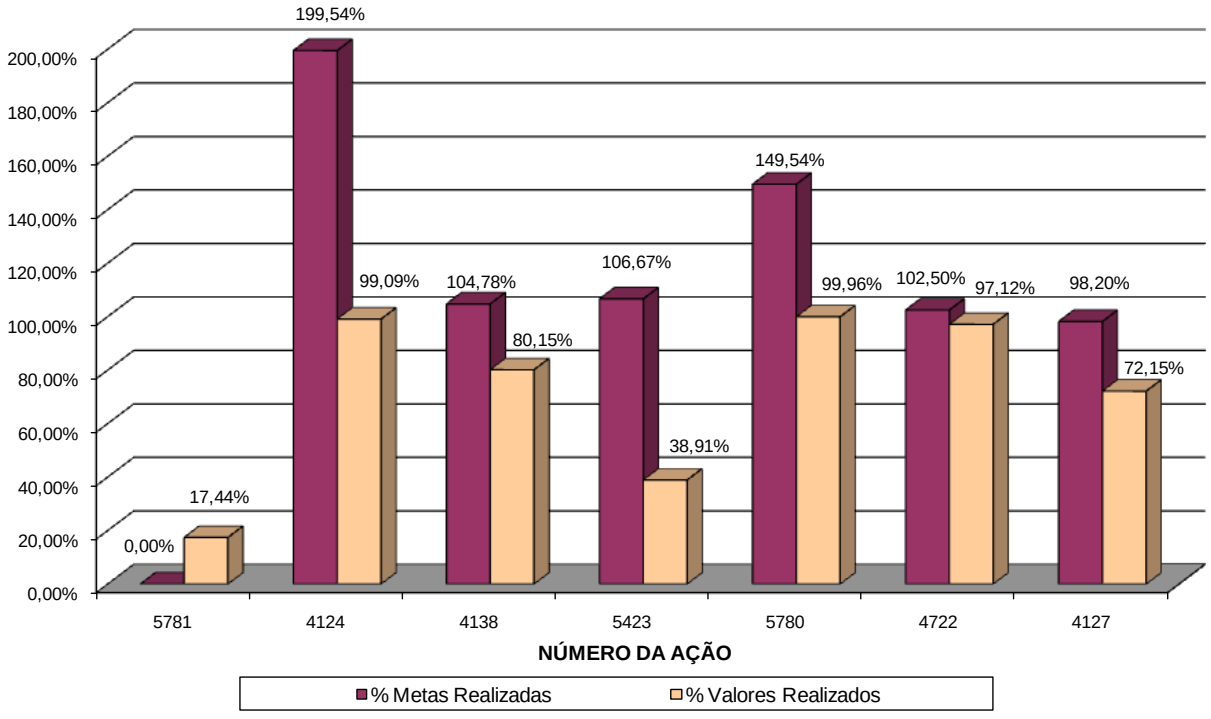
OBJETIVO: Integrar e consolidar o papel do gestor estadual no Sistema Único de Saúde – SUS na operação, supervisão, avaliação e monitoramento das ações de vigilância em saúde.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5781 - Campanha de Vacinação Animal (1)	1.500.000	261.569	17,44%	cobertura vacinal	80%	0%	0,00%
4124 - Campanhas de Vacinação	1.826.165	1.809.542	99,09%	doses aplicadas	8.924.984	17.808.757	199,54%
4138 - Exames de Laboratório de Saúde Pública	2.068.197	1.657.698	80,15%	exames realizados	1.100.000	1.152.569	104,78%
5423 - Pesquisa Científica e Tecnológica	844.415	328.592	38,91%	pesquisas em andamento /realizadas	75	80	106,67%
5780 - Vacinação de Rotina	2.420.500	2.419.499	99,96%	doses aplicadas	15.894.920	23.770.000	149,54%
4722 - Vigilância Epidemiológica (1)	320.267	311.056	97,12%	% de proporção dos casos notificados/ investigados	80%	82%	102,50%
4127 - Vigilância Sanitária (1)	1.853.439	1.337.260	72,15%	% de proporção dos municípios produzindo relatórios do Proágua	100%	98,20%	98,20%
TOTAL	**10.832.983**	**8.125.216**	75,00%				

(1) Considerado para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0932 - CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE



Comentário: As 7 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição sendo que, destas, 5 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 1 ação, apesar de não atingir os quantitativos inicialmente previstos apresentou percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária e 1 ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional:

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5781 - Campanha de Vacinação Animal	A campanha de vacinação foi adiada pelo Ministério da Saúde (nota técnica 14/2011) para a conclusão da investigação dos eventos adversos graves ocorridos na última campanha em 2010. Até dezembro de 2011 a investigação não foi concluída.
4127 - Vigilância Sanitária	Os dados apurados são parciais. A base de dados referente ao ano de 2011 será finalizada em março de 2012.

PROGRAMA: 0935 – PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS, BIOFÁRMACOS E HEMODERIVADOS

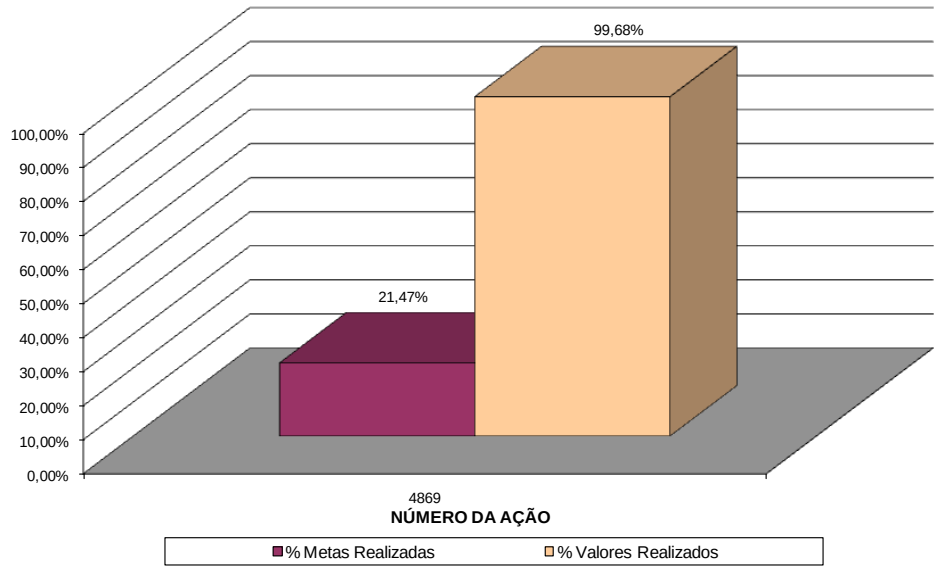
OBJETIVO: Desenvolvimento de tecnologia de produção e implantação industrial. Contribuir para a melhoria dos padrões de saúde pública, produzindo imunobiológicos capazes de atender a demanda gerada pelo quadro epidemiológico do país.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
4869 - Produção de Biológicos	5.563.590	5.545.534	99,68%	produtos biológicos produzidos	467.107.500	100.274.096	21,47%
4871 - Sistema de Apoio Informacional à Distribuição de Substâncias Biológicas (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	% dos sistemas de informações instalados	Não consta na LOA 2011	-	-
TOTAL	**5.563.590**	**5.545.534**	99,68%				

(1) – Não consta na LOA 2011

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0935 - PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS, BIOFÁRMACOS E HEMODERIVADOS



Comentário: A ação constante na LOA 2011 apresentou metas passíveis de aferição, sendo que não atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos, apresentando, ainda, percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4869 - Produção de Biológicos	Foi computado indevidamente na meta orçada o número de doses de soros e vacinas. O critério de mensuração abrange doses produzidas e o considerado na LOA foi doses e volumes produzidos. A meta foi então reprogramada para 133.865.100 mas esta nova programação não foi totalmente atingida (74,9%) porque a proposta de cronograma foi elaborada antes da assinatura oficial do convênio com o Ministério da Saúde de 2011, o qual só entrou em vigor a partir de agosto de 2011, portanto foi refeito o cronograma de entrega com início em agosto de 2011 e término em março de 2012. O prazo para cumprimento das metas foi prorrogado até o 1º trimestre de 2012.

PROGRAMA: 1023 – ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO

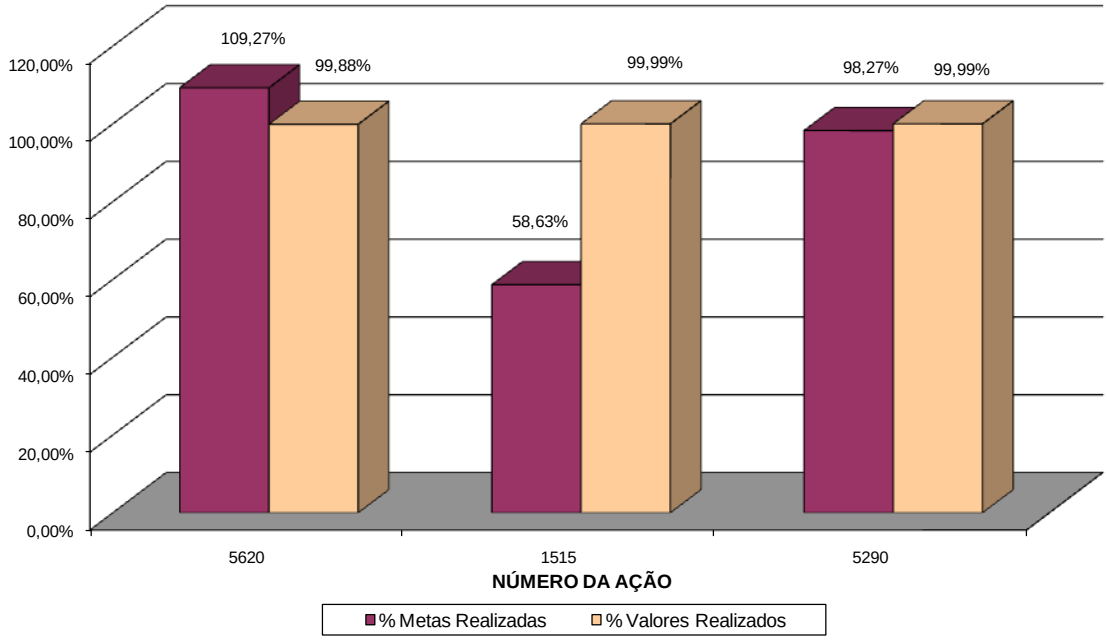
OBJETIVO: Atender aos egressos do ensino médio e de cursos de graduação dando a eles formação tecnológica de nível superior para se colocar ou se atualizar nos atuais mercados competitivos do Estado.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5620 - Capacitação do Pessoal Docente, Técnico e Administrativo	200.000	199.764	99,88%	docentes e funcionários técnico-administrativos capacitados	550	601	109,27%
1515 - Expansão do Ensino Público Tecnológico	73.870.000	73.865.805	99,99%	matrículas ampliadas	14.000	8.208	58,63%
5290 - Manutenção do Ensino Público Tecnológico (2)	17.612.531	17.611.231	99,99%	matrículas mantidas	55.500	54.540	98,27%
1519 - Modernização Organizacional do Centro Paula Souza - Ensino Público Tecnológico (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	plano de reorganização/ racionalização implantado	Não consta na LOA 2011	-	-
TOTAL	**91.682.531**	**91.676.800**	99,99%				

(1) Não consta na LOA 2011. (2) Considerado para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1023 - ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO



Comentário: As 3 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 1 ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 2 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1515 - Expansão do Ensino Público Tecnológico	Constata-se a execução de 58,63% da meta orçada e 89,53% da meta reprogramada. O não atingimento da meta está ligado a fatores como: não preenchimento de vagas; desistência dos alunos ligados a fatores econômicos (necessidade de trabalho, impossibilitando sua conciliação com os estudos); retenção e desistência. Somam-se também a essas causas, fatores exógenos tais como adiamento de conclusão de obras do prédio escolar, adiando assim o início dos cursos (FATECS Diadema e Itaquera). Hoje há 51 FATECS, localizadas em 47 municípios.
5290 - Manutenção do Ensino Público Tecnológico (2)	Constata-se a execução de 98,27% da meta orçada. O não atingimento da meta pode ser relacionado com fatores tais como: não preenchimento de vagas; desistência dos alunos por fatores econômicos (necessidade de trabalho, impossibilitando sua conciliação com os estudos); retenção, desistência. Somam-se também a essas causas, fatores exógenos tais como adiamento de conclusão de obras do prédio escolar, adiando o início dos cursos (FATECS Diadema e Itaquera)

PROGRAMA: 1024 – ENSINO PÚBLICO TÉCNICO (ÓRGÃO 10000 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO)

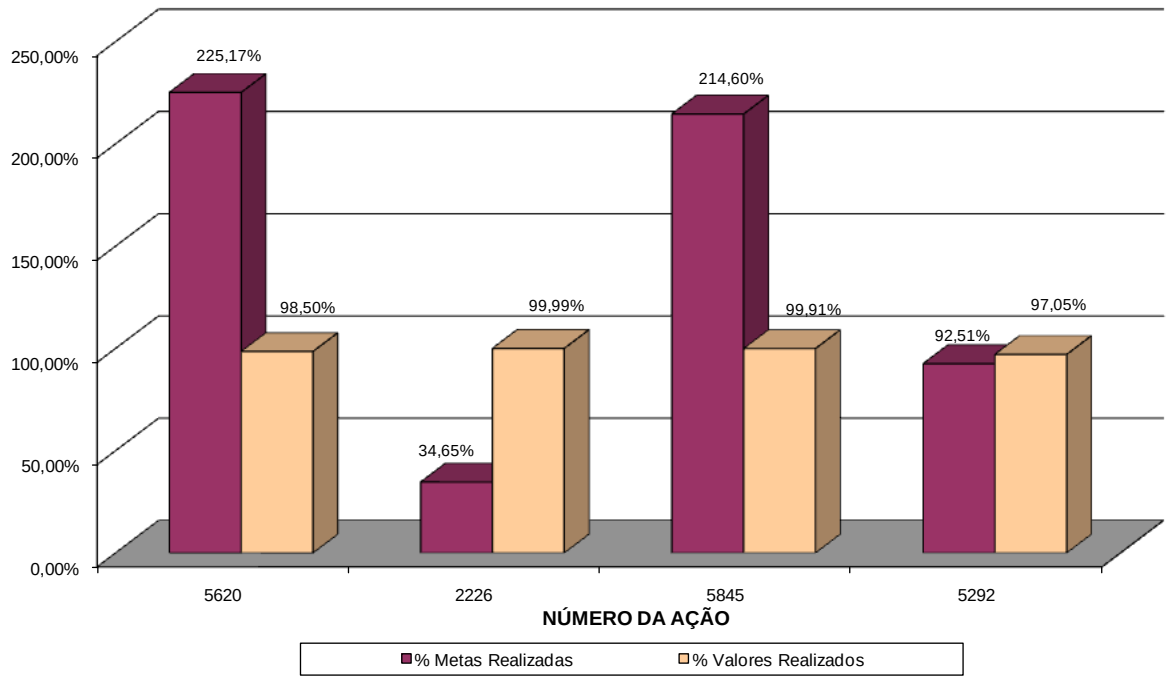
OBJETIVO: Qualificar profissionais representa estratégia fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável das diversas regiões do Estado.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5620 - Capacitação do Pessoal Docente, Técnico e Administrativo	200.000	196.993	98,50%	docentes e funcionários técnico-administrativos capacitados	3.727	8.392	225,17%
5844 - Ensino à Distância (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	alunos qualificados	Não consta na LOA 2011	23.200	-
2226 - Expansão de Matrículas no Ensino Público Técnico	236.830.000	236.811.424	99,99%	matrículas ampliadas	35.000	12.126	34,65%
5845 - Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores	474.612	474.171	99,91%	pessoas capacitadas	12.000	25.752	214,60%
5292 - Manutenção do Ensino Público Técnico (2)	950.065.220	921.997.136	97,05%	matrículas mantidas	175.300	162.170	92,51%
2114 - Modernização Organizacional do Centro Paula Souza - Ensino Público Técnico(1)	Não consta na LOA 2011	-	-	plano de reorganização/ racionalização implantado	Não consta na LOA 2011	-	-
5938 - Ensino Técnico (1) e (3)	48.005.874	46.915.619	97,73%	alunos matriculados	Não consta na LOA 2011	7.629	-
TOTAL	**1.235.575.706**	**1.206.395.344**	97,64%				

(1) Não consta na LOA 2011. (2) Considerado para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.
(3) Não havia dotação orçamentária inicial. Valores provenientes de créditos suplementares.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1024 - ENSINO PÚBLICO TÉCNICO (ÓRGÃO 10000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO)



Comentário: As 4 ações constantes da LOA 2011, apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 2 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 2 ações, além de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
2226 - Expansão de Matrículas no Ensino Público Técnico	Constata-se a execução de 34,65% da meta orçada e 48,01% da reprogramada. O não atingimento da meta foi devido a fatores tais como: não preenchimento de vagas; desistência dos alunos por fatores econômicos (necessidade de trabalho impossibilitando sua conciliação com os estudos); retenção e desistência. Somam-se também a essas causas, fatores exógenos tais como adiamento de conclusão de obras do prédio escolar, adiando o início dos cursos. Todavia, constata-se que no quadriênio 2008- 2011, a expansão atingiu o patamar de 84,93% da meta programada para o período. Hoje, existem 203 ETECS em 152 municípios.
5292 - Manutenção do Ensino Público Técnico	No período, constatou-se a execução de 92,51% da meta orçada. O não atingimento da meta foi devido a fatores tais como: não preenchimento de vagas; desistência dos alunos ligados a fatores econômicos (necessidade de trabalho, impossibilitando sua conciliação com os estudos); retenção e desistência. Somam-se também a essas causas, fatores exógenos tais como morosidade na licitação na compra de mobiliários e equipamentos, adiamento de conclusão de obras, postergando o início dos cursos previstos.

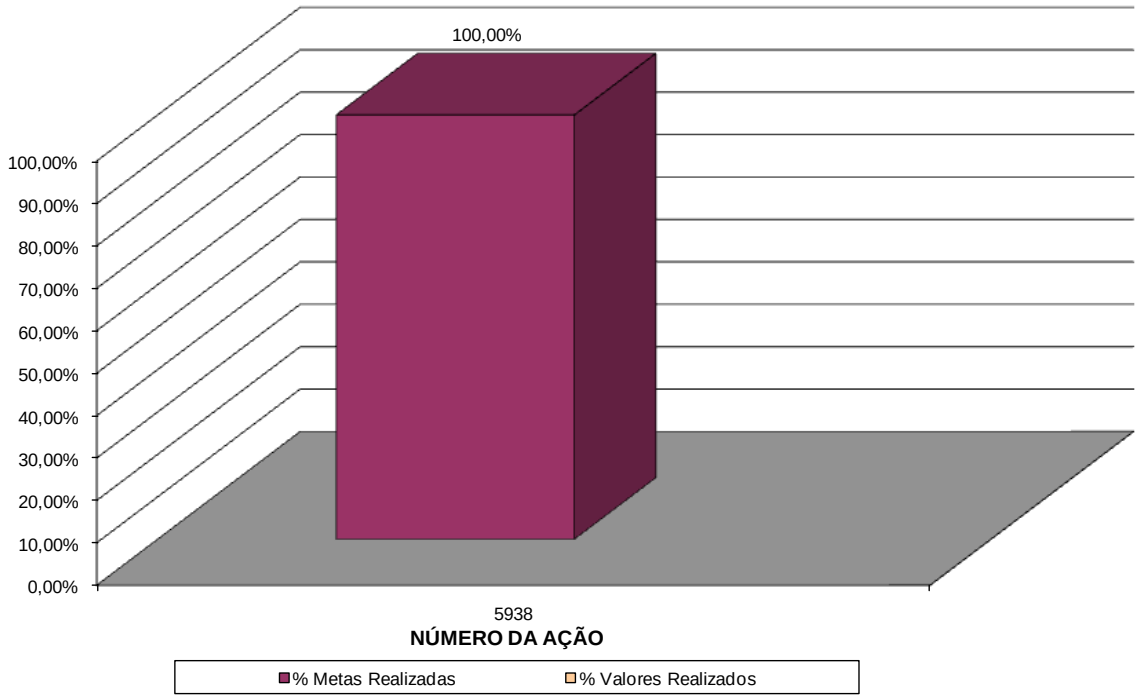
PROGRAMA: 1024 – ENSINO PÚBLICO TÉCNICO (ÓRGÃO 43000 – SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR)

OBJETIVO: Qualificar profissionais representa estratégia fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável das diversas regiões do Estado

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5938 - Ensino Técnico	0	0	-	alunos matrículados	6.700	6.700	100,00%
TOTAL	0	0	-				

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1024 - ENSINO PÚBLICO TÉCNICO (ÓRGÃO 43000 - SECRETARIA DO ENSINO SUPERIOR)



Comentário: A ação constante na LOA 2011 apresentou metas passíveis de aferição, tendo atingido plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

PROGRAMA: 1308 – SEGURANÇA ALIMENTAR

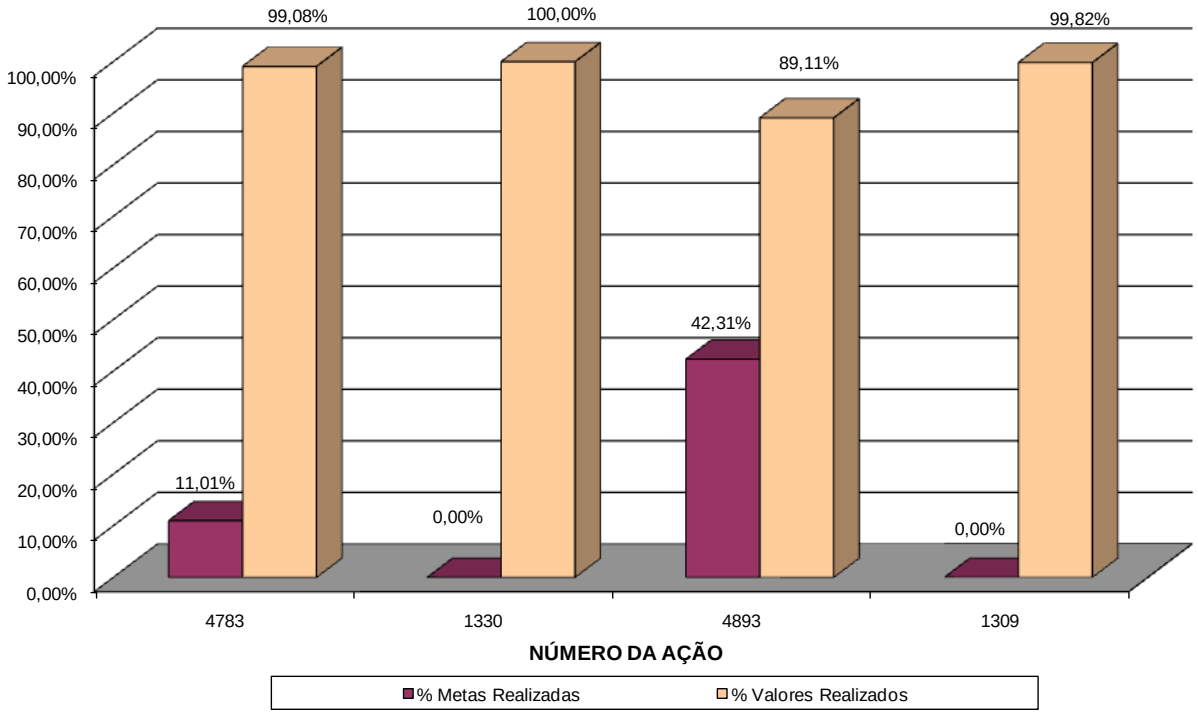
OBJETIVO: Conjugar o estímulo à produção de alimentos e seu escoamento a projetos de segurança alimentar, assegurando o acesso da população a alimentos com qualidade, diversidade e alto valor nutritivo.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
4783 - Ações Integradas em Segurança Alimentar	3.841.740	3.806.433	99,08%	pessoas atendidas	798.850	87.915	11,01%
1330 - Bom Prato (4) e (5)	4.157.814	4.157.814	100,00%	refeições servidas	12000000 pessoas atendidas - idosos e crianças	0	0,00%
1331 Bom Preço do Agricultor (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	pontos de venda implantados	Não consta na LOA 2011	-	-
2049 Cozinha Escola (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	cozinhas instaladas	Não consta na LOA 2011	-	-
4893 - Operacionalização do Sistema de Informações do Programa Segurança Alimentar (2)	1.390.351	1.238.902	89,11%	sistemas informatizados mantidos	26	11	42,31%
1309 - Viva Leite (3)	19.596.643	19.562.219	99,82%	pessoas atendidas - idosos e crianças	805.000	0	0,00%
TOTAL	**28.986.548**	**28.765.368**	99,24%				

(1) Não consta na LOA 2011.
(2) Considerado para Acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.
(3) Modificado o número da ação para 6000.
(4) Modificado o número da ação para 6001.
(5) Modificados parâmetros de medição em 2011.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1308 - SEGURANÇA ALIMENTAR



Comentário: As 4 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que nenhuma ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. As 3 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentuais de realização de metas inferiores aos percentuais de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional:

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4783 - Ações Integradas em Segurança Alimentar	A demanda para atendimento foi superestimada.
1330 - Bom Prato	Não apresentadas justificativas pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional
4893 - Operacionalização do Sistema de Informações do Programa Segurança Alimentar	Houve queda no número de sistemas em função do Decreto n° 56.674 que transferiu da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para a Secretaria de Desenvolvimento Social os projetos Viva Leite e Bom Prato assim como os sistemas ligados aos projetos, no total 9. Também não foram implantados projetos internos que previam a criação de novos sistemas.
1309 - Viva Leite	Não apresentadas justificativas pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

PROGRAMA: 1602 – GESTÃO DA MALHA HIDROVIÁRIA

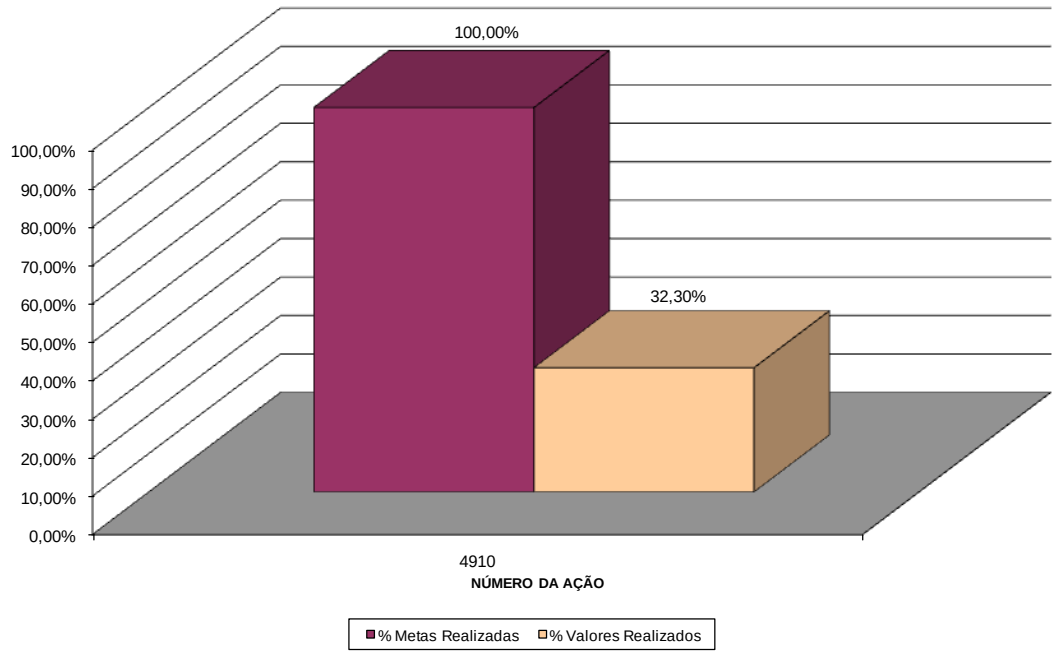
OBJETIVO: Aumentar a velocidade média de tráfego e da capacidade de transporte por ciclo de viagem, atraindo mais cargas para a malha hidroviária e proporcionando maior equilíbrio à matriz de transportes com menores custos econômicos, sociais e ambientais.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
1291 - Ampliação e Proteção dos Vãos de Navegação das Pontes na Hidrovia Tietê-Paraná (1)	13.294.100	7.253.788	54,56%	obras executadas	LOA sem quantitativo de metas	3,1	-
4898 - Fomento ao Desenvolvimento do Transporte Hidroviário (1)	10.820	0	0,00%	volume de carga transportada (em toneladas)	LOA sem quantitativo de metas	5.796.306	-
2156 - Ampliação e Retificação de Canais da Hidrovia Tietê-Paraná (1)	6.143.500	1.878.171	30,57%	km de canais ampliados ou retificados	LOA sem quantitativo de metas	5,8	-
2157 - Implantação de Novos Trechos (1)	3.150.000	1.296.576	41,16%	km de trechos implantados	LOA sem quantitativo de metas	8,0	-
4910 - Manutenção da Sinalização e Equipamentos de Segurança à Navegação	13.499.371	4.360.433	32,30%	campanhas integrais de manutenção realizadas	4	4	100,00%
2158 - Obras Vinculadas às Eclusas da Hidrovias Tietê Paraná - HTP (1)	546.000	0	0,00%	obras executadas	LOA sem quantitativo de metas	0,6	-
5873 - Operação do Sistema Hidroviário (1)	4.127.000	755.955	18,32%	campanhas de inspeção realizadas	LOA sem quantitativo de metas	3	-
TOTAL	**40.770.791**	**15.544.923**	38,13%				

(1) LOA 2011 sem quantitativos de metas.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

PROGRAMA 1602 - GESTÃO DA MALHA HIDROVIÁRIA



Comentário: Das 7 ações constantes na LOA 2011, 1 ação apresentou metas passíveis de aferição, a qual atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

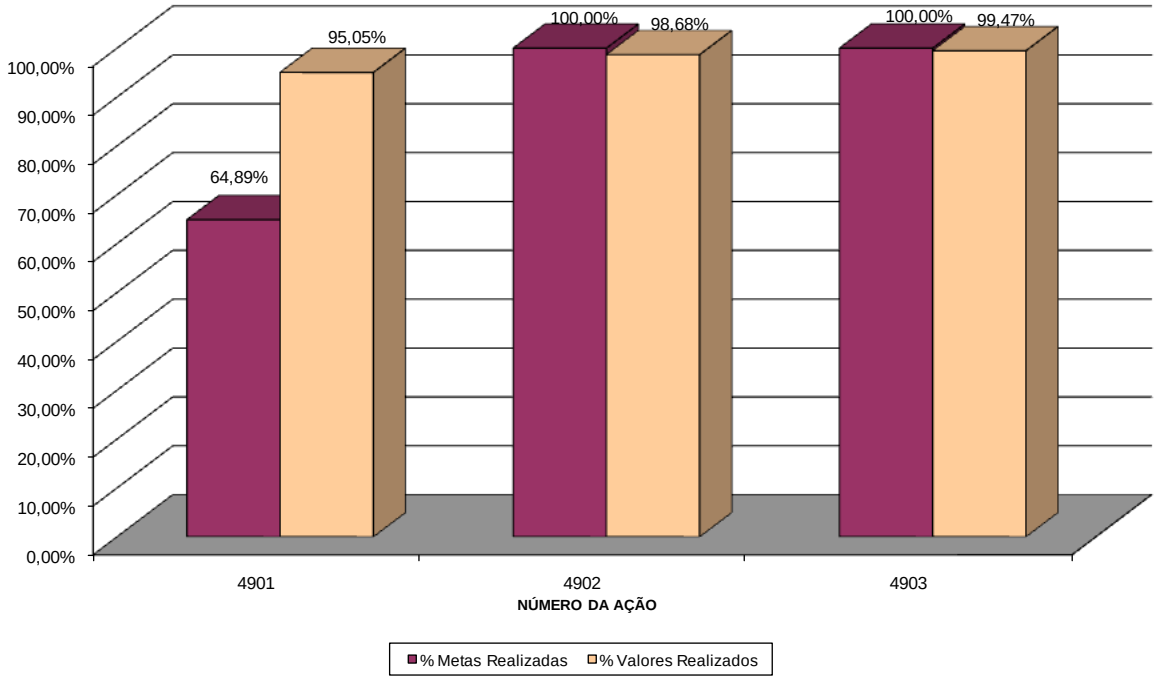
PROGRAMA: 1605 – OPERAÇÃO E CONTROLE DE RODOVIAS

OBJETIVO: Propiciar condições de segurança e fluidez do trânsito nas rodovias sob jurisdição do DER+DERSA, bem como implantar e operar praças de pedágio e postos de pesagem

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
4901-Implantação e Operação de Postos de Pesagem nas Rodovias Estaduais	52.263.308	49.673.772	95,05%	postos de pesagem implantados	94	61	64,89%
4902-Implantação e Operação de Praças de Pedágio nas Rodovias Estaduais	1.931.132	1.905.590	98,68%	praças de pedágio implantadas	1	1	100,00%
4903-Operação da Malha Rodoviária por Meio de Unidades de Atendimento	102.922.490	102.377.993	99,47%	unidades de atendimento implantadas	57	57	100,00%
TOTAL	**157.116.930**	**153.957.355**	97,99%				

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

PROGRAMA 1605 - OPERAÇÃO E CONTROLE DE RODOVIAS



Comentário: As 3 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 2 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos e 1 ação, além de não atingir os quantitativos inicialmente previstos, apresentou percentual de execução de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4901-Implantação e Operação de Postos de Pesagem nas Rodovias Estaduais	O DER assinou em 08/08/11 os contratos para operação de balanças fixas (operação 24 horas). Para tanto 13 bases de pesagem móveis (operação 6 horas) estavam em fase de readequação das estruturas físicas para se transformarem em bases de pesagem fixas.

PROGRAMA: 1606 – AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA

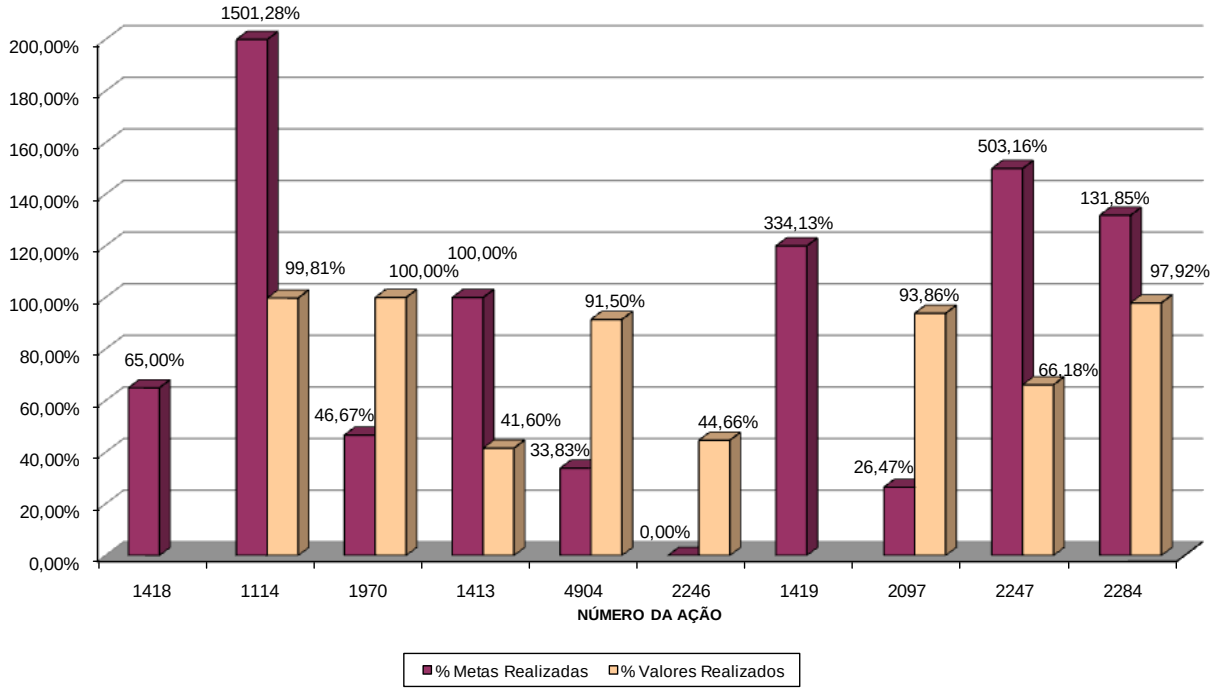
OBJETIVO: Garantir rodovias em bom estado de manutenção, de forma a proporcionar um transporte confortável, seguro e econômico de bens e pessoas na malha rodoviária.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
1115-Duplicação BR.381/Rodovia Fernão Dias - BID (1) e (3)	1.004.511	1.004.460	99,99%	km de rodovia duplicada e modernizada	LOA sem quantitativo de metas	-	-
1418-Duplicação e Implantação de Rodovias Estaduais (2)	Dotação não atualizada de empresa estatal	1.122.311.036	-	km de rodovias duplicadas e/ou implantadas	100	65,00	65,00%
1114-Estradas Vicinais	359.985.995	359.299.933	99,81%	km de estradas vicinais recuperadas/pavimenta-das	100	1.501,28	1501,28%
1970 - Implantação e Transposição de Rodovias - Convênio DER/DERSA	499.330.000	499.330.000	100,00%	km de ligações rodoviárias recuperadas ou adequadas	3	1,40	46,67%
1413 - Modernização / Monitoração de Rodovias Estaduais	400.000	166.416	41,60%	equipamentos de câmaras, contadores e painéis de mensagem instalados	1	1	100,00%
4904-Patrulha Rodoviária	21.078.815	19.286.485	91,50%	km de rodovias e/ou estradas recuperadas	262	88,63	33,83%
2246 - Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais - BID	10.892.376	4.864.061	44,66%	km de estradas vicinais pavimentadas ou recuperadas	26	0,00	0,00%
1419-Recuperação de Rodovias Estaduais (2)	Dotação não atualizada de empresa estatal	979.746.654	-	km de rodovias estaduais recuperadas	112	374,22	334,13%
1933-Recuperação de Rodovias Estaduais-BID2 (1) e (3)	255.566	255.555	100,00%	km de rodovias estaduais recuperadas	LOA sem quantitativo de metas	-	-
2097 - Terminais Rodoviários	10.400.000	9.761.831	93,86%	terminais reformados ou construídos	34	9,00	26,47%
2247 - Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais - BIRD	35.104.097	23.232.218	66,18%	km de estradas vicinais pavimentadas ou recuperadas	19	95,60	503,16%
2284 - Recuperação de estradas vicinais BIRD II (4)	336.610.744	329.617.770	97,92%	estradas vicinais recuperadas	1.038	1.368,59	131,85%
TOTAL	**1.275.062.104**	**3.348.876.420**	**-**				

(1) LOA 2011 sem quantitativos de metas.
(2) Ação Desenvolvida por empresa estatal não dependente.
(3) Dados não apurados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.
(4) Ação não consta no PPA.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

PROGRAMA 1606 - RECUPERAÇÃO, AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA



Comentário: das 12 ações constantes da LOA 2011, 10 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 5 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 4 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 1 ação não teve a execução orçamentária aferida.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1418-Duplicação e Implantação de Rodovias Estaduais	Algumas obras tiveram conclusão postergada devido a problemas administrativos e orçamentários. Parte das obras previstas nesta ação foram contratadas e executadas dentro da ação 1419 por envolver implantações parciais e recuperação dentro do mesmo contrato.
1970 - Implantação e Transposição de Rodovias - Convênio DER/DERSA	Existe uma divergência na "unidade de medida" adotada. Na LOA 2011 foi utilizado o valor por unidade, e nas metas programadas e executadas foi utilizada quantidade de km das obras.
4904-Patrulha Rodoviária	Algumas obras tiveram conclusão postergada devido a problemas de infraestrutura/recursos materiais.
2246 - Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais - BID	As obras de estradas vicinais pavimentadas ou recuperadas foram concluídas no ano de 2009. Entretanto, a ação permaneceu ativa devido a projetos de fortalecimento institucional e de obras complementares que foram contratadas para o ano de 2011.
2097 - Terminais Rodoviários	As obras resultam de repasse de recursos para as prefeituras municipais que se responsabilizam pela execução das mesmas e a execução é realizada de acordo com os recursos disponíveis.

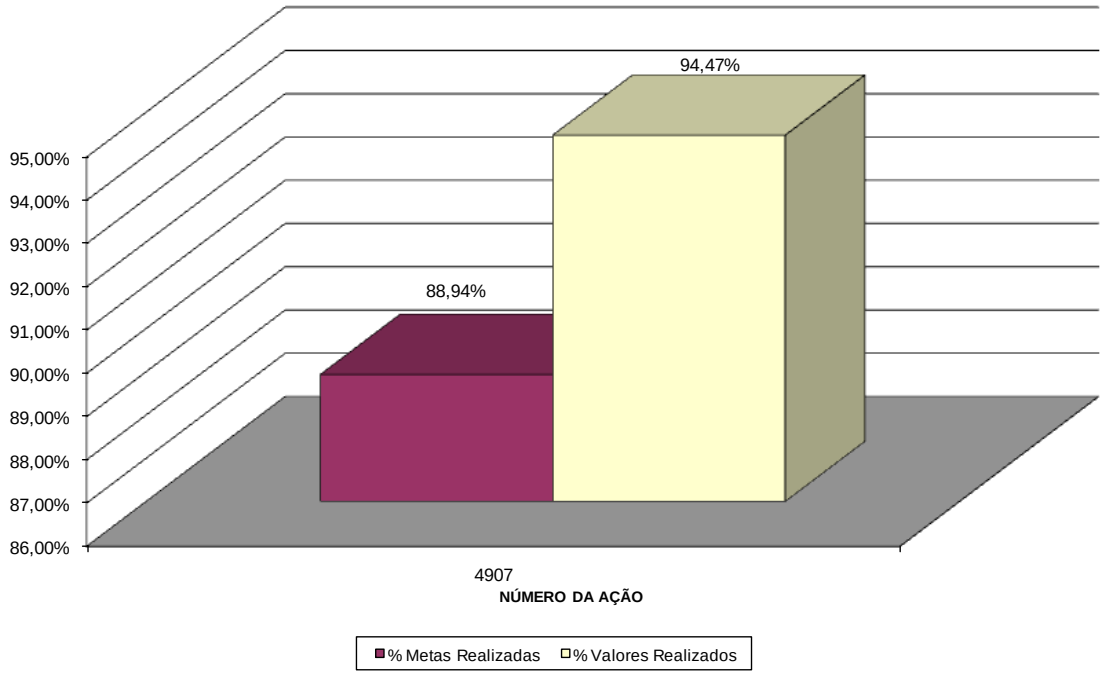
PROGRAMA: 1609 – CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA

OBJETIVO: Propiciar qualidade, conforto e segurança aos usuários.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
4907 - Conservação, Sinalização e Demais Elementos de Segurança em Rodovias	380.407.904	359.363.555	94,47%	km de conservação e sinalização executada	15.500	13.785	88,94%
TOTAL	**380.407.904**	**359.363.555**	94,47%				

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

PROGRAMA 1609 - CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA



Comentário: A ação constante da LOA 2011 apresentou metas passíveis de aferição, porém não atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos, além de apresentar percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4907 - Conservação, Sinalização e Demais Elementos de Segurança em Rodovias	A diferença entre a meta orçada e a executada deveu-se a nova concessão havida em 2009, tanto de rodovias do DER quanto da DERSA.

PROGRAMA:1611 – TRANSPOSIÇÃO RODO-FERROVIÁRIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

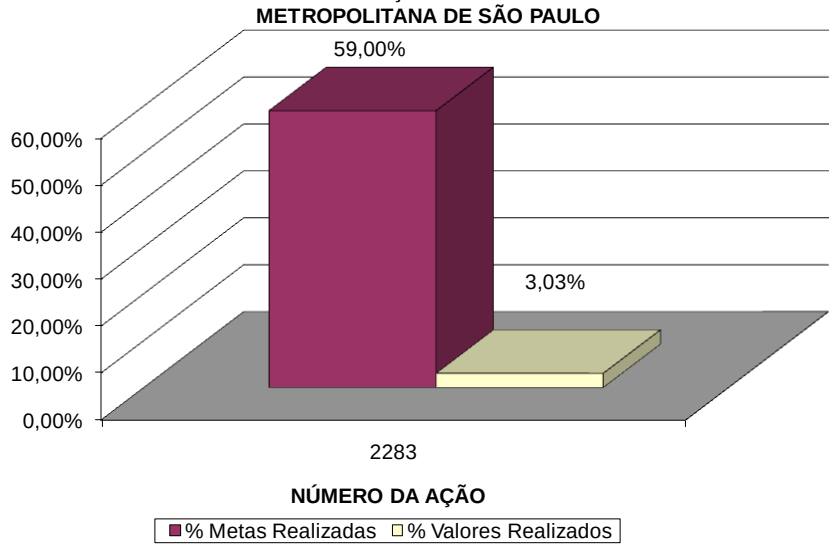
OBJETIVO: Construir o Rodoanel Mário Covas (Trecho Oeste já construído) e o Ferroanel no entorno da Região Metropolitana de São Paulo

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
2155 - Execução da Obra do Ferroanel - Tramo Sul (2), (3) e (5)	40.000.000	-	-	% da etapa construída	LOA sem quantitativo de metas	-	-
2153 - Execução das Obras do Rodoanel - Trecho Leste (2) e (3)	1.000	-	-	% da etapa concluída	LOA sem quantitativo de metas	-	-
2151 - Execução das obras do Rodoanel - Trecho Sul (6)	Não consta na LOA 2011	0	-	% das obras concluídas	Não consta na LOA 2011	2,85%	-
1420-Obras Complementares e Condicionantes da Lic. Operação do Rodoanel - Trecho Oeste (6)	Não consta na LOA 2011	0	-	% do Trecho Oeste do Rodoanel Concluído	Não consta na LOA 2011	15,0%	-
2283 - Execução das Obras do Rodoanel - Trecho Norte (1),(3) e (4)	1.348.000.000	40.892.000	3,03%	% de Etapa Concluída	15,0%	8,85%	59,00%
2307 - Execução das Obras do Ferroanel - Trecho Norte (1),(3),(4) e (5)	1.000	0	0,00%	% de Etapa Concluída	LOA sem quantitativo de metas	-	-
TOTAL	**-**	**40.892.000**	-				

(1) Ação Desenvolvida por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional.
(2)Dados não fornecidos pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional (3) Para empresa estatal, considerada dotação inicial LOA 2011.
(4) Não consta no PPA. (5) LOA 2011 sem quantitativos de metas.....(6) Não consta na LOA 2011.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

PROGRAMA 1611 - TRANSPOSIÇÃO RODO-FERROVIÁRIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



Comentário: das 4 ações constantes da LOA 2011, 1 ação apresentou metas passíveis de aferição, a qual não atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Apesar de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
2283 - Execução das Obras do Rodoanel - Trecho Norte	Quando da elaboração do percentual de avanço para o ano de 2011, havia sido considerado o início das desapropriações, reassentamentos, compra de áreas para as unidades habitacionais do CDHU, contratação do projeto executivo, consultorias e o início das obras de implantação para dez/11. Por diversos fatores nenhuma destas ações foram iniciadas no ano de 2011, reduzindo o então percentual previsto para o ano. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram: atraso na formalização/assinatura do contrato de empréstimo junto ao BID (prevista inicialmente para dez/11); atraso nos processos licitatórios devido ao enquadramento no modelo do BID; atraso na formalização de convênio entre SLT/DER/DERSA para o repasse dos recursos provenientes de Tesouro do Estado; adiamento da abertura das propostas da pré-qualificação das obras pelo TCU e TCE; entre outros.

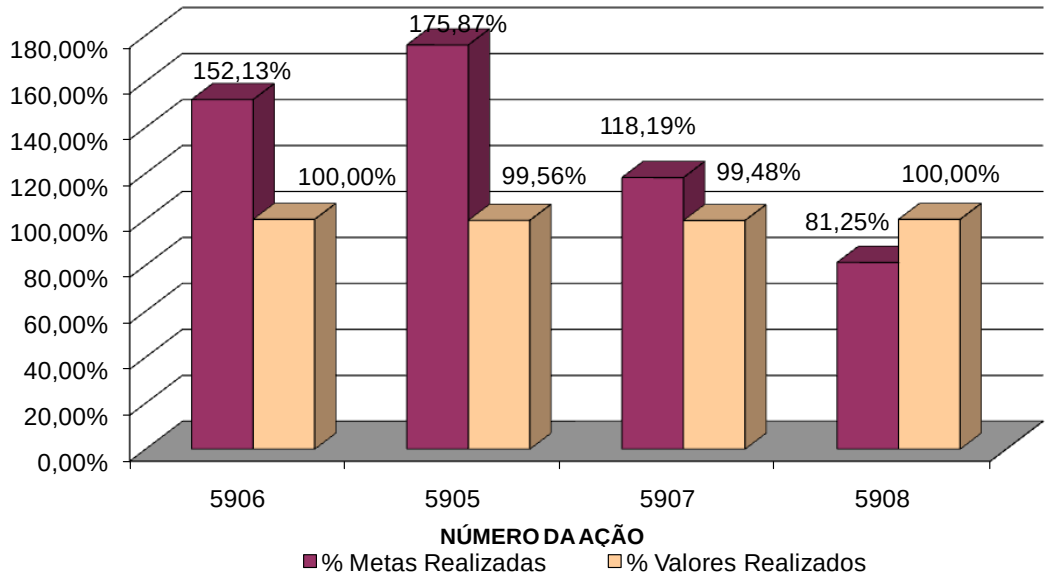
PROGRAMA: 1729 – ATENÇÃO INTEGRAL AO ADOLESCENTE E INTEGRAÇÃO DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS

OBJETIVO: Dar efetividade aos direitos e garantias do adolescente autor de ato infracional através da reconfiguração do cumprimento das medidas sócio-educativas, objetivando à sua reinserção ao convívio social.

AÇÃO	2011			METAS			
					2011		
	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5906 - Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Cumprimento de Medida Sócio-educativa	20.660.471	20.659.535	100,00%	atendimentos realizados	1.920.000	2.920.805	152,13%
5905 - Atenção Integral à Educação do Adolescente em Cumprimento de Medida Sócio-educativa	59.186.900	58.928.047	99,56%	atendimentos realizados	420.000	738.644	175,87%
5907 - Reconfiguração do Cumprimento das Medidas Sócio-educativas	657.101.631	653.681.749	99,48%	adolescentes atendidos	6.800	8.037	118,19%
5908 - Revitalização das Parcerias para o Cumprimento das Medidas Sócio-educativas	56.585.538	56.585.523	100,00%	convênios celebrados	48	39	81,25%
TOTAL	**793.534.540**	**789.854.855**	99,54%				

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1729 - ATENÇÃO INTEGRAL AO ADOLESCENTE E INTEGRAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS



Comentário: As 4 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 3 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos e 1 ação, além de não atingir os quantitativos inicialmente previstos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5908 - Revitalização das Parcerias para o Cumprimento das Medidas Socioeducativas	O produto convênios celebrados refere-se as parcerias firmadas com entidades sociais que atuam na gestão das novas unidades de internação / internação provisória e semiliberdade. Para a gestão deste modelo, que compreende unidades com capacidade máxima para 56 adolescentes (40 em medida de internação e 16 em internação provisória), a sociedade civil organizada foi escolhida como parceira principal. Não atingimos a meta do produto convênios celebrados, considerando as dificuldades nas tratativas com os municípios para instalação dos equipamentos.

PROGRAMA: 1801 – PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

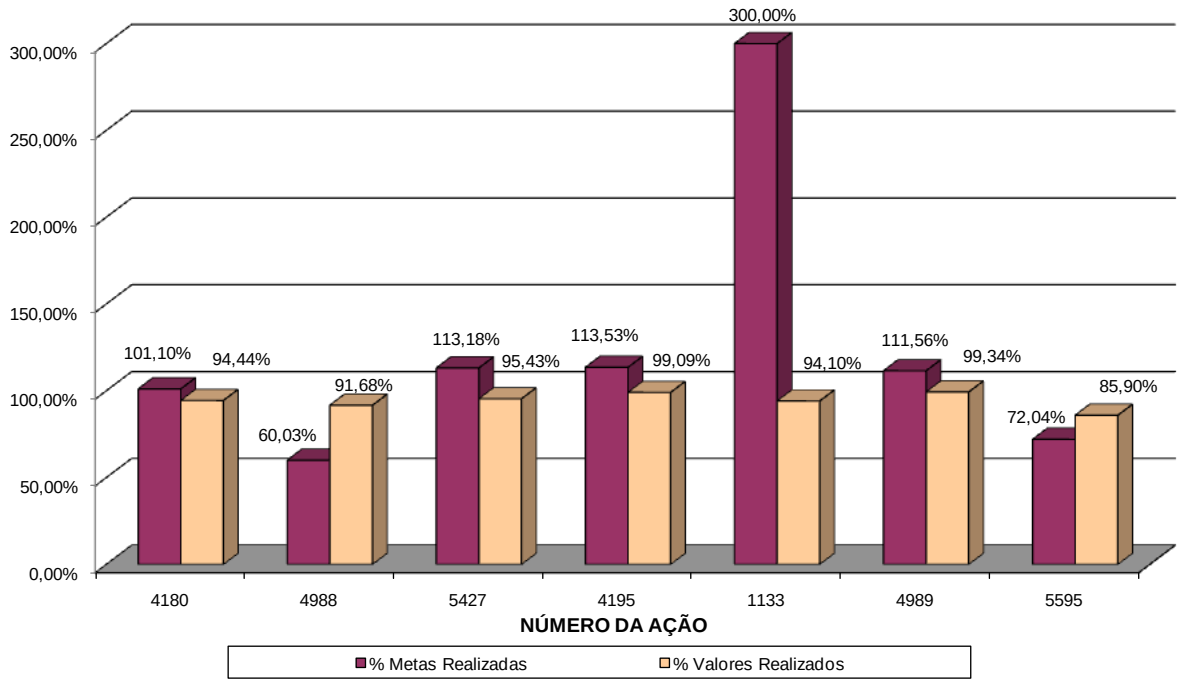
OBJETIVO: Investigar os delitos de autoria desconhecida por meio de atividades da Polícia Judiciária, Administrativa e Preventiva Especializada, com especial ênfase à repressão ao crime organizado, narcotráfico e homicídios. Manter e expandir as delegacias participativas.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
4180 - Administração Geral da Polícia Civil (1)	155.429.569,00	146.786.756	94,44%	unidades atendidas	91	92	101,10%
4988 - Assistência Alimentar aos Presos em Custódia da Polícia Civil	31.624.950,00	28.992.602	91,68%	presos atendidos	12.000	7.204	60,03%
5427 - Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento dos Policiais Civis	27.265.219,00	26.018.534	95,43%	cursos realizados	349	395	113,18%
4195 - Identificação Civil e Criminal	70.545.031,00	69.901.270	99,09%	documentos emitidos	4.500.000	5.108.817	113,53%
1133 - Instalações da Polícia Civil	18.127.825,00	17.059.108	94,10%	obras realizadas	10	30	300,00%
4989 - Polícia Judiciária	2.138.353.916,00	2.124.183.656	99,34%	inquéritos relatados	330.000	368.147	111,56%
5595 - Suprimento de Medicamentos p/ os Presos em Custódia da Polícia Civil	10.000,00	8.590	85,90%	presos atendidos	10.000	7.204	72,04%
TOTAL	**2.441.356.510**	**2.412.950.516**	98,84%				

(1) Considerado para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1801 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE



Comentário: As 7 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 5 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 2 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4988 - Assistência Alimentar aos Presos em Custódia da Polícia Civil	A média do número de presos sob custódia da polícia civil no exercício de 2011 foi inferior a meta orçada, tendo em vista que os presos estão sendo transferidos para a Secretaria da Administração Penitenciária.
5595 - Suprimento de Medicamentos / os Presos em Custódia da Polícia Civil	A média do número de presos sob custódia da polícia civil no exercício de 2011 foi inferior a meta orçada, tendo em vista que os presos estão sendo transferidos para a Secretaria da Administração Penitenciária

PROGRAMA: 1807 – POLICIAMENTO OSTENSIVO

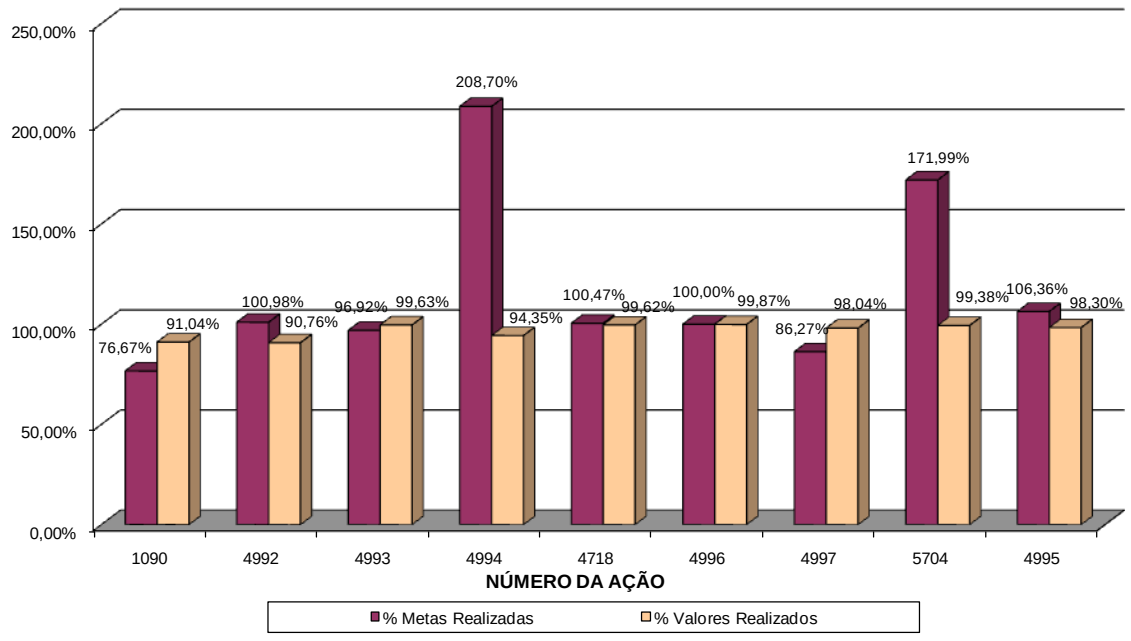
OBJETIVO: Possibilitar que o policiamento ostensivo, por meio dos seus diversos programas, ofereça serviços de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade necessárias, para a ampla obtenção dos melhores resultados na área da segurança pública, em prol da garantia da ordem pública e da promoção dos direitos humanos.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
1090 - Adequação de Unidades Policiais Militares	34.050.000	31.000.000	91,04%	unidades policiais militares adequadas	30	23	76,67%
4992 - Administração Geral da Polícia Militar(2)	100.132.257	90.882.586	90,76%	unidades atendidas	102	103	100,98%
4993 - Defesa do Cidadão (2)	7.884.876.102	7.855.312.192	99,63%	policiais envolvidos	83.500	80.931	96,92%
4994 - Formação de Policiais Militares	22.034.240	20.788.346	94,35%	policiais militares formados	3.000	6.261	208,70%
S/Nº Jovens Construindo a Cidadania (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	lideranças desenvolvidas	Não consta na LOA 2011	-	-
4718 - Policiamento Comunitário (2)	650.000	647.531	99,62%	bases comunitárias fixas	215	216	100,47%
4996 - Policiamento Escolar (2)	6.500.000	6.491.635	99,87%	escolas policiadas	5.600	5.600	100,00%
4997 - Prevenção às Drogas e à Violência/PROERD	700.000	686.287	98,04%	crianças e adolescentes orientados	600.000	517.616	86,27%
5704 - Radiopatrulhamento Aéreo	19.032.000	18.913.206	99,38%	horas de vôo	5.200	8.943	171,99%
4995 - Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar	69.950.518	68.762.869	98,30%	voluntários contratados	4.500	4.786	106,36%
TOTAL	**8.137.925.117**	**8.093.484.653**	**99,45%**				

(1) Não consta na LOA 2011.
(2) Considerado para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1807 - POLICIAMENTO OSTENSIVO



Comentário: As 9 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, 6 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 3 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1090 - Adequação de Unidades Policiais Militares	Foram realizadas 23 adequações de unidades policiais militares, com recursos de investimento, correspondendo a 76,67% do programado no PPA. O não atingimento da meta prevista deveu-se a recisões contratuais em razão da não execução do objeto pela contratada ou pela necessidade de aditamentos contratuais, os quais tramitam para análise jurídica precedente à sua formalização e empenho da despesa.
4993 - Defesa do Cidadão	Emprego do efetivo policial-militar, excluído o do corpo de bombeiros, no policiamento ostensivo fardado em todos os municípios do Estado, nos diversos programas estabelecidos pela instituição e executados pelas unidades territoriais, segundo planejamento operacional, com monitoramento diário dos indicadores criminais. Há cargos não preenchidos no decorrer do período, decorrentes de aposentadorias, exonerações, demissões expulsões e falecimentos, mas que estão sendo preenchidos pela investidura de novos policiais, mediante a realização de concursos públicos. Execução de 97,87% da meta.
4997 - Prevenção às Drogas e à Violência/PROERD	As metas previstas e programadas no orçamento foram executadas em 86,27%. Tal fato ocorreu em virtude da readequação dos currículos, atendendo à realidade do Estado de São Paulo, notadamente na prevenção ao "bullying" e ao uso do "crack", gerando atualização de todo o material didático, bem como a formação dos policiais multiplicadores do programa, demandando um período de adaptação e revisão. Foi necessária a adoção de tais medidas visando a descentralização e otimização do treinamento, que proporcionará o atendimento de maior número de alunos, observando e respeitando as peculiaridades de cada região.

b) o programa em questão foi objeto de fiscalização operacional com os seguintes achados:

Programa 1807	Policiamento Ostensivo
Ação 4718	Policiamento Comunitário
Ação 4993	Defesa do Cidadão
Ação 4996	Policiamento Escolar
Ação 4997	Prevenção às Drogas e à Violência / PROERD
Objeto da fiscalização: Avaliar o planejamento e funcionamento do programa	

Achados:

1. **Recursos orçamentários:**
- A aplicação dos gastos na Função 06 – Segurança Pública é destinado em quase sua totalidade à capital;

2. **Efetivo e equipamentos:**
- O efetivo total existente diminuiu ao longo do período de vigência do PPA 2008-2011, em contraponto ao aumento dos indicadores de criminalidade e o efetivo alocado na função administrativa tem crescido em todo Estado;

3. **Base Comunitária:**
- As bases comunitárias não estão instaladas em alguns municípios que apresentaram índices de criminalidade acima da média estadual;

4. **Policiamento Escolar:**
- Foi verificado que 80% das escolas participantes da pesquisa sobre a Ronda Escolar sofreram algum tipo de violência e que os casos mais recorrentes são: violência envolvendo alunos, drogas e atos de vandalismo contra o patrimônio;
- A maioria das escolas não registra essas ocorrências em BO, nem o fazem se utilizando do Sistema de Registro de Ocorrências Escolares disponibilizado pela SEE;
- Algumas escolas quando solicitam a presença da Ronda Escolar não são atendidas, indicando possível falta de efetivo ou viatura disponível, uma vez que cada RE é responsável, em média, por 8 escolas; e

5. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência (PROERD):**
- Alcance das metas estabelecidas no PPA 2008-2011, com relação ao número de alunos e escolas participantes do PROERD, porém não foi possível identificar se os cursos estão sendo efetivamente direcionados às localidades que apresentam maiores números de ocorrências em tráfico de entorpecentes.

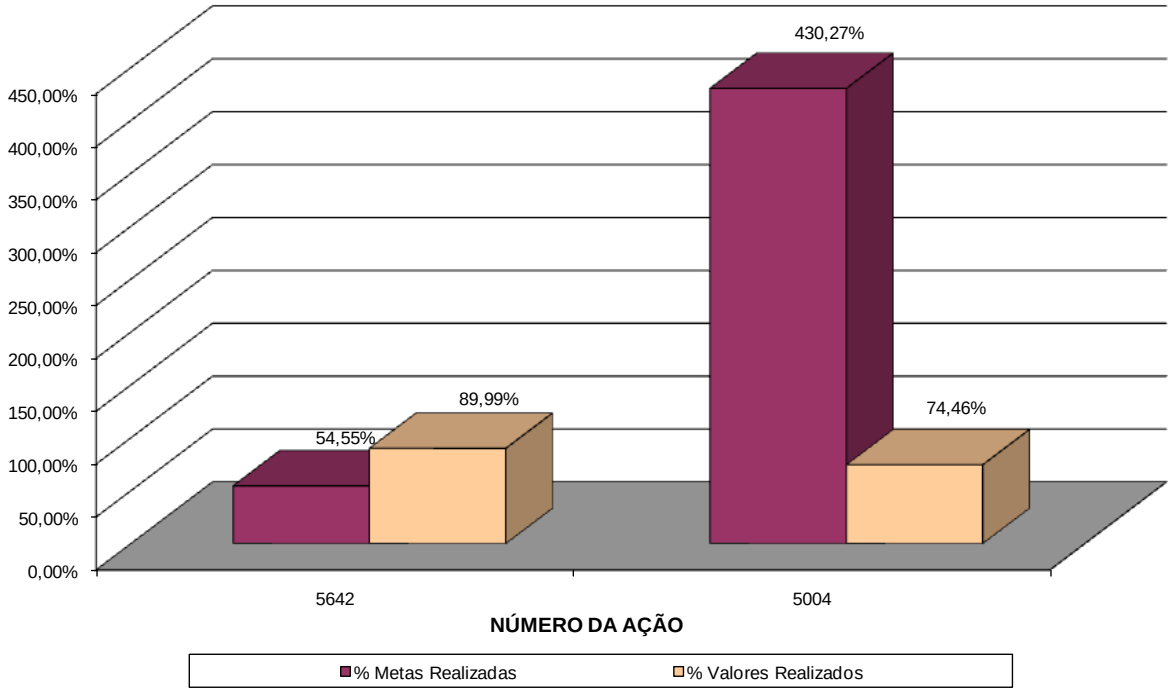
PROGRAMA: 1818 – MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVO: Garantir a segurança pública, agregar valores às atividades da polícia; atualizar, integrar, compartilhar e expandir os sistemas inteligentes, expandir e atualizar os equipamentos policiais, digitalizar e integrar as comunicações com priorização nas regiões metropolitanas e municípios sedes de comandos.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5642 - Inteligência Policial	296.203.279	266.542.488	89,99%	projetos implantados	11	6	54,55%
5004 - Reaparelhamento da Polícia Paulista	365.198.100	271.912.569	74,46%	equipamentos policiais	15.035	64.691	430,27%
TOTAL	**661.401.379**	**538.455.057**	81,41%				

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1818 - MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA



Comentário: As 2 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 1 ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos e 1 ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5642 - Inteligência Policial	Há diversas metas ainda em andamento, como por exemplo, a implantação do novo COPOM e a implantação do "Registro Digital de Ocorrências 2". Não obstante, houve investimento maciço na expansão dos sistemas existentes.

b) o programa em questão foi objeto de fiscalização operacional com os seguintes achados:

Programa 1818	Modernização da Segurança Pública
Ação 5004	Reaparelhamento da Polícia Paulista
Objeto da fiscalização:	Avaliar o planejamento e funcionamento do programa

Achados:

1. Recursos orçamentários:

- A aplicação dos gastos na Função 06 – Segurança Pública é destinado em quase sua totalidade à capital;

2. Efetivo e equipamentos:

- O efetivo total existente diminuiu ao longo do período de vigência do PPA 2008-2011, em contraponto ao aumento dos indicadores de criminalidade e o efetivo alocado na função administrativa tem crescido em todo Estado.

Boas Práticas:

Observaram-se boas práticas no modelo de gestão (GESPOL) que está em fase de implantação na Polícia Militar; os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) acompanham o efetivo em casos de transferências ou deslocamento do efetivo; e o número de viaturas em relação ao efetivo existente cresceu em todos os Comandos de Policiamento.

PROGRAMA: 2508 – PROVISÃO DE MORADIAS

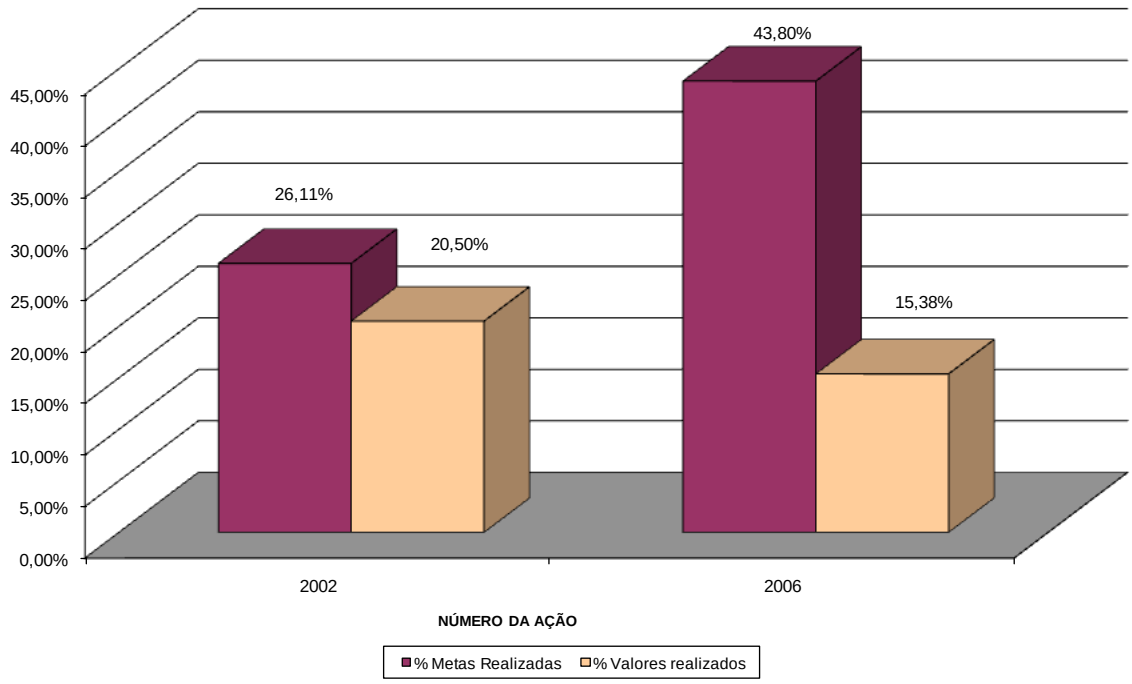
OBJETIVO: Dar acesso à moradia para população de baixa renda, através da produção de habitações e aquisição de imóveis prontos ou em construção, parcerias, repasse de recursos e apoio técnico aos agentes promotores, públicos e privados. Formas de acesso: financiamento habitacional (direto pela SH/CDHU); parcerias com agentes financeiros; arrendamento; locação ou outras formas de direito de uso.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
2002 - Aquisição de Unidades Habitacionais (1) e (2)	17.748.000	3.639.000	20,50%	unidades habitacionais entregues	360	94	26,11%
2001 - Produção de Lotes Urbanizados (3)	Não consta na LOA 2011	-	-	lotes urbanizados	Não consta na LOA 2011	-	-
2006 - Produção de Unidades Habitacionais (1) e (2)	805.216.377	123.821.193	15,38%	unidades habitacionais entregues	24.500	10.731	43,80%
TOTAL	**822.964.377**	**127.460.193**	**-**				

(1) Parte da ação desenvolvida pela administração direta e parte por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos em Programa da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional.
(2) Para empresa estatal, considerada dotação inicial LOA 2011.
(3) Não consta na LOA 2011.
(4) Mudança de parâmetros no exercício de 2011.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

PROGRAMA 2508 – PROVISÃO DE MORADIAS



Comentário: As 2 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, as quais não atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Apesar de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional:

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
2002 - Aquisição de Unidades Habitacionais	A meta anual foi parcialmente cumprida com o atendimento a servidores públicos por meio de carta de crédito. A concessão crédito para aquisição de moradias encontrou limitações na obtenção de imóveis no mercado, em função das condições de preço e/ou dificuldades quanto à regularidade dos títulos, que se mostraram não compatíveis com a capacidade/condições de obtenção de crédito pela população-alvo, mesmo com a disponibilização de subsídios.
2006 - Produção de Unidades Habitacionais	A meta física publicada na LOA 2011 foi superdimensionada, pela soma indevida dos atendimentos habitacionais com recursos onerosos da CDHU e recursos não onerosos da Secretaria da Habitação, que em verdade se somam para os mesmos atendimentos habitacionais. Mesmo não atingindo a meta estipulada, a ação teve desempenho favorável e foram encaminhadas ações para superar restrições encontradas no processo de finalização dos empreendimentos, tais como: execução de obras em períodos com elevados índices pluviométricos, principalmente no final do ano de 2010 e início do ano de 2011; realização de ações complementares de infraestrutura e para adequação das edificações ao novo padrão de qualidade dos empreendimentos; processos complexos e demorados de obtenção de aprovação e auto de vistoria do corpo de bombeiros, principalmente nos empreendimentos na região metropolitana e no Município de São Paulo; finalização dos processos de averbação de empreendimentos, principalmente nas intervenções em parceria com os municípios. além disso, cabe destacar que os aportes de recursos da Secretaria da Habitação no programa minha casa minha vida foram iniciados em 2011 e terão continuidade a partir de 2012, incrementados nos próximos exercícios por meio das parcerias entre Estado e União nos programas Minha Casa Minha Vida - entidades, Minha Casa Minha Vida - faixa 1 e Programa Nacional de Habitação Rural.

PROGRAMA: 2509-REQUALIFICAÇÃO DE MORADIAS

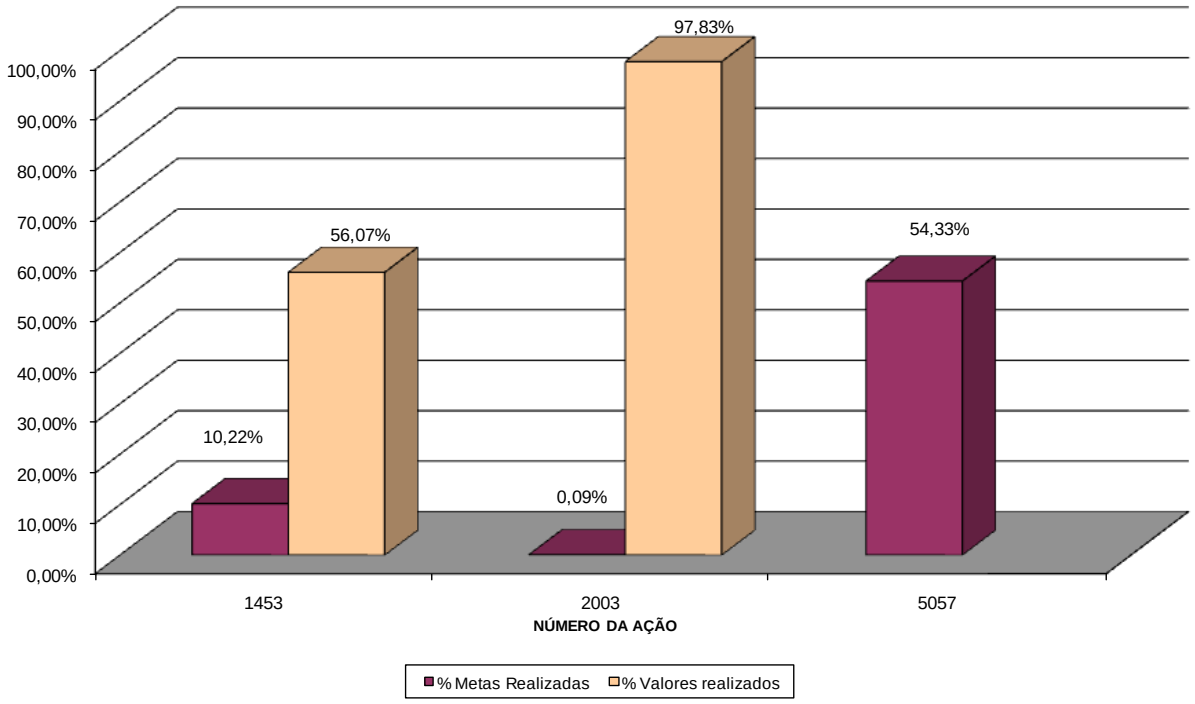
OBJETIVO: Requalificar imóveis visando ao atendimento habitacional articulado com melhorias urbanas em três focos de ação: requalificação de imóveis, melhoria em conjuntos habitacionais, núcleos e pequenas reformas em moradias. As modalidades de atendimento previstas: promoção de habitações, aquisição, reforma de edifícios, implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

	2011			METAS			
AÇÃO	**DOTAÇÃO**	**LIQUIDADO**	**LIQ/DOT**	**PARÂMETROS**	**LOA 2011**	**REALIZAÇÃO**	**%**
1453-Atuação em Cortiços (1) e (3)	48.251.059	27.054.000	56,07%	unidades habitacionais entregues	2.622	268	10,22%
2003 - Crédito para reforma de imóveis	5.945.800	5.816.800	97,83%	Créditos concedidos	19.990	17	0,09%
5057-Melhorias Habitacionais e Urbanas (2)	Dotação não atualizada de empresa estatal	168.047.500	-	núcleos habitacionais beneficiados	600	326	54,33%
TOTAL	**54.196.859**	**200.918.300**	**-**				

(1) Ações desenvolvidas por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos em Programa da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional.
(2) Parte da ação desenvolvida pela administração direta e parte por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos em Programa da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional.
(3) Para empresa estatal, considerada dotação inicial LOA 2011.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

PROGRAMA 2509-REQUALIFICAÇÃO DE MORADIAS



Comentário: As 3 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, as quais não atingiram os quantitativos inicialmente previstos, sendo que 2 ações, além de não atingirem os referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária, e 1 ação não teve a execução orçamentária aferida.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional:

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1453-Atuação em cortiços	A meta física superdimensionada na publicação da LOA 2011, pela soma indevida dos atendimentos habitacionais com recursos onerosos da CDHU e recursos não onerosos SH, que em verdade se somam para os mesmos atendimentos habitacionais. A despeito disso, a ação teve desempenho satisfatório, especialmente considerando a localização e qualidade dos empreendimentos entregues, sendo que houve necessidade de reprogramação das datas de conclusão dos empreendimentos Belém I, Belém L, Pari E e Bom Retiro D, que deverão ser entregues n o início de 2012. Além disso, registra-se a concessão de 104 cartas de crédito para atendimento de famílias moradoras de cortiços. Cabe destacar que a ação envolve empreendimentos na área central do município de São Paulo, o que representa um esforço de produção e aprimoramento da ação habitacional, por demandar intervenções mais complexas quanto aos aspectos de acesso a terra, produção e processos de aprovação/regularização, exigindo prazos superiores aos usuais para sua execução.
2003 - Crédito para reforma de imóveis	Esta ação teve meta física superdimensionada na publicação da loa 2011, pela soma indevida dos atendimentos habitacionais com recursos onerosos da CDHU e recursos não onerosos SH, que em verdade se somam para os mesmos atendimentos habitacionais. Não obstante merecem destaque: 1) a continuidade do projeto-piloto de concessão de crédito para as famílias no município de São Luiz do Paraitinga, incluída em estratégia de atendimento ao município em decorrência das fortes chuvas ocorridas entre o final de 2009 e início 2010; 2) a institucionalização de nova modalidade de concessão de crédito para reformas com a publicação do Decreto Estadual n°57.369/2011, que cria o programa Casa Paulista Microcrédito /Banco do Povo Paulista, em parceria com a SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, retomando-se a solução de microcrédito para reforma/ampliação de imóveis, que apresentará resultados nos próximos exercícios.
5057-Melhorias Habitacionais e Urbanas	A ação apresenta a meta anual parcialmente cumprida com a realização de projetos de recuperação de conjuntos habitacionais da CDHU e obras de individualização da medição de água nos condomínios verticais. As intervenções previstas para serem promovidas pela SH, por meio do PEM, não ocorreram no ano de 2011 principalmente em função da disponibilidade orçametária para a viabilização de novos convênios com as prefeituras municipais.

PROGRAMA: 2510- URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

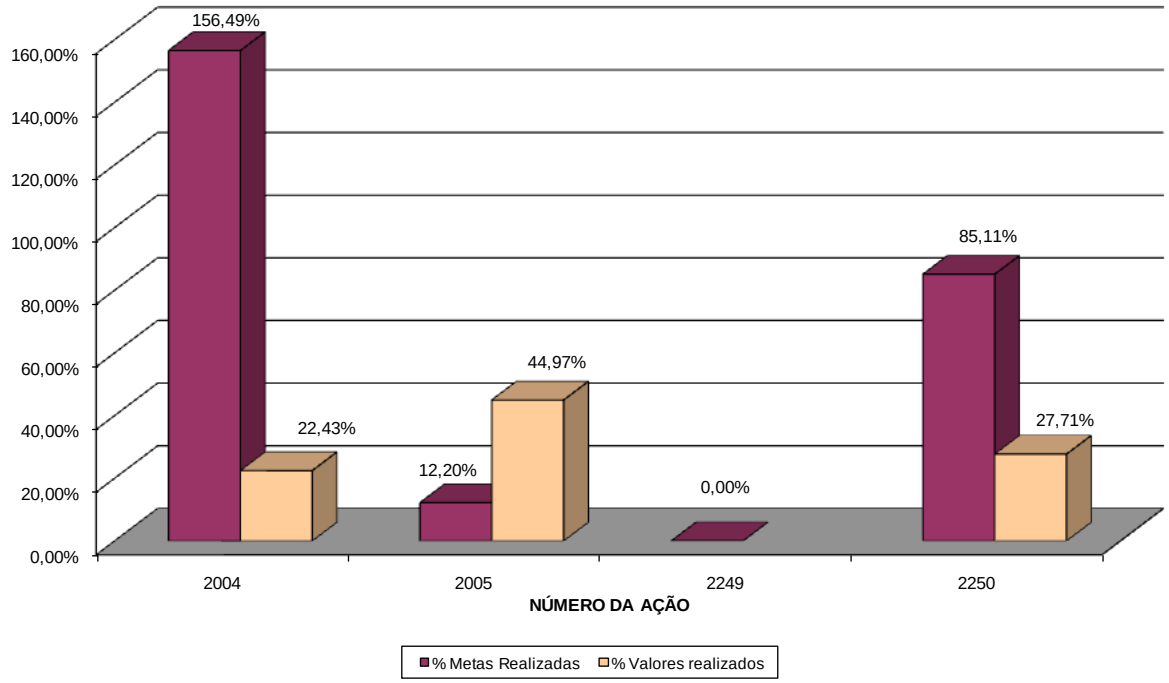
OBJETIVO: Atuar em favelas e assentamentos precários visando a melhoria das condições de moradia, integração urbana e qualificação sócio-ambiental articulada ao desenvolvimento urbano. Prevê ações para: provisão de moradias, reassentamento das famílias de áreas de risco ou de intervenção publica; implantação de infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos e regularização fundiária.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
2251-Operação Águas Espraiadas (3)	Não consta na LOA 2011	-	-	familias atendidas	Não consta na LOA 2011	-	-
2004-Reassentamento Habitacional (1) e (2)	281.529.817	63.145.000	22,43%	unidades habitacionais entregues	9.010	14.100	156,49%
2005-Urbanização de Favelas (1) e (2)	201.492.705	90.608.947	44,97%	famílias atendidas	14.010	1.709	12,20%
2249-Urbanização Pantanal (1)	Dotação não atualizada de empresa estatal	59.979.000	-	famílias atendidas	4.076	0	0,00%
2250-Urbanização Paraisópolis (1) e (2)	35.617.757	9.869.000	27,71%	famílias atendidas	658	560	85,11%
TOTAL	**518.640.279**	**223.601.947**	**-**				

(1) Parte da ação desenvolvida pela administração direta e parte por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos em Programa da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional.
(2) Para empresa estatal, considerada dotação inicial LOA 2011.
(3) Não consta na LOA 2011.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

PROGRAMA 2510- URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E ASSENTAMENTOS PRECARIOS



Comentário: As 4 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 1 ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais ações, 1 ação, apesar de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária; 1 ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 1 ação não teve a execução orçamentária aferida.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional:

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
2005-Urbanização de Favelas	A ação teve meta física superdimensionada na publicação da loa 2011 , pela soma indevida dos atendimentos habitacionais com recursos onerosos da CDHU e recursos não onerosos SH, que em verdade se somam para os mesmos atendimentos habitacionais. A meta foi parcialmente cumprida, com a entrega de fases de urbanização de importantes intervenções nas regiões metropolitanas do Estado (São Paulo, Campinas e Baixada Santista): São Bernardo do Campo (DER), Hortolândia, Jardim Santo André, Bertioga (Jd. Vicente de Carvalho II). Cabe destacar que esta ação agrega projetos prioritários do setor, bem como apresenta as formas de intervenção mais complexas com diversas articulações entre setoriais do estado e municípios, que demandam longos prazos de execução, requerem a disposição de recursos humanos e financeiros, e resultam em intervenções com alto grau de imprevisibilidade no cumprimento dos cronogramas iniciais. Esses projetos englobam ações de remoção, reassentamento, implantação de infraestrutura, obras de macrodrenagem como canalização de córregos, e desenvolvimento de trabalhos sociocomunitários, demandando soluções provisórias de moradia (auxílio moradia) que resultam em complexas estratégias de gestão e obras.
2249-Urbanização Pantanal	Ação teve o seu atendimento concluído antecipadamente em 2010. Isso ocorreu devido à conclusão do projeto.
2250-Urbanização Paraisópolis	Ação com a meta anual da LOA praticamente cumprida, com a entrega de três empreendimentos destinados ao reassentamento de famílias removidas da favela de paraisópolis, seja por motivo de risco ou para abertura de frentes de trabalho para as obras de urbanização a cargo da prefeitura do município de São Paulo. Deve ser destacado que essa intervenção é complexa e com interface direta com as obras de urbanização realizadas pela prefeitura municipal. Encontram-se em canteiro 680 unidades habitacionais distribuídas em 4 empreendimentos que apresentam diversos estágios de desenvolvimento.

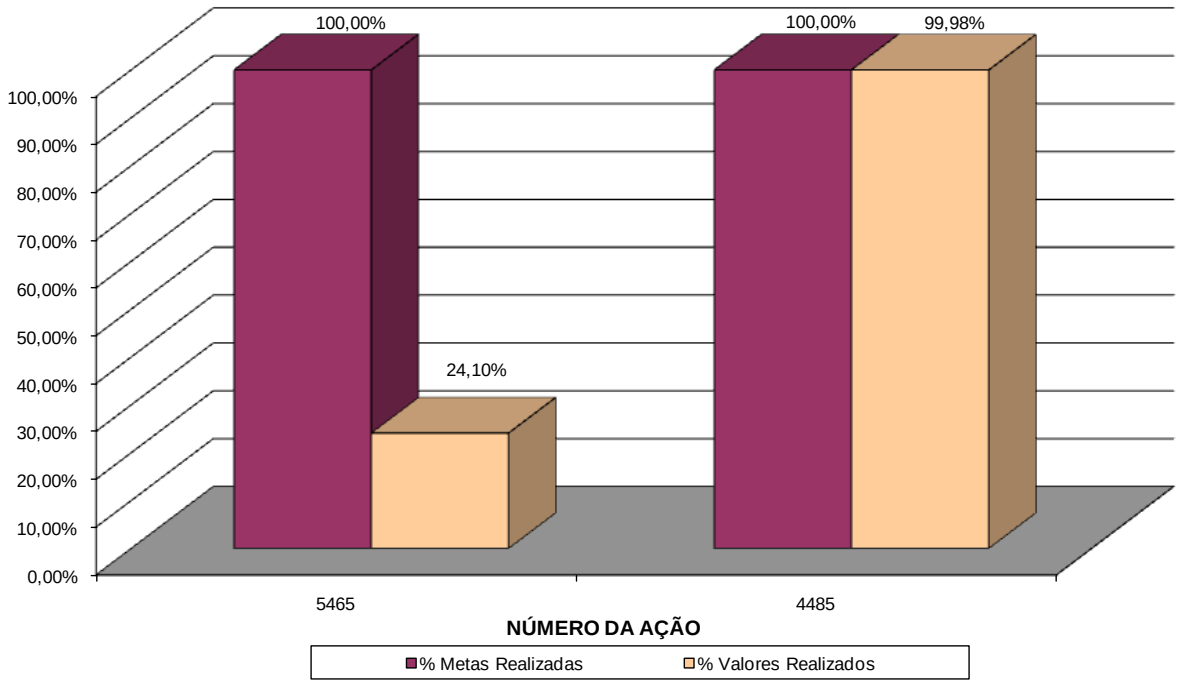
PROGRAMA: 2901 – PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETIVO: Obter mecanismos eficazes que garantam a qualidade da elaboração e execução dos orçamentos anuais e das correspondentes diretrizes orçamentárias.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5465 - Elaboraçao e Acompanhamento dos orçamentos do Estado	13.614	3.281	24,10%	LDO e orçamentos elaborados e acompanhados	2	2	100,00%
4485 - Estudos e Pesquisas para o Acompanhamento Orçamentário	5.805.590	5.804.409	99,98%	relatórios emitidos	12	12	100,00%
TOTAL	**5.819.204**	**5.807.690**	99,80%				

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 2901 - PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Comentário: As 2 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, tendo atingido plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

PROGRAMA: 2906 – SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

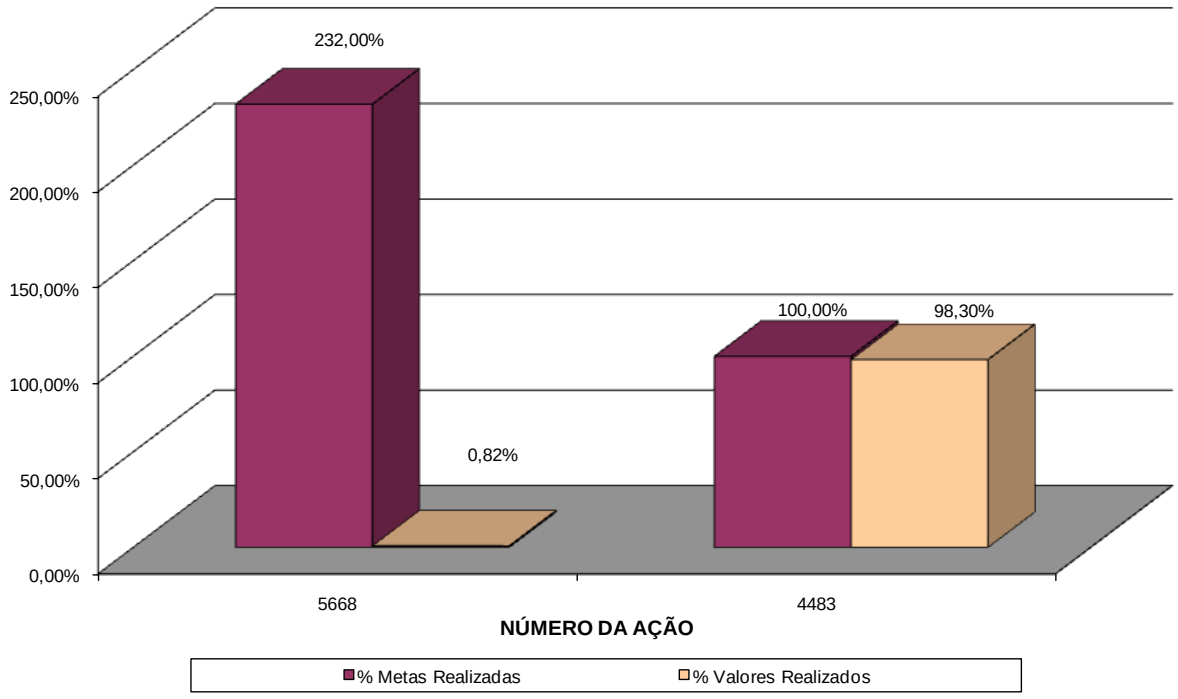
OBJETIVO: Desenvolver e consolidar um sistema estadual de planejamento integrado, que possibilite, com base no Plano Plurianual, o cumprimento dos planos, das diretrizes e metas do Governo, seu monitoramento e avaliação.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
Ação s/nº (a)- Avaliação de Políticas Públicas (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	% de modelo implantado	Não consta na LOA 2011	-	-
Ação s/nº(b) - Capacitação do Profissional de Planejamento e Orçamento Publico (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	agentes capacitados	Não consta na LOA 2011	-	-
Ação s/nº(c) - Elaboração, Revisão e Atualização do PPA - Plano Plurianual (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	documentos períodicos	Não consta na LOA 2011	-	-
5668 - Gerenciamento Intensivo de Programas ou Ações Prioritários (3)	474.600	3.900	0,82%	ações prioritárias gerenciadas	50	116	232,00%
4483 - Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações do PPA - Plurianual (3)	4.317.159	4.243.724	98,30%	programas monitorados	193	193	100,00%
1811 - Reestruturação do Processo de Planejamento (2)	9	0	0,00%	% do processo de planejamento reestruturado	LOA sem quantitativo de metas	-	-
TOTAL	**4.791.768**	**4.247.624**	88,64%				

(1) Não consta na LOA 2011.
(2) LOA 2011 sem quantitativos de metas.
(3) Considerado para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 2906 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO



Comentário: das 3 ações constantes na LOA 2011, 2 ações apresentaram metas passíveis de aferição e atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

PROGRAMA: 3513 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (ÓRGÃO 35000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL)

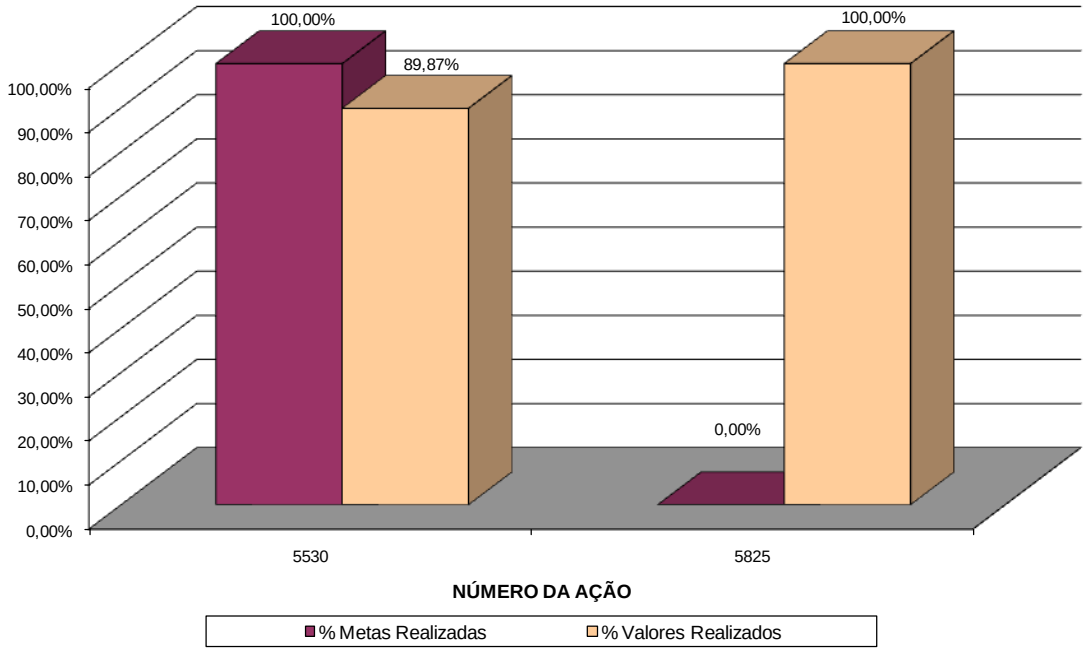
OBJETIVO: Conceder apoio técnico e financeiro a municípios, entidades e organizações de assistência social para a execução de ações de proteção social básica aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social, garantindo-lhes condições mínimas de acesso a bens e serviços indispensáveis à sobrevivência.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5530 - Atenção Básica (2)	51.079.554	45.906.985	89,87%	municipios e entidades conveniadas	645	645	100,00%
5825 - Atividades de Prevenção a Situações de Risco Pessoal e Social (2)	13.822.634	13.822.634	100,00%	municipios e entidades conveniadas	11 entidades conveniadas	0	0,00%
1825 - Implantação de Equipamentos Sociais (1)	62.309.243	60.768.714	97,53%	equipamentos implantados	LOA sem quantitativo de metas	1184	-
TOTAL	**127.211.431**	**120.498.333**	94,72%				

(1) LOA 2011 sem quantitativos de metas
(2) A partir de 2010 houve mudanças nos parâmetros de medição

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3513 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Comentário: das 3 ações constantes da LOA 2011, 2 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 1 ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos e 1 ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional:

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5825 - Atividades de Prevenção a Situações de Risco Pessoal e Social	Ação foi excluída pois as atividades foram municipalizadas, passando a incorporar o valor total do município de São Paulo. As realizações dessa ação passaram a incorporar a totalidade do monitoramento da ação 5530 deste programa.

PROGRAMA: 3513 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (ÓRGÃO 28000 – CASA CIVIL)

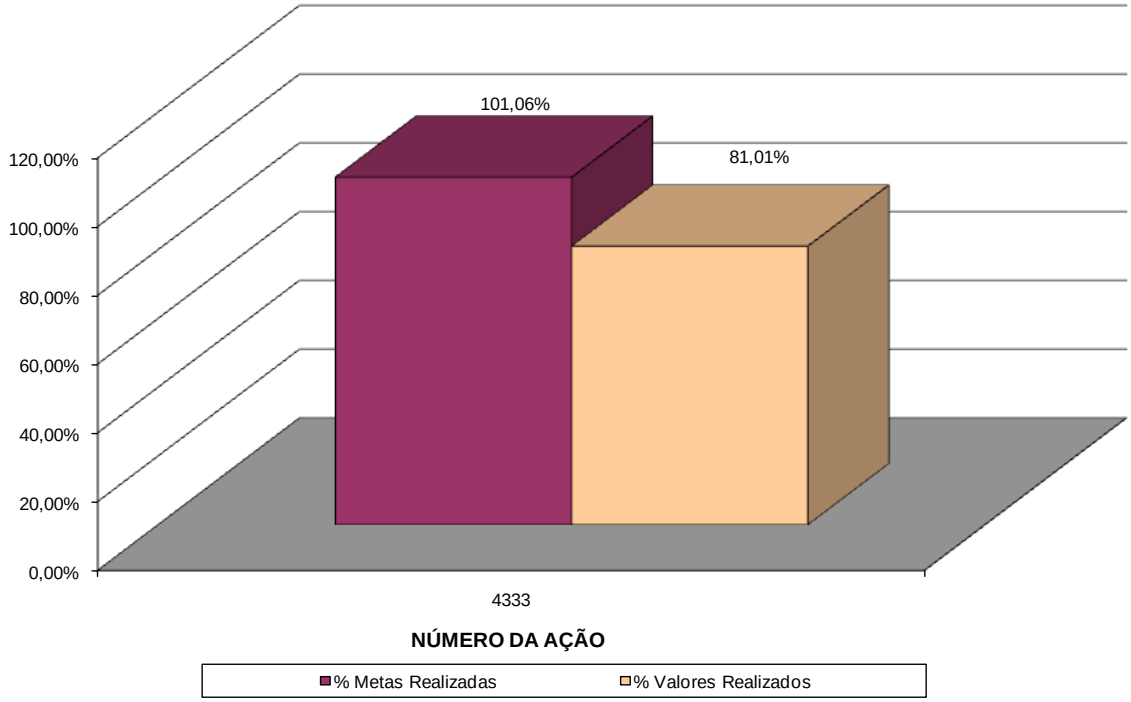
OBJETIVO: Conceder apoio técnico e financeiro a municípios, entidades e organizações de assistência social para a execução de ações de proteção social básica aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social, garantindo-lhes condições mínimas de acesso a bens e serviços indispensáveis à sobrevivência.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
4333 - Casa da Solidariedade - Atividades de Apoio à Criança e ao Adolescente (1)	1.656.368	1.341.892	81,01%	crianças e adolescentes assistidos	660	667	101,06%
TOTAL	**1.656.368**	**1.341.892**	81,01%				

(1) Considerado para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3513 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CASA CIVIL



Comentário: A ação constante da LOA 2011 apresentou metas passíveis de aferição, sendo que atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

PROGRAMA:3703 – GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRANSPORTE METROPOLITANO – PITU VIVO

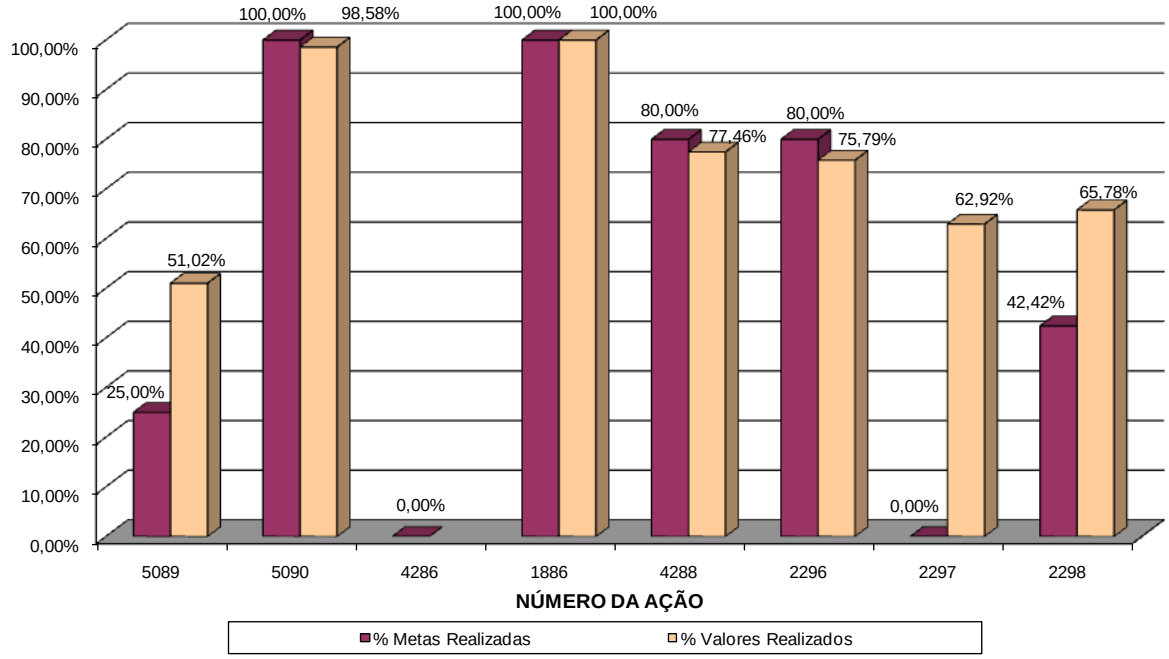
OBJETIVO: Garantir o transporte público metropolitano à população, por meio de formulação de políticas para o desenvolvimento, execução, gerenciamento e fiscalização de planos e programas para implantação de rede eficiente e sustentável econômica, ambiental e socialmente.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
1101 - Articulação e Expansão do sistema Integrado de Transporte Metropolitano (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	contratos vigentes	Não consta na LOA 2011	-	-
5089 - Comunicação e Articulação Institucional sobre Transportes	3.028.923	1.545.250	51,02%	contratos vigentes	12	3	25,00%
5090 - Coordenação e Administração Geral da Secretaria dos Transportes Metropolitanos (2)	106.349.950	104.839.359	98,58%	unidade atendida	1	1	100,00%
4286 - Monitoração de Qualidade e Custos dos Serviços de Transporte Metropolitano	0	0	-	contratos vigentes	3	0	0,00%
1886 - Parceria com a Iniciativa Privada no Sistema de Transporte Público Metropolitano	14.825.598	14.825.595	100,00%	contratos vigentes	3	3	100,00%
4288 - Planejamento e Gestão do Sistema de Transporte Metropolitano	544.779	422.003	77,46%	contratos vigentes	5	4	80,00%
2296 - Modernizacao mat.rodante sist.ferroviario-BID (3)	297.119.073	225.195.511	75,79%	Trens adquiridos	10	8	80,00%
2297 - Modernizacao mat.rod. sist.ferrov.metrop.-BIRD (3)	341.955.427	215.162.956	62,92%	Trens adquiridos	14	0	0,00%
2298 - Modernizacao sist.metrov. ferrov.-BIRD/JBIC (3)	487.162.671	320.458.208	65,78%	Trens adquiridos	33	14	42,42%
TOTAL	**1.250.986.421**	**882.448.882**	70,54%				

(1) Não constou na LOA 2011. (2) Considerado, para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.
(3) Não constam no PPA.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3703 – GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRANSPORTE METROPOLITANO– PITU VIVO



Comentário: As 8 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 2 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 3 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária; 2 ações, apesar de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas superior ao percentual de realização orçamentária e 1 ação não teve a execução orçamentária aferida.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5089 - Comunicação e Articulação Institucional sobre Transportes Metropolitanos	Na proposta orçamentária 2011, esta coordenadoria de relações institucionais previu a execução de 12 contratos. As razões que motivaram a não execução de remanescentes decorrem principalmente por questões estratégicas. Assim, os contratos pendentes no exercício 2011 serão realizados em 2012.
4286 - Monitoração de Qualidade e Custos dos Serviços de Transporte Metropolitano	Os contratos previstos para atendimento às metas não foram realizados por motivo de alteração conceitual, cujos desdobramentos deverão ocorrer em 2012
4288 - Planejamento e Gestão do Sistema de Transporte Metropolitano	A contratação prevista para 2011, do projeto funcional e de inserção urbana do complexo ferroviário de Capivari, pertencente a estrada de ferro Campos de Jordão, deverá ocorrer em 2012.
2296 - Modernizacao mat.rodante sist.ferroviario-BID	A meta orçada contemplou a possibilidade de aditivo ao contrato de fornecimento de trens, entretanto esta situação não se concretizou. Durante a revisão das metas foi considerado apenas o contratado que foi integralmente cumprido.
2297 - Modernizacao mat.rod. sist.ferrov.metrop.-BIRD	Ocorreram atrasos no processo licitatório e consequentemente na assinatura do contrato, desta forma houve uma reprogramação do cronograma de entregas que impossibilitou a realização da meta. A previsão atual é que a meta seja atingida ao longo de 2012.
2298 - Modernizacao sist.metrov. ferrov.-BIRD/JBIC	A meta orçada contemplou a possibilidade de aditivos aos contratos de fornecimento de trens, entretanto esta situação não se concretizou. Durante a revisão das metas foi considerado apenas o contratado que foi integralmente cumprido.

PROGRAMA: 3706 – EXPANSÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE – PITU EM MARCHA

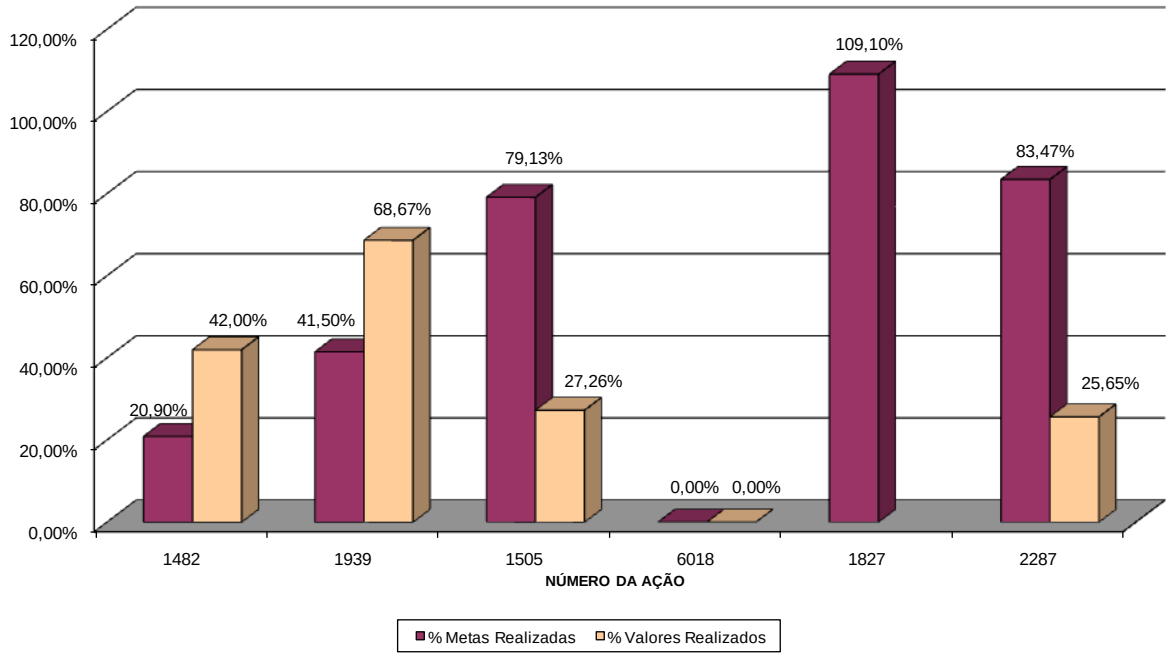
OBJETIVO: Ampliar o sistema de transporte público metropolitano e a sua participação na divisão modal das viagens motorizadas das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, por meio da troncalização, integralização e aumento da utilização da capacidade instalada, oferecendo serviços de qualidade social e ambiental, maior acessibilidade e oportunidade de inclusão social à população, especialmente a de baixa renda.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂ-METROS	LOA	REALI-ZAÇÃO	%
1482-Acessibilidade aos Portadores de Mobilidade Reduzida (3) e (5)	3.000.000	1.260.000	42,00%	projetos implantados	10	2,09	20,90%
1939-Corredor Metropolitano Guarulhos-Tucuruvi da Reg. Metrop. de São Paulo - Implantação (3) e (5)	50.000.000	34.333.000	68,67%	% do corredor implantado	20,00%	8,30%	41,50%
1938- Corredor Metropolitano Noroeste da Região Metropolitana de Campinas - Implantação (1), (3), (4) e (5)	1.000	-	-	% do corredor implantado	LOA sem quantitativo de metas	-	-
1505 - Corredor São Mateus - Jabaquara da RMSP - Eletrificação e Melhoramento (3) e (5)	17.000.000	4.635.000	27,26%	% do corredor eletrificado e melhorado	15,00%	11,87%	79,13%
1469 - Implantação do Sistema Integrado Metropolitano - SIM da Baixada Santista (1), (3), (4) e (5)	1.000	-	-	sistema implantado	LOA sem quantitativo de metas	-	-
1876-Pró-Polos Programa de Revitalização dos Pólos de Articulação Metropolitana (2)	Não consta na LOA 2011	-	-	pólos implantados	Não consta na LOA 2011	-	-
6018 - Ressarcimento de Gratuidades Concedidas aos Usuários de Linhas da EMTU	9	0	0,00%	estudantes transportados com subsídio	1	0	0,00%
Ação S/Nº (b) Ressarcimento dos Subsídios Concedidos aos Usuários Estudantes das Linhas da EMTU(2)	Não consta na LOA 2011	-	-	estudantes transportados com subsídio	Não consta na LOA 2011	-	-
1493 - Sistema Viário de Interesse Metropolitano-SIVIM - Implantação (2)	Não consta na LOA 2011	2.367.000	-	projetos implantados	Não consta na LOA 2011	0,33	-
1486 - Sistemas de Baixa e Média Capacidade - Expansão nas Regiões Metropolitanas (1),(3), (4) e (5)	1.000	-	-	% dos sistemas implantados	LOA sem quantitativo de metas	-	-
1967 - Tecnologias Veiculares - Desenvolvimento (2)	Não consta na LOA 2011	-	-	% dos sistemas implantados	Não consta na LOA 2011	-	-
1827 - Transporte Público Metropoliano Vinculado à EMTU - Gerenciamento (3)	Dotação não atualizada de empresa estatal	125.427.563	-	passageiros transportados	547.000.000	596.779.112	109,10%
1940 - Implantação do corredor metropolitano Diadema Brooklin (1), (3), (4) e (5)	1.000	-	-	corredor implantado	LOA sem quantitativo de metas	-	-
2287 - Implantação do corredor metropolitano Itapevi São Paulo (3), (5) e (6)	30.000.000	7.694.000	25,65%	corredor implantado	15,00%	12,52%	83,47%
TOTAL	**100.004.009**	**175.716.563**	**-**				

(1) LOA 2011 sem quantitativos de metas.
(2) Não consta na LOA 2011.
(3) Ações desenvolvidas por empresa estatal.
(4) Metas e valores não informados em Programa da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional.
(5) Considerada dotação inicial LOA 2011.
(6) Não consta no PPA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

PROGRAMA 3706 - EXPANSÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE – PITU EM MARCHA



Comentário: das 10 ações constantes da LOA 2011, 6 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 1 ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 2 ações, além de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 3 ações, apesar de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos apresentaram percentual de realização de metas igual ou superior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1482-Acessibilidade aos Portadores de Mobilidade Reduzida	A meta da ação foi reprogramada e executada de acordo com os recursos disponíveis.
1939-Corredor Metropolitano Guarulhos-Tucuruvi da Reg. Metrop. de São Paulo - Implantação	Houve demora no processo de desapropriação, ocasionando atraso no início das obras.
1505 - Corredor São Mateus - Jabaquara da RMSP - Eletrificação e Melhoramento	Houve atraso na contratação da empresa especializada para a implantação das redes de contato, e consequente atraso na alteração da capacidade elétrica instalada.
6018 - Ressarcimento de Gratuidades Concedidas aos Usuários de Linhas da EMTU	Não houve execução desta ação.
2287 - Implantação do corredor metropolitano Itapevi São Paulo	Houve demora no processo de desapropriação, ocasionando atraso no início das obras.

PROGRAMA:3707 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO – PITU EM MARCHA

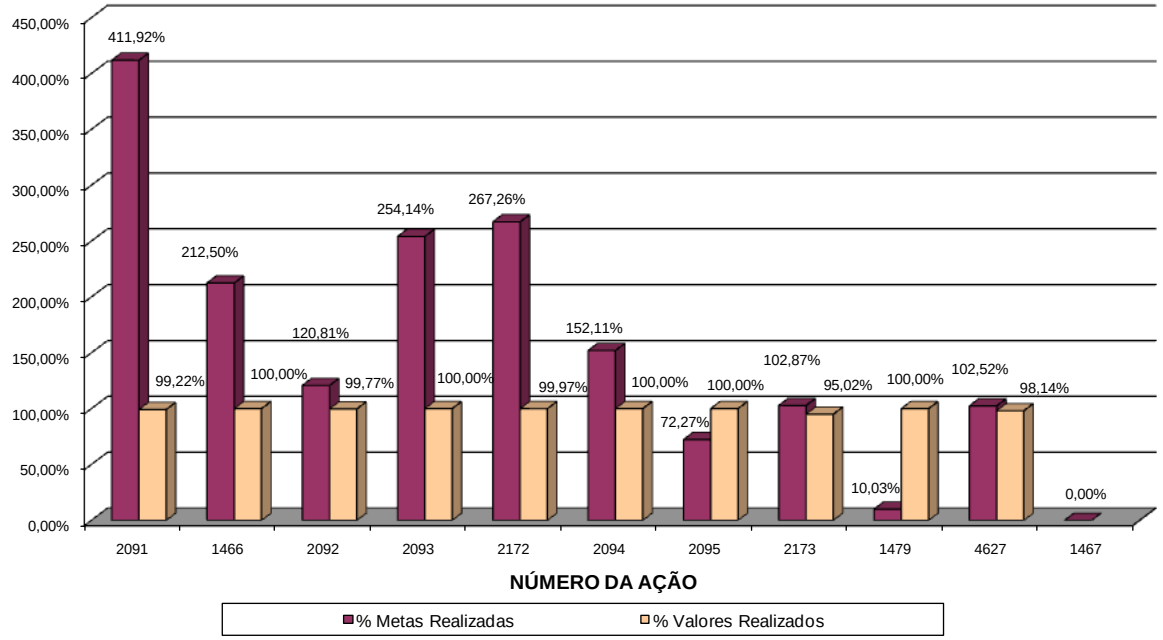
OBJETIVO: Ampliar a utilidade da malha ferroviária de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de São Paulo, expandindo e modernizando seus serviços, adequando-se à demanda e aprimorando sua inserção urbana.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALI-ZAÇÃO	%
2091 - Estudos e Projetos para Expansão e Novos Serviços sobre Trilhos	100.000	99.219	99,22%	% de estudos e projetos realizados	3,69%	15,20%	411,92%
1466 - Integração Centro - Implantação	15.222.010	15.222.010	100,00%	integração centro implantada	0,32%	0,68%	212,50%
2092 - Linha 7 - Luz - Jundiaí - Modernização e Expansão da Oferta (2)	130.399.896	130.099.520	99,77%	% de linha 7 modernizada	1,97%	2,38%	120,81%
2093 - Linha 8 - Júlio Prestes - Amador Bueno - Modernização (2)	223.881.780	223.881.779	100,00%	% de linha 8 modernizada	2,90%	7,37%	254,14%
2172 - Linha 9 - Osasco - Jurubatuba - Modernização e Expansão (2)	188.285.240	188.223.907	99,97%	% de linha 9 modernizada e expandida	2,26%	6,04%	267,26%
2094 - Linha 10 - Luz - Rio Grande da Serra - Modernização e Implantação do Expresso ABC (2)	271.481.482	271.481.219	100,00%	% de linha 10 modernizada e Expresso ABC implantado	11,13%	16,93%	152,11%
2095 - Linha 11 - Luz - Estudantes - Modernização e Expansão do Expresso Leste (2)	183.793.783	183.793.783	100,00%	% de linha 11 modernizada e Expresso Leste expandido	19,87%	14,36%	72,27%
2173 - Linha 12- Brás - Calmon Viana - Modernização e Expansão da Oferta (2)	110.913.565	105.390.216	95,02%	% de linha 12 modernizada	4,88%	5,02%	102,87%
1479 - Linhas da CPTM - Adaptação para Acessibilidade	21.368.354	21.368.353	100,00%	% de estações de trens em conformidade com as exigências de acessibilidade	27,93%	2,80%	10,03%
4627 - Linhas Ferroviárias - Operação da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM	1.277.859.521	1.254.147.534	98,14%	passageiros transportados	683.000.000	700.243.209	102,52%
5929 - Ressarcimento de Gratuidades Concedidas a Usuários das Linhas Ferroviárias (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	passageiros transportados gratuitamente	Não consta na LOA 2011	-	-
5928 - Ressarcimento do Subsídio Concedido a Usuários Estudantes de Linhas Ferroviárias (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	estudantes transportados com subsídio	Não consta na LOA 2011	-	-
1467- Trem de Guarulhos e Expresso Aeroporto - Implantação	0	0	-	% do Trem de Guarulhos e Expresso Aeroporto implantados	0,13%	0,00%	0,00%
TOTAL	**2.423.305.631**	**2.393.707.539**	98,78%				

(1) Não constou na LOA 2011.
(2) Em 2010: retificada no orçamento a nova denominação da Linha.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3707 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO TRANSPORTE FERROVIÁRIO – PITU EM MARCHA



Comentário: As 11 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 8 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 3 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
2095 - Linha 11 - Luz - Estudantes - Modernização e Expansão do Expresso Leste	Houve atrasos durante processos licitatórios, caso das obras de reconstrução da estação Ferraz de Vasconcelos e dos projetos executivos e obras das passarelas. Adicionalmente, houve revisão dos cronogramas das obras das estações Ferraz de Vasconcelos e Suzano e da instalação do sistema de sinalização CBTC, motivada principalmente pela dificuldade de execução paralela à operação dos serviços, acarretando reprogramação dos acessos à via.
1479 - Linhas da CPTM - Adaptação para Acessibilidade	Houve remanejamento de recursos para as ações das 6 linhas. Contudo, as obras programadas para as estações nesta ação foram realizadas e concluídas.
1467- Trem de Guarulhos e Expresso Aeroporto - Implantação	O projeto expresso aeroporto encontra-se suspenso devido à incerteza gerada no mercado pelos prazos de conclusão das obras do TPS 3 do Aeroporto Internacional de Guarulhos, que implica em risco de demanda para o empreendedor. Modelado o expresso aeroporto para ser uma concessão pura, somou-se a essa incerteza, a percepção do mercado da existência de um projeto concorrente, o Trem de Alta Velocidade do Governo Federal - "TAV".

PROGRAMA: 3708 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO – PITU EM MARCHA

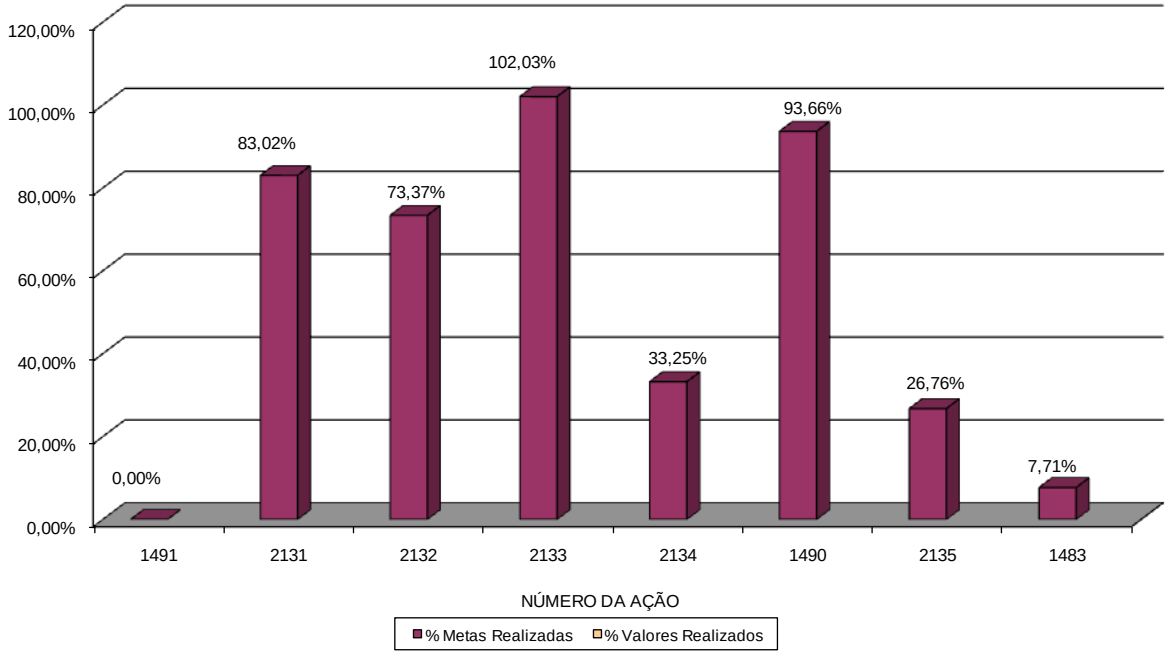
OBJETIVO: Ampliar o sistema de transporte coletivo metropolitano e a sua participação no transporte coletivo da região metropolitana de São Paulo, oferecendo serviços de qualidade, maior acessibilidade e oportunidade de inclusão social à população, incluindo a recapacitação e modernização do sistema, por meio de adequada operação e manutenção dos sistemas, com níveis de segurança e regularidade.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	%	PARÂMETROS	LOA	REALIZ.	%
1491 - Elaboração de Projetos para Expansão da Rede Metroviária (3) e (4)	750.000	-	-	% dos projetos e pesquisas elaborados	10	0,00%	0,00%
Ação S/N (a) - Extensão Leste - Recapacitação e Modernização (2)	Não consta na LOA 2011	-	-	% de melhoria e complementação implantados	Não consta na LOA 2011	-	-
2131 - Linha 1 - Azul - Recapacitação e Modernização (3) e (4)	310.429.000	-	-	% da Linha 1 modernizada	26,50%	22,00%	83,02%
2132 - Linha 2 - Verde - Recapaci- tação e Modernização (3),(4) e (6)	78.655.000	-	-	% da Linha 2 modernizada	26,92%	19,75%	73,37%
1946 - Linha 2 - Verde - Implantação do Trecho Alto do Ipiranga - Vila Prudente / Tatuapé (2)	Não consta na LOA 2011	-	-	% do trecho Alto Ipiranga / Vila Prudente implantado	Não consta na LOA 2011	-	-
2133-Linha 3-Vermelha-Recapa- citação e Modernização (3),(4) e (6)	253.706.000	-	-	% da Linha 3 modernizada	20,66%	21,08%	102,03%
2134 - Linha 4 - Amarela - Taboão da Serra - Luz - Fase II (3) e (4)	300.500.000	-	-	% do trecho implantado	12,00%	3,99%	33,25%
Ação S/N (b) - Linha 4 - Amarela - Ressarcimento de valores pelo transporte de passageiros (2)	Não consta na LOA 2011	-	-	% de insuficiência de recursos na camara de compensação	Não consta na LOA 2011	-	-
1490 - Linha 4 - Amarela-Taboão da Serra-Luz-Fase I (3) e (4)	50.000.000	-	-	% do trecho implantado	3,63%	3,40%	93,66%
2135 - Linha 5 - Lilás - Recapacitação e Modernização (3) e (4)	7.211.000	-	-	% da Linha 5 modernizada	23,58%	6,31%	26,76%
1483 - Linha 5 - Lilás - Implantação Operacional do Largo 13 - Chácara Klabin (3) e (4)	1.293.843.000	-	-	% do trecho implantado	23,10%	1,78%	7,71%
1503-Linhas Metroviárias-Adapta- ção para Acessibilidade	14.000.000	-	-	% de adaptações implantadas	16,30%	9,09%	55,77%
4624 - Linhas Metroviárias - Ressarcimento de Gratuidades a Usuários (6)	188.164.800	188.164.800	100%	passageiros transportados gratuitamente	78.895.000	60.634.220	76,85%
5565 - Linhas Metroviárias - Ressarcimento do Subsídio aos Usuários Estudantes(6)	78.361.200	78.361.200	100%	estudantes transportados com subsídio	65.712.000	60.116.352	91,48%
2171 - Operação das Linhas Metroviárias (3) e (4)	11.149.000	-	-	passageiros transportados	1.082.590.000	1.087.234.111	100,43%
2281 - Linha 6 - Laranja - Freguesia do Ó-São Joaquim (3), (4) e (5)	218.298.000	-	-	% trecho Implantado	3,13%	3,00%	95,85%
2282 - Linha 17 - Ouro - São Judas / Congonhas / Jabaquara / Morumbi (3),(4) e(5)	1.062.000.000	-	-	% trecho implantado	45,34%	2,37%	5,23%
2288 - Linha 15-Branca-Vila Pruden- te-Penha (Ticoatira) (1),(3),(4) e (5)	1.000	-	-	% trecho implantado	LOA sem quantitativo de metas	0,60%	-
2289 - Linha 2 - Verde - Extensão Vila Prudente-Cidade Tiradentes (3), (4) e (5)	800.576.000	-	-	% trecho implantado	55,20%	5,96%	10,80%
2308 - Elaboração de Projeto de Engenharia para Implantação de Metrô Leve entre São Bernardo do Campo e São Paulo (3),(4),(5) e (6)	25.585.000	-	-	% projeto básico implantado	35,00%	0,00%	0,00%
2309 - Linha 16 Prata - Cachoeirinha - Lapa (1), (3), (4), (5) e (6)	1.000	-	-	% projeto básico implantado	LOA sem quantitativo de metas	-	-
TOTAL	**4.693.230.000**	**266.526.000**	**-**				

(1) LOA 2011 sem quantitativos de metas. (2) Não constou na LOA 2011.
(3) Ação desenvolvida por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM.
(4) Considerada dotação inicial LOA 2011. (5) Não consta no PPA (6) Dados não fornecidos pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional
Comentário: Nenhuma ação deste programa apresentou metas passíveis de aferição

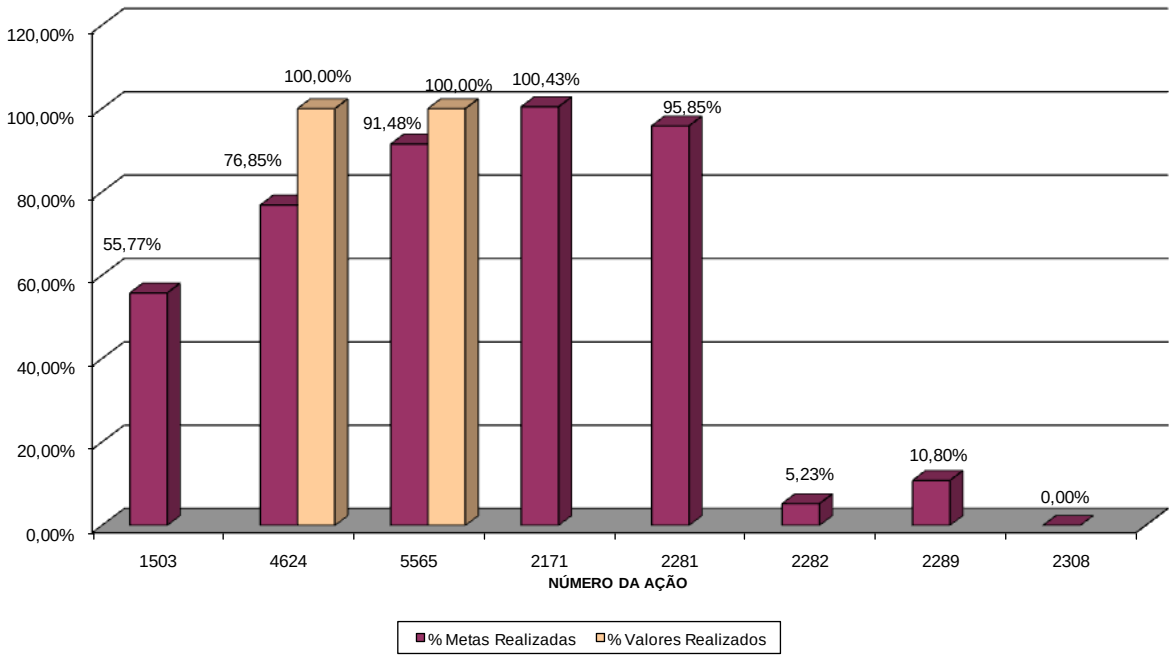
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011 (1ª parte)

PROGRAMA 3708 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO – PITU EM MARCHA - 1



LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011 (2ª parte)

PROGRAMA 3708 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO – PITU EM MARCHA



Comentário: das 18 ações constantes da LOA 2011, 16 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 2 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 2 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 12 ações não tiveram a execução orçamentária aferida.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1491 - Elaboração de Projetos para Expansão da Rede Metroviária	Iniciado em 2011 o processo de contratação para elaboração e tabulação da pesquisa origem e destino (o.d.). Essa pesquisa foi postergada para 2012.
2131 – Linha 1 – Azul – Recapacitação e modernização	Desempenho abaixo do previsto do contrato de modernização dos trens e sistemas de via, pela constatação da necessidade de intervenções não previstas em contrato.
2132 – Linha 2 – Verde - Recapacitação e modernização	Desempenho abaixo do previsto do contrato de modernização dos trens e sistemas de via, pela constatação da necessidade de intervenções não previstas em contrato.
2134 - Linha 4 – Amarela - Recapacitação e modernização	Os recursos utilizados nesse empreendimento, em 2011, foram menores que o previsto em função de contratações não realizadas no período, postergando o desembolso para 2012.
1490 - Linha 4 - Amarela-Taboão da Serra-Luz-Fase I	Houve atraso na conclusão da implantação de sistemas devido à necessidade do cumprimento de protocolos de testes.
2135 - Linha 5 – Lilás - Recapacitação e modernização	Atraso na conclusão da implantação de sistemas destacando-se o contrato de fornecimento de catenárias (linha de energização), cuja execução foi adiada para 2012 por problemas técnicos.
1483 - Linha 5 - Lilás - Implantação Operacional do Largo 13 - Chácara Klabin	Houve atrasos no remanejamento de serviços públicos e projetos executivos com impacto na implantação da obra civil.
1503 – Linhas metroviárias – Adaptação para acessibilidade	Houve atraso nas obras de reforma em sanitários, salas operacionais e nos edifícios administrativos. Aditivos aos contratos postergaram parte dos serviços para 2012.
4624 - Linhas Metroviárias - Ressarcimento de Gratuidades a Usuários	A demanda de passageiros ficou abaixo do previsto.
5565 - Linhas Metroviárias - Ressarcimento do Subsídio aos Usuários Estudantes	A demanda de passageiros ficou abaixo do previsto.
2281 - Linha 6 - Laranja - Freguesia do Ó-São Joaquim	Devido a estudos para readequação da implantação do empreendimento, a evolução dos projetos básicos e serviços preliminares tiveram desempenho abaixo do previsto.
2282 – Linha 17 – Ouro – São Judas – Congonhas – Jabaquara Morumbi	Devido à interposição de recursos judiciais os processos de contratação sofreram atrasos.Também a obtenção de licença de instalação impactou em atraso no início das obras.
2289 – Linha 2 – Verde – Extensão Vila Prudente - Cidade Tiradentes	Houve atraso na contratação de projetos e obras do trecho V.Prudente-S. Mateus impactando atraso no início das obras. Também ocorreu atraso na obtenção de licença de instalação no contrato do sistema monotrilho.
2308 - Elaboração de Projeto de Engenharia para Implantação de Metrô Leve entre São Bernardo do Campo e São Paulo	Estudos para alteração da estratégia de implantação e redefinição das contratações, com postergação das mesmas, repercutiram no atraso do andamento desta ação.

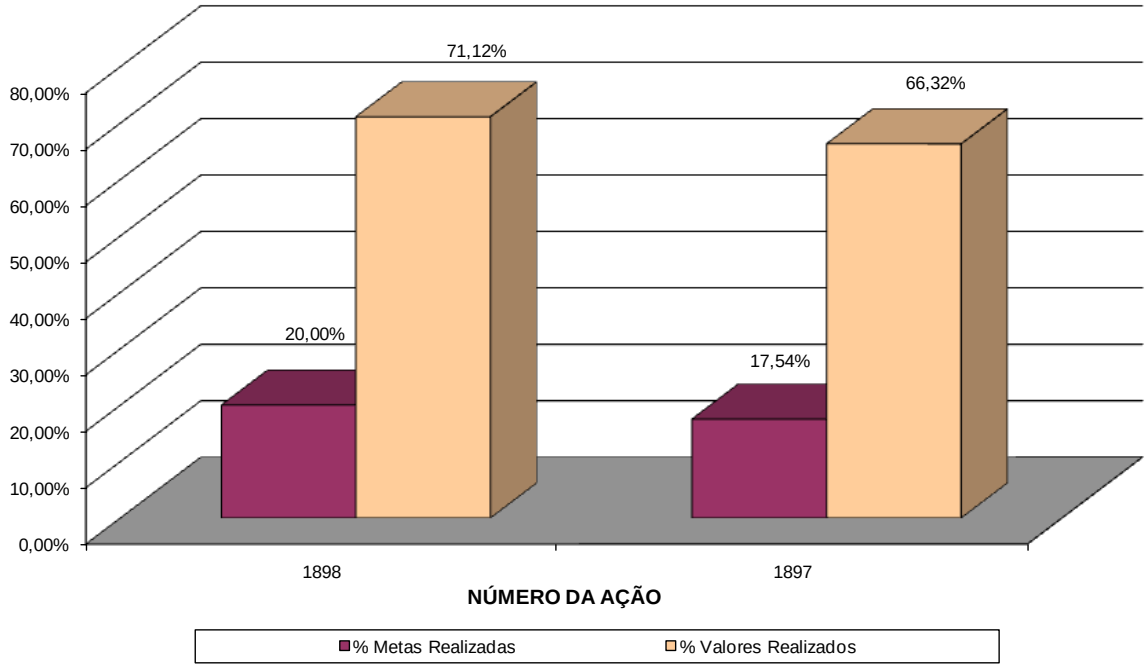
PROGRAMA: 3801 – EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

OBJETIVO: Ampliar a oferta de vagas prisionais, adequar e reformar estabelecimentos prisionais existentes.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
1898 - Adequação do Sistema Prisional	46.648.620	33.176.321	71,12%	reformas efetuadas	10	2	20,00%
1897 - Ampliação do Sistema Prisional	446.424.071	296.051.152	66,32%	vagas criadas	8.448	1.482	17,54%
TOTAL	**493.072.691**	**329.227.473**	66,77%				

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3801 - EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL



Comentário: As 2 ações constantes da LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que não atingiram os quantitativos inicialmente previstos. Além de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos, apresentaram percentuais de realização de metas inferiores aos percentuais de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1897 - Ampliação do Sistema Prisional	Um dos grandes desafios que esta pasta vem enfrentando para a construção dos novos estabelecimentos penais, consiste na busca do convencimento dos representantes das comunidades para acolhimento de uma prisão em seus municípios. A definição técnica dos locais para a construção de prisões, além da conveniência da regionalização no processo de reintegração social, cabe à Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS em conjunto com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, onde os processos de licenciamento ambiental dos presídios estão definidos com base nas legislações pertinentes, especialmente no que concerne aos efluentes do esgotamento sanitário das unidades prisionais. Além disso, há situações que geram atrasos no início das obras de construção das unidades prisionais, como: omissão ou negativa da prefeitura municipal na emissão de documentos solicitados e necessários a instruções de feitos em tramitação na pasta, na Secretaria do Meio Ambiente ou nas varas judiciais e que atendem em especial o regramento das legislações ambientais; impugnações nos procedimentos licitatórios que suspendem a licitação em curso; impetração de mandado de segurança em face dos prefeitos ou órgãos públicos municipais devido às negativas ou omissões relativas às solicitações efetuadas por esta pasta.
1898 – Adequação do Sistema Prisional	Durante o exercício as reformas ocorreram de acordo com a disponibilidade orçamentaria, porém foram firmados aproximadamente 25 contratos para reformas que terão andamento no exercício de 2012.

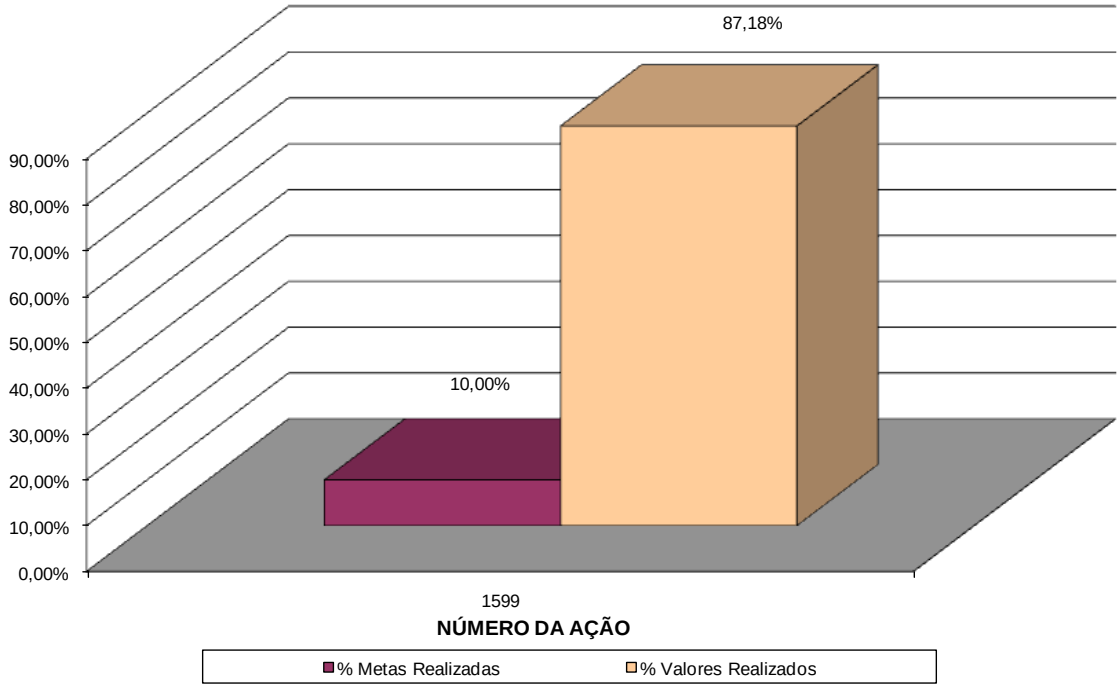
PROGRAMA: 3906 – SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL
(ÓRGÃO 39000 – SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS)

OBJETIVO: Planejar, implementar e coordenar ações integradas de melhoria, controle, proteção e recuperação da qualidade das águas dos mananciais de interesse regional.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
1599 - Recuperação e Conservação dos Mananciais do Alto Tietê	91.784.786	80.015.672	87,18%	intervenções realizadas	10	1	10,00%
TOTAL	**91.784.786**	**80.015.672**	87,18%				

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS



Comentário: A ação constante na LOA 2011 apresentou metas passíveis de aferição, não tendo atingido plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Além de não ter atingido referidos quantitativos apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1599 - Recuperação e conservação dos mananciais do Alto Tietê	Não foi possível iniciar os procedimentos licitatórios, uma vez que todas as intervenções previstas estendiam-se aos exercícios subsequentes e seria necessário aguardar aprovação do PPA 2012-2015.

PROGRAMA: 3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL (ÓRGÃO 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO)

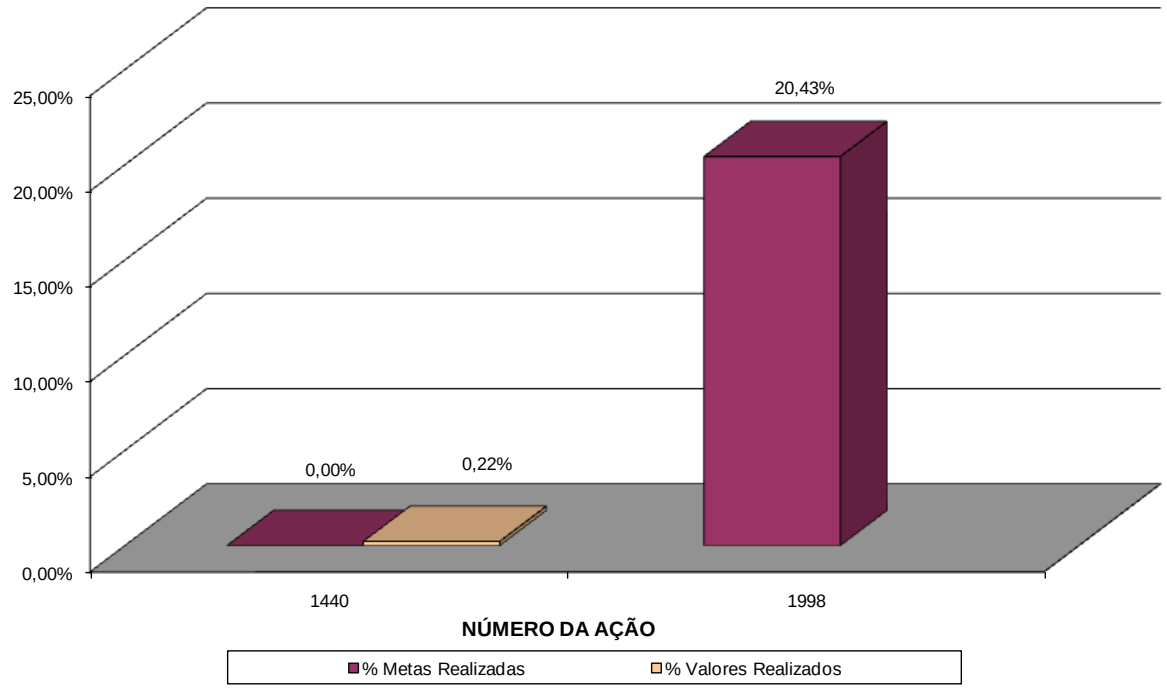
OBJETIVO: Planejar, implementar e coordenar ações integradas de melhoria, controle, proteção e recuperação da qualidade das águas dos mananciais de interesse regional.

	2011			METAS			
				PARÂMETROS	2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT		LOA	REALIZAÇÃO	%
1440 - Mananciais do Alto Tietê (1) e (2)	34.033.000	74.000	0,22%	famílias atendidas	150	0	0,00%
1998 - Recuperação Sócio-ambiental da Serra do Mar (1)	Dotação não atualizada de empresa estatal	403.666.179	-	famílias atendidas	9.510	1943	20,43%
TOTAL	**34.033.000**	**403.740.179**	1186,32%				

(1) Parte da ação desenvolvida pela administração direta e parte por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM.
(2) Para empresa estatal, considerada dotação inicial LOA 2011.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL
SECRETARIA DA HABITAÇÃO



Comentário: As 2 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que nenhuma ação atingiu os quantitativos inicialmente previstos; 1 ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 1 ação não teve a execução orçamentária aferida.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1440 – Mananciais do Alto Tietê	Ação sem realização da meta de entrega prevista na LOA 2011, mas em desenvolvimento com o andamento da obra de 96 unidades habitacionais (empreendimento Cidade Ademar C) e a viabilização 333 unidades habitacionais contratadas (empreendimento Capão Redondo D e Capão Redondo I). Prosseguem os trabalhos de elaboração e aprovação dos projetos dos empreendimentos Capão Redondo E, Grajaú B, Parelheiros D e Jardim Ângela A. Deve ser destacado que a previsão inicial considerava a entrega de dois empreendimentos: Cidade Ademar C (96UHS) e Capão Redondo I (60 UHS), totalizando 156 UHS no ano de 2011. No entanto, a previsão de entrega das unidades habitacionais foi alterada em função de imprevistos como: falência de empreiteira contratada para execução do empreendimento Capão Redondo I, exigindo a rescisão do contrato e novos procedimentos para continuidade do projeto; necessidade de reintegração de posse de parte do terreno invadido no empreendimento Capão Redondo C, além de ajustes nas obras de terraplenagem e fundações; adiamento das aprovações em função da necessidade de definição da lei municipal que estabelece área máxima para HIS. Além desses fatores de restrição que incidiram diretamente na realização das metas de 2011, registra-se o retardamento na definição das tipologias a serem adotadas nos projetos aguardando-se aprovação, na Prefeitura de São Paulo, de lei municipal que possibilitasse a aprovação de empreendimentos de HIS com até 65m², permitindo a aprovação dos projetos da CDHU com a incorporação do desenho universal.
1998 - Recuperação Sócio-ambiental da Serra do Mar	Esta ação teve meta física superdimensionada na publicação da LOA 2011 , pela soma indevida dos atendimentos habitacionais com recursos onerosos da CDHU e recursos não onerosos SH, que em verdade se somam para os mesmos atendimentos habitacionais. Trata-se de intervenção complexa, de grande porte, e que requer diversas estratégias de obras e ações de adesão para remoção e reassentamento das famílias, implicando em necessidade de adequações de prazos e metas para a eficácia do processo e garantia dos benefícios alcançados. Nesse contexto é expressivo o atendimento realizado em 2011, com 1723 famílias atendidas em novas unidades habitacionais e 210 em domicílios beneficiados com obras de urbanização de favelas, sendo que prosseguem em ritmo acelerado as obras para a continuidade do projeto. Além das obras habitacionais, registram-se importantes avanços na realização das intervenções, tais como: desenvolvimento de programas de organização sociocomunitária e de sustentabilidade (projeto com.com, arte nas cotas); adoção de novas tipologias habitacionais, implantação dos edifícios e acabamentos adequados à região; implementação de diretrizes de sustentabilidade para produção das moradias, sendo esta uma ação pioneira que mereceu reconhecimento internacional pelo programa das nações unidas para o meio ambiente.

PROGRAMA: 3907 – INFRA-ESTRUTURA HíDRICA DE SANEAMENTO E COMBATE ÀS ENCHENTES

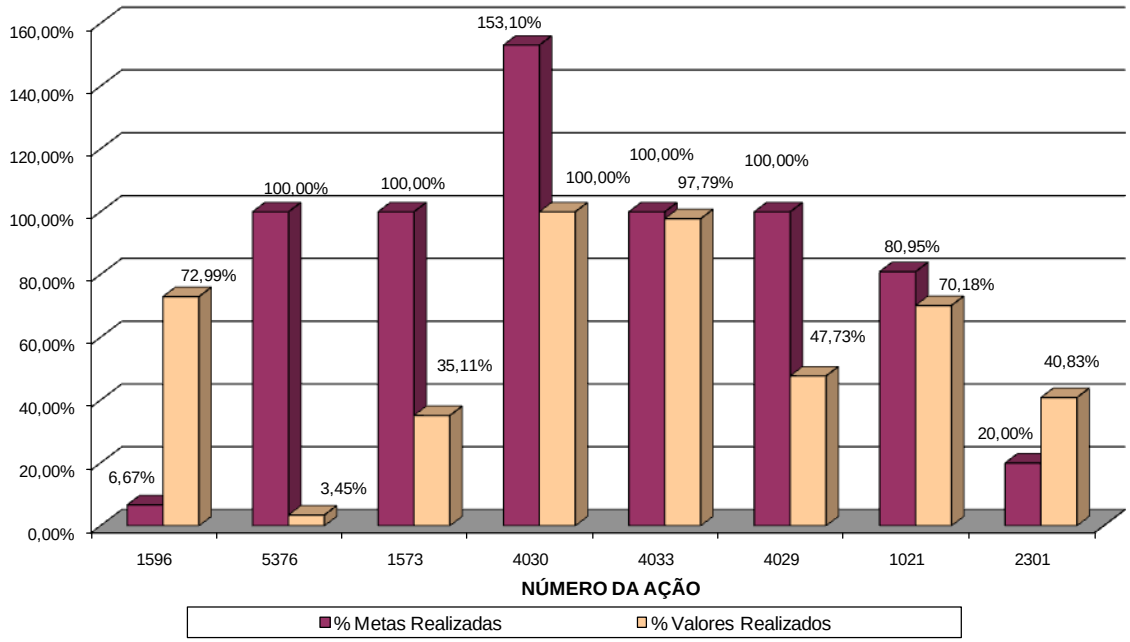
OBJETIVO: Prevenir, controlar e combater as inundações no Estado de São Paulo.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
1596 - Atendimento aos Municipios	67.188.244	49.039.575	72,99%	atendimentos	45	3	6,67%
5376 - Estudos de Macrodrenagem	48.000.000	1.655.848	3,45%	estudos	1	1	100,00%
1573 - Implantação de Reservatórios de Retenção - Piscinões (1)	61.000.020	21.419.985	35,11%	reservatórios concluídos	4 reservatórios em construção	4 reservatórios em construção	100,00%
4030 - Limpeza e Conservação de Canais de Corpos D'agua	7.786.899	7.786.825	100,00%	m³ de volume de material retirado	1.500.000	2.296.427	153,10%
4033 - Manutenção e Operação de Estruturas Hidráulicas	8.640.000	8.449.281	97,79%	estruturas hidráulicas atendidas	4	4	100,00%
4029 - Preservação e Conservação de Várzeas	12.511.489	5.971.201	47,73%	intervenções	12	12	100,00%
1572 - Renovação e Recuperação do Parque de Máquinas (3)	Não consta na LOA 2011	-	-	atendimentos	Não consta na LOA 2011	-	-
1021- Serviços e Obras na Bacia do Alto Tietê	352.665.080	247.492.552	70,18%	intervenções	21	17	80,95%
2301 - Parque Várzeas do Tietê (2)	123.597.000	50.468.323	40,83%	Não Informado pela Secretaria do Planejamento	5	1	20,00%
TOTAL	**681.388.732**	**392.283.591**	57,57%				

(1) Em 2010, modificados parâmetros de medição (2) Não constou no PPA 2008 - 2011. (3) Não constou na LOA 2011.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3907 - INFRA-ESTRUTURA HIDRICA DE SANEAMENTO E COMBATE ÀS ENCHENTES



Comentário: As 8 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição sendo que 5 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos; 1 ação, apesar de não atingir referidos quantitativos apresentou percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária e 2 ações, além de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

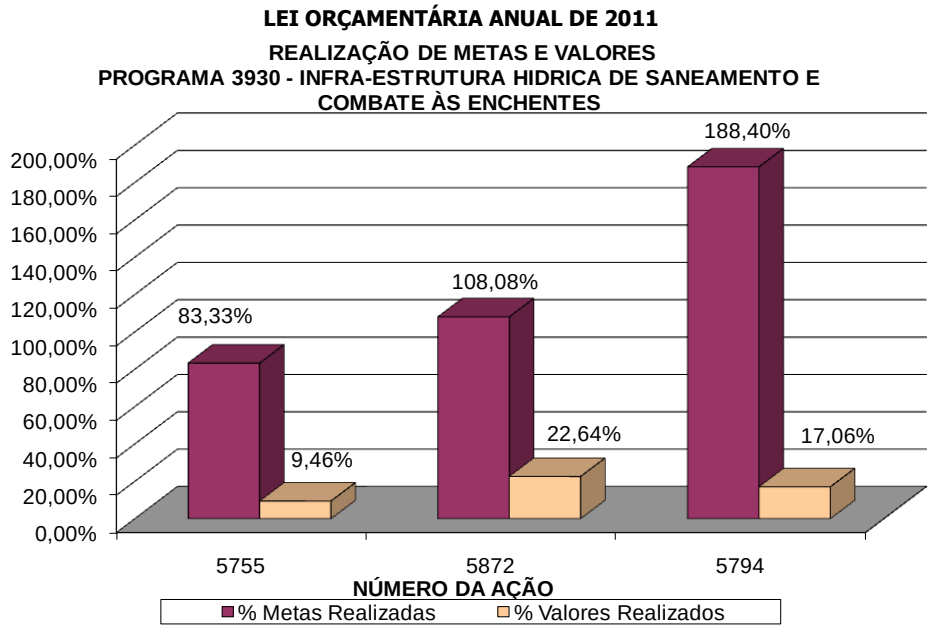
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1596 - Atendimento aos Municipios	Ação foi realizada de acordo com a disponibilidade orçamentária.
1021- Serviços e Obras na Bacia do Alto Tietê	A diferença entre a meta orçada e a executada se refere à readequação das atividades desenvolvidas em 2011. Neste exercício as metas foram reprogramadas para 10 intervenções e essa reprogramação foi superada.
2301 - Parque Várzeas do Tietê	As atividades a serem executadas no Parque Várzeas estão sendo programadas dentro do financiamento liberado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID. No exercício de 2011 foi contratado o paisagismo metropolitano, à montante da Barragem da Penha, proximidades da Rodovia Hélio Smidt. Por esse motivo foi executada uma atividade das duas previstas na reprogramação do início do ano.

PROGRAMA: 3930 – FORTALECIMENTO DAS COMPETÊNCIAS REGULADORAS DO ESTADO EM SANEAMENTO E ENERGIA

OBJETIVO: Dotar o Estado de condições necessárias para o exercício de suas competências reguladoras e fiscalizadoras nas áreas de distribuição de energia elétrica, distribuição de gás canalizado e prestação de serviços de saneamento básico.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALI-ZAÇÃO	%
5755 - Fiscalização das Concessionárias de Energia Elétrica e Atendimento dos Usuários	6.150.020	581.606	9,46%	relatórios	180	150	83,33%
5872 - Fiscalização e Regulação do Serviço de Distribuição de Gás e Atendimento dos Usuários	19.171.000	4.339.785	22,64%	relatórios	582	629	108,08%
5793 - Instalação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	% da agência implantada	Não consta na LOA 2011	-	-
5794 - Regulação e Fiscalização Delegadas dos Serviços Públicos de Saneamento Básico (2)	32.068.000	5.472.221	17,06%	convênios	250 relatórios	471	188,40%
TOTAL	**57.389.020**	**10.393.612**	18,11%				

(1) Não consta na LOA 2011.
(2) Em 2010, modificados parâmetros de medição.



Comentário: As 3 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 2 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos e 3 ação, apesar de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5755 - Fiscalização das Concessionárias de Energia Elétrica e Atendimento dos Usuários	Esta ação migrou da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, para a Secretaria de Energia atendendo ao disposto no Decreto nº. 56.888 de 30/03/2011.

PROGRAMA: 3931 – GESTÃO ADMINISTRATIVA EM SANEAMENTO E ENERGIA

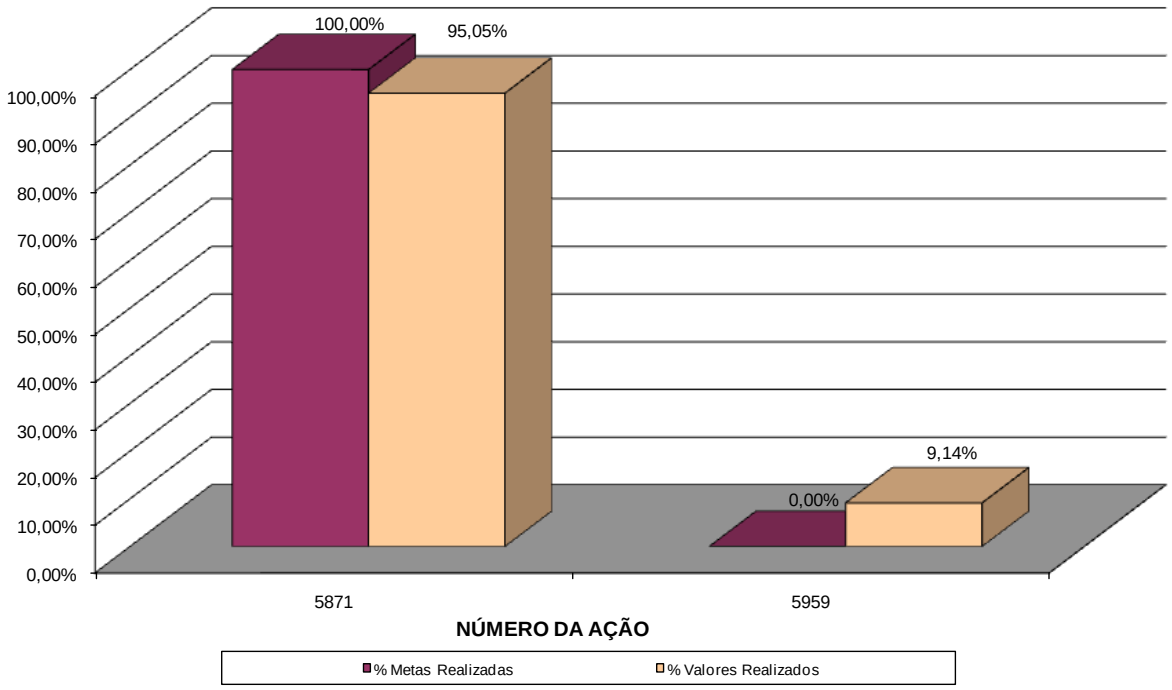
OBJETIVO: Prover à Secretaria e às Autarquias a ela vinculadas os meios necessários para sua reorganização institucional, e a execução de seus programas gerados pela implementação de ações finalísticas. E, ainda, fortalecer a comunicação e a sua imagem institucional.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5792 - Comunicação social (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	relatórios	Não consta na LOA 2011	-	-
5871 - Gestão Administrativa	348.365.491	331.109.247	95,05%	unidades administradas	3	3	100,00%
5401 - Reorganização Institucional do Departamento de Águas e Energia Elétrica (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	unidade reorganizada	Não consta na LOA 2011	-	-
5959 - Suporte Tecnológico às Ações de Saneamento e Energia	8.992.816	821.751	9,14%	sistemas atualizados	10	0	0,00%
TOTAL	**357.358.307**	**331.930.998**	**92,88%**				

(1) Não consta na LOA 2011.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3931 - GESTÃO ADMINISTRATIVA EM SANEAMENTO E ENERGIA



Comentário: As 2 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição,sendo que apenas 1 ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. A outra ação, além de não ter atingido referidos quantitativos apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5959 - Suporte Tecnológico às Ações de Saneamento e Energia	Esta ação migrou da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, para a Secretaria de Energia atendendo ao disposto no Decreto nº. 56.888 de 30/03/2011.

PROGRAMA: 4301 – ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

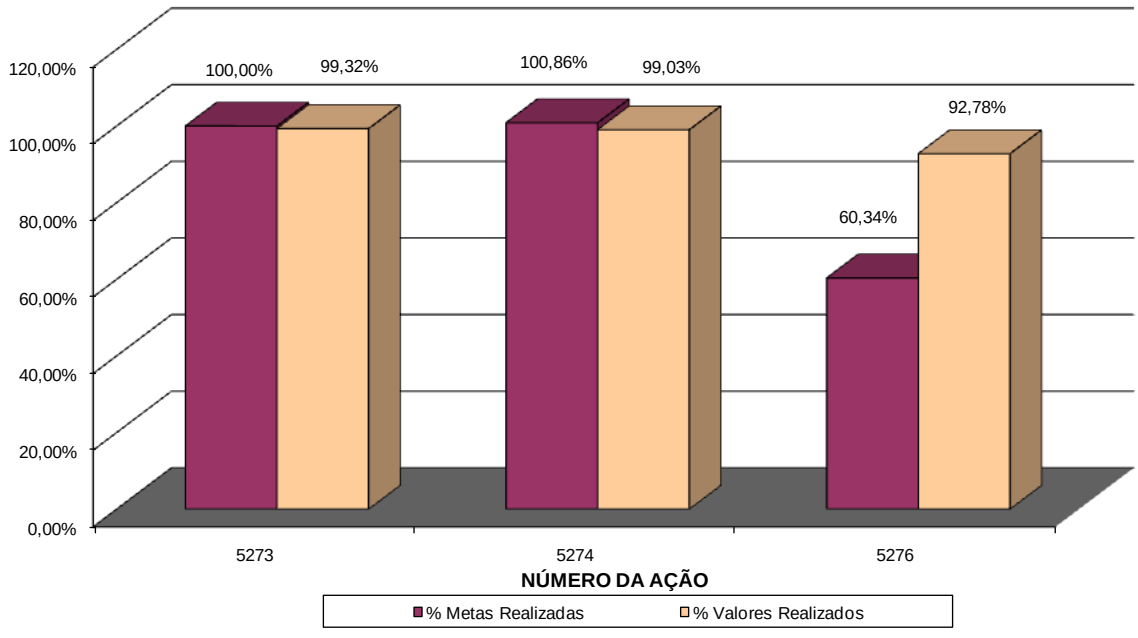
OBJETIVO: Promover a formação de pessoal qualificado na área de saúde, em nível de graduação e pós-graduação, concomitantemente com a prestação de assistência ambulatorial, médico-hospitalar, odontológica e procedimentos hospitalares de alta complexidade.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5273 - Aperfeiçoamento das Ações de Saúde Promovidas pelos Hospitais Universitários	12.068.729	11.986.192	99,32%	procedimentos ambulatoriais e de internações	2.243.000	2.243.000	100,00%
5274 - Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial	856.500.069	848.210.898	99,03%	internações	112.500	113.470	100,86%
5276 - Procedimentos de Alta Complexidade/Áreas de Anomalias Cranio-faciais-Deficiência Auditiva	53.854.390	49.966.085	92,78%	procedimentos cirúrgicos de alta complexidade realizados	12.755	7.696	60,34%
5424 - Promoção e Cooperação Técnica Gerencial Com Órgãos do Sistema de Saúde (1)	Não consta na LOA 2011	-	-	convênios de cooperação técnica	Não consta na LOA 2011	17	-
TOTAL	**922.423.188**	**910.163.175**	98,67%				

(1) Não consta na LOA 2011.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 4301 - ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS



Comentário: As 3 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição sendo que 2 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos e 1 ação, além de não atingir os quantitativos inicialmente previstos apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5276 - Procedimentos de Alta Complexidade/Áreas de Anomalias Craniofaciais-Deficiência Auditiva	Este programa, e suas ações, migrou da Secretaria de Ensino Superior, para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia atendendo ao disposto no Decreto nº. 56.635 de 01/01/2011.

PROGRAMA: 4302 – ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

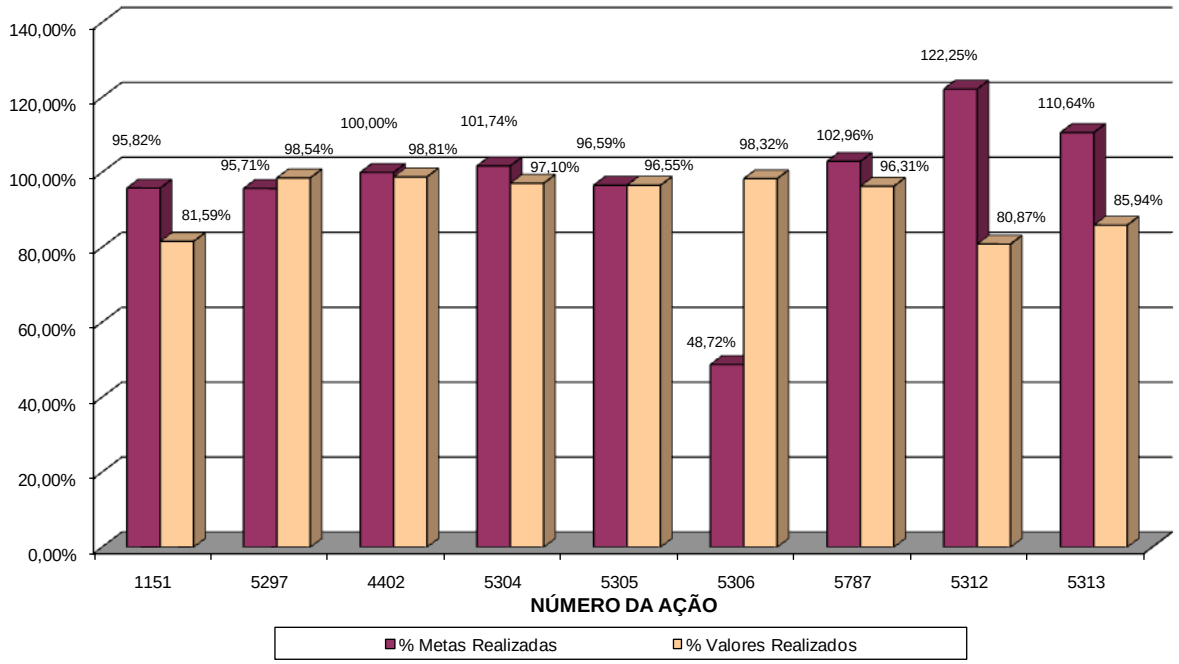
OBJETIVO: Manter e ampliar a oferta de vagas e cursos superiores em áreas estratégicas, bem como o suporte à pesquisa científica e tecnológica, aperfeiçoando constantemente a qualidade da formação em graduação e pós-graduação.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
1151 - Adequação da Estrutura Física das Universidades e Faculdades Públicas	153.337.924	125.114.827	81,59%	m² de instalações adequadas	58.675	56.222	95,82%
5297 - Atividades em Museus	21.701.890	21.385.990	98,54%	visitantes em exposições e mostras do acervo	540.000	516.849	95,71%
4402 - Bolsas de Estudos para Pesquisa e Desenvolvimento	219.000	216.400	98,81%	bolsas para projetos de pesquisa	208	208	100,00%
2070 - Conclusão do Plano de Investimentos-Expansão de Vagas(1)	Não consta na LOA 2011	-	-	m² de área construída	Não consta na LOA 2011	-	-
5298 - Congressos de Especialidades (3)	10	0	0,00%	congressos técnicos/científicos e jornadas médicas	LOA sem quantitativo de metas	12	-
5304 - Ensino de Graduação nas Universidades e Faculdades Estaduais	1.746.386.853	1.695.682.364	97,10%	alunos matriculados nos cursos de graduação	106.200	108.049	101,74%
5305 - Ensino de Pós-graduação e Pesquisa nas Universidades e Faculdades Estaduais	1.390.112.625	1.342.220.919	96,55%	títulos outorgados	12.750	12.315	96,59%
1524 - Expansão do Ensino Público Superior(1)	Não consta na LOA 2011	-	-	novas vagas de graduação	Não consta na LOA 2011	-	-
5306 - Extensão Universitária, Difusão Cultural e Prestação de Serviços à Comunidade	116.207.090	114.253.501	98,32%	alunos matriculados	100.173	48.808	48,72%
5787 - Políticas de Permanência e Formação Estudantil	14.897.880	14.347.880	96,31%	alunos atendidos	5.750	5.920	102,96%
5312 - Restaurantes Universitários	11.363.047	9.189.217	80,87%	refeições servidas	5.308.975	6.490.088	122,25%
5313-Serviços de Informatização das Instituições de Ensino Superior(2)	157.213.692	135.106.497	85,94%	microcomputadores mantidos	52.193	57.747	110,64%
TOTAL	**3.611.440.011**	**3.457.517.594**	95,74%				

(1) Não consta na LOA (2) Considerado para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado. (3) LOA 2011 sem quantitativos de metas.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 4302 - ENSINO PÚBLICO SUPERIOR



Comentário: Das 10 ações constantes na LOA 2011, 9 ações apresentaram metas passíveis de aferição sendo que 5 ações atingiram os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 2 ações, além de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 2 ações, apesar de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos, apresentaram percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

1151 - Adequação da Estrutura Física das Universidades e Faculdades Públicas	Este programa e suas ações, migraram da Secretaria de Ensino Superior para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia atendendo ao disposto no Decreto nº. 56.635 de 01/01/2011.
5297 - Atividades em Museus	
5305 - Ensino de Pós-graduação e Pesquisa nas Universidades e Faculdades Estaduais	
5306 - Extensão Universitária, Difusão Cultural e Prestação de Serviços à Comunidade	

PROGRAMA: 4304 – DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

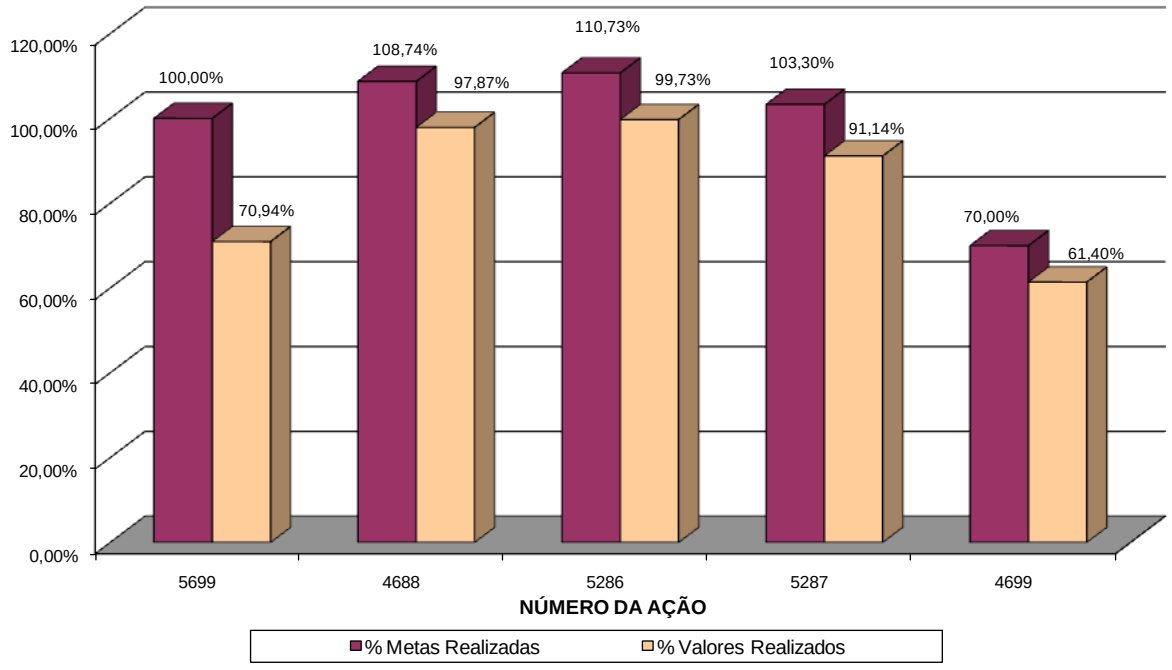
OBJETIVO: Atender a demanda de pesquisadores e bolsistas do Estado de São Paulo em todas as áreas do conhecimento.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
5699 - Administração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (1)	78.219.768	55.491.969	70,94%	unidade administrada	1	1	100,00%
4688 - Concessão de Bolsa de Estudo	312.979.482	306.327.139	97,87%	bolsas de estudo mantidas	10.000	10.874	108,74%
5286 - Concessão de Auxílio à Pesquisa	333.057.494	332.156.627	99,73%	auxílios à pesquisa mantidos	3.000	3.322	110,73%
5287 - Programação Especial	229.163.523	208.859.047	91,14%	auxílios à pesquisa mantidos	515	532	103,30%
4699 - Inovação tecnológica	148.859.851	91.394.636	61,40%	auxílios à pesquisa mantidos	330	231	70,00%
TOTAL	**1.102.280.118**	**994.229.418**	90,20%				

(1) Considerado para acompanhamento do PPA, o último exercício analisado.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 4304 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA



Comentário: As 5 ações constantes na LOA 2011 apresentaram metas passíveis de aferição sendo que 4 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos e 1 ação, apesar de não atingir referidos quantitativos apresentou percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

Justificativas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4699 - Inovação Tecnológica	Este programa, e suas ações, migraram da Secretaria de Ensino Superior, para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia atendendo ao disposto no Decreto nº. 56.635 de 01/01/2011.

PROGRAMA: 0102 – OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO ÓRGÃO 39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA

OBJETIVO: Alocar recursos orçamentários destinados ao pagamento de complementação de aposentadorias e pensões aos beneficiários abrangidos pela Lei Estadual Nº 200, de 13 de maio de 1974.

	2011			METAS			
					2011		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PARÂMETROS	LOA	REALIZAÇÃO	%
4551 - Complementação de Aposentadorias e Pensões Lei 200/74 - SABESP (1)	83.095.043	82.732.494	99,56%	inativos atendidos	274	Dados não apurados pela Secretaria do Planejamento	-
TOTAL	**83.095.043**	**82.732.494**	99,56%				

(1) Dados não fornecidos no Programa da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Além do acompanhamento das ações selecionadas por esta Diretoria em decorrência da Lei Orçamentária Anual de 2011, apresentamos nos quadros a seguir, outro panorama do cumprimento das metas governamentais, desta feita considerando as realizações do Plano Plurianual, envolvendo todo o período de 2008 a 2011, uma vez que o presente exercício é o último de vigência desta peça de planejamento.

AÇÃO	PARÂMETRO	REALIZAÇÃO	PERCEN-TUAL
Programa: 0803 – Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental;			
5156 - Atendimento Educacional Especializado	276.336 alunos com necessidades especiais atendidos	351.182	127,09%
5808 - Desenvolvimento Curricular do Ensino Fundamental	95% dos alunos aprovados	92,70%	97,58%
4087 - Desenvolvimento de Recursos Físicos e Serviços Educacionais	63 municipios envolvidos	parâmetro modificado em 2009	-
5144 - Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades de Ensino	5.920 projetos pedagógicos implementados	5.846	98,75%
5143 - Inclusão de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental - EJA	610.000 jovens e adultos atendidos	499.407	81,87%
5743 - Ler e Escrever - Intervenção Pedagógica nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	1.681.390 alunos abrangidos	2.811.962	167,24%
5744 - Provisão de Materiais de Apoio Pedagógico para as Classes do Ensino Fundamental	1.467 escolas atendidas	parâmetro modificado em 2010	-
5161 - Remuneração e Encargos dos Profissionais do Magistério - Ens. Fund. - FUNDEB	684.934 profissionais do magistério beneficiados	645.605	94,26%
5160 - Remuneração e Encargos dos Servidores - Ensino Fundamental - FUNDEB	114.009 funcionários e servidores beneficiados	145.587	127,70%
2028 - Revisão de Centros de Estudos de Língua e Parcerias com outras Instituições	243.944 alunos atendidos	214.995	88,13%
Programa: 0804 – Melhoria da Qualidade do Ensino Médio;			
5806 - Desenvolvimento Curricular do Ensino Médio	84% de alunos aprovados	78,30%	93,21%
5145 - Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades de Ensino	1.276 projetos pedagógicos implementados	4.104	321,63%
5745 - Inclusão de Jovens e Adultos no Ensino Médio - EJA	390.000 jovens e adultos atendidos	227.961	58,45%
5746 - Provisão de Materiais de Apoio Pedagógico para as Classes de Ensino Médio	3.779 escolas atendidas	parâmetro modificado em 2010	-
5757 - Remuneração e Encargos dos Profissionais do Magistério - Ensino Médio - FUNDEB	316.375 profissionais do magistério beneficiados	310.335	98,09%
5759 - Remuneração e Encargos dos Servidores - Ensino Médio - FUNDEB	46.744 funcionários e servidores beneficiados	57.056	122,06%
5984 - Atendimento educacional especializado no ensino médio		ação não consta no PPA	-
5998-Ensino de Língua Estrangeira Moderna nos CEL's e Instituições Credenciadas		ação não consta no PPA	-
Programa: 0805 – Parceria Escola, Comunidade e Sociedade Civil;			
5606 - Apoio Técnico Pedagógico para Implementação das Parcerias	166.909 educadores orientados	323.792	193,99%
5146 - Escola da Família	2.334 escolas públicas estaduais abertas aos finais de semana	2.390	102,40%
4655 - Fortalecimento das Ações de Parceria e Integração Escola/Comunidade em Prevenção	163 parcerias realizadas	215	131,90%
Programa: 0815 – Gestão Institucional e Manutenção da Educação;			
4681 - Ações do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	5.000 associações de pais e mestres atendidas	5.170	103,40%
5154 - Administração da Secretaria da Educação e Entidade Vinculada	101 unidades administradas	102	100,99%
5418 - Apoio à Educação Básica com Recursos de Convênios e Transferências	52 projetos implementados	7	13,46%
5696 - Contribuição do Estado à Educação Básica, Decorrente de Legislação do FUNDEB	14,6 % de resultado auferido	25,11%	171,99%
5811 - Gestão Estratégica e Política	8 projetos implementados	18	225,00%
5159 - Manutenção da Rede de Ensino Fundamental	5.397 escolas atendidas	4.977	92,22%
5163 - Manutenção da Rede de Ensino Médio	3.951 escolas atendidas	3.789	95,90%

AÇÃO	PARÂMETRO	REALIZAÇÃO	PERCEN-TUAL
Programa: 0910 – Produção de Medicamentos;			
1966 - Ampliação e Adequação das Instalações da FURP em Guarulhos	100% das obras realizadas	74,71%	74,71%
1957 - Construção e Aparelhamento da Fábrica de Medicamentos - FURP Américo Brasiliense	32% das obras realizadas	parâmetro modificado em 2010	-
4838 - Fabricação e Distribuição de Medicamentos	12.900.000.000 de medicamentos produzidos	7.088.504.139	54,95%
Programa: 0914 – Prevenção e Controle de Endemias;			
4833 - Apoio e Orientação aos Municípios	27.500 municípios assessorados	25.558	92,94%
4861 - Capacitação e Aperfeiçoamento de Profissionais de Saúde	36.000 servidores capacitados	34.823	96,73%
2066 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento na SUCEN	5062 m² de obras realizadas	não apurado pelo planejamento	-
4839 - Controle de Endemias	25.808.936 pessoas atendidas	21.184.529	82,08%
4859 - Coordenação e Administração Geral	90.000 ações administrativas realizadas	96.430	107,14%
5961 - Gestão com Tecnologia da Informação e Comunicação	1% de serviço informatizado	0%	0,00%
5419 - Pesquisa Científica e Tecnológica na Área de Endemias	75 pesquisas realizadas	129	172,00%
Programa: 0928 –Atendimento Integral e de Alta Complexidade em Assistência Médica em Ribeirão Preto;			
5422 -Assistência Farmacêutica	676.400 pacientes atendidos com medicamentos	874.864	129,34%
5665 - Atendimento Hemoterápico	521.600 bolsas de sangue distribuídas	449.204	86,12%
4868 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	2.477.050 atendimentos realizados	2.535.980	102,38%
1963 - Obras de Adequação, Ampliação e Aparelhamento no Hospital das Clínicas da Faculdade de Ribeirão Preto	15.000 m² de obras realizadas	3.364	22,42%
4843 - Residência Médica	2.080 bolsas concedidas	2.120	101,92%
4855 - Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	57 sistemas integrados/operacionalizados	210	368,42%
Programa: 0929 –Atendimento Integral e de Alta Complexidade em Assistência Médica em São Paulo			
5422 - Assistência Farmacêutica	14.492.143 pacientes atendidos com medicamentos	12.086.213	83,40%
4868 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	10.776.341 atendimentos realizados	6.967.254	64,65%
1964 - Obras de Adequação, Ampliação e Aparelhamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP	97.477 m² de obras realizadas	39.150	40,16%
4843 - Residência Médica	3.668 bolsas concedidas	3.668	100,00%
4845 - Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	100% de sistemas e equipamentos em operação	100%	100,00%
Programa: 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP;			
1958 - Ampliação, Reforma e Aparelhamento do Instituto de Cardiologia Dante Pazzanese	10% das obras realizadas	10%	100,00%
4849 - Apoio Financeiro a Entida-des Filantrópicas e Municipais do Estado de São Paulo	6.008 convênios/termos aditivos assinados	6.998	116,48%
4850 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	83.937.863 atendimentos realizados	40.847.965	48,66%
1377 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento para Serviços de Referência	141.020 m² de obras realizadas	141.747	100,52%
5695 - Desenvolvimento das Ati- vidades Instituto Dr. Arnaldo	1.224.865 atendimentos realizados	0	0,00%
4851 - Pagamento de Pensão aos Hansenianos	649 pensionistas beneficiados	2.118	326,35%
5786 - Redução da Mortalidade Materna e Infantil	380 municípios com mortalidade materna e infantil reduzida	24	6,32%
1959 - Reforma, Ampliação e Aparelhamento do Hospital Ferraz de Vasconcelos	20% das obras realizadas	20%	100,00%
5532 - Repasse de Recursos Federais para Serviços Prestados por Municípios e Entidades sob Gestão Estadual	828 contratos/convênios firmados	1.085	131,04%
4852 - Repasse de Recursos p/ Atendimento Médico à Organizações Sociais de Saúde e Outras Entidades	50.000.000 atendimentos realizados	95.122.408	190,24%
5775 - Serviços de Saúde para a População com Necessidades Específicas	72 municípios atendidos	parâmetro modificado em 2010	-

AÇÃO	PARÂMETRO	REALIZAÇÃO	PERCEN-TUAL
Programa: 0932 – Controle de Doenças e Promoção de Saúde;			
5781 - Campanha de Vacinação Animal	80% de cobertura vacinal	0%	0,00%
4124 - Campanhas de Vacinação	35.699.936 doses aplicadas	73.814.729	206,76%
4138 - Exames de Laboratório de Saúde Pública	4.390.000 exames realizados	4.621.402	105,27%
5423 - Pesquisa Científica e Tecnológica	300 pesquisas em andamento/realizadas	305	101,67%
5780 - Vacinação de Rotina	63.579.681 doses aplicadas	81.477.989	128,15%
4722 - Vigilância Epidemiológica	80% de proporção dos casos notificados/investigados	82%	102,50%
4127 - Vigilância Sanitária	100% de proporção dos municípios produzindo relatórios do Proágua	98,2%	98,20%
Programa: 0935 – Produção de Imunobiológicos, Biofármacos e Hemoderivados;			
4869 - Produção de Biológicos	501.500.004 produtos biológicos produzidos	100.274.096	19,99%
4871 - Sistema de Apoio Informacional à Distribuição de Substâncias Biológicas	100% dos sistemas de informações instalados	0%	0,00%
Programa: 1023 – Ensino Público Tecnológico;			
5620 - Capacitação do Pessoal Docente, Técnico e Administrativo	1.698 docentes e funcionários técnico-administrativos capacitados	4.033	237,51%
1515 - Expansão do Ensino Público Tecnológico	33.197 matrículas ampliadas	31.421	94,65%
5290 - Manutenção do Ensino Público Tecnológico	55.500 matrículas mantidas	54.540	98,27%
1519 - Modernização Organizacional do Centro Paula Souza - Ensino Público Tecnológico	1 plano de reorganização/racionalização implantado	1	100,00%
Programa: 1024 – Ensino Público Técnico (Secretaria do Desenvolvimento);			
5620 - Capacitação do Pessoal Docente, Técnico e Administrativo	11.894 docentes e funcionários técnico-administrativos capacitados	20.003	168,18%
5844 - Ensino à Distância	55.000 alunos qualificados	75.557	137,38%
2226 - Expansão de Matrículas no Ensino Público Técnico	97.960 matrículas ampliadas	83.198	84,93%
5845 - Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores	32.000 pessoas capacitadas	64.975	203,05%
5292 - Manutenção do Ensino Público Técnico	175.300 matrículas mantidas	162.170	92,51%
2114 - Modernização Organizacional do Centro Paula Souza - Ensino Público Técnico	1 plano de reorganização/racionalização implantado	1	100,00%
5938 - Ensino Técnico		ação não consta no PPA	-
Programa: 1024 – Ensino Público Técnico (Secretaria do Ensino Superior);			
5938 - Ensino Técnico		ação não consta no PPA	-
Programa: 1308 – Segurança Alimentar;			
4783 - Ações Integradas em Segurança Alimentar	3.037.900 pessoas atendidas	2.424.485	79,81%
1330 - Bom Prato	61.038.000 refeições servidas	32.261.469	52,85%
1331 Bom Preço do Agricultor	40 pontos de venda implantados	0	0,00%
2049 Cozinha Escola	40 cozinhas instaladas	0	0,00%
4893 - Operacionalização do Sistema de Informações do Programa Segurança Alimentar	26 sistemas informatizados mantidos	11	42,31%
1309 - Viva Leite	805.000 pessoas atendidas - idosos e crianças	2.159.271	268,23%

AÇÃO	PARÂMETRO	REALIZAÇÃO	PERCEN-TUAL
Programa: 1602 – Gestão da Malha Hidroviária;			
1291 - Ampliação e Proteção dos Vãos de Navegação das Pontes na Hidrovia Tietê-Paraná	11 obras executadas	11	99,09%
4898 - Fomento ao Desenvolvimento do Transporte Hidroviário	23.250.000 de volume de carga transportada (em toneladas)	21.177.661	91,09%
2156 - Ampliação e Retificação de Canais da Hidrovia Tietê-Paraná	40,5 km de canais ampliados ou retificados	15	36,54%
2157 - Implantação de Novos Trechos	778,85 km de trechos implantados	58	7,45%
4910 - Manutenção da Sinalização e Equipamentos de Segurança à Navegação	16 campanhas integrais de manutenção realizadas	16	100,00%
2158 - Obras Vinculadas às Eclusas da Hidrovias Tietê Paraná - HTP	8 obras executadas	1,5	18,75%
5873 - Operação do Sistema Hidroviário	50 campanhas de inspeção realizadas	não apurado pelo planejamento	-
Programa: 1605 – Operação e Controle de Rodovias;			
4901-Implantação e Operação de Postos de Pesagem nas Rodovias Estaduais	96 postos de pesagem implantados	305	317,70%
4902-Implantação e Operação de Praças de Pedágio nas Rodovias Estaduais	14 praças de pedágio implantadas	11	78,57%
4903-Operação da Malha Rodoviária por Meio de Unidades de Atendimento	58 unidades de atendimento implantadas	211	363,79%
Programa: 1606 – Ampliação, Recuperação e Modernização da Malha Rodoviária;			
1115-Duplicação BR.381/Rodovia Fernão Dias - BID	15 km de rodovia duplicada e modernizada	não apurado pelo planejamento	-
1418-Duplicação e Implantação de Rodovias Estaduais	1.535 km de rodovias duplicadas e/ou implantadas	365	23,75%
1114-Estradas Vicinais	8.000 km de estradas vicinais recuperadas/pavimentadas	4.256	53,20%
1970 - Implantação e Transposição de Rodovias - Convênio DER/DERSA	114 km de ligações rodoviárias recuperadas ou adequadas	31	27,19%
1413 - Modernização / Monitoração de Rodovias Estaduais	100 equipamentos de câmaras, contadores e painéis de mensagem instalados	8	8,00%
4904-Patrulha Rodoviaria	3.200 km de rodovias e/ou estradas recuperadas	858	26,81%
2246 - Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais - BID	2.000 km de estradas vicinais pavimentadas ou recuperadas	2.525	126,25%
1419-Recuperação de Rodovias Estaduais	3.854,30 km de rodovias estaduais recuperadas	2.073	53,77%
1933-Recuperação de Rodovias Estaduais - BID 2	159 km de rodovias estaduais recuperadas	158,86	99,91%
2097 - Terminais Rodoviários	139 terminais reformados ou construídos	87	62,59%
2247 - Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais - BIRD	2.000 km de estradas vicinais pavimentadas ou recuperadas	3.125	156,24%
2284 - Recuperação de estradas vicinais BIRD II		ação não consta no PPA	-
Programa: 1609 – Conservação da Malha Rodoviária;			
Programa: 4907 - Conservação, Sinalização e Demais Elementos de Segurança em Rodovias	15.867 km de conservação e sinalização executada	57.525	362,54%
Programa: 1611 – Transposição Rodo-Ferroviária da Região Metropolitana de São Paulo;			
2155 - Execução da Obra do Ferroanel - Tramo Sul	60% da etapa construída	não apurado pelo planejamento	-
2153 - Execução das Obras do Rodoanel - Trecho Leste	100% da etapa concluída	8,6%	8,60%
2151 - Execução das obras do Rodoanel - Trecho Sul	100% das obras concluídas	99,9%	99,85%
1420-Obras Complementares e Condicionantes da Lic. Operação do Rodoanel - Trecho Oeste	100% do Trecho Oeste do Rodoanel Concluído	100,0%	100,00%
2283 - Execução das Obras do Rodoanel - Trecho Norte	% de Etapa Concluída	não apurado pelo planejamento	-

AÇÃO	PARÂMETRO	REALIZAÇÃO	PERCEN-TUAL
Programa: 1729 – Atenção Integral ao Adolescente e Integração das Medidas Sócio-educativas;			
5906 - Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Cumprimento de Medida Sócio-educativa	6.008.392 atendimentos realizados	9.183.402	152,84%
5905 - Atenção Integral à Educação do Adolescente em Cumprimento de Medida Sócio-educativa	718.968 atendimentos realizados	2.094.089	291,26%
5907 - Reconfiguração do Cumprimento das Medidas Sócio-educativas	87.776 adolescentes atendidos	52.392	59,69%
5908 - Revitalização das Parcerias para o Cumprimento das Medidas Sócio-educativas	808 convênios celebrados	440	54,46%
Programa: 1801 – Prevenção e Repressão à Criminalidade;			
4180 - Administração Geral da Polícia Civil	93 unidades atendidas	92	98,92%
4988 - Assistência Alimentar aos Presos em Custódia da Polícia Civil	56.000 presos atendidos	37.573	67,09%
5427 - Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento dos Policiais Civis	1.040 cursos realizados	1.904	183,08%
4195 - Identificação Civil e Criminal	18.000.000 documentos emitidos	19.224.653	106,80%
1133 - Instalações da Polícia Civil	40 obras realizadas	270	675,00%
4989 - Polícia Judiciária	1.320.000 inquéritos relatados	1.363.491	103,29%
5595 - Suprimento de Medicamentos p/ os Presos em Custódia da Polícia Civil	56.000 presos atendidos	37.573	67,09%
Programa: 1807 – Policiamento Ostensivo;			
1090 - Adequação de Unidades Policiais Militares	254 unidades policiais militares adequadas	149	58,66%
4992 - Administração Geral da Polícia Militar	102 unidades atendidas	103	100,98%
4993 - Defesa do Cidadão	76.000 policiais envolvidos	80.931	106,49%
4994 - Formação de Policiais Militares	12.000 policiais militares formados	11.157	92,98%
S/Nº Jovens Construindo a Cidadania	32.650 lideranças desenvolvidas	0	0,00%
4718 - Policiamento Comunitário	205 bases comunitárias fixas	216	105,37%
4996 - Policiamento Escolar	5.600 escolas policiadas	5.600	100,00%
4997 - Prevenção às Drogas e à Violência/PROERD	2.330.000 crianças e adolescentes orientados	2.798.402	120,10%
5704 - Radiopatrulhamento Aéreo	19.600 horas de vôo	26.283	134,10%
4995 - Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar	4.500 voluntários contratados	18.132	402,93%
Programa: 1818 – Modernização da Segurança Pública;			
5642 - Inteligência Policial	44 projetos implantados	57	129,55%
5004 - Reaparelhamento da Polícia Paulista	17.080 equipamentos policiais	163.288	956,02%
Programa: 2508 - Provisão de Moradias;			
2002 - Aquisição de Unidades Habitacionais	19.300 unidades habitacionais entregues	5.851	30,32%
2001 - Produção de Lotes Urbanizados	10.000 lotes urbanizados	não apurado pelo planejamento	-
2006 - Produção de Unidades Habitacionais	51.170 unidades habitacionais entregues	44.243	229,24%
Programa: 2509 - Requalificação de Moradias;			
1453-Atuação em Cortiços	3.000 unidades habitacionais entregues	1.152	38,40%
2003 - Crédito para reforma de imóveis	10.000 créditos concedidos	17	0,17%
5057-Melhorias Habitacionais e Urbanas	974 núcleos habitacionais beneficiados	1.804	185,22%

AÇÃO	PARÂMETRO	REALIZAÇÃO	PERCEN-TUAL
Programa: 2510 - Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários;			
2251-Operação Águas Espraiadas	1.100 familias atendidas	0	0,00%
2004-Reassentamento Habitacional	19.500 unidades habitacionais entregues	36.520	187,28%
2005-Urbanização de Favelas	31.650 famílias atendidas	19.970	63,10%
2249-Urbanização Pantanal	5.300 famílias atendidas	4.288	80,91%
2250-Urbanização Paraisópolis	1.600 famílias atendidas	não apurado pelo planejamento	-
Programa: 2901 – Processo Orçamentário do Estado de São Paulo;			
Programa: 5465 - Elaboraçao e Acompanhamento dos orçamentos do Estado	8 LDO e orçamentos elaborados e acompanhados	8	100,00%
Programa: 4485 - Estudos e Pesquisas para o Acompanhamento Orçamentário	48 relatórios emitidos	48	100,00%
Programa: 2906 – Sistema Estadual de Planejamento e Avaliação;			
Ação s/nº (a)- Avaliação de Políticas Públicas	100% de modelo implantado	0	0,00%
Ação s/nº(b) - Capacitação do Profissional de Planejamento e Orçamento Publico	400 agentes capacitados	0	0,00%
Ação s/nº(c) - Elaboração, Revisão e Atualização do PPA - Plano Plurianual	5 documentos períodicos	0	0,00%
5668 - Gerenciamento Intensivo de Programas ou Ações Prioritários	50 ações prioritárias gerenciadas	116	232,00%
4483 - Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações do PPA - Plurianual	200 programas monitorados	193	96,50%
1811 - Reestruturação do Processo de Planejamento	100% do processo de planejamento reestruturado	0	0,35%
Programa: 3513 - Proteção Social Básica (Órgão 35000 – Secretaria de Assistência Social);			
5530 - Atenção Básica	1.762.994 pessoas atendidas	725.241	41,14%
5825 - Atividades de Prevenção a Situações de Risco Pessoal e Social	55.133 pessoas atendidas	19.880	36,06%
1825 - Implantação de Equipamentos Sociais	1.200 equipamentos implantados	3.756	313,00%
Programa: 3513 - Proteção Social Básica (Órgão 28000 – Casa Civil);			
4333 - Casa da Solidariedade - Atividades de Apoio à Criança e ao Adolescente	660 crianças e adolescentes assistidos	667	101,06%
Programa: 3703 – Gestão Estratégica de Transporte Metropolitano – PITU vivo;			
1101 - Articulação e Expansão do sistema Integrado de Transporte Metropolitano	8 contratos vigentes	0	0,00%
5089 - Comunicação e Articulação Institucional sobre Transportes Metropolitanos	106 contratos vigentes	14	13,21%
5090 - Coordenação e Administração Geral da Secretaria dos Transportes Metropolitanos	1 unidade atendida	1	100,00%
4286 - Monitoração de Qualidade e Custos dos Serviços de Transporte Metropolitano	36 contratos vigentes	3	8,33%
1886 - Parceria com a Iniciativa Privada no Sistema de Transporte Público Metropolitano	11 contratos vigentes	3	27,27%
4288 - Planejamento e Gestão do Sistema de Transporte Metropolitano	30 contratos vigentes	31	103,33%
2296 - Modernizacao mat.rodante sist.ferroviario-BID		ação não consta no PPA	-
2297 - Modernizacao mat.rod. sist.ferrov.metrop.-BIRD		ação não consta no PPA	-
2298 - Modernizacao sist.metrov. ferrov.-BIRD/JBIC		ação não consta no PPA	-

AÇÃO	PARÂMETRO	REALIZAÇÃO	PERCEN-TUAL
Programa: 3706 – Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU em Marcha;			
1482-Acessibilidade aos Portadores de Mobilidade Reduzida	18 projetos implantados	não apurado pelo planejamento	-
1939-Corredor Metropolitano Guarulhos-Tucuruvi da Reg. Metrop. de São Paulo - Implantação	100% do corredor implantado	22,07%	22,07%
1938- Corredor Metropolitano Noroeste da Região Metropolitana de Campinas - Implantação	100% do corredor implantado	110,05%	110,05%
1505 - Corredor São Mateus - Jabaquara da RMSP - Eletrificação e Melhoramento	37,3% do corredor eletrificado e melhorado	104,06%	278,98%
1469 - Implantação do Sistema Integrado Metropolitano - SIM da Baixada Santista	100% do sistema implantado	15,90%	15,90%
1876-Pró-Polos Programa de Revitalização dos Pólos de Articulação Metropolitana	5 pólos implantados	não apurado pelo planejamento	-
Ação S/Nº (a) Ressarcimento de Gratuidades Concedidas aos Usuários de Linhas da EMTU	208.600.000 usuários transportados com gratuidade	0	0,00%
Ação S/Nº (b) Ressarcimento dos Subsídios Concedidos aos Usuários Estudantes das Linhas da EMTU	87.261.680 estudantes transportados com subsídio	0	0,00%
1493 - Sistema Viário de Interesse Metropolitano-SIVIM - Implantação	4 projetos implantados	6,80	170,00%
1486 - Sistemas de Baixa e Média Capacidade - Expansão nas Regiões Metropolitanas	6% dos sistemas implantados	não apurado pelo planejamento	-
1967 - Tecnologias Veiculares - Desenvolvimento	3 tecnologias desenvolvidas	0	0,00%
1827 - Transporte Público Metropoliano Vinculado à EMTU - Gerenciamento	2.173.000.000 de passageiros transportados	2.286.315.778	105,21%
1940 - Implantação do corredor metropolitano Diadema Brooklin		ação não consta no PPA	-
2287 - Implantação do corredor metropolitano Itapevi São Paulo		ação não consta no PPA	-
Programa: 3707 – Expansão, Modernização e Operação do Transporte Ferroviário – PITU em Marcha;			
2091 - Estudos e Projetos para Expansão e Novos Serviços sobre Trilhos	79,02% de estudos e projetos realizados	71,00%	89,85%
1466 - Integração Centro - Implantação	100% de integração centro implantada	2,02%	2,02%
2092 - Linha 7 - Luz - Jundiaí - Modernização e Expansão da Oferta	95% de linha A modernizada	15,94%	16,78%
2093 - Linha 8 - Júlio Prestes - Amador Bueno - Modernização	60% de linha B modernizada	18,62%	31,03%
2172 - Linha 9 - Osasco - Jurubatuba - Modernização e Expansão	90% de linha C modernizada e expandida	44,99%	49,99%
2094 - Linha 10 - Luz - Rio Grande da Serra - Modernização e Implantação do Expresso ABC	100% de linha D modernizada e Expreso ABC implantado	42,55%	42,55%
2095 - Linha 11 - Luz - Estudantes - Modernização e Expansão do Expresso Leste	59,2% de linha E modernizada e Expresso Leste expandido	43,25%	73,06%
2173 - Linha 12- Brás - Calmon Viana - Modernização e Expansão da Oferta	100% de linha F modernizada	37,31%	37,31%
1479 - Linhas da CPTM - Adaptação para Acessibilidade	100% de estações de trens em conformidade com as exigências de acessibilidade	71,50%	71,50%
4627 - Linhas Ferroviárias - Operação da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM	2.701.000.000 passageiros transportados	2.482.583.405	91,91%
5929 - Ressarcimento de Gratuidades Concedidas a Usuários das Linhas Ferroviárias	572.000.000 de passageiros transportados gratuitamente	123.567.484	21,60%
5928 - Ressarcimento do Subsídio Concedido a Usuários Estudantes de Linhas Ferroviárias	87.000.000 de estudantes transportados com subsídio	15.360.577	17,66%
1467- Trem de Guarulhos e Expresso Aeroporto - Implantação	100% do Trem de Guarulhos e Expresso Aeroporto implantados	0	0,20%

AÇÃO	PARÂMETRO	REALIZAÇÃO	PERCEN-TUAL
Programa: 3708 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário – PITU em Marcha			
1491 - Elaboração de Projetos para Expansão da Rede Metroviária	100% dos projetos e pesquisas elaborados	14,62%	14,62%
Ação S/N (a) - Extensão Leste - Recapacitação e Modernização	100% de melhoria e complementação implantadas	0,00%	0,00%
2131 - Linha 1 - Azul - Recapacitação e Modernização	84,4% da Linha 1 modernizada	67,79%	80,32%
2132 - Linha 2 - Verde - Recapacitação e Modernização	100% da Linha 2 modernizada	89,24%	89,24%
1946 - Linha 2 - Verde - Implantação do Trecho Alto do Ipiranga - Vila Prudente / Tatuapé	100% do trecho Alto Ipiranga/Vila Prudente implantado	25,34%	25,34%
2133-Linha 3-Vermelha-Recapa- citação e Modernização	79,75% da Linha 3 modernizada	69,50%	87,15%
2134 - Linha 4 - Amarela - Taboão da Serra - Luz - Fase II	77,31% do trecho implantado	16,68%	21,58%
Ação S/N (b) - Linha 4 - Amarela - Ressarcimento de valores pelo transporte de passageiros	9,99% de insuficiência de recursos na Câmara de Compensação	0,00%	0,00%
1490 - Linha 4 - Amarela-Taboão da Serra-Luz-Fase I	100% do trecho implantado	61,98%	61,98%
2135 - Linha 5 - Lilás - Recapacitação e Modernização	100% da Linha 5 modernizada	51,67%	51,67%
1483 - Linha 5 - Lilás - Implantação Operacional do Largo 13 - Chácara Klabin	100% do trecho implantado	18,06%	18,06%
1503-Linhas Metroviárias-Adapta- ção para Acessibilidade	84,23% de adaptações implantadas	79,85%	94,80%
4624 - Linhas Metroviárias - Ressarcimento de Gratuidades a Usuários	239.100.000 passageiros transportados gratuitamente	237.750.273	99,44%
5565 - Linhas Metroviárias - Ressarcimento do Subsídio aos Usuários Estudantes	172.700.000 estudantes transportados com subsídio	222.726.139	128,97%
2171 - Operação das Linhas Metroviárias	2.656.200.000 passageiros transportados	3.231.503.967	121,66%
2281 - Linha 6 - Laranja - Freguesia do Ó-São Joaquim		ação não consta no PPA	-
2282 - Linha 17 - Ouro - São Judas / Congonhas / Jabaquara / Morumbi		ação não consta no PPA	-
2288 - Linha 15-Branca-Vila Pruden- te-Penha (Ticoatira)		ação não consta no PPA	-
2289 - Linha 2 - Verde - Extensão Vila Prudente-Cidade Tiradentes		ação não consta no PPA	-
2308 - Elaboração de Projeto de Engenharia para Implantação de Metrô Leve entre São Bernardo do Campo e São Paulo		ação não consta no PPA	-
2309 - Linha 16 Prata - Cachoeirinha - Lapa		ação não consta no PPA	-
Programa: 3801 – Modernização do Sistema Penitenciário;			
1898 - Adequação do Sistema Prisional	400 reformas efetuadas	54	13,50%
1897 - Ampliação do Sistema Prisional	37.370 vagas criadas	6.370	17,05%
Programa: 3906 – Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional (Secretaria do Saneamento e Energia)			
Programa: 1599 - Recuperação e Conservação dos Mananciais do Alto Tietê	66 intervenções realizadas	21	31,82%
Programa: 3906 – Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional (Secretaria da Habitação)			
1440 - Mananciais do Alto Tietê	8.500 famílias atendidas	não apurado pelo planejamento	-
1998 - Recuperação Sócio-ambiental da Serra do Mar	12.850 famílias atendidas	2.455	19,11%

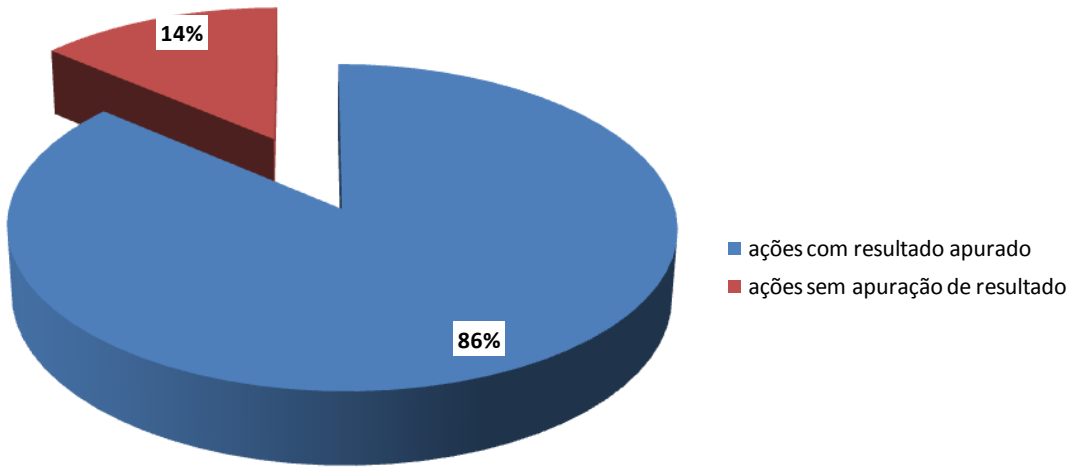
AÇÃO	PARÂMETRO	REALIZAÇÃO	PERCEN-TUAL
Programa: 3907 – Infra-estrutura Hídrica de Saneamento e Combate às Enchentes.			
1596 - Atendimento aos Municipios	150 atendimentos	149	99,33%
5376 - Estudos de Macrodrenagem	29 estudos	11	37,93%
1573 - Implantação de Reservatórios de Retenção - Piscinões	23 reservatórios concluídos	parâmetro modificado em 2010	-
4030 - Limpeza e Conservação de Canais de Corpos D'agua	10.000.000 m³ de volume de material retirado	5.300.280	53,00%
4033 - Manutenção e Operação de Estruturas Hidráulicas	4 estruturas hidráulicas atendidas	8	200,00%
4029 - Preservação e Conservação de Várzeas	40 intervenções	46	115,00%
1572 - Renovação e Recuperação do Parque de Máquinas	35 atendimentos	32	91,43%
1021- Serviços e Obras na Bacia do Alto Tietê	33 intervenções	57	172,73%
2301 - Parque Várzeas do Tietê		ação não consta no PPA	-
Programa: 3930 – Fortalecimento das Competências Reguladoras do Estado em Saneamento e Energia			
5755 - Fiscalização das Concessionárias de Energia Elétrica e Atendimento dos Usuários	2.440 relatórios	585	23,98%
5872 - Fiscalização e Regulação do Serviço de Distribuição de Gás e Atendimento dos Usuários	1.056 relatórios	2.512	237,88%
5793 - Instalação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo	100% da agência implantada	100,00%	100,00%
5794 - Regulação e Fiscalização Delegadas dos Serviços Públicos de Saneamento Básico	320 convênios	621	194,06%
Programa: 3931 – Gestão Administrativa em Saneamento e Energia;			
5792 - Comunicação social	16 relatórios	0	0,00%
5871 - Gestão Administrativa	4 unidades administradas	12	300,00%
5401 - Reorganização Institucional do Departamento de Águas e Energia Elétrica	1 unidade reorganizada	não apurado pelo planejamento	-
5959 - Suporte Tecnológico às Acões de Saneamento e Energia	35 sistemas atualizados	23	65,71%
Programa: 4301 – Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários			
5273 - Aperfeiçoamento das Ações de Saúde Promovidas pelos Hospitais Universitários	8.532.000 procedimentos ambulatoriais e de internações	7.992.100	93,67%
5274 - Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial	424.000 internações	398.184	93,91%
5276 - Procedimentos de Alta Complexidade/Áreas de Anomalias Cranio-faciais-Deficiência Auditiva	46.765 procedimentos cirúrgicos de alta complexidade realizados	33.978	72,66%
5424 - Promoção e Cooperação Técnica Gerencial Com Órgãos do Sistema de Saúde	86 convênios de cooperação técnica	104	120,93%
Programa: 4302 – Ensino Público Superior;			
1151 - Adequação da Estrutura Física das Universidades e Faculdades Públicas	407.700 m² de instalações adequadas	262.025	64,27%
5297 - Atividades em Museus	2.130.000 visitantes em exposições e mostras do acervo	1.943.214	91,23%
4402 - Bolsas de Estudos para Pesquisa e Desenvolvimento	771 bolsas para projetos de pesquisa	771	100,00%
2070 - Conclusão do Plano de Investimentos-Expansão de Vagas	11.200 m² de área construída	2	0,02%
5298 - Congressos de Especialidades	52 congressos técnicos/científicos e jornadas médicas	31	59,62%
5304 - Ensino de Graduação nas Universidades e Faculdades Estaduais	416.071 alunos matriculados nos cursos de graduação	419.106	100,73%
5305 - Ensino de Pós-graduação e Pesquisa nas Universidades e Faculdades Estaduais	46.564 títulos outorgados	46.815	100,54%
1524 - Expansão do Ensino Público Superior	240 novas vagas de graduação	0	0,00%
5306 - Extensão Universitária, Difusão Cultural e Prestação de Serviços à Comunidade	397.085 alunos matriculados	281.197	70,82%
5787 - Políticas de Permanência e Formação Estudantil	21.500 alunos atendidos	24.030	111,77%
5312 - Restaurantes Universitários	21.028.878 refeições servidas	23.177.203	110,22%
5313-Serviços de Informatização das Instituições de Ensino Superior	52.193 microcomputadores mantidos	57.747	110,64%

AÇÃO	PARÂMETRO	REALIZAÇÃO	PERCEN-TUAL
Programa: 4304 – Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia			
5699 - Administração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP	1 unidade administrada	1	100,00%
4688 - Concessão de Bolsa de Estudo	30.000 bolsas de estudo mantidas	40.546	135,15%
5286 - Concessão de Auxílio à Pesquisa	13.000 auxílios à pesquisa mantidos	12.142	93,40%
5287 - Programação Especial	2.060 auxílios à pesquisa mantidos	1.628	79,03%
4699 - Inovação tecnológica	1.200 auxílios à pesquisa mantidos	1.050	87,50%
Programa: 0102 –Obrigações Previdenciárias em Complementação (Órgão 39000 – Secretaria de Saneamento e Energia)			
4551 - Complementação de Aposentadorias e Pensões Lei 200/74 - SABESP	2.910 inativos atendidos	não apurado pelo planejamento	-

Analisando os quadros retro, verificamos que os 45 programas do Plano Plurianual acompanhados por esta Diretoria são constituídos por 262 ações.

Destas 262 ações acompanhadas foram aferidas as realizações de 226 ações, sendo que as outras 36 ações restaram sem medição, conforme percentuais consignados no gráfico a seguir:

PERCENTUAL DE AÇÕES AFERIDAS E NÃO AFERIDAS



PERCENTUAL DE AÇÕES

Em relação às 36 ações não aferidas, tal impossibilidade deu-se por três motivos: ações que não constaram no Plano Plurianual inseridas posteriormente nos Programas Orçamentários; ações que no decorrer do período de vigência do Plano Plurianual tiveram seus parâmetros de medição modificados; e ações que foram inseridas nas Leis Orçamentárias Anuais, porém, sem quantitativos de metas, impedindo que fossem aferidas as

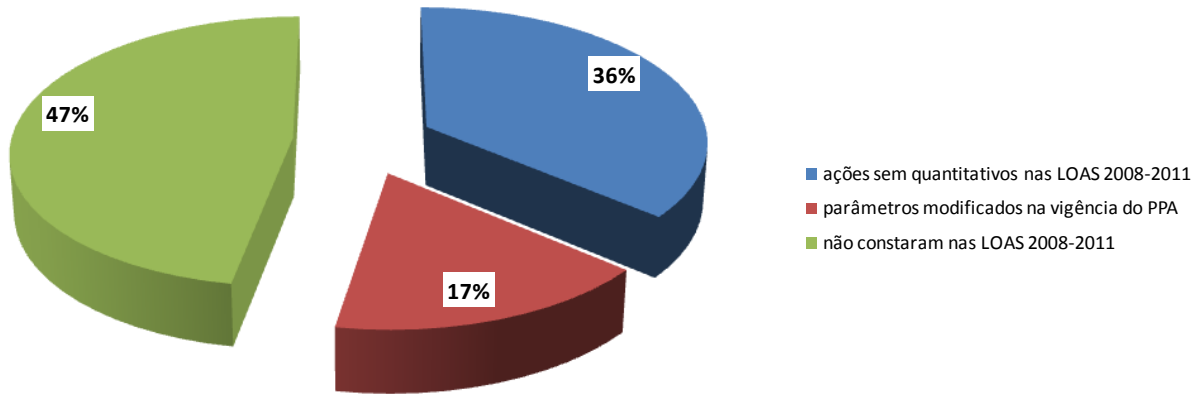
realizações pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Apresentamos os seguintes quantitativos de ações com metas não aferidas:

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS SEM AFERIÇÃO DE RESULTADO

Motivos que impediram as medições	Ações sem quantitativos nas LOA's 2008-2011	Ações com parâmetros modificados na vigência do PPA	Ações do PPA que não constaram nas LOAS 2008-2011
Número de Ações	13	6	17

O gráfico a seguir contempla os percentuais das ocorrências que impediram a medição das referidas ações:

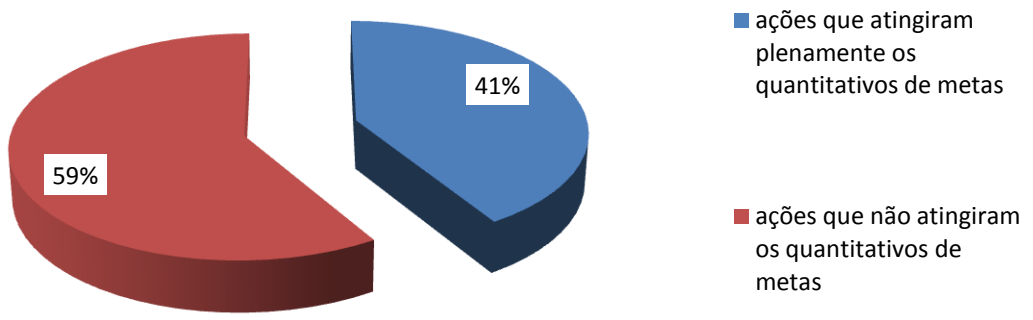
PERCENTUAIS DE IMPEDIMENTOS À AFERIÇÃO DE RESULTADO DAS AÇÕES



PERCENTUAL DE AÇÕES

Prosseguindo, em relação às 226 ações aferidas, acompanhadas por esta Diretoria, verificamos que 93 ações atingiram plenamente os quantitativos de metas inicialmente previstas e 133 ações não atingiram referidos quantitativos. O gráfico a seguir ilustra percentualmente esta situação:

PERCENTUAIS DE AÇÕES COM METAS REALIZADAS E NÃO REALIZADAS



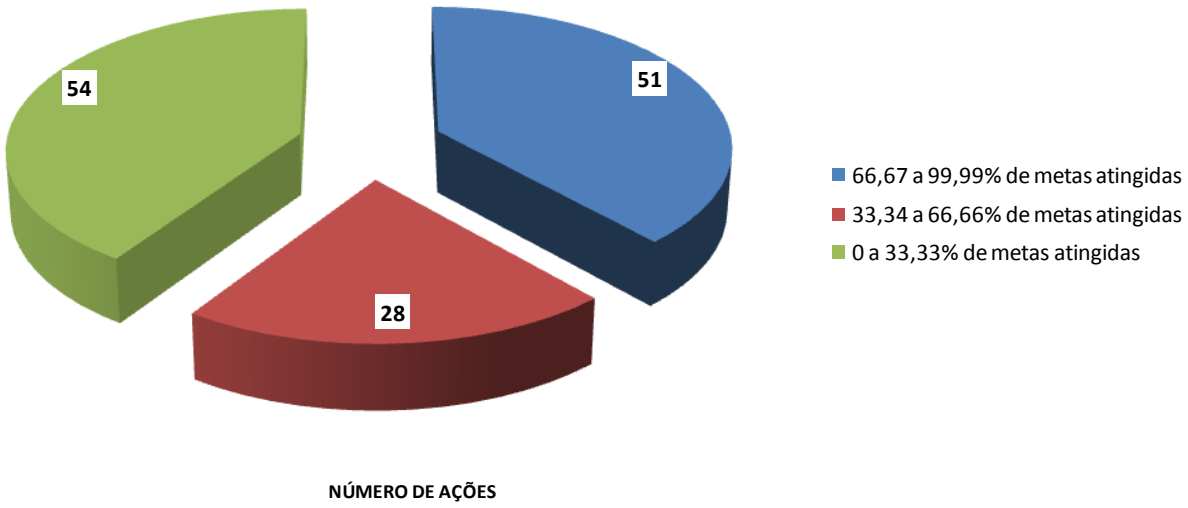
Em relação às 133 ações que não atingiram os quantitativos de metas inicialmente previstos, verificamos os seguintes percentuais de realização:

Percentual de realização de Metas	**66,67 a 99,99% de metas atingidas**	**33,34 a 66,66% de metas atingidas**	**0 a 33,33% de metas atingidas**
Número de Ações	51	28	54

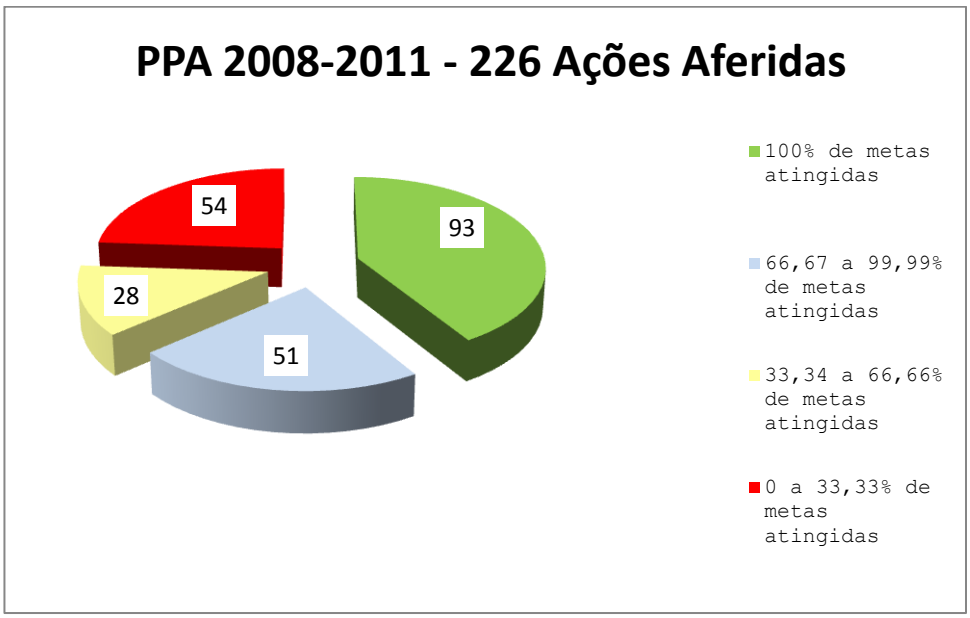
Observamos que, das 133 ações que não atingiram as metas previstas, 51 ações atingiram percentuais entre 66,67% e 99% das metas inicialmente previstas, 28 ações atingiram percentuais entre 34 e 66% das referidas metas e 54 ações se situaram entre 0 e 33% de atingimento de metas.

O Gráfico a seguir vem ilustrar estas ocorrências.

AÇÕES QUE NÃO ATINGIRAM AS METAS INICIALMENTE PREVISTAS



Por fim, demonstramos as ações aferidas, em relação ao atingimento de metas.



Constatamos, então, que das ações aferidas, 41% atingiram 100% das metas, 23% atingiram entre 66,67% e 99,99% das metas, 28% atingiram entre 33,34% a 66,66% das metas, e 24% atingiram entre 0 a 33,33% das metas.

XII – Fiscalizações Operacionais

A fiscalização operacional consiste em uma das vertentes de atuação deste Tribunal, que encontra respaldo nas disposições do artigo 32 da Constituição do Estado.

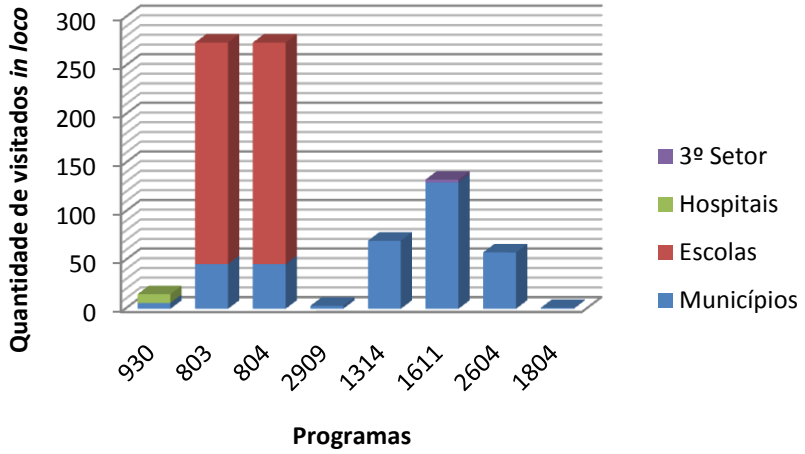
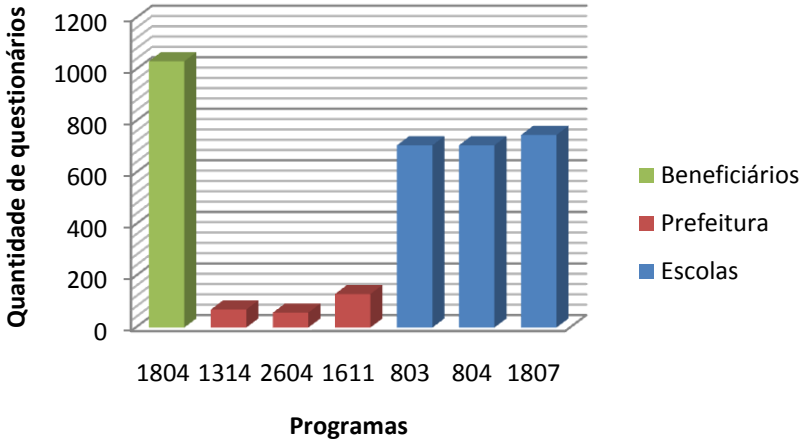
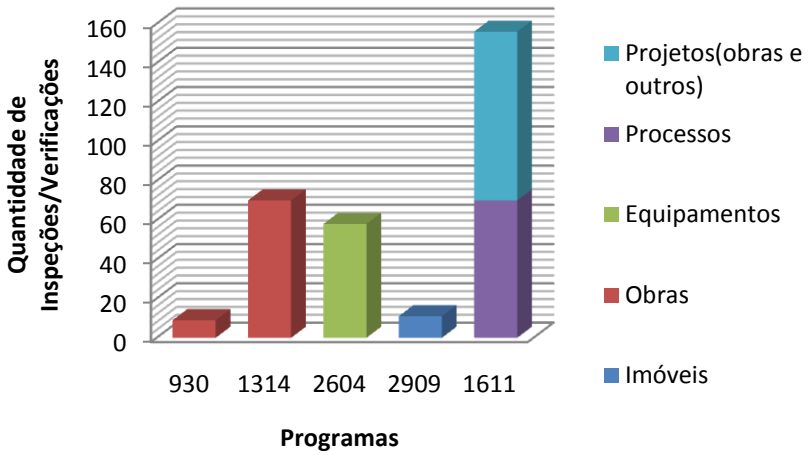
Tal vertente contempla a avaliação do cumprimento dos programas de governo e do desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionadas, em relação aos seus objetivos, metas e prioridades, bem como quanto à alocação e uso dos recursos públicos.

No exercício de 2011, em prosseguimento aos sistemáticos trabalhos de tal natureza, as fiscalizações tiveram objeto e órgão e/ou entidades envolvidos a seguir:

Órgão e/ou entidade	Objeto de fiscalização
Secretaria de Estado da Saúde	**Programa 0930** – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS • **Ação 1377** – construção, reforma, ampliação e aparelhamento para serviços de referência
Secretaria de Estado da Educação	**Programa 0814** – Expansão, Melhoria e Reforma da Rede Física Escolar • **Ação 2034** – reformas e melhorias em prédios escolares • **Ação 2137** – melhoria e substituição de prédios escolares/salas inadequadas
	Programa 0803 – Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental 1. **Ação 5744** – provisão de materiais de apoio pedagógico para as classes do ensino fundamental
	Programa 0804 – Melhoria da Qualidade do Ensino Médio 2. **Ação 5746** – provisão de materiais de apoio pedagógico para as classes de ensino médio
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional	**Programa 2909** – Gestão em Economia e Planejamento 3. **Ação 2291** – desenvolvimento de projetos de reutilização de próprios do Estado 4. **Ação 5533** – administração do patrimônio imobiliário

Órgão e/ou entidade	Objeto de fiscalização
Secretaria de Estado da Segurança Pública – PMSP	**Programa 1807 –** Policiamento Ostensivo 5. **Ação 4718 –** policiamento comunitário 6. **Ação 4993** – defesa do cidadão 7. **Ação 4996** – policiamento escolar 8. **Ação 4997** – prevenção às drogas e à violência/PROERD
	Programa 1818 – Modernização da segurança publica 1. **Ação 5004** – reaparelhamento da polícia paulista
Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	**Programa 1314** – Infraestrutura e Logística para o Agronegócio 2. **Ação 1195 –** Melhor Caminho
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	**Programa 1611** – Gestão dos Recursos Hídricos • **Ação 1153 –** suporte ao funcionamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO • **Ação 1989 –** financiamento de ações com recursos da cobrança pelo uso da água – Lei 12.183/05
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	**Programa 2604** – Gestão e Controle da Qualidade Ambiental • **Ação 1359** – financiamento de projetos ambientais pelo FECOP
Secretaria de Gestão Pública	**Programa 1804** – Sinal Verde

Referidas fiscalizações, executadas com esforços da Diretoria de Contas do Governador e das Unidades Regionais do Tribunal, foram realizadas de acordo com o plano anual aprovado pelo Conselheiro Relator e englobaram visitas a municípios, escolas, hospitais e terceiro setor, bem como aplicação de entrevistas/questionários, inspeção de obras, equipamentos e projetos, e verificação de processos.

Métodos/ Estratégias	Quantitativos - 2011
Visitas in loco	
Questionários	
Inspeções e Verificações	

Os relatórios produzidos encontram-se na íntegra no **TCA – 12.821/026/11,** de onde pode se destacar o constante a seguir:

SAÚDE

XII.1 - INVESTIMENTOS EM SERVIÇOS PRÓPRIOS NO SUS/SP	
Programa 0930 – Atendimento integral e descentralizado no SUS/SP **Objetivo:** Assegurar o atendimento integral à saúde com equidade e resolutividade.	
• **Ação 1377** – Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento para Serviços de Referência **Descrição:** Realização de obras de construção, reforma, adequação e/ou ampliação de áreas prediais, aquisição e/ou reposição de equipamentos tecnológicos.	
Período:	janeiro de 2008 a maio de 2011
Órgão:	Secretaria de Estado da Saúde
Instrução:	DCG-3 – DSF I

A fiscalização teve como objetivo avaliar os investimentos em serviços próprios no âmbito do SUS/SP, analisando em que medida houve aderência ao planejamento SUS, bem como à legislação pertinente.

Foram considerados os fatores que levam a uma boa aplicação dos recursos públicos de saúde sem, entretanto, abordar explicitamente questões relativas à superação das desigualdades de acesso e à garantia da integralidade da atenção à saúde.

A metodologia aplicada baseou-se na análise de documentos e informações requisitados a órgãos da Secretaria de Estado da Saúde e em visitas *in loco*, onde houve observação direta de itens extraídos das medições e coleta de documentos.

As limitações encontradas na realização do trabalho foram as diferenças na estrutura dos instrumentos de planejamento e/ou prestação de contas; a avaliação do cumprimento das metas durante a vigência do Plano Estadual de Saúde; a realização de inspeções sem a disponibilidade

dos projetos executivos; a indisponibilidade de medições à época das consultas aos processos e o não atendimento ou atendimento em desconformidade de prazo ou forma de itens das requisições.

As análises demonstraram a falta de adesão do Estado ao processo de planejamento do SUS e também ao planejamento em si, inclusive pela ausência de peças, como o PDI, além da não correspondência entre as metas e resultados estabelecidos nas diferentes peças, que deveriam se complementar.

Instrumentos de Planejamento e Legislação Básica - Saúde

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Ainda, a falta de planejamento foi uma característica presente desde a concepção das intervenções no contexto da rede de atendimento até a elaboração e execução dos projetos, os quais não apresentavam nível de precisão adequado nem cumprimento de exigências técnicas e legais, como normas estabelecidas na legislação sanitária.

Nível de precisão de projetos

Tipo	Precisão	Margem de Erro	Projeto	Elementos Necessários
Avaliação	Baixa	30%	Anteprojeto	Área construída
				Padrão de acabamento
				Custo unitário básico
Orçamento sintético	Média	10 a 15%	Projeto básico	Plantas principais
				Especificações básicas
				Preços de Referência
Orçamento analítico	Alta	5%	Projeto executivo	Plantas detalhadas
				Especificações completas
				Preços negociados

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Comparação percentuais de aditamento

Obra	Situação Obra	% total aditada
Conjunto Hospitalar do Mandaqui	Andamento	49,84
Hospital de Promissão	Andamento	Sem TA de valor
Hospital Geral de Vila Penteado	Andamento	49,98
Hospital Ipiranga	Andamento	27,94
Hospital Porto Primavera	Andamento	24,99
Instituto Lauro de Souza Lima	Concluída	24,96
Conjunto Hospitalar de Sorocaba	Concluída	49,35
Hospital Brigadeiro - Fase I	Concluída	49,68
Hospital Brigadeiro - Fase II	Concluída	45,34
Hospital das Clínicas de Franco da Rocha	Concluída	28,99

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Como propostas de melhorias, podemos listar como pontos principais a realização de investimentos de acordo com as peças de planejamento e a *publicização* da licitação apenas quando os projetos possuírem um nível de precisão adequado, depois de ouvidos os órgãos competentes.

Com a implantação desses procedimentos, esperam-se como benefícios o suprimento das necessidades de atendimento das diferentes regiões do Estado, necessidades essas retratadas nas peças de planejamento do SUS e a redução no número de termos aditivos de prazo e de valor nos contratos, com planejamento adequado e maior nível de precisão.

EDUCAÇÃO

XII.2 - EXPANSÃO, MELHORIA E REFORMA DA REDE FÍSICA ESCOLAR	
Programa 0814 – Expansão, melhoria e reforma da rede física escolar **Objetivo:** Construir novos prédios, ampliar ou substituir os existentes e adequar as salas de aula para dotar a rede física da Secretaria da Educação de instalações apropriadas, condizentes com o programa educacional vigente e as exigências da lei.	
• **Ação 2034** – Reformas e melhorias em prédios escolares **Descrição:** Execução de reformas que demandem serviços de engenharia e responsabilidade técnica em prédios escolares, regularizando os prédios à legislação de segurança. Incluem-se também, as escolas de tempo integral. São realizadas vistorias, orçamentos, execução da obra, fornecimento de informações gerenciais, cadastro de prédios, normas/especificações/custos e insumos da construção escolar.	
• **Ação 2137** – Melhoria e substituição de prédios escolares/salas inadequadas **Descrição:** Construção de ambientes complementares; regularização à legislação em vigor (bombeiros e acessibilidade); substituição de prédios e de salas inadequadas; fornecimento de mobiliário e equipamentos. Realização de vistorias, topografias, sondagens, pareceres técnicos, aprovação das obras, regularização jurídica dos imóveis, projetos, orçamentos, execução da obra, fornecimento de informações gerenciais, cadastro de prédios, mapeamento da rede física, geoprocessamento, elaboração de normas e especificações da construção, mobiliário, equipamentos, custos e insumos da construção escolar.	
Período:	julho de 2010 a dezembro de 2011
Órgão:	Secretaria de Estado da Educação Fundação para o Desenvolvimento da Educação
Instrução:	DCG-4 – DSF I

A fiscalização teve como objetivo a verificação do planejamento das intervenções físicas nos estabelecimentos escolares (reformas, melhorias e substituição de prédios escolares) traçado pelo Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria de Estado da Educação (SEE) e executado pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE).

Assim, teve por finalidade verificar o planejamento das intervenções físicas nas unidades escolares no tocante aos prazos de execução e no atendimento das necessidades demandadas.

Para tanto, foram analisados os critérios utilizados na definição das prioridades na execução das obras nas escolas, os Planos de Obras referentes aos anos de 2010 e 2011 das escolas públicas estaduais da Capital e Grande São Paulo, de responsabilidade da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo (COGSP), e do interior, de responsabilidade da Coordenadoria de Ensino do Interior (CEI), a relação das ocorrências de solicitação de intervenções físicas realizadas pelas escolas, além da relação de obras realizadas e em execução no período abrangido por esta fiscalização.

A metodologia utilizada baseou-se na análise de documentos e informações requisitados à Secretaria de Estado da Educação (SEE) e à Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), além de consulta a sítios da internet e bancos de dados oficiais.

As limitações encontradas na realização do trabalho são as referentes à obtenção de dados incompletos e inconsistentes, na inexistência das informações solicitadas, além da demora no atendimento das requisições de documentos.

As análises demonstraram a falta de planejamento para implementação das obras, com a inobservância de critérios de priorização, a falta de integração entre as peças orçamentárias (Plano Plurianual e Leis Orçamentárias), a falta de funcionalidade da Central de Atendimento da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (0800), a demora no atendimento das solicitações realizadas pelas escolas, o não cumprimento integral dos Planos de Obras, além da falta de realização de manutenção preventiva nos estabelecimentos escolares.

Como propostas de melhorias, podemos listar o estabelecimento e cumprimento de critérios objetivos para priorização no atendimento das necessidades de intervenções físicas nas unidades escolares, uma maior integração entre as peças orçamentárias, o cumprimento integral do Plano de Obras elaborado pela própria Secretaria de Estado da Educação (SEE), o aperfeiçoamento da Central de Atendimento, além da adoção de um plano de manutenção preventiva dos prédios escolares.

Com a implantação desses procedimentos, espera-se que a manutenção e conservação das escolas públicas estaduais, através de reformas, melhorias e substituição de prédios escolares sejam realizadas de maneira mais célere e eficiente, visando garantir o bom funcionamento, o crescimento e o aprimoramento da rede pública estadual de ensino, com a consequente inclusão de um ensino de mais qualidade em toda a rede.

XII.3 - PROVISÃO DE MATERIAL DE APOIO PEGAGÓGICO

Programa 0803 - Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental

Objetivo: Assegurar a todos os alunos do ensino fundamental, incluindo aqueles com necessidades especiais, a permanência e o percurso escolar, com ações que implementem programas de: alfabetização, destinado às classes de 1ª à 4ª série, reorganização do currículo, revisão dos ciclos da progressão continuada, provisão dos recursos didáticos inovadores entre outros.

- **Ação 5744** - Provisão de Materiais de Apoio Pedagógico para as Classes do Ensino Fundamental

Descrição: Disponibilização de recursos materiais didático-pedagógicos (permanentes e/ou de consumo), incluindo as diversas modalidades de mídias e destinando recursos financeiros para produção, impressão e reprodução de materiais didáticos e textos legais para a escola, aluno e professor, com vistas à viabilização de atividades pedagógicas em sala de aula e em outros espaços pedagógicos. Implementação e informatização de salas de leitura. Realização de parcerias com demais esferas de governo, órgãos e instituições públicas e privadas para desenvolvimento de ações voltadas à educação.

Programa 0804 – Melhoria da Qualidade do Ensino Médio

Objetivo: Ampliar e melhorar a qualidade de ensino, assegurando a consolidação e o aprofundamento do conhecimento através da melhor remuneração e do aperfeiçoamento didático-pedagógico de seus profissionais, e, assim, certamente, contribuir para construir um aluno consciente de suas responsabilidades como cidadão.

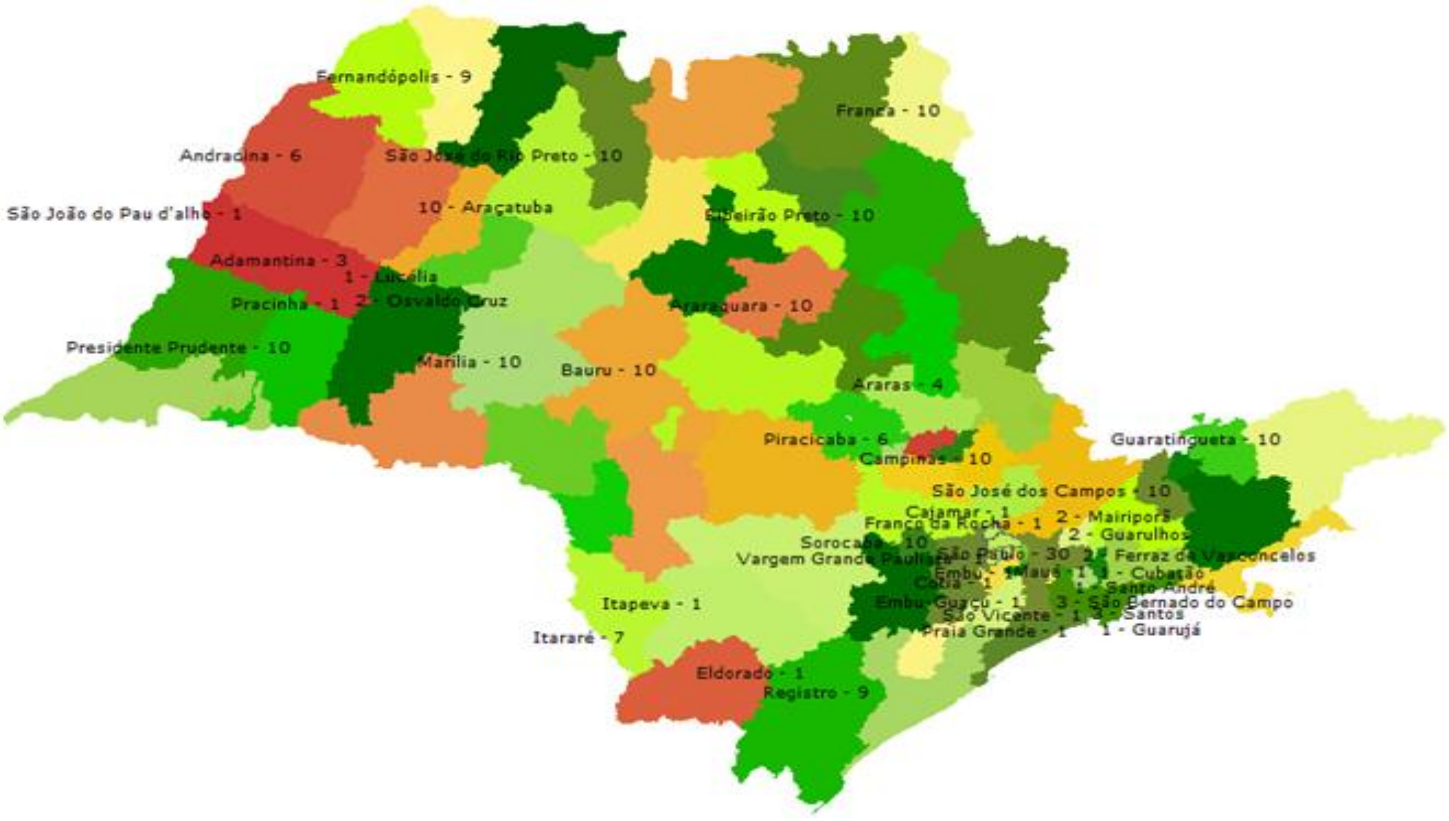
- **Ação 5746** – Provisão de Materiais de Apoio Pedagógico para as Classes do Ensino Médio

Descrição: Disponibilização de recursos materiais didático-pedagógicos (permanentes e/ou de consumo), incluindo as diversas modalidades de mídias, destinação de recursos financeiros para produção, impressão e reprodução de materiais didáticos e textos legais para a escola, aluno e professor, com vistas à viabilização de atividades pedagógicas em sala de aula e em outros espaços pedagógicos. Implementação e informatização de salas de leitura. Realização de parcerias com demais esferas de governo, órgãos e instituições públicas e privadas para desenvolvimento de ações voltadas à educação.

Período	janeiro de 2008 a outubro de 2011
Órgão:	Secretaria de Estado da Educação
Instrução:	DCG-2 – DSF I

A fiscalização teve como objetivo avaliar o planejamento, a operacionalização e a consequente distribuição às escolas da rede pública de ensino do Estado dos materiais de apoio pedagógico para as classes dos ensinos fundamental e médio.

Total de escolas selecionadas por municípios para a fase de execução



Fonte: TC-A-12.821/026/11

A metodologia aplicada baseou-se em entrevistas com os gestores das ações fiscalizadas, na análise de documentos e informações requisitados a órgãos da Secretaria de Estado da Educação bem como em visitas às escolas da rede pública estadual, onde houve observação direta, entrevistas com os envolvidos diretamente nas atividades afins e registro fotográfico.

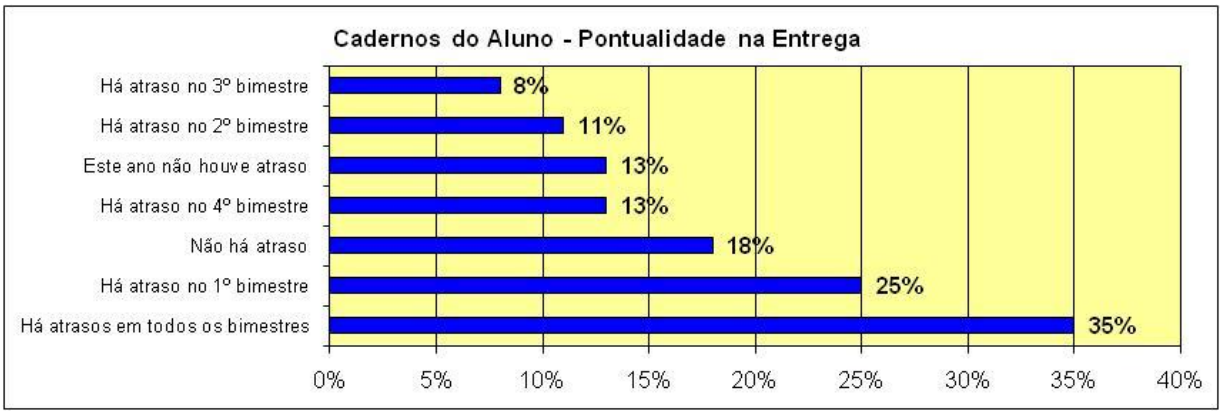
As limitações encontradas na realização foram: desenvolvimento de "Programas"/Projetos cujas nomenclaturas não coincidem com os Programas/Ações constantes do PPA e LOA; falta de registro das compras efetuadas pela FDE nos sistema SIAFEM/SIAFÍSICO; eventuais equívocos ou erros de interpretações das questões formuladas por parte dos entrevistados e alta rotatividade de diretores e coordenadores pedagógicos que não tinham todas as informações requeridas referentes aos bimestres passados.

As análises demonstraram falta de transparência da FDE, órgão executor da SEE, no tocante à execução orçamentária, não sendo possível identificar credores (fornecedores) e valores em consultas ao sistema SIAFEM/ SIGEO, uma vez que a descrição da despesa na nota de empenho é feita de forma genérica o que garante maleabilidade à Fundação quanto aos pagamentos a fornecedores, no que diz respeito à identificação do credor, a especificação e a importância da despesa, em desacordo ao artigo 61 da Lei Federal 4320/64.

Com relação aos "programas"/projetos constatamos:

"Programa"/Projeto São Paulo faz Escola

a) Atrasos significativos na entrega dos cadernos de alunos;



Fonte: TC-A-12.821/026/11

b) Quantidades de cadernos de aluno insuficientes ou excesso de reserva técnica;

EE Carolina Lopes da Almeida
Município: Bauru

EE Profª Dulce Esmeralda B. Ferreira
Município: Sorocaba

EE Dom João Nery
Município: Campinas

EE Professor Carlos Lencastre
Município: Campinas

Fonte: TC-A-12.821/026/11

c) Com relação à apropriação dos materiais de apoio pedagógico há necessidade de mais cursos presenciais ao corpo docente, uma vez que professores que participam destes cursos tem maior aderência ao projeto;

d) Necessidade de melhorias na conectividade e equipamentos de informática, uma vez que o uso das Salas do Acessa Escola, como ferramenta de pesquisa e aprendizagem conforme indicação constante nos cadernos de aluno se mostrou pouco eficiente em virtude das salas se encontrarem, em muitas escolas, indisponíveis, sem equipamentos ou conectividade; e

e) Espaços inadequados para o armazenamento dos materiais de apoio pedagógico.

EE Luiz Castanho de Almeida Município: Bauru	EE Dr. Álvaro Guião Município: Andradina

Fonte: TC-A-12.821/026/11

"Programa"/Projeto Sala de Leitura

f) Algumas escolas com Salas de leitura já implantadas não estão em funcionamento pleno devido à falta de professor atribuído, de equipamentos de informática e conexão com a internet, inviabilizando o uso do sistema Infoprisma;

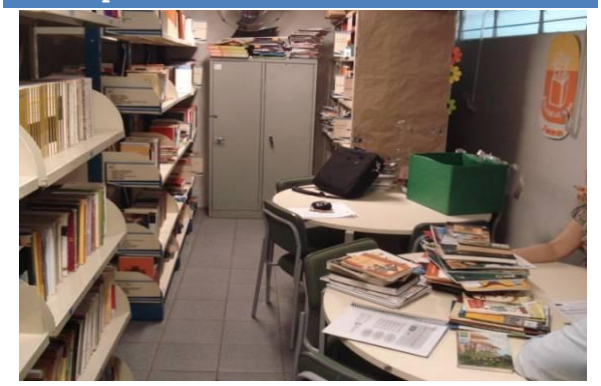
Fonte: TC-A-12.821/026/11

Entregas e Pendências referentes às Salas de Leitura da 1ª e 2ª fases	
ENTREGUES	**PENDÊNCIAS**
Execução de 1382 pontos lógicos de conectividade e elétrica realizados em 504 escolas da 1ª Fase e 125 escolas da 2ª Fase	Execução de 2.319 pontos lógicos de conectividade e elétrica a serem realizadas em 773 escolas da 2° Fase;
Entrega e instalação de 929 computadores referentes à 1ª Fase;	Entrega e instalação de 1.796 computadores referentes a 2ª Fase;
Entrega de 504 leitores de código de Barras referentes à 1ª Fase.	Aquisição, entrega e instalação de 1.402 impressoras, subdivididas em: 504 para as escolas da 1ª Fase e 898 para as escolas da 2ª Fase;
	Entrega e instalação de 898 leitores de código de barras referente a 2ª Fase;

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Falta de estrutura nas Salas de Leitura

EE Profª. Jordina Amaral Arruda
Município: Sorocaba



EE Prof° José Augusto Lopes Borges
Município: Araçatuba

Fonte: TC-A-12.821/026/11

g) Falta de controle da FDE com relação aos jornais e revistas semanais entregues às escolas.

Contratos vigentes de periódicos para o projeto Sala de Leitura

EXERCÍCIO	Ação	Contrato	Data Assinatura	Contratada	Objeto	Valor Contrato Principal
2012	5744	15/00624/11/04-001-001	01/08/2011	S/A.O ESTADO DE SAO PAULO	jornal "O Estado de São Paulo"	2.048.616,00
2012	5744	15/00625/11/04-001-001	01/08/2011	EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.	jornal "Folha de São Paulo"	2.002.518,56
2012	5744	15/00626/11/04-001-001	01/08/2011	EDITORA ABRIL S/A	Revista "VEJA"	1.053.140,00

EXERCÍCIO	Ação	Contrato	Data Assinatura	Contratada	Objeto	Valor Contrato Principal
2012	5744	15/00627/11/04-001-001	25/07/2011	EDITORA BRASIL 21 LTDA	Revista ISTO É	1.108.602,00
2012	5744	15/00628/11/04-001-001	26/07/2011	EDITORA GLOBO S/A.	Revista Época	1.052.870,00
2010	5744	15/00624/11/04-001-001	01/08/2011	S/A.O ESTADO DE SAO PAULO	jornal "O Estado de São Paulo"	700.000,00
2010	5744	15/00625/11/04-001-001	01/08/2011	EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.	jornal "Folha de São Paulo"	462.971,44
2010	5744	15/00626/11/04-001-001	01/08/2011	EDITORA ABRIL S/A	Revista "VEJA"	150.140,00
2010	5744	15/00627/11/04-001-001	25/07/2011	EDITORA BRASIL 21 LTDA	Revista ISTO É	229.878,00
2010	5744	15/00628/11/04-001-001	26/07/2011	EDITORA GLOBO S/A.	Revista Época	150.410,00
2012	5746	15/00625/11/04-001-001	01/08/2011	EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.	jornal "Folha de São Paulo"	115.790,00

Fonte: TC-A-12.821/026/11

"Programa"/Projeto Cultura é Currículo

h) Existência de locais improvisados para a exibição de filmes e falta de manutenção dos equipamentos colocados à disposição das escolas.

EE Italo Betarelo – Norte 1
Município:São Paulo

EE Delfino Ribeiro Guimarães
Município: Mauá

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Como propostas de melhorias, podemos arrolar:

a) Que a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, contabilize como receita os recursos decorrentes do convênio com a Secretaria de Estado da Educação - SEE ou, então, que sejam consignados os valores diretamente no orçamento da Fundação (artigo 7° da Portaria Interministerial n° 163/2001) e que os empenhos de suas despesas sejam emitidos em nome dos respectivos credores em obediência ao artigo 61 da Lei 4.320/64;

b) Maior controle por parte da FDE da logística de distribuição no que diz respeito a prazo de entrega e quantitativos dos materiais de apoio pedagógico de todos os projetos desenvolvidos, por meio de aprimoramento no seu sistema de entrega de materiais;

c) Reformulação dos requisitos estabelecidos para o professor atribuído à Sala de Leitura a fim de prover os cargos vagos e operacionalizar o "Programa"/Projeto Sala de Leitura, no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades previstas na Resolução n° 15/2009;

d) Que sejam feitas manutenções periódicas dos equipamentos de informática com a providência de estarem conectados à internet, possibilitando o uso das Salas do Acessa Escola, assim como das Salas de Leitura com o uso do sistema integrado Infoprisma; e

e) Que se realizem manutenção dos equipamentos destinados a exibição dos filmes do "Programa"/Projeto Cultura é Currículo.

Tomadas estas medidas espera-se que sejam supridas as deficiências que impedem o pleno desenvolvimento dos projetos educacionais idealizados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

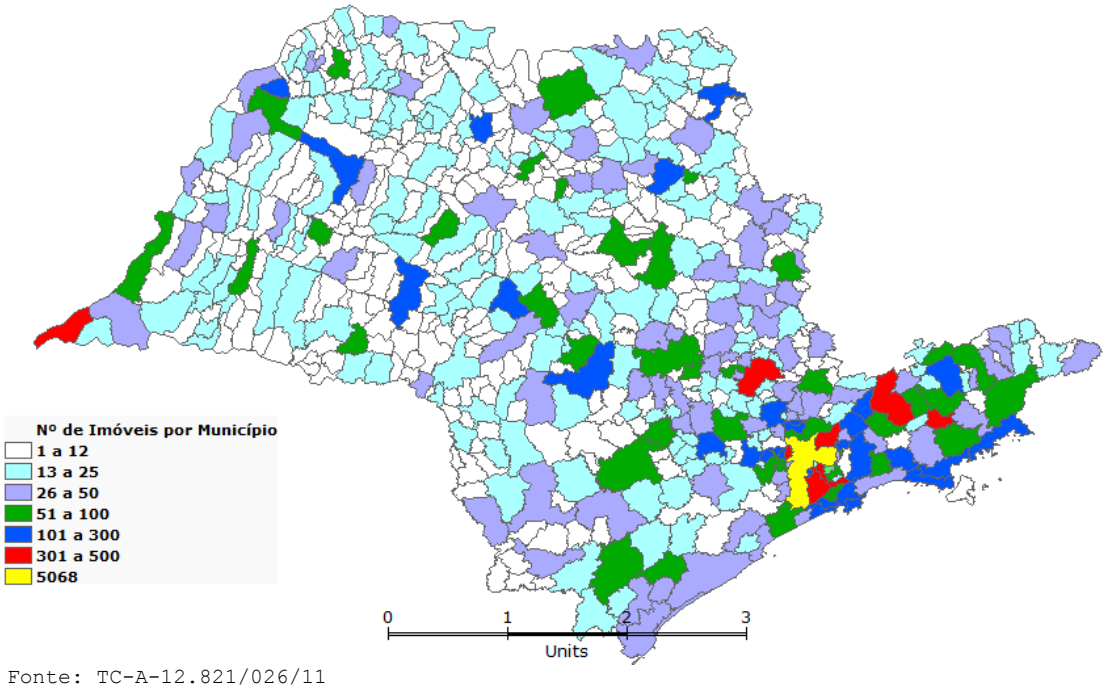
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

XII.4 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO	
Programa 2909 - Gestão em Economia e Planejamento **Objetivo:** Apoiar, administrativamente, o desempenho da Secretaria de Economia e Planejamento no cumprimento de sua missão como órgão central de planejamento e orçamento e de formulador de políticas públicas de desenvolvimento do Estado.	
9. **Ação 2291** – Desenvolvimento de Projetos de Reutilização de Próprios do Estado **Descrição:** Suporte financeiro, logístico e administrativo para desenvolvimento de projetos visando preparar próprios do Estado para a utilização em novas finalidades.	
10. **Ação 5533** – Administração do Patrimônio Imobiliário **Descrição:** Assessoria técnica à gestão do patrimônio imobiliário, serviços de consultoria imobiliária e assessoria na alienação onerosa de imóveis do Estado.	
Período	2011
Órgão:	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional
Instrução:	DCG-3 – DSF I

A fiscalização teve como objetivo avaliar a gestão do patrimônio imobiliário enquanto instrumento de apoio à ação governamental.

Foram considerados alguns fatores que contribuem para uma eficiente administração, controle e aproveitamento dos imóveis. Não foram abordadas questões relacionadas ao mérito das decisões sobre alienação, locação, destinação, permissão e concessão de uso, além de outras que integram a esfera discricionária do Estado.

Distribuição dos imóveis por município.



Fonte: TC-A-12.821/026/11

A metodologia aplicada baseou-se na análise de documentos e informações requisitados a órgãos da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, à Secretaria da Fazenda e à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, além de consultas ao Sistema de Gerenciamento de Imóveis - SGI.

As limitações encontradas na realização do trabalho foram: a) a necessidade de dilação de prazo para obtenção de respostas às requisições; b) dificuldade na seleção de imóveis para definição de amostra; e c) atendimento em leiaute diverso do solicitado.

Os dados obtidos permitiram que se fizessem considerações sobre: a) o sistema de gerenciamento existente, quanto à confiabilidade de seus dados, funcionalidades disponibilizadas, abrangência de suas informações; e b) aproveitamento do patrimônio imobiliário na perspectiva da redução das despesas correntes, pelo aproveitamento de espaços ociosos e mal destinados.

As análises demonstraram oportunidades de melhoria/deficiências nos sistemas de informações utilizados pelos diferentes órgãos envolvidos no Sistema de Gestão do Patrimônio - SGPI, inclusive pela falta de integração entre eles. No Sistema de Gerenciamento de Imóveis, o SGI, que deveria ser a principal ferramenta utilizada, foram identificados casos de inconsistências que repercutem na sua confiabilidade. Além disso, algumas funcionalidades se apresentam de forma bem limitada (emissão de relatórios gerenciais) ou não implementada (dimensão contábil).

Exemplos de inconsistências no SGI

Inconsistência	Quantidade de imóveis	Código SGI (pesquisa exemplificativa)
Ficha de imóveis sem imagem[10]	11.905	19263, 19284, 19285, 19290, 22287, 22386, 22399, 22436, 22497, 22507, 22570, 22877, 22878, 22879
Ficha de terrenos com edificação.	37	24401, 44561, 44562, 44563, 44567, 44471, 44573, 44620, 44622, 44590, 44598, 44602, 44603, 44604, 44605, 44577, 44578, 44584, 44585, 44586, 44587, 47603, 46344, 22430, 46379, 44620
Fichas de imóveis sem ocupação.	383	7626
Fichas de imóveis com edificação (sobrando).	505	22568, 24168, 24684
Fichas de imóveis com edificação (faltando).	2.444	24157, 24466
Ficha de imóvel com informação de "alienado" constante em relação de imóveis de próprios e vagos.		15397, 21609, 22245, 22246, 24160, 24166, 24168, 24360, 24423, 24447, 46379, 46782, 48276, 48375, 48376, 48377, 48378
Ficha de imóveis distintos, com a mesma foto		22267 e 22268, 22757 e 22766, 23333 e 23334, 22637 e 22638, 22633 e 22635, 22983 e 23237, 23113 e 23116, 23114 e 23115, 22252 e 22555 e 22556 e 22557 e 22559, 22609 e 22618, 23454 e 23453

Fonte: TC-A-12.821/026/11

No que diz respeito ao aproveitamento do patrimônio imobiliário foram identificados casos pontuais de imóveis sem destinação e vagos ou invadidos, decorrentes de desapropriação ou adjudicados em executivos fiscais, que não concorrem para uma gestão que visa à redução das despesas correntes, menores custos, controle efetivo e o aproveitamento adequado dos espaços vagos ou mal destinados.

[10] Segundo o Manual Conceitual do SGI, deveriam ter pelo menos duas fotos.

Imóvel Invadido - Estr. Particular Eiji Kikuti, 309, São Bernardo do Campo

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Tais ocorrências podem contribuir ou ter contribuído para a não eficácia da gestão exercida pelo Estado sobre o seu patrimônio, até mesmo com gastos desnecessários ao erário.

Como propostas de melhorias, os atores envolvidos no processo poderiam conjugar esforços para a criação de um sistema informatizado que condense as informações e funcionalidades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, com fluxos e procedimentos permanentes de atualização, integrado a outros sistemas utilizados, além de ações para melhoria da qualidade das informações inseridas no banco de dados referencial, inclusive por meio do implemento da obrigatoriedade de atualização deste banco.

Com a implantação desses procedimentos, esperam-se como benefícios a melhor qualidade e, consequentemente, confiabilidade das informações contidas no banco de dados, decisões embasadas em critérios pré-determinados, utilização criteriosa de dinheiro público, maior organização do patrimônio, utilização racional e adequada dos imóveis estaduais, melhorias no controle, maior nível de planejamento de ações.

SEGURANÇA PÚBLICA

XII.5 - POLICIAMENTO OSTENSIVO E MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Programa 1807 - Policiamento Ostensivo

Objetivo: Possibilitar que o policiamento ostensivo, por meio dos seus diversos programas, ofereça serviços de qualidade com a eficiência, eficácia e efetividade necessárias, para a ampla obtenção dos melhores resultados na área da segurança pública, em prol da garantia da ordem pública e da promoção dos direitos humanos.

11. **Ação 4718 -** Policiamento comunitário

Descrição: Promoção do conhecimento das particularidades das comunidades com as quais o policial interage no dia a dia, facilitando a acessibilidade e a otimização do policiamento comunitário e ostensivo por meio da presença constante e visibilidade para as pessoas e da prestação de serviços com qualidade.

12. **Ação 4993** - Defesa do cidadão

Descrição: Realização do policiamento ostensivo para a preservação da ordem pública e promoção dos direitos humanos por meio dos múltiplos tipos, processos e modalidades de policiamento, tais como a pé, a cavalo, com viatura, com apoio de helicóptero, barco, envolvendo todas as unidades da Polícia Militar.

13. **Ação 4996** - Policiamento escolar

Descrição: Promoção de atividades de policiamento preventivo no entorno das escolas da rede pública estadual com o emprego de tecnologia e recursos humanos, a fim de inibir ações delitivas nos perímetros escolares de todo o Estado.

14. **Ação 4997** - Prevenção às drogas e à violência/PROERD

Descrição: Desenvolvimento do Programa de Prevenção às Drogas e à Violência nos estabelecimentos de ensino do Estado e dos municípios, públicos e particulares, orientando crianças e adolescentes por meio de palestras, cursos e campanhas quanto ao uso indevido de drogas e a violência nas escolas do Estado.

Programa 1818 - Modernização da segurança pública **Objetivo:** garantir segurança pública, agregar valores às atividades da polícia, atualizar, integrar, compartilhar e expandir os sistemas inteligentes, expandir e atualizar os equipamentos policiais, digitalizar e integrar as comunicações com priorização nas regiões metropolitanas e municípios sedes de comandos.	
3. **Ação 5004** - Reaparelhamento da policia paulista **Descrição:** Modernização da polícia envolvendo a provisão de equipamentos de proteção individual, veículos, armas e munições e de equipamentos de informática, quer pela expansão, quer pela simples substituição em decorrência da obsolescência.	
Período	2008 a 2011
Órgão:	Secretaria de Estado da Segurança Pública – PMSP
Instrução:	DCG-2 – DSF I

A fiscalização teve como objetivo avaliar o planejamento e funcionamento dos programas governamentais Policiamento Ostensivo e Modernização da Segurança Pública.

A metodologia aplicada baseou-se na análise da integração entre as peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA), revisão legislativa, de documentos e informações requisitadas a órgãos da Secretaria da Segurança Pública, entrevista realizada no Grupo de Supervisão de Proteção Escolar e Cidadania – SPEC (Secretaria de Estado da Educação), bem como envio de questionários às escolas da rede pública estadual a fim de se avaliar o Policiamento Escolar e o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência). Desta forma, a avaliação no Policiamento Escolar foi feita pelo próprio Estado, na figura dos responsáveis (direção) das escolas selecionadas.

As limitações encontradas na realização decorreram de: não envio de respostas aos questionários encaminhados acerca de informações relevantes sobre o funcionamento e operacionalização das ações desenvolvidas pela Polícia Militar, atraso nas respostas às requisições; os dados disponibilizados pela PM foram consolidadas por Comandos e não por municípios, como havia sido solicitado, impossibilitando a análise de forma individualizada; inconsistências nos dados de despesas por programa obtidos no Sistema SIGEO/SIAFEM; e eventuais erros de interpretação

por parte dos responsáveis pelas escolas na elaboração das respostas ao questionário enviado.

As análises com relação ao planejamento e operacionalização das ações demonstraram que:

Recursos orçamentários

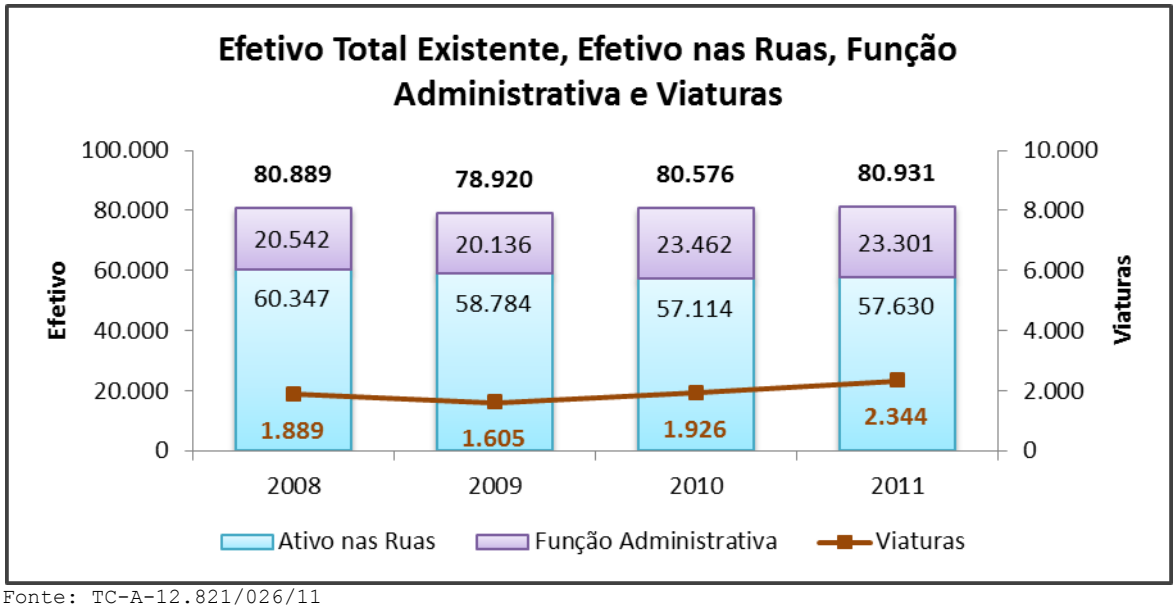
a) A aplicação dos gastos na Função 06 – Segurança Pública é destinado em quase sua totalidade à capital;

DEPARTAMENTO / COMANDO DE POLICIAMENTO	2008	AV%	2009	AV%	2010	AV%	2011	AV%
Decap - CPC (Capital)	7.312.417.798,02	83,58	8.462.310.574,04	85,71	9.006.112.529,03	85,54	10.305.719.773,96	86,82
Deinter 1 - CPI 1 (São José dos Campos)	137.161.876,66	1,57	123.765.452,23	1,25	128.214.192,69	1,22	133.368.112,72	1,12
Deinter 2 - CPI 2 (Campinas)	145.863.293,23	1,67	124.310.271,84	1,26	137.082.789,41	1,30	132.155.084,92	1,11
Deinter 3 - CPI 3 (Ribeirão Preto)	171.755.903,73	1,96	158.132.760,76	1,60	165.990.396,46	1,58	168.894.512,59	1,42
Deinter 4 - CPI 4 (Bauru) Total	124.184.645,70	1,42	118.637.464,69	1,20	129.883.185,23	1,23	133.532.342,05	1,12
Deinter 5 - CPI 5 (São José do Rio Preto) e CPI - 10 (Araçatuba)	159.695.002,24	1,83	151.546.137,64	1,54	166.465.128,30	1,58	173.089.077,13	1,46
Deinter 6 - CPI 6 (Santos)	132.373.625,05	1,51	117.276.882,84	1,19	129.671.738,26	1,23	134.415.333,73	1,13
Deinter 7 - CPI 7 (Sorocaba)	148.264.656,56	1,69	140.954.942,13	1,43	151.505.457,36	1,44	152.197.699,34	1,28
Deinter 8 - (Presidente Prudente)	56.033.421,41	0,64	65.878.297,35	0,67	77.472.255,03	0,74	78.481.740,19	0,66
Deinter 9 - (Piracicaba)	88.739.628,15	1,01	101.659.477,36	1,03	109.993.267,77	1,04	120.419.613,75	1,01
Demacro - CPM (Grande São Paulo (exclui a Capital))	272.801.299,65	3,12	308.181.936,58	3,12	326.285.642,77	3,10	338.184.350,07	2,85
TOTAL GERAL	8.749.291.150,40	100	9.872.654.197,46	100	10.528.676.582,31	100	11.870.457.640,45	100

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Efetivo e equipamentos

b) O efetivo total existente diminuiu ao longo do período de vigência do PPA 2008-2011, em contraponto ao aumento dos indicadores de criminalidade e o efetivo alocado na função administrativa tem crescido em todo Estado;



Fonte: TC-A-12.821/026/11

Base Comunitária

c) As bases comunitárias não estão instaladas em alguns municípios que apresentaram índices de criminalidade acima da média estadual;

Bases comunitárias x municípios

Comando	MUNICÍPIOS	HOM. DOLOSO	FURTO	ROUBO	ROUBO E FURTO DE VEÍCULO	BCS	BCSD	PPM	BCM Distribuídas	BCM a Distribuir
CPI 9	Americana					1			1	
CPI 10	Andradina					1		1	1	
CPI 10	Araçatuba					4			1	
CPA/M-7	Arujá								1	
CPI 4	Assis							1	1	
CPI 2	Atibaia									
CPI 3	Barretos					2	1		1	
CPI 3	Batatais									
CPI 4	Bauru					1	1		3	
CPI 3	Bebedouro						1			
CPA/M-7	Cajamar								1	
CPI 2	Campinas					7		1	4	1
CPI 1	Caraguatatuba								1	
CPA/M-8	Carapicuíba							1	2	1
CPI 1	Cruzeiro								1	

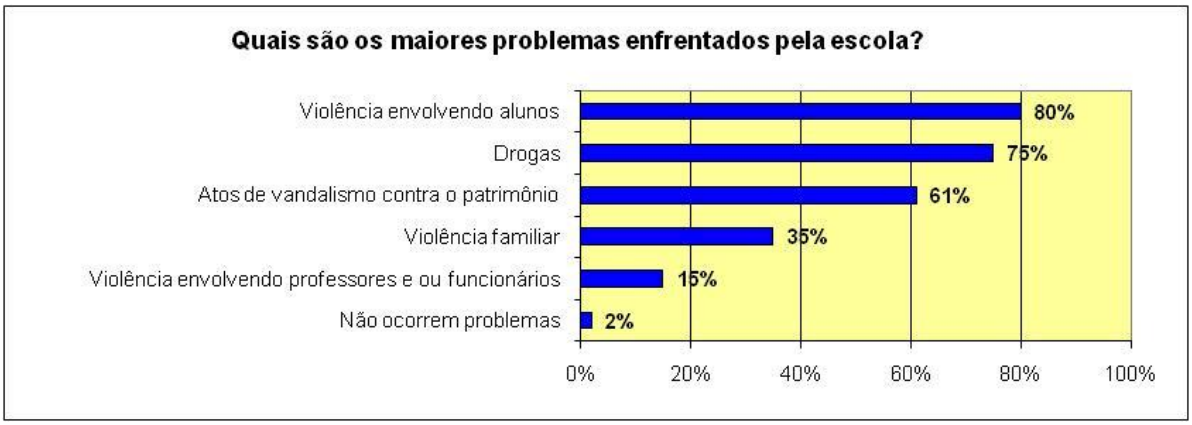
Comando	MUNICÍPIOS	HOM. DOLOSO	FURTO	ROUBO	ROUBO E FURTO DE VEÍCULO	BCS	BCSD	PPM	BCM Distribuídas	BCM a Distribuir
CPI 6	Cubatão								1	
CPA/M-6	Diadema							1	3	1
CPA/M-8	Embu								2	
CPA/M-8	Embu Guaçu									
CPI 3	Franca								2	
CPA/M-7	Franco da Rocha							1	1	
CPI 9	Hortolândia									
CPI 7	Ibiúna									
CPI 6	Itanhaem					1			1	
CPA/M-8	Itapecerica da Serra								1	1
CPA/M-8	Itapevi							1	1	
CPA/M-12	Itaquaquecetuba							1	1	1
CPI 7	Itu									
CPI 3	Jaboticabal								1	
CPI 1	Jacareí								1	
CPI 2	Jundiaí								2	
CPI 9	Leme									
CPI 4	Lins								1	
CPI 1	Lorena								1	
CPI 4	Marília					2			1	1
CPA/M-7	Mairiporã							1	1	
CPI 6	Mongaguá								1	
CPA/M-8	Osasco								2	
CPI 4	Ourinhos							3	1	
CPI 2	Paulínia									
CPI 9	Piracicaba					5			1	1
CPI 9	Pirassununga								1	
CPI 8	Presidente Prudente					1		6	1	1
CPI 3	Ribeirão Preto					4			1	1
CPI 9	Rio Claro								1	
CPA/M-6	Santo André							2	4	1
CPI 6	Santos					2		1	3	1
CPA/M-6	São Bernardo do Campo								1	1

Comando	MUNICÍPIOS	HOM. DOLOSO	FURTO	ROUBO	ROUBO E FURTO DE VEÍCULO	BCS[1]	BCSD[2]	PPM[3]	BCM[4] Distribuídas	BCM[4] a Distribuir
CPA/M-6	São Caetano do Sul									
CPI 3	São Carlos							2	1	
CPI 5	São José do Rio Preto					2		1	3	
CPC	São Paulo					44		36	64	29
CPI 1	São Sebastião					3			1	
CPI 9	Sumaré								1	
CPA/M-6	Taboão da Serra									
CPI 1	Taubaté					1			1	1
CPI 4	Tupã								1	
CPI 2	Valinhos									
CPI 5	Votuporanga								1	

Fonte: TC-A-12.821/026/11
Notas:
[1] BCS: Bases Comunitárias de Segurança
[2] BCSD: Bases Comunitárias de Segurança Distritais
[3] PPM: Postos Policiais - Militares
[4] BCM: Bases Comunitárias Móveis

Policiamento Escolar

d) Foi verificado que 80% das escolas participantes da pesquisa sobre a Ronda Escolar sofreram algum tipo de violência e que os casos mais recorrentes são: violência envolvendo alunos, drogas e atos de vandalismo contra o patrimônio;



Obs.: As pessoas podem marcar mais de uma caixa de seleção. Então a soma das percentagens pode ultrapassar 100%
Fonte: TC-A-12.821/026/11

e) A maioria das escolas não registra essas ocorrências em BO, nem o fazem se utilizando do Sistema de Registro de Ocorrências Escolares disponibilizado pela SEE;

f) Algumas escolas quando solicitam a presença da Ronda Escolar não são atendidas, indicando possível falta de efetivo ou viatura disponível, uma vez que cada RE é responsável, em média, por 8 escolas; e

Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência (PROERD)

g) Alcance das metas estabelecidas no PPA 2008-2011, com relação ao número de alunos e escolas participantes do PROERD, porém não foi possível identificar se os cursos estão sendo efetivamente direcionados às localidades que apresentam maiores números de ocorrências em tráfico de entorpecentes.

Observaram-se boas práticas no modelo de gestão (GESPOL) que está em fase de implantação na Polícia Militar; os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) acompanham o efetivo em casos de transferências ou deslocamento do efetivo; e o número de viaturas em relação ao efetivo existente cresceu em todos os Comandos de Policiamento.

Como propostas de melhorias, podemos listar:

Recursos Orçamentários

a)Melhor alocação ou distribuição dos recursos orçamentários nas regiões onde os indicadores de criminalidade tem crescido acima da média estadual;

Efetivo Total Existente

b) Aumento do efetivo ativo nas ruas e consequente diminuição do efetivo na função administrativa, com proposta de se realizar concursos públicos específicos para a função administrativa;

Bases Comunitárias

c) Aumentar o número de bases comunitárias fixas e móveis, estendendo a sua atuação para municípios que tem apresentado número crescente em indicadores de criminalidade;

Policiamento Escolar

d) Maior divulgação para as escolas da ferramenta, já existente, de Registro de Ocorrências Escolares, a fim de propiciar a integração entre a

Secretaria de Educação e Polícia Militar, no sentido de melhor adequar a Ronda Escolar com informações atualizadas do Cartão Prioridade de Patrulhamento (CPP), o qual orienta as patrulhas em seus roteiros preestabelecidos;

e) Aumento de efetivo e viaturas destinadas às regiões que apresentam maiores ocorrências para que possa atender aos chamados das escolas quando solicitados e efetuar a ronda nos horários de entrada e saída; e

Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência (PROERD)

f) Ampliar o número de escolas atendidas pelo PROERD observando-se àquelas pertencentes às regiões que apresentam maiores registros de tráfico de entorpecentes.

Com a implantação desses procedimentos, espera-se que sejam alcançadas as finalidade traçadas nas Diretrizes de cada um dos Programas e Ações desenvolvidos pela Secretaria da Segurança Pública.

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

XII.6 - MELHOR CAMINHO	
Programa 1314 – Infraestrutura e Logística para o Agronegócio **Objetivo:** Aprimorar os sistemas de transportes e logística do agronegócio, elevando a trafegabilidade das estradas rurais, visando reduzir perdas de produção e maior acesso da população rural a serviços urbanos, e implantar medidas que levem à estruturação da logística setorial, em ações convergentes para melhoria da qualidade de vida no campo e geração de emprego e renda pela agregação de valor.	
4. **Ação 1195 –** Melhor Caminho **Descrição:** Execução de serviços de conservação e adequação de estradas rurais de terra prestados pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP, visando eliminar os processos de erosão do solo e de assoreamento dos mananciais, bem como torná-las transitáveis o ano todo.	
Período:	Janeiro de 2008 a junho de 2011
Órgão:	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
Instrução:	DCG-4 – DSF I

A fiscalização teve como objetivo a verificação da instrumentalização da ação governamental Melhor Caminho (Ação 1195) traçado pelo Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e executado pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP).

Assim, teve por finalidade a verificação do funcionamento da ação Melhor Caminho e o alcance de seus objetivos gerais e específicos.

Atendimento do programa ao longo dos anos

Ano	Valor contratado (R$)	KM contratado (R$)	Total de contratos
1997	4.544.806,00	553,86	86
1998	9.981.754,72	910,92	162
1999	9.127.090,00	466,59	112
2000	13.000.000,00	693,24	164
2001	15.505.000,00	792,97	175
2002	23.559.796,00	789,80	273
2003	9.692.097,84	436,62	64
2004	9.742.205,61	349,88	42
2005	5.710.834,38	76,58	14
2006	16.002.856,85	251,93	58
2007	47.948.432,89	743,13	139
2008	109.777.308,00	1.553,99	264
2009	92.352.727,08	1.078,62	184
2010	91.818.594,00	1.150,50	215
	458.763.503,37	9.848,63	1952

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Para tanto, foram analisados o planejamento para implementação das obras, a integração entre as peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA), a integração entre os diversos atores envolvidos na ação (Secretaria de Estado da Agricultura, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, CODASP, Prefeituras, etc.), além de questões referentes à fiscalização das obras, transferência de tecnologia e manutenção das estradas depois de realizadas as intervenções, dentre outros pontos.

A metodologia utilizada baseou-se na análise de documentos e informações requisitados à SAA e à CODASP, de questionários aplicados aos municípios e em visitas *in loco*, onde houve observação direta da situação das estradas rurais recuperadas.

As limitações encontradas na realização se deram somente no tocante à sua execução, com a obtenção de dados muitas vezes incompletos e inconsistentes. Além da dificuldade de se encontrar a pessoa responsável na prefeitura, muitas vezes ela não estava presente quando da realização da obra ou de seu planejamento, o que pode ter resultado em dados consolidados inconsistentes.

As análises demonstraram a falta de planejamento para implementação das obras, a inexistência de integração entre a Secretaria de Agricultura e a Secretaria do Meio Ambiente, a falta de integração entre as peças

orçamentárias (PPA, LDO e LOA), além da falta de indicadores que avaliem a redução do custo de conservação das estradas rurais, do custo do transporte dos insumos e produtos agrícolas e indicadores que demonstrem estímulo à produção.

Previsão de atendimento do programa (2008-2011)

ANO	PREVISTO (PPA)		PREVISTO (LDO)		PREVISTO (LOA)	
	Valor (R$)	Km	Valor (R$)	Km	Valor (R$)	Km
2008	-	-	-	-	80.000.000	3.000
2009	-	-	-	3.000	80.000.000	3.000
2010	-	-	-	3.000	82.000.000	3.000
2011	-	-	-	1.100	91.000.000	3.000
TOTAL	-	12.000	-	7.100	333.000.000	12.000

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Obras realizadas. Números da CODASP e do SIMPA (2008 a 2011)

Ano	PREVISTO (LOA)		REALIZADO (CODASP)		REALIZADO (SIMPA)	
	Valor (R$)	Km	Valor (R$)	Km	Valor (R$)	Km
2008	80.000.000	3.000	109.777.308,00	1.553,99	109.876.730,00	1.810,62
2009	80.000.000	3.000	92.352.727,08	1.078,62	92.440.115,00	779,07
2010	82.000.000	3.000	91.818.594,00	1.150,50	91.973.239,00	1.079,76
2011	91.000.000	3.000	-	-	73.148.811,00	725,16
TOTAL	333.000.000	12.000	293.948.629,08	3.783,11	367.438.895,00	4.394,61

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Como propostas de melhorias, quanto ao planejamento, podemos arrolar a necessidade de haver uma maior integração entre os órgãos públicos envolvidos com a matéria, a integração entre as peças orçamentárias e a adoção de indicadores de desempenho e critérios objetivos para escolha das estradas que deverão ser submetidas à manutenção.

Além disso, foram verificados aspectos relacionados à execução do programa, como as técnicas utilizadas pela CODASP na execução das obras, condições das estradas e transferência de tecnologia e capacitação de servidores do município que lidam com manutenção de estradas rurais de terra.

Erosão

Formação de erosão na lateral da estrada (VTG-287 - Votuporanga)

Formação de erosão na lateral da estrada (CBP-195 – Capão Bonito)

Formação de erosão na lateral da estrada (PZH-428 – Pirapozinho)

Formação de erosão na lateral da estrada (AVM-482 – Álvares Machado)

Atoleiro

Formação de atoleiro devido ao escoamento de água no leito da via (AVC-325 – Álvaro de Carvalho)

Formação de atoleiro devido ao escoamento de água no leito da via (FND-070 - Fernandópolis)

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Assoreamento da caixa de contenção de água

Caixa de contenção assoreada (PRT-215 - Pratânia)

Caixa de contenção assoreada (CBP-195 – Capão Bonito)

Buracos na estrada

Buracos na pista (MGD-122 - Magda)

Buracos na pista (VGS-015/08 – Vargem Grande do Sul)

Buracos na pista (Bairro das Marrecas - Juquitiba)

Buracos na pista (RFN-020 - Rifaina)

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Problemas com drenagem da pista

Drenagem inadequada (AHB-164 – Anhembi)

Drenagem inadequada (PFR-339/010 – Porto Ferreira)

Dutos de drenagem entupidos

Duto entupido (GAI-050/440 – Guaraçaí)

Duto entupido (RCL-314 – Rio Claro)

Ondulações na pista de rolamento

Ondulações na pista (FND-451 – Fernandópolis)

Ondulações na pista (VTG-287 – Votuporanga)

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Caixa de contenção rompida

Caixa de contenção rompida (ART-349 – Araçatuba)

Caixa de contenção rompida (BGI – 060 – Birigui)

Caixa de contenção entupida

Caixa de contenção de águas entupida (Bairro das Marrecas – Juquitiba)

Caixa de contenção de águas entupida (SLR-146/080 – Salto de Pirapora)

Ausência de roçamento lateral da pista

Falta de roçamento nas laterais da via (AVM-482 – Álvares Machado)

Falta de roçamento nas laterais da via (AVM-482 – Álvares Machado)

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Já no tocante à execução do programa, foi verificada a necessidade de que o órgão executor utilize técnicas mais adequadas a cada tipo de solo e a cada estrada contemplada com a manutenção, transfira tecnologia e dê apoio às administrações municipais para que estas efetuem uma manutenção de modo a aumentar a vida útil da estrada que passou por obras.

Com a implantação desses procedimentos, espera-se que haja um maior alcance da finalidade do programa, com o cumprimento de todos aqueles objetivos mencionados no decreto que o instituiu, trazendo maiores benefícios ao meio ambiente, ao agronegócio e à população que vive no entorno das estradas recuperadas.

SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

XII.7 - FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - FEHIDRO	
Programa 2611 – Gestão dos Recursos Hídricos **Objetivo:** Coordenar a política estadual de recursos hídricos e implementar as ações previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos.	
5. **Ação 1153** - Suporte ao Funcionamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos **Descrição:** Financiamento de ações previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos planos de bacias hidrográficas, mediante indicação realizada pelos colegiados do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, excluídos os provenientes da cobrança pelo uso da água.	
6. **Ação 1989** - Financiamento de Ações com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água – Lei nº 12.183/05 **Descrição:** Regulamentação da cobrança do uso da água nas bacias hidrográficas do Estado, cujos recursos serão destinados para o gerenciamento hídrico em cada comitê de bacia.	
Período:	janeiro de 2008 a dezembro de 2011
Órgão:	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
Instrução:	DCG-4 – DSF I

A fiscalização teve como objetivo verificar a existência de possíveis entraves à obtenção dos recursos do FEHIDRO – fundo destinado ao financiamento de projetos vinculados à gestão dos recursos hídricos do Estado. Além disso, buscou apurar as dificuldades enfrentadas por outros participantes do sistema (Agentes Técnicos e Financeiro, SECOFEHIDRO, Comitês de Bacias Hidrográficas) no atendimento das demandas relacionadas à avaliação e ao acompanhamento dos empreendimentos beneficiados pelo fundo.

Municípios que Obtiveram Financiamento FEHIDRO no Quadriênio 2008-2011

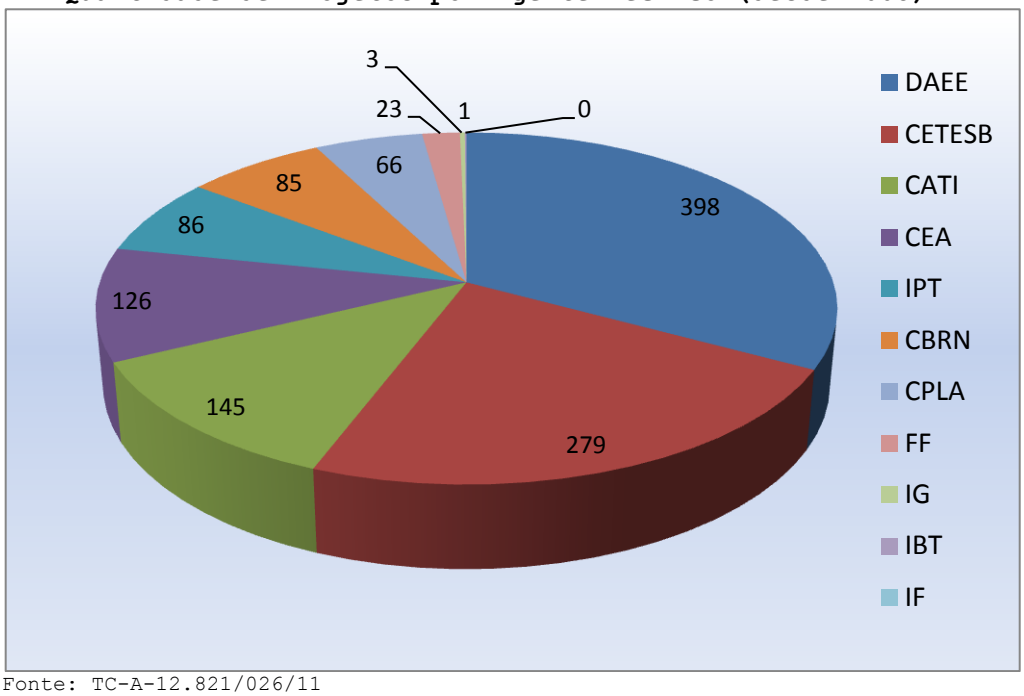
Comitê de Bacias	Quantidade de Municípios				Total
	Com projetos		Sem projetos		
AP	55	74,32%	19	25,68%	74
AT	17	47,22%	19	52,78%	36
BPG	7	53,85%	6	46,15%	13
LN	4	100,00%	0	0,00%	4
MOGI	30	78,95%	8	21,05%	38
MP	33	71,74%	13	28,26%	46
PS	9	25,00%	27	75,00%	36
SM	3	100,00%	0	0,00%	3
SMT	14	41,18%	20	58,82%	34
TB	28	77,78%	8	22,22%	36
TOTAL	200	62,50%	120	37,50%	320

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Para tanto, foram analisados os mecanismos de seleção dos projetos aptos a receberem recursos do FEHIDRO, a congruência entre os meios mobilizados pelos integrantes do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) e as incumbências atribuídas a cada um deles no processo de celebração dos contratos de financiamento e de execução dos respectivos empreendimentos, o fluxo dos recursos aportados ao fundo e, finalmente, a percepção de alguns tomadores acerca dos entraves e dos ajustes necessários ao incremento da qualidade técnica dos projetos e da celeridade da liberação das parcelas dos financiamentos.

A estratégia metodológica adotada envolveu a realização de análises de documentos – obtidos junto aos Agentes Técnicos e Financeiro, à SECOFEHIDRO e aos Comitês de Bacias –, a aplicação de questionários estruturados a diversas Prefeituras Municipais e a execução de inspeções *in loco* a empreendimentos beneficiados pelo fundo ao longo do último quadriênio (2008-2011).

Quantidade de Projetos por Agente Técnico (desde 2008)



Fonte: TC-A-12.821/026/11

As análises da fiscalização foram dificultadas pelo fato de diversos processos de financiamento não terem sido devidamente autuados pelos Agentes Técnicos responsáveis (especificamente o DAEE e a CATI), conforme determina a Lei Estadual nº 10.177 de 30 de dezembro de 1998, que regula o processo administrativo da Administração Pública paulista.

Verificamos que a movimentação financeira do Fundo apresenta algumas peculiaridades. Primeiramente, o sistema de controle orçamentário SIAFEM não registra o tomador que recebeu os recursos concedidos por meio dos financiamentos FEHIDRO. E, em segundo lugar, nem todos os recursos oriundos da União são repassados à conta bancária do Fundo, permanecendo na Conta Geral do Tesouro, inclusive os rendimentos das respectivas aplicações financeiras.

Saldo em 31/12/2011 relativo aos recursos recebidos da União, mas não repassados para o FEHIDRO

UG	Saldo em 31/12/2011
260.0001	R$ 121.211.022,53
390.0001	R$ 53.179.147,51
Total	R$ 174.390.170,04

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Os dados apurados revelaram que os prazos estipulados no Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) para a execução de cada uma das etapas em que se subdivide o processo de financiamento FEHIDRO foram desrespeitados por todos os Agentes Técnicos analisados – assim como pelos

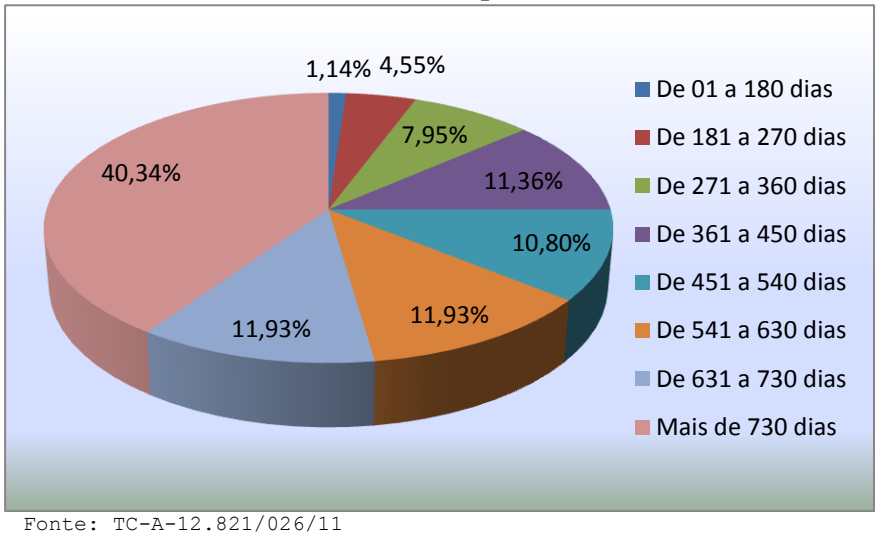
tomadores dos recursos e pelo Agente Financeiro. Consequentemente, quase todos os contratos selecionados para a análise foram concluídos muito tempo após o prazo previsto nos respectivos cronogramas físico-financeiros, ou, no caso dos ainda não concluídos, já registravam expressivos atrasos na execução de suas etapas intermediárias. Este fator foi apontado na pesquisa como um dos obstáculos que mais desestimulam os potenciais tomadores a recorrerem ao FEHIDRO para financiamento de seus projetos de preservação e/ou recuperação dos recursos hídricos locais.

Situação dos projetos financiados com recursos do FEHIDRO

Ano da contratação	Concluídos		Em execução		Não iniciados		Total
2008	126	46,84%	132	49,07%	11	4,09%	269
2009	43	14,98%	222	77,35%	22	7,67%	287
2010	12	2,69%	189	42,38%	245	54,93%	446
2011	0	0,00%	3	1,43%	207	98,57%	210
Total	**181**	14,93%	**546**	45,05%	**485**	40,02%	**1212**

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Duração da Execução dos Empreendimentos



Fonte: TC-A-12.821/026/11

Outra constatação que emergiu da análise dos processos diz respeito à inobservância, pelos quatro Agentes Técnicos considerados, das exigências estabelecidas no MPO relativas aos documentos necessários à comprovação da regularidade dos procedimentos licitatórios e da aplicação dos recursos concedidos. Conforme pudemos constatar, grande parte das prestações de contas apresentadas deixou de juntar ao menos um dos comprovantes exigidos, sem que tais omissões embaraçassem sua aprovação

e, consequentemente, a liberação das parcelas dos financiamentos.

Além disso, um dos Agentes Técnicos, a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA), em razão da insuficiência de analistas dedicados à fiscalização dos empreendimentos FEHIDRO, restringiu suas análises aos documentos encaminhados a título de prestação de contas, sem efetuar o acompanhamento presencial das atividades desenvolvidas pelos tomadores de recursos.

Quantidade de Analistas por Agente Técnico

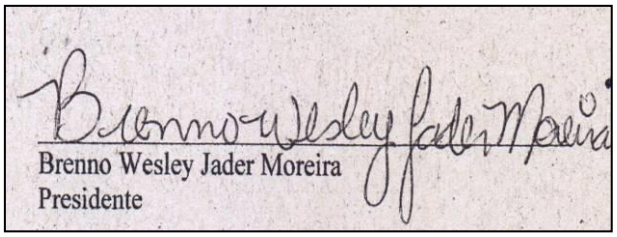
Agente Técnico	Número total de analistas	Analistas dedicados exclusivamente ao FEHIDRO	Qtd. de municípios com analistas do Ag. Tec.	Quantidade de projetos por Ag. Tec. (desde 2008)	Média Geral	Média anual
DAEE	121	0	24	398	3,29	0,82
CETESB	64	2	1	279	4,36	1,09
CATI	16	0	16	145	9,06	2,27
CEA	4	3	1	126	31,50	7,88
CBRN	12	0	4	86	7,17	1,79
IPT	22	0	1	85	3,86	0,97
CPLA	38	0	1	66	1,74	0,43
FF	12	0	5	23	1,92	0,48
IG	12	0	1	3	0,25	0,06
IBt	1	0	1	1	1,00	0,25
IF	13	0	3	0	0,00	0,00

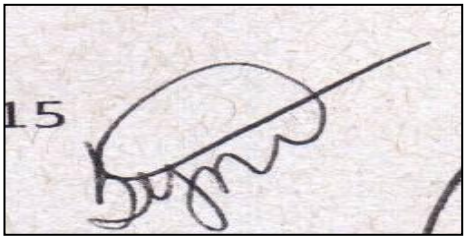
Fonte: TC-A-12.821/026/11

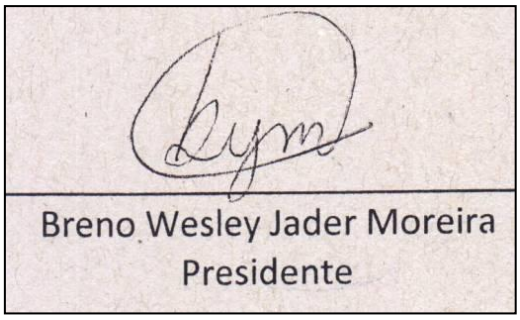
Em decorrência das circunstâncias mencionadas nos parágrafos anteriores, a apreciação das prestações de contas pela fiscalização revelou o cometimento de diversas irregularidades por parte dos tomadores – a maioria delas relacionadas ao direcionamento dos certames licitatórios e ao descumprimento de exigências básicas estabelecidas no MPO. No caso dos processos sob responsabilidade da CEA, foi possível apurar, ainda, indícios de fraudes e de desvio dos recursos concedidos, por meio da contratação de empresas inexistentes e do repasse da execução dos objetos financiados a entidades aparentemente de fachada.

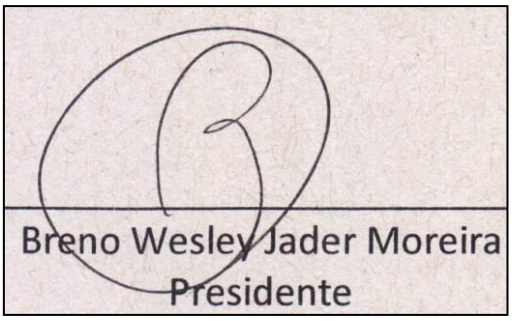
Processo FEHIDRO nº	103/09
Contrato nº	165/2010
Tomador	CISTEMA – Cidadania, Saúde, Trabalho, Educação e Meio Ambiente
Objeto	Disposição Correta de Óleo de Cozinha na Bacia do Alto Tietê-Billings/Tamanduateí
Data da assinatura do contrato	30/04/2010
Agente Técnico responsável	Coordenadoria de Educação Ambiental – CEA

Assinaturas do presidente da entidade, Sr. Breno Wesley Jader Moreira, variaram de forma acentuada ao longo do processo, conforme podemos observar nas reproduções abaixo:









Fonte: TC-A-12.821/026/11

Processos FEHIDRO nº	17/08; 106/09;18/08.
Contratos nº	73/09; 242/10;72/09.
Tomador	AGDS – Associação Global de Desenvolvimento Sustentado
Objetos	• Comunicação Institucional do CBH-AT ; • Projeto Gestão Sustentável do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; • Projeto Inter-Ação Socioambiental da Billings - Programa de Gestão Ambiental Participativa.
Datas da assinatura dos contratos	27/02/2009;07/05/2010;27/02/2009.
Agente Técnico responsável	Coordenadoria de Educação Ambiental – CEA

Nos três processos mencionados, a execução dos empreendimentos foi integralmente repassada a outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos. No primeiro caso (contrato 073/09), ao Convite efetuado pela AGDS acorreram quatro interessados: Associação Natureza Sempre Natural, Associação de Agricultura Sustentável do Grande ABC, Faço Comunicação e o Grupo Ecológico Amigos do Ciclismo. A melhor oferta, no valor de R$ 238.267,50 – rigorosamente o mesmo do financiamento concedido –, foi apresentada pela primeira entidade mencionada, a Associação Natureza Sempre Natural.

Já no segundo e terceiro processos, a ONG vencedora de ambas as disputas foi a Associação de Recuperadores Ambientais de São Bernardo do Campo – ARAMB, com propostas de valores praticamente idênticos aos concedidos nos respectivos financiamentos. Em visita a ARAMB constatou-se o que segue:

• Primeiramente, na Rua Rio, nº 208 (endereço da ARAMB), localiza-se uma horta comunitária mantida pela prefeitura municipal de São Bernardo do Campo, como podemos observar nas fotos abaixo:

Endereço da ARAMB – funciona uma horta comunitária

Fonte: TC-A-12.821/026/11

• A horta comunitária ocupa um terreno de esquina, estando sua outra face localizada na Avenida Vivaldi, nº 1421. Os contratos assinados pela AGDS , bem como os registros obtidos no *site* do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos (SIGRH), indicam que o endereço desta entidade é, justamente, a Avenida Vivaldi nº 1421. Isto significa que as três ONGs – AGDS, ARAMB e Associação de Agricultura Sustentável do Grande ABC – situam-se no mesmo endereço;

Endereço da AGDS, ARAMB e Associação de Agricultura Sustentável do Grande ABC

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Mapa da Rua Rio e Avenida Vivaldi

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Destarte, foi possível constatar a necessidade de novos treinamentos dirigidos aos analistas dos Agentes Técnicos, de sorte a instruí-los acerca das exigências insculpidas na Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações), bem como a prepará-los para identificar os indícios que acusam a afronta às disposições deste diploma.

Com relação às dificuldades de acesso aos recursos do fundo, a pesquisa revelou que a ausência – ou a insuficiência – de servidores tecnicamente qualificados para a elaboração de projetos de gestão ambiental nas Prefeituras Municipais foi a alternativa mais vezes assinalada pelos participantes da pesquisa. A precariedade

de grande parte dos termos de referência apresentados pelos tomadores de recursos restou evidenciada, ainda, através das análises realizadas pelos Agentes Técnicos – que muitas vezes identificaram a necessidade de correções e/ou complementações aos projetos originais – e pela desclassificação de parte significativa dos pleitos dirigidos aos Comitês de Bacias hidrográficas. Este mesmo fator está estritamente associado à morosidade excessiva dos processos de aprovação e de execução dos empreendimentos financiados pelo FEHIDRO.

Projetos cuja aprovação foi condicionada à realização de alterações determinadas pelos Agentes Técnicos

Eventos	CEA		DAEE		CETESB		CATI	
Quantidade de vezes que a análise do projeto resultou em determinação de complementações e/ou alterações ao projeto original	21	100,00%	0	0,00%	10	58,82%	0	0,00%
Quantidade de vezes que o Agente Técnico determinou a realização de complementações e/ou alterações ao projeto mais de uma vez	9	42,86%	0	0,00%	2	11,76%	0	0,00%

Fonte: TC-A-12.821/026/11

A fiscalização buscou identificar alguns mecanismos e procedimentos capazes de mitigar os problemas mencionados. Para o aprimoramento técnico dos termos de referência, apresentou como proposta a disponibilização de um "banco de projetos", de acesso irrestrito e em meio eletrônico, contendo todos os elementos constitutivos dos projetos já financiados pelo FEHIDRO – possibilidade, aliás, em fase de estudo pela Coordenadoria de Recursos Hídricos da SESRH. Além disso, sugeriu a realização periódica, pela SECOFEHIDRO, de eventos de capacitação destinados a esclarecer as disposições do MPO e dos Modelos de Termos de Referência elaborados por Agentes Técnicos aos interessados de todos os Comitês de Bacias do Estado.

Para a redução do tempo de execução dos empreendimentos, a fiscalização propôs a adoção de critérios de seleção e hierarquização das solicitações de financiamentos que privilegiem os tomadores cujos empreendimentos anteriores tenham obedecido aos prazos definidos no MPO e nos respectivos cronogramas físico-financeiros, e estabeleçam a redução na pontuação dos que não o fizerem.

Por fim, destacamos que menos de 1% dos contratos celebrados no sistema FEHIDRO adotou a modalidade

reembolsável, embora a definição do financiamento como forma de repasse dos recursos do fundo implique a eleição desta forma de empréstimo como prioritária, em detrimento dos financiamentos a fundo perdido. Destarte, inexistindo a necessidade de avaliação da capacidade financeira dos tomadores, a participação do Agente Financeiro representa um encargo que consome somas significativas de recursos sem que seus préstimos agreguem valor significativo ao processo.

Modalidades dos financiamentos concedidos (2008 - 2011)

Financiamentos	Total		Valor agregado (R$)	
Não reembolsáveis	1200	99,01%	215.186.292,07	98,25%
Reembolsáveis	12	0,99%	3.823.094,45	1,75%
Total	1212	100,00%	219.009.386,52	100,00%

Fonte: TC-A-12.821/026/11

MEIO AMBIENTE

XII.8 - GESTÃO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL	
Programa 2604 – Gestão e Controle da Qualidade Ambiental **Objetivo:** Assegurar a manutenção do atendimento, em todas as regiões do Estado de São Paulo, dos padrões de qualidade do meio ambiente, conforme legislação vigente.	
1. **Ação 1359** – Financiamento de Projetos Ambientais **Descrição:** Avaliação e financiamento de projetos de indústrias, municípios, órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta do Estado de São Paulo relacionados ao controle, à preservação e à melhoria das condições do meio ambiente por meio do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP.	
Período:	Janeiro de 2008 a Junho de 2011
Órgão:	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Instrução:	DCG-4 – DSF I

A fiscalização teve como objetivo a verificação do funcionamento do FECOP – Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição, que é vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA) e tem a CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo como Agente Técnico e o Banco do Brasil S/A como Agente Financeiro.

Projetos Financiados pelo FECOP

Objeto financiado	2008		2009		2010		2011*	
	Qtd.	Valor total	Qtd.	Valor total	Qtd.	Valor total	Qtd.	Valor total
Pá Carregadeira	26	5.464.000,00	28	6.950.000,00	71	17.530.000,00	2	430.000,00
Caminhão Coletor e Compactador de Lixo	22	3.202.800,00	20	4.000.000,00	53	10.556.000,00	3	600.000,00
Retroescavadeira	13	2.077.000,00	7	1.260.000,00	37	6.660.000,00	1	146.000,00
Caminhão para Coleta Seletiva	4	696.000,00	24	2.640.000,00	57	6.326.000,00	4	440.000,00
Resíduos de Serviços de Saúde	1	940.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Centro de Triagem de Resíduos Sólidos	7	1.191.400,00	6	992.000,00	24	3.289.000,00	2	380.000,00
Reciclagem de Resíduos da Construção Civil	0	0,00	2	600.000,00	2	1.400.000,00	0	0,00
Triturador de Galhos	7	418.400,00	9	810.000,00	18	1.000.000,00	0	0,00
Trator de Esteira	2	480.000,00	2	600.000,00	2	900.000,00	0	0,00
Obra - Rede de Esgotos		0,00	0	0,00	1	371.000,00	0	0,00
Implantação Portal Licenciamento Ambiental Unificado	1	2.000.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Implantação de Ecopontos	0	0,00	0	0,00	1	250.000,00	0	0,00
Desc.Licenciamento - Capacit. para Dirigentes Municipais	0	0,00	1	300.000,00	0	0,00	0	0,00
Plano Diretor Ambiental Estratégico	1	118.720,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	84	16.588.320,00	99	18.152.000,00	266	48.282.000,00	12	1.996.000,00

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Para tanto, foram examinados os tipos de objetos financiados pelo Fundo, a sujeição do emprego destes instrumentos às finalidades que motivaram sua aquisição, a análise da pertinência das solicitações de financiamento efetuada pelo Agente Técnico e, finalmente, o fluxo dos recursos atribuídos ao FECOP.

Valores estimados para o quadriênio: Ação 1359 Financiamento de Projetos Ambientais pelo FECOP, Programa 2611 – Gestão dos Recursos Hídricos

Exercício	Valor estimado	Metas Estimadas	Metas Atingidas
2008	5.000.000	Não definida	01
2009	20.000.000	15	15
2010	20.000.000	10	123
2011	5.000.000	03	49
Total estimado para o quadriênio	50.000.000	28	188

Fonte: TC-A-12.821/026/11

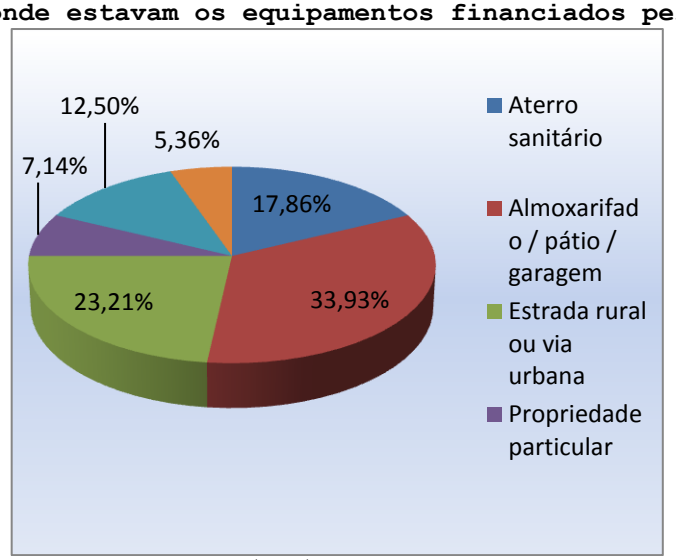
A metodologia utilizada baseou-se na análise de documentos e informações requisitados à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), na consulta a sítios da internet e a bancos de dados oficiais, além da aplicação de questionário não estruturado às Prefeituras Municipais, e inspeções *in loco* para verificação da existência do bem adquirido, suas condições e seu uso para realização dos serviços que justificaram o financiamento.

A tentativa de apurar o tempo em que os equipamentos são empregados em aterros sanitários foi frustrada em razão da ausência de controle de utilização nas Prefeituras Municipais, que normalmente registram apenas as quantidades de combustível consumidas, sem indicar em quais tarefas os serviços das máquinas foram necessários.

Os trabalhos realizados demonstraram que os registros das movimentações nos sistemas SIAFEM e SIGEO não permitem conhecer as entidades beneficiadas pelos recursos do FECOP, já que a própria Secretaria de Meio Ambiente figura como credora das transações. Tais registros omitem, outrossim, os objetos financiados, comprometendo as possibilidades de acompanhamento da aplicação dos valores em questão pelo controle externo.

As inspeções *in loco* revelaram que apenas 18% dos equipamentos observados encontravam-se em operação nos aterros sanitários municipais. A maioria deles permanecia inoperante (aproximadamente 34%), enquanto 23% participavam de obras de recuperação de estradas rurais.

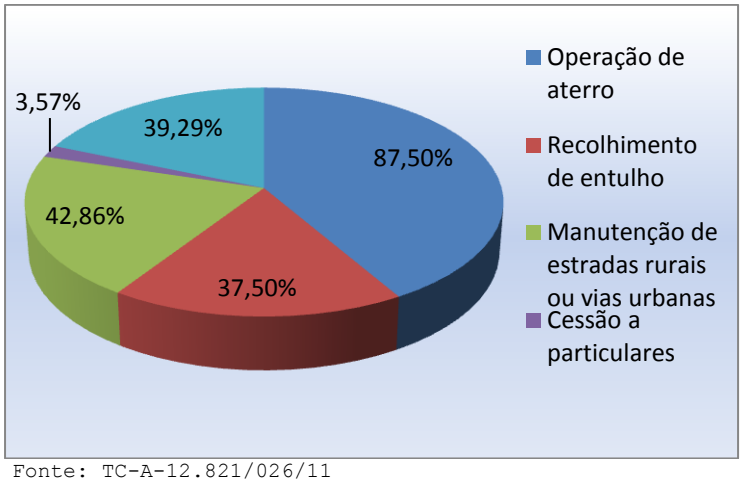
Local onde estavam os equipamentos financiados pelo FECOP



Fonte: TC-A-12.821/026/11

Além disso, em quatro municípios, as máquinas financiadas pelo FECOP foram localizadas em propriedades particulares, efetuando trabalhos de natureza não pública. Na Prefeitura de Alfredo Marcondes, embora o servidor entrevistado tenha afirmado utilizá-la preferencialmente no aterro municipal, a fiscalização identificou diversas guias de recolhimento de taxas cobradas em razão da utilização da pá carregadeira por particulares, revelando que este tipo de atividade responde por grande parte do tempo de operação do equipamento.

Atividades em que são Empregados os Equipamentos Financiados pelo FECOP[11]



Fonte: TC-A-12.821/026/11

[11] A categoria "Outros" abrange, basicamente, os municípios que declararam utilizar as pás carregadeiras e/ou as retroescavadeiras em quaisquer trabalhos que as exijam, mesmo quando não relacionados à coleta de resíduos sólidos e ao combate à poluição.

Município de Pompeia – máquina utilizada em propriedade particular

Fonte: TC-A-12.821/026/11

A utilização desses bens em desconformidade com as finalidades que justificaram a celebração dos financiamentos poderia ser prevista em, pelo menos, cinco dos casos considerados, já que os municípios de Monte Alto, Igarapava, Bastos, São José da Bela Vista e Espírito Santo do Pinhal não possuíam aterros sanitários em operação no momento da concessão dos equipamentos. A despeito disso, as análises da CETESB, a respeito da viabilidade das solicitações das Prefeituras, não impediram a celebração dos respectivos contratos de financiamento.

A fiscalização sugeriu, por fim, que o Conselho de Orientações do FECOP, através de seu Agente Técnico, promova estratégias de incentivo à adoção de soluções consorciadas para a disposição final dos resíduos sólidos urbanos, de modo a permitir um melhor aproveitamento dos recursos destinados à operacionalização dos aterros sanitários, além de ensejar a possibilidade de exploração econômica desses resíduos.

Município de Pompeia – equipamento alugado pela Prefeitura

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Município de Castilho – equipamento alugado pela Prefeitura

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Além disso, tendo em vista que os financiamentos dispensaram a análise da capacidade financeira dos tomadores, já que todos os repasses realizados adotaram a modalidade não reembolsável, a participação do Agente Financeiro representou um encargo que consumiu somas significativas de recursos sem que seus préstimos agregassem valor significativo ao processo. Por esse motivo, é mister que a CETESB adote estratégias voltadas à difusão da modalidade reembolsável de empréstimo, sobretudo junto às empresas que atuam na área ambiental.

Remuneração do Agente Financeiro

Ano	Taxa de Administração do Fundo (2%)	Taxa de liberação dos recursos (0,5 ou 1%)	TOTAL
2008	355.958,91	59.532,25	415.491,16
2009	448.366,59	83.331,76	531.698,35
2010	1.110.141,06	225.439,34	1.335.580,40
2011	1.032.697,48	225.439,34	1.258.136,82
TOTAL	2.947.164,04	593.742,69	3.540.906,73

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Gestão Pública

XII.9 - PROPOSTA DE UM NOVO DETRAN	
Programa 1804 - SINAL VERDE	
Objetivo: Realizar serviços de trânsito em todo o Estado, intensificar as ações educativas e os projetos de sinalização viária a fim de dar condições adequadas à circulação de veículos e pedestres, visando reduzir os acidentes e infrações de trânsito e oferecer ao cidadão um atendimento qualificado, personalizado, seguro e eficaz, agilizando o trâmite da documentação e minimizando custos.	
Período	2011
Órgão:	Secretaria de Gestão Pública DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito
Instrução:	DCG-3 e 4 – DSF I

A fiscalização teve como objetivo avaliar o desempenho operacional do DETRAN, ou seja, o processo de gestão sob os aspectos da economicidade, eficiência e eficácia.

Para tanto, considerou os fatores que levam à boa aplicação dos recursos públicos no processo de planejamento, de organização, de procedimentos operacionais e de acompanhamento gerencial, inclusive quanto aos seus resultados em termos de metas alcançadas. Entretanto, apesar de relacionado ao tema, não foram abordadas questões atinentes à fiscalização de conformidade/regularidade de UG, bem como não foi analisado o caráter "contraprestacional" das receitas de taxas, por ser matéria não relacionada às competências do Tribunal.

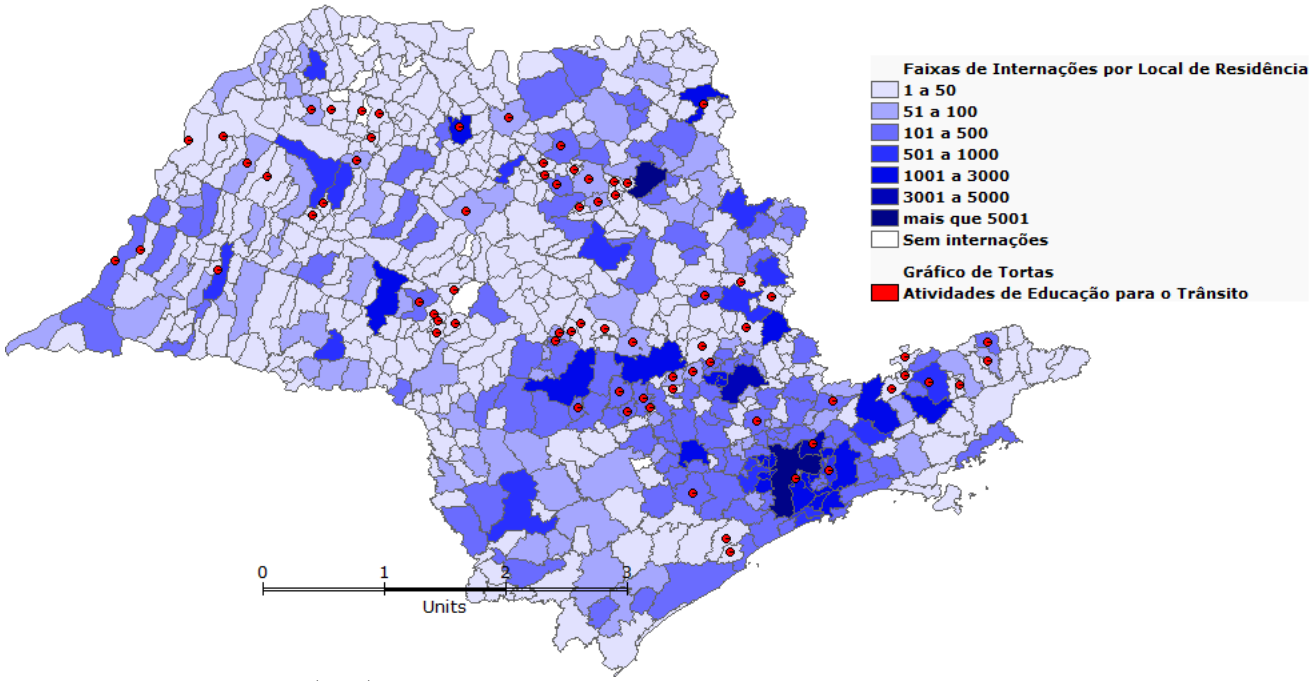
As conclusões obtidas basearam-se na análise das respostas às requisições de informações e documentos dirigidas ao DETRAN e à Secretaria da Fazenda (SEFAZ), das consultas a bases de dados e do obtido em pesquisa de satisfação. E foram efetuadas com limitações, pela existência de ações em curso ou a implementar, bem como pela insuficiência de informações, próprias da fase de transição.

As análises demonstraram falhas na operacionalização do controle das receitas de multas de trânsito e respectiva aplicação dessas receitas nos termos do art. 320 do CTB; e no plano de ação em curso, pela não previsão de criação de sistemas de custos e aprimoramento

dos controles existentes sobre os credenciados, contrato de emplacamento, lacração e relacração e convênios.

Soma-se a isso a quantidade e qualidade das atividades de educação para o trânsito, aquém dos recursos passíveis de utilização nesta ação.

Atividades de Educação para o Trânsito X N° de Internações por Acidente de Trânsito



Fonte: TC-A-12.821/026/11

Como propostas de melhorias, podemos destacar: a aplicação dos recursos de multas de trânsito, em especial para atividades de educação para o trânsito, de acordo com o CTB; desenvolvimento de controle desses recursos consoante a LRF; a utilização de imóveis com racionalização de recursos e ocupação; e fiscalização criteriosa de credenciados e contratos, articulada com outros órgãos e entidades.

DET-SUL – Pavimentos alugados em shopping para arquivo

3° pavimento – DET-SUL

4° pavimento

Fonte: TC-A-12.821/026/11

Com a implantação desses procedimentos, esperam-se como benefícios a eficácia e eficiência na gestão do DETRAN, pela boa aplicação dos recursos públicos, e no plano de ação em curso, pela incorporação de atividades não previstas ou realizadas.

XIII – Copa 2014

O ATO GP nº 05/2011, publicado em 14.09.2011, determinou que toda análise feita das despesas destinadas à realização da Copa do Mundo, inclusive o acompanhamento da execução, integrasse o relatório anual de fiscalização das Contas do Governador.

Para o feito, demandaria o conhecimento dos programas, ações ou despesas envolvidos pelas peças orçamentárias ou execução orçamentária. Contudo, somente por meio da Matriz de Responsabilidade, peça que congrega as responsabilidades dos entes federativos e terceiros da sede São Paulo, localizam-se os projetos previstos com recursos envolvidos e/ou a incumbência de execução do Estado.

Matriz de Responsabilidade para o Governo Estadual

Projeto	Investimento total previsto (R$ milhões)	Ação	Investimento previsto (R$ milhões)	Responsabi-lidade pelos Recursos	Responsabi-lidade pela execução
Capacitação, treinamento e Qualificação profissional dos operadores de Segurança Pública do Estado de São Paulo e reaparelhamento dos Órgãos Gestores de Cursos das unidades policiais responsáveis pelo desenvolvimento de capacitação continuada.	0,00	1. Implementação	0,00	Governo Federal	Governo Estadual
Construção do Monotrilho (Linha Ouro)	0,00	1. Projeto Básico	106,30	Governo Estadual	Governo Estadual
		2. Desapropriações	40,80	Governo Estadual	Governo Estadual
		3. Obras (financiamento)	1.082,00	Governo Federal (Financia-mento CAIXA)	Governo Estadual
		4. Obras	652,40	Governo Estadual	Governo Estadual
Reestruturação do Laboratório de Línguas e Salas de Aula da Academia de Polícia Civil	0,00	1. Implementação	0,00	Governo Federal	Governo Estadual
Reestruturação do laboratório de salvamento terrestre da Escola Superior de Bombeiros do Corpo de Bombeiros	0,00	1. Implementação	0,00	Governo Federal	Governo Estadual

Fonte: disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/matriz/acoes-cidade.asp?codCidade=14&nomeCidade=S%E3o+Paulo+%96+SP> . Acesso em 09/05/2012

Pela Matriz de Planejamento e os TCs em trâmite na casa, o único projeto em curso é a ação 2282 referente a LINHA 17 - OURO - SÃO JUDAS-CONGONHAS-JABAQUARA-MORUMBI, investimento sob encargo da CIA. DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ desde 2009, atrelada ao programa 3708, cujo acompanhamento da execução orçamentária não se dá pelos sistemas SIGEO/SIAFEM.

TCs em trâmite

TC	Matéria	Objeto	Data do contrato	Valor – R$
25.717/026/10	Convênio-repasses a Órgãos Públicos	Execução das obras e serviços p/implantação da linha 17 – ouro do Metrô	30/06/2010	3.175.000.000,00
27.046/026/11	Contrato	Implantação de um sistema monotrilho, incluindo o projeto, as obras civis, a fabricação, o fornecimento de sistemas e material rodante, contemplando uma frota de 24 trens, p/ a linha 17 – ouro do Metrô	30/07/2011	1.392.401.780,00
7.662/026/12	Contrato	Prestação de serviços de engenharia para elaboração do projeto básico de arquitetura e de engenharia civil das estações Panamby, Paraisópolis, América Mourano e Estádio Morumbi São Paulo	11/01/2012	4.616.903,00

Fonte: TCE-SP

Nesse contexto, para conhecimento dos projetos previstos, bem como das despesas realizadas depende-se das informações/documentos obtidos mediante solicitação ou prestação de contas, dificultando o controle concomitante, prática adotada para as contas estaduais.

Em 2011, as solicitações referentes à Copa 2014 ocorreram pelo: a) Ofício C.GP nº 1165/2011 de 06.04.2011, requisitando a Matriz de Responsabilidade atualizada com estágio das ações, o convênio celebrado entre o Estado e Prefeitura de São Paulo e o cronograma de implantação do monotrilho atualizado; e b) Ofício C.GP nº 3542/2011 de 14.09.2011, demandando os programas, ações, órgãos ou entidades, fonte de receita detalhada e montante a utilizar e já utilizado por programa ou ação.

Resposta ao Ofício C.GP nº 3542/2011 – Dezembro de 2011

Programas e ações	- implantação da Linha 17 – Ouro; - intervenções viárias no entorno do Estádio do Corinthians com participação do Governo do Estado e município de São Paulo; - instituição do Comitê Paulista da Copa 2014, com representantes do Governo Estadual e municipal para promover e acompanhar as ações necessárias para a realização das Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014
Secretarias ou Órgãos e Unidades Gestoras envolvidas	- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional; - Comitê Paulista da Copa 2014; - Secretaria dos Transportes Metropolitanos; - Secretaria de Logística e Transportes; - Metrô; - DERSA; - Secretaria de Segurança Pública; - Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude; - Secretaria de Saúde; - Secretaria de Turismo;
Fonte de receita detalhada	- não há, já que os projetos em referência não resultam em receitas extras ou lucros para as empresas responsáveis pelos empreendimentos;
Montante a utilizar e já utilizado por programa e ação	- R$ 1.392,4 milhões já contratados para a Linha 17-Ouro e R$ 478,2 milhões previstos para as obras viárias, sendo 345,9 milhões do Estado

Fonte: Secretaria da Casa Civil(ATG/Ofício nº 489/11-CC)

Destarte, em contribuição para a transparência das despesas previstas ou realizadas relacionadas à Copa 2014, uma sistemática que permitiria o acompanhamento da execução orçamentária individualizada dos gastos seria a adoção de programas e/ou ações orçamentários específicos ou a criação de fonte de receita detalhada para utilização quando da realização da despesa.

XIV – EXPEDIENTES

Os seguintes expedientes subsidiaram o relatório das Contas do Governador, exercício 2011:

Expediente – TC-35.527/026/09

Assunto:

Estudos relativos à Lei nº 13.723, de 29 de setembro de 2009, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, os direitos creditórios objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais.

Expediente – TC-37.187/026/10

Assunto:

Retificação do Ajuste da Distribuição de Recursos do Fundeb/2009. Portaria/MEC nº 1.174, de 23/09/2010.

Expediente – TC-32.339/026/11

Assunto:

Emendas parlamentares.

Expediente – TC-3.661/026/12

Assunto:

Solicitação de "interferência" do TCE-SP junto ao Governo do Estado de São Paulo e à Assembleia Legislativa para ajuste do salário base dos servidores da Secretaria da Saúde.

Demais Expedientes

Subsidiaram o exame das contas do exercício, também, os seguintes expedientes, referenciados por assunto:

Precatórios:

- TC-08.243/026/11
- TC-11.476/026/11
- TC-15.020/026/11
- TC-16.392/026/11
- TC-17.243/026/11
- TC-20.533/026/11
- TC-23.170/026/11
- TC-27.166/026/11
- TC-31.562/026/11
- TC-34.782/026/11
- TC-38.474/026/11
- TC-40.146/026/11
- TC-07.168/026/12

Contratação de Empréstimos:

- TC-05.968/026/11
- TC-07.008/026/11
- TC-08.198/026/11
- TC-10.063/026/11
- TC-10.305/026/11
- TC-17.181/026/11
- TC-17.802/026/11
- TC-21.882/026/11
- TC-31.059/026/11
- TC-31.060/026/11
- TC-34.576/026/11
- TC-36.863/026/11

XIV - RECOMENDAÇÕES – EXERCÍCIO DE 2010

O Senhor Secretário da Fazenda, por meio do Ofício GS nº 208/2012, de 26 de abril de 2012, juntado ao TCA-12.820/026/2011, encaminhou informações elaboradas pela Coordenação da Administração Financeira acerca das recomendações constantes do Parecer Prévio, relativo ao exercício de 2010:

1ª – Dar cumprimento fiel ao artigo 4º, I, b, da Lei Complementar federal n. 101, de 2000, quanto à previsão na LDO de "critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea *b* do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31";

> *Os critérios para limitar empenho e movimentação financeira, previstos no artigo 25 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ainda consubstanciam norma geral de direito financeiro, portanto, nada têm de específicos em relação à realidade estadual, restringindo-se a um genérico "total de atividades e projetos", deixando o Estado de mostrar os escopos de governo que serão protegidos caso haja queda na receita esperada (artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal).*
>
> Propomos reiterar recomendação em 2011.
>
> Justificativa: para os casos de não atingimento de resultados nominal e primário, os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecem que os Poderes Públicos devem promover a limitação de empenho da despesa a ser efetivada nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, porém, excluindo desta limitação, as despesas vinculadas a obrigações constitucionais e legais do ente federativo. Em análise realizada, observou-se que a LDO do Estado de São Paulo estabeleceu, indiscriminadamente, para esta hipótese, um mesmo percentual de limitação de despesa para todos os Órgãos Estaduais, não tendo elegido prioridades, as quais deveriam ser consubstanciadas na indicação das áreas de governo a serem, respectivamente, preservadas e afetadas por referidos cortes de despesa.

2ª – Identificar na Lei Orçamentária Anual, sob a forma específica de *Atividade* ou *Projeto*, as dotações que se destinem a satisfazer proposta popular feita por ocasião de audiência pública a que o projeto de lei orçamentária anual for submetido, nos termos do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000), na forma estabelecida pelo artigo 12 da LDO;

A LOA 2011 não identificou especificamente nenhuma dotação que se destinasse a satisfazer proposta popular.

Propomos reiterar recomendação em 2011.

Justificativa: a Lei de Responsabilidade Fiscal, por seu artigo 48, parágrafo único, inciso I, prevê o incentivo à participação popular no processo de elaboração dos orçamentos. Analisando os quadros da Lei Orçamentária nenhuma referência houve a respeito desta participação.

3ª – Promover medidas administrativas com o fim de aumentar a recuperação de créditos inscritos na Dívida Ativa avaliando a razoabilidade de evidenciar nas demonstrações contábeis os valores considerados de recebimento improvável ou inviável, mediante seleção criteriosa;

A Procuradoria Geral do Estado informou ter diminuído o estoque de débitos inscritos em dívida ativa o qual, em 31.12.2010, representava R$ 198.383.766.724,48 e atingiu em 31.12.2011 o montante de R$ 193.440.164.048,40. Neste último exercício intensificou-se o saneamento da base do Sistema da Dívida Ativa, agora voltado especificamente para os autos de infração e imposição de multa, que impactavam referidos valores. Conforme mencionado pela Procuradoria Geral do Estado, todos os processos administrativos lastreados nesses autos de infração foram desarquivados e analisados, um a um, comparando-se suas informações com dados cadastrados no Sistema da Dívida Ativa, possibilitando a regularização do débito, verificando, ainda, o andamento processual da ação fiscal correspondente. A Procuradoria Geral do Estado informa, também, que foi disponibilizada pela Secretaria da Fazenda a base de dados cadastrais dos contribuintes onde é possível obter informações de seu faturamento, indicando a capacidade das empresas em saldar seus compromissos financeiros, bem como evidenciando os valores de recebimento improvável ou inviável, possibilitando a concentração de esforços na cobrança de débitos de maior possibilidade de recuperação.

Entendemos que a recomendação foi atendida.

4ª – Dar eficácia ao disposto no artigo 50, I, combinado com o artigo 8º, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Federal n. 101, de 2000, identificando na rubrica própria (Ativo Financeiro) do Balanço Patrimonial os saldos financeiros dos recursos vinculados;

Consultando no SIAFEM as contas Bancárias da Unidade Gestora 200002 – Tesouro do Estado, observamos que as fontes vinculadas de recursos passaram a ser discriminadas no exercício de 2011, nos termos da Instrução CGE nº 05, de 27 de setembro de 2011.

Entendemos que a recomendação foi atendida.

5ª – Cuidar para que os recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, sobretudo os despendidos por meio de convênios celebrados entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE e o Estado, sejam efetivamente aplicados dentro do exercício, segundo o cronograma físico-financeiro das obras e serviços;

As práticas orçamentárias que originaram referidas pendências ainda persistiram no exercício de 2011. A Secretaria da Educação informa que está em processo de reorganização e que pretende implantar sistema único de informações que alie as informações físicas com as financeiras, a fim de garantir a aplicação dos recursos dentro do exercício, de acordo com o cronograma da Fundação.

Propomos reiterar recomendação em 2011.

Justificativa: o Governo Estadual, mediante empenho da despesa, vincula recursos para a Fundação do Desenvolvimento da Educação, no entanto, a análise realizada demonstra que estão ocorrendo atrasos nos cronogramas desta entidade, o que acaba por postergar a aplicação dos valores destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

6ª – Encaminhar regularmente ao Tribunal de Contas, nos termos do artigo 12 da Lei federal n. 8.689, de 1993, e o artigo 12, II, das Instruções n. 1, de 2007, a ata da audiência pública realizada a cada trimestre na Assembléia Legislativa com intuito de debater o financiamento da Saúde;

A Secretaria da Saúde informa que não dispõe das atas de audiência pública realizadas na Assembléia Legislativa alegando ter enviado para aquela Casa de Leis os relatórios a que alude o artigo 12 da lei Federal 8.689/93.

Propomos reiterar recomendação em 2011.

Justificativa: a Lei Complementar nº 141/2012, que revogou o art.12 da Lei 8.689/93, menciona em seu art.36, §5º, a necessidade de realizar audiência pública na Casa Legislativa, onde o gestor da saúde incumbe-se de expor os resultados alcançados nesta área de governo, comprovando o adimplemento pela apresentação de ata formalizada, cuja cópia está prevista nas Instruções desta E. Casa, porém não foi exibida pela pasta estadual.

7ª – Indicar, na Lei Orçamentária Anual, metas físicas para os programas de governo;

Houve diminuição do número de ações sem quantitativos de metas nas Leis Orçamentárias de 2011 e 2012, mas ainda persistem ocorrências neste sentido.

Propomos reiterar recomendação em 2011.

Justificativa: a análise da Lei Orçamentária Anual demonstra a ocorrência de ações governamentais para as quais foram designados valores e que estão destituídas da devida previsão de quantitativos de metas, dificultando a avaliação prevista na Lei Complementar Estadual 709/93, por seu artigo 2º, inciso VII.

8ª – Quantificar financeiramente as metas governamentais nos instrumentos orçamentários;

A Secretaria do Planejamento em 2012 havia informado que foi incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias, dispositivo que permite o disciplinamento dos registros por parte das Secretarias da Fazenda e Planejamento.

Para tanto foi Editada a Instrução CGE-01 de 03/01/2011, que estabelece, para o empenhamento de despesa com subscrição de ações das empresas não dependentes, o registro na Unidade Gestora Favorecida de código "XX.X.X81".

Este fato abriu possibilidade para inserção das informações do efetivo programa de trabalho destinatário dos recursos.

Entendemos que por esta metodologia, os recursos provenientes de subscrição de ações, de fato, identificarão os respectivos programas de trabalho do Governo que receberão os recursos destes repasses.

Ocorre que as empresas não dependentes também utilizam recursos próprios não contemplados nesta sistemática. Assim, entendemos que ainda pende de atendimento.

Propomos reiterar recomendação em 2011.

Justificativa: o Governo do Estado transfere vultosos recursos para subscrição de ações de empresas estatais não dependentes. Estes recursos são somados a recursos próprios obtidos por estas empresas, inclusive mediante operações de crédito, e destinam-se à realização de programas governamentais descritos no orçamento. Por serem consideradas empresas não dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a execução orçamentária destas entidades se processa fora da contabilidade do Governo Estadual. Mesmo apresentando controles extra contábeis, os dados fornecidos pela Secretaria do Planejamento não permitem visualizar o quanto foi previsto e aplicado em cada um destes programas.

9ª – Encaminhar ao Tribunal de Contas, tão logo aprovada a Lei Orçamentária Anual, anexo onde se indiquem as entidades autorizadas a receber transferências financeiras do Estado;

Foi criado no âmbito estadual, o Cadastro Estadual de Entidades – CEE, disponível a partir de 15/01/2012, porém com acesso restrito às entidades e ao governo. Outro mecanismo estadual é o portal da transparência, este sim, disponível eletronicamente, no entanto, somente traz a relação dos convênios já firmados e não das entidades autorizadas a pactuá-los.

Propomos reiterar recomendação em 2011.

Justificativa: o artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece a exigência de lei específica para transferências financeiras às entidades do setor privado. Diante do grande número de entidades, e com o intuito de possibilitar o atendimento à determinação

legal, ficou estabelecida a elaboração de Anexo à Lei Orçamentária, descrevendo estas entidades e o valor a ser por elas recebido, documento a ser eletronicamente disponibilizado.

10ª – Cumprir o artigo 169, § 1°, II da Constituição Federal e o artigo 15 da Lei Federal n. 4.320, de 1964, nos termos de recomendações contidas à margem do Parecer emitido por este Tribunal sobre as contas de 2007.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias persiste autorização genérica para a admissão de pessoal, condicionada a somente duas premissas: saldo de dotação e obediência aos limites da LRF. É o que reza o artigo 8º daquele instrumento orçamentário, a despeito da autorização específica prevista na Constituição Federal (artigo 169, § 1o, I).

Quanto ao cumprimento do artigo 15 da Lei n.º 4.320, de 1964, o gasto público passou a desdobrar-se até o grau do elemento de despesa conforme Quadro VII da Lei Orçamentária Anual de 2011, no entanto, a vinculação dos elementos de despesa às correspondentes ações não fez parte da Lei, constando em documento em separado.

Propomos reiterar recomendação em 2011.

Justificativa: estabelece o artigo 169, § 1°, I, que as admissões de pessoal somente ocorrerão mediante autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Verificou-se que o diploma estadual não contemplou quais cargos seriam objeto desta movimentação de pessoal e, portanto, fez autorização genérica, de modo que alterações pudessem ocorrer indiscriminadamente em qualquer setor de governo.

Outra deficiência foi verificada, desta feita na elaboração da Lei Orçamentária Anual, em virtude da ausência de desdobramento da despesa até o nível de elemento, conforme previsto artigo 15 da Lei n.º 4.320, de 1964. Em que pese, a partir de 2010, ter sido inserido nesta Lei, um Anexo com os elementos de despesa, não é possível identificar quais elementos de despesa se relacionam a cada programa governamental. Foi encaminhado pela Secretaria da Fazenda um documento suplementar que, no entanto, não fez parte da Lei. O artigo 6º da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001 permite que o desdobramento seja feito até o nível de modalidade de despesa, não sendo necessário

descer até o nível de elemento, no entanto, a disposição da Lei prevalece sobre a Portaria.

11ª - Que a LDO contenha os critérios para repasses a entidades da Administração Indireta, atendendo ao artigo 4°, I, "F" da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Secretaria do Planejamento não apresentou resposta a este quesito. Tendo em vista que nenhum acréscimo houve na LDO dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, entendemos não atendida a recomendação.

Propomos reiterar recomendação em 2011.

Justificativa: nos termos do artigo 4°, I, "F" da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve estabelecer condições e exigências para repasses a entidades públicas e privadas. Não foram estabelecidos, pela LDO, critérios específicos para transferências destinadas à administração indireta do Estado.

12ª - Aprimorar o plano plurianual, incrementando-o com informações mais detalhadas, a exemplo do que ocorre com o PPA do governo federal.

A Secretaria Estadual do Planejamento alega que o nível de detalhamento apresentado permite a cada Lei de Diretrizes Orçamentárias e a cada Lei Orçamentária Anual a avaliação proposta inicial e as correções necessárias. Entendemos que não foi atendida a recomendação em análise.

Propomos reiterar recomendação em 2011.

Justificativa: o artigo 165, § 1° da Constituição Federal estabelece que os objetivos e metas serão estabelecidos de forma regionalizada. A grande maioria dos programas estaduais, descritos no Plano Plurianual, indicam como abrangência espacial o "Estado de São Paulo", não indicando a Região de aplicação dos Recursos, conforme estabelecido no planejamento federal.

13ª – Manter junto à Secretaria de Planejamento banco de dados com informações atualizadas das dotações orçamentárias das empresas não dependentes

Nos programas disponibilizados pela Secretaria do Planejamento à Diretoria das Contas do Governador ainda não constam as informações atualizadas das dotações orçamentárias destinadas às empresas públicas não dependentes.

Propomos reiterar recomendação em 2011.

Justificativa: esta recomendação é decorrente da 8ª recomendação ao Estado para que seja quantificada financeiramente as metas governamentais nos instrumentos orçamentários. Aqui, em especial, verifica-se a necessidade de registrar as dotações atualizadas das empresas não dependentes, o que ainda não está sendo feito.

14ª – Acompanhar com especial atenção os gastos com pagamento de serviços de terceiros, pessoa física, tendo em vista seu crescimento.

Houve crescimento destas despesas também em 2011 quando comparado ao exercício de 2010, variando de R$ 728,6 milhões para R$ 778,1 milhões, correspondendo ao acréscimo percentual de 6,8%. Este aumento foi inferior ao aumento verificado no período anterior, de 9,9%.

Propomos reiterar recomendação em 2011.

Justificativa: diante do crescimento de 49,5 milhões nos gastos com serviços de terceiros, pessoa física, entendemos, S.M.J., que esta recomendação deva prevalecer também para o exercício de 2012, até que a situação se estabilize.

15ª – Promover, por meio da Secretaria da Saúde, a compatibilização dos dados do plano estadual da saúde com os planos municipais, o plano operativo anual e os demais instrumentos de planejamento;

Não foram anunciadas pela Secretaria da Saúde medidas específicas quantitativas que visassem a efetiva compatibilização entre as peças de planejamento. A Secretaria da Saúde justifica que o Plano Estadual de Saúde está de acordo com as diretrizes nacionais, buscando-se a articulação com o novo Plano Plurianual em vigência.

Propomos reiterar recomendação em 2011.

Justificativa: O Plano Estadual de Saúde, conforme definido no próprio instrumento formalizado, é o "Instrumento que a partir de uma análise situacional apresenta intenções e resultados a serem buscados no período de 4 anos, expressos em diretrizes ou eixos, objetivos e metas". O Plano Estadual de Saúde deveria estar relacionado com o Plano Plurianual.

Já o Plano Operativo Anual reúne o conjunto de ações que permite concretizar os objetivos definidos no Plano de Saúde. Deveria coincidir com o período definido para o exercício orçamentário, utilizando como referencias a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

Verificou-se que as metas do Plano Operativo Anual estão divergentes das realizações apresentadas pela Secretaria Estadual da Saúde, necessitando de compatibilização pelo Governo do Estado, o que ainda não foi feito.

16ª - Dar atenção aos gastos com saúde, notadamente aqueles relativos ao Programa Viva Leite executado na Grande São Paulo e às ações em que ocorreram questionamento e parcial glosa;

A Secretaria da Fazenda se justificou, tendo feito espontaneamente a glosa em seus demonstrativos de apuração, adotando o mesmo critério da Diretoria das Contas do Governador.

Entendemos que a recomendação foi atendida.

17ª - Aprimorar o relatório de atividades anualmente publicado pelo governo, para permitir ao leitor a compreensão, em cada ação, dos dados acerca da necessidade de atendimento, da estimativa da execução e dos custos, estes não só da ação global, mas também das unidades escolhidas como indicadores;

Ainda persiste a falta de identificação do relatório anual de atividades do Governo, com as ações do orçamento estadual. O relatório de atividades de 2011 não contempla os dados de necessidade de atendimento nem os custos das unidades escolhidas como indicadores.

Propomos reiterar recomendação em 2011.

Justificativa: O Governo do Estado encaminha anualmente à Assembléia Legislativa relatório de suas atividades, o qual é publicado em Diário Oficial. Ocorre que ao cotejar referido relatório com as realizações medidas na Lei Orçamentária e no Plano Plurianual, observamos que não há correlação entre os parâmetros adotados para avaliação, bem como inexistem demonstrativos de custos unitários das ações realizadas, carecendo de aprimoramento a sistemática utilizada.

18ª – Consignar diretamente no orçamento da FDE os valores empenhados e liquidados pela Secretaria da Educação (artigo 7º da Portaria STN nº 163/2001), devendo os empenhos emitidos identificar o nome dos respectivos credores (artigo 61 da Lei 4.320/64);

A Secretaria da Educação menciona que a partir da reestruturação a ser implementada, os repasses da Secretaria da Educação para a FDE serão, gradativamente registrados como receita intra-orçamentária, viabilizando a emissão de empenhos pela FDE identificando os respectivos credores.

Proposta de recomendação reiterada em 2011.

Justificativa: A forma de registro adotada no SIAFEM ainda está em desacordo com a Lei 4.320/64 e não permite acompanhar a execução orçamentária da FDE.

19ª - Cumprir o disposto no artigo 16 das Instruções Estaduais nº 1/08, que dispõe sobre a obrigatoriedade semestral de envio a esta Corte de Contas do "Cadastro Eletrônico de Obras em Execução".

Disponibilizado o cadastro nos termos das Instruções desta E. Casa.

Entendemos que a recomendação foi atendida.

XVI – SÍNTESE DO APURADO

SÍNTESE DO APURADO								R$ MILHÕES
ITEM	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
Superávit Orçamentário - Adm. Direta	23.259	-	24.013	-	30.468	-	29.969	-
Déficit Orçamentário - Adm. Indireta	-23.073	-	-23.345	-	-28.151	-	-30.693	-
Superávit/Déficit Orçamentário - Consolidado	186	0,17%	668	0,56%	2.317	1,71%	-724	-0,50%
Evolução da Receita Tributária	85.749	19,86%	89.346	4,19%	103.212	15,52%	113.543	10,01%
Despesas com Propag. e Publicidade	179	102,39%	311	74,01%	262	-15,71%	141	-46,15%
Evolução do Disponível	19.114	35,34%	20.948	9,59%	26.444	26,24%	32.948	24,60%
Evolução da Dívida Flutuante	13.958	41,16%	15.756	12,89%	18.570	17,86%	31.658	70,48%
Ativo Real Líquido	22.509	75,21%	58.238	158,73%	129.998	123,22%	130.542	0,42%
Dívida Ativa Tributária	92.604	21,68%	120.987	30,65%	198.384	63,97%	193.440	-2,49%
Dívida Interna	150.252	12,27%	148.967	-0,86%	165.253	10,93%	174.046	5,32%
- Ajuste Fiscal	146.340	12,49%	144.891	-0,99%	161.400	11,39%	170.508	5,64%
Dívida Externa	3.609	61,41%	3.266	-9,49%	4.295	31,47%	5.824	35,62%
Superávit/Déficit Financeiro	1.356	-141,43%	2.264	66,88%	8.417	271,84%	16.936	101,21%
Precatórios e Obrig. Pequeno Valor - Pagamentos	2.042	-	2.528	-	662	-	2.455	-
Precatórios - Repasses ao TJ	-	-	-	-	1.387	-	1.546	-
Despesas com Pessoal e Reflexos	38.648	47,32%	41.318	47,83%	45.236	45,39%	49.893	46,29%
- Poder Executivo	33.340	40,82%	35.532	41,13%	39.106	39,24%	43.309	40,18%
- Poder Legislativo	801	0,98%	879	1,02%	913	0,92%	995	0,92%
- Poder Judiciário	3.566	4,37%	3.948	4,57%	4.210	4,22%	4.563	4,23%
- Ministério Público	940	1,15%	959	1,11%	1.008	1,01%	1.026	0,95%
Ensino	19.976	30,13%	20.395	30,09%	23.945	30,15%	26.434	30,15%
Saúde	8.076	12,26%	8.344	12,39%	9.775	12,38%	10.841	12,43%

Obs: trata-se de quadro resumo. Para maiores informações, inclusive quanto aos critérios utilizados, consultar o tópico específico do Relatório.

Os itens Despesa com Pessoal, Ensino e Saúde têm os percentuais calculados em relação à receita, conforme normas vigentes.

O item Precatórios passou a ser dividido em dois itens, repasses efetuados ao TJ conforme EC-62 e Pagamentos

XVII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O **resultado primário** representa o principal indicador de solvência fiscal do setor público. É obtido pela diferença entre as receitas e as despesas não financeiras, e consigna a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

As metas fixadas para a obtenção de resultados primários e os resultados (superávits) obtidos, para os exercícios de 2003 a 2011 estão a seguir discriminados:

EXERCÍCIOS	META FIXADA	RESULTADO OBTIDO	%
2003	3,127 bilhões	3,594 bilhões	14,9
2004	3,349 bilhões	3,704 bilhões	10,6
2005	3,220 bilhões	3,458 bilhões	7,4
2006	3,817 bilhões	5,214 bilhões	36,6
2007	4,089 bilhões	5,917 bilhões	44,7
2008	4,203 bilhões	5,534 bilhões	31,6
2009	1,904 bilhões	2,622 bilhões	37,7
2010	1,657 bilhões	5,152 bilhões	210,9
2011	4,095 bilhões	6,197 bilhões	51,3

Observa-se que a meta fixada para 2011 foi 147% superior à de 2010. Já em relação aos resultados obtidos, o de 2011 foi 20,28% superior ao de 2010.

O superávit primário obtido indica que o desempenho das receitas primárias permitiu a cobertura integral de todas as despesas primárias, além de assegurar recursos para o pagamento de parte do serviço da dívida contribuindo, por conseqüência, para a redução da relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) / Receita Corrente Líquida (RCL).

A propósito, o Relatório do Secretário da Fazenda informa que a receita primária prevista pela Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2011 foi de R$ 148,620 bilhões e que, considerando todas as fontes de recursos, o valor realizado foi 4,2% superior àquela previsão, qual seja, R$ 154,830 bilhões, valor este que, comparado com a receita de R$ 142,229 bilhões obtida em 2010, apresentou crescimento nominal de 8,9%.

As despesas com pessoal e encargos sociais, que se constituem na principal despesa fiscal do Estado, atingiram o montante acumulado de R$ 50,437 bilhões, já descontada a parcela paga com as contribuições de servidores.

Em 2011 também se observou um aumento da Dívida Consolidada Líquida (DCL), apesar do cumprimento dos compromissos com a União e demais credores, tendo atingido o montante de R$ 157,4 bilhões, crescimento de 2,61% sobre o ano anterior. Este valor representa 1,46 vezes a Receita Corrente Líquida do Estado.

Após estas breves considerações acerca do resultado primário, e demais aspectos tratados no *Relatório do Secretário da Fazenda*, diante de todo o exposto neste Relatório e com base nos levantamentos, análises e avaliações procedidas no decorrer do processo de acompanhamento da execução orçamentária e dos atos da gestão governamental relativos ao exercício ora em exame, permitimo-nos, com a devida vênia, finalizar este trabalho **propondo as seguintes recomendações:**

Execução Orçamentária e Financeira

1ª – Dar cumprimento fiel ao artigo 4°, I, b, da Lei Complementar federal n. 101, de 2000, quanto à previsão na LDO de "critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea *b* do inciso II deste artigo, no art. 9° e no inciso II do § 1° do art. 31";

2ª – Identificar na Lei Orçamentária Anual, sob a forma específica de *Atividade* ou *Projeto*, as dotações que se destinem a satisfazer proposta popular feita por ocasião de audiência pública a que o projeto de lei orçamentária anual for submetido, nos termos do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000), na forma estabelecida pelo artigo 12 da LDO;

3ª – Cuidar para que os recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, sobretudo os despendidos por meio de convênios celebrados entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE e o Estado, sejam efetivamente aplicados dentro do exercício, segundo o cronograma físico-financeiro das obras e serviços;

4ª – Encaminhar regularmente ao Tribunal de Contas, nos termos do artigo 12, II, das Instruções n. 1, de 2008, a ata da audiência pública realizada na Assembléia Legislativa com intuito de debater o financiamento da Saúde;

5ª – Indicar, na Lei Orçamentária Anual, metas físicas para os programas de governo;

6ª – Quantificar financeiramente as metas governamentais nos instrumentos orçamentários;

7ª – Encaminhar ao Tribunal de Contas, tão logo aprovada a Lei Orçamentária Anual, anexo onde se indiquem as entidades autorizadas a receber transferências financeiras do Estado;

8ª – Cumprir o artigo 169, § 1º, II da Constituição Federal e o artigo 15 da Lei Federal n. 4.320, de 1964, nos termos de recomendações contidas à margem do Parecer emitido por este Tribunal sobre as contas de 2007;

9ª - Que a LDO contenha os critérios para repasses a entidades da Administração Indireta, atendendo ao artigo 4º, I, "F" da Lei de Responsabilidade Fiscal;

10ª - Aprimorar o plano plurianual, incrementando-o com informações mais detalhadas, a exemplo do que ocorre com o PPA do governo federal;

11ª – Manter junto à Secretaria de Planejamento banco de dados com informações atualizadas das dotações orçamentárias das empresas não dependentes;

12ª – Acompanhar com especial atenção os gastos com pagamento de serviços de terceiros, pessoa física, tendo em vista seu crescimento;

13ª – Promover, por meio da Secretaria da Saúde, a compatibilização dos dados do plano estadual da saúde com os planos municipais, o plano operativo anual e os demais instrumentos de planejamento;

14ª - Aprimorar o relatório de atividades anualmente publicado pelo governo, para permitir ao leitor a compreensão, em cada ação, dos dados acerca da necessidade de atendimento, da estimativa da execução e dos custos, estes não só da ação global, mas também das unidades escolhidas como indicadores;

15ª – Consignar diretamente no orçamento da FDE os valores empenhados e liquidados pela Secretaria da Educação (artigo 7º da Portaria STN nº 163/2001), devendo os empenhos emitidos identificar o nome dos respectivos credores (artigo 61 da Lei 4.320/64);

16ª – Criar, no SIAFEM, fonte de recursos detalhada para identificar as transferências de recursos de Royalties do Petróleo;

17ª - Proporcionar ao Tribunal uma forma transparente para o acompanhamento da execução orçamentária individualizado das despesas da Copa de 2014.

RECOMENDAÇÕES - Fiscalizações Operacionais

	Programa 0930	**Ação 1377**
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	1. compatibilize o processo de elaboração dos instrumentos básicos de planejamento do SUS ao prazo das correspondentes peças orçamentárias; 2. viabilize a elaboração do Plano Diretor de Investimentos atualizado, para alcance do pressuposto da regionalização; 3. condicione a realização de investimentos em serviços de saúde à previsão nos instrumentos de PAS/POA, que operacionaliza o PES, e Plano Diretor de Investimentos atualizado; 4. adote o RAG como instrumento que apresenta os resultados alcançados e que orienta eventuais redirecionamentos; 5. realize a fase externa de licitação com nível de precisão adequado, ouvidos os órgãos competentes, em especial a Vigilância Sanitária competente;	

	Programa 0814	**Ação 2137** **Ação 2034**
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO e FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA	6. adote um planejamento mais consistente na definição das prioridades de escolha das escolas que mais necessitam de intervenção, considerando a urgência da solicitação e o estado geral do estabelecimento escolar; 7. tome as medidas cabíveis para compatibilização das peças orçamentárias do Estado (PPA e LOA); 8. dê cumprimento integral aos Planos de Obras elaborados; 9. adote plano de manutenção preventiva dos prédios escolares da rede; 10. aperfeiçoe a sistemática da Central de Atendimento Eletrônico e Telefônico da FDE (0800 777 0333), para que, com uma melhor funcionalidade, atenda mais prontamente as demandas dos estabelecimentos escolares;	

	Programa 0803	**Ação 5744**
	11. que a FDE observe as recomendações anteriormente feitas por este Tribunal acerca da contabilização da receita dos recursos decorrentes do convênio com a Secretaria de Estado da Educação - SEE, atendendo o artigo 7º da Portaria Interministerial nº 163/2001, bem como os empenhos de suas despesas sejam emitidos em nome dos respectivos credores conforme determina o artigo 61 da Lei 4.320/64; 12. que haja maior controle por parte da FDE da logística de distribuição com relação a prazo de entrega e quantitativos dos materiais de apoio pedagógico de todos os projetos desenvolvidos, com aperfeiçoamento do sistema existente; 13. que seja feito estudo quanto a reformulação dos requisitos estabelecidos para o professor atribuído a Sala de Leitura a fim de prover os cargos para o pleno desenvolvimento das atividades previstas na Resolução nº 15/2009; 14. que seja feito estudo da viabilidade de elaboração de contrato de manutenção dos retroprojetores (Projeto Cultura é Currículo) bem como dos equipamentos de informática e respectiva conectividade à internet para, possibilitar o funcionamento do sistema Infoprisma das Salas de Leitura e assim como potencializar o uso das Salas do Acessa Escola;	

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	**Programa 2909**	**Ação 5533** **Ação 2291**
	15. conjuguem esforços para a criação de um sistema informatizado que condense as informações e funcionalidades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, com fluxos e procedimentos permanentes de atualização, além de integrado a outros sistemas utilizados; 16. promovam a melhoria da qualidade das informações inseridas no banco de dados referencial, inclusive por meio do implemento da obrigatoriedade de atualização deste banco;	

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	**Programa 1807**	**Ação 4718** **Ação 4993** **Ação 4996** **Ação 4997**
	17. melhor alocação ou distribuição dos recursos nas regiões onde os indicadores de criminalidade tem crescido acima da média estadual; 18. aumento do efetivo ativo nas ruas e consequente diminuição do efetivo na função administrativa, com proposta de se realizar concursos públicos específicos para a função administrativa; 19. aumentar o número de bases comunitárias fixas e móveis, estendendo a sua atuação para municípios que tem apresentado número crescente em indicadores de criminalidade; 20. maior divulgação para as escolas da ferramenta, já existente, de Registro de Ocorrências Escolares, a fim de propiciar a integração entre a Secretaria de Educação e Polícia Militar, no sentido de melhor adequar a Ronda Escolar com informações atualizadas do Cartão Prioridade de Patrulhamento (CPP), que orienta as patrulhas em seus roteiros preestabelecidos;	
	21. aumento de efetivo e viaturas destinadas às regiões que apresentam maiores ocorrências para que possa atender aos chamados das escolas quando solicitados e efetuar a ronda nos horários de entrada e saída, uma vez que cabe a cada Ronda Escolar o policiamento de oito escolas; 22. ampliar o número de escolas atendidas pelo PROERD observando-se àquelas pertencentes às regiões que apresentam maiores registros de tráfico de entorpecentes;	

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	**Programa 1314**	**Ação 1195**
	23. tome as medidas cabíveis para compatibilização das peças orçamentárias do Estado (PPA, LDO e LOA) e proceda a estudo mais minucioso a fim de planejar melhor a ação; 24. adote indicadores de desempenho e critérios objetivos para escolha das estradas que passarão por manutenção; 25. exija dos municípios a edição de legislação pertinente ao assunto bem como exija o seu cumprimento, a fim de que a estrada recuperada tenha sua vida útil alongada; 26. transfira, de modo efetivo, técnicas avançadas de conservação do solo e capacite as administrações municipais para esse mister; e	

	27. utilize técnicas mais adequadas a cada tipo de estrada e a cada tipo de solo nas estradas que serão submetidas à manutenção;

SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	**Programa 2611**	**Ação 1153** **Ação 1989**
	28. classificar os repasses de recursos do FEHIDRO de acordo com a natureza das despesas a que se destinam (correntes ou investimentos), conforme determina a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163;	
	29. tomar as medidas cabíveis para que os sistemas de acompanhamento da execução orçamentária registrem os beneficiários finais das transferências de recursos do Fundo, além de indicarem os objetos dos financiamentos; 30. providenciar a transferência de todos os valores repassados pela União a título de compensação financeira pelo alagamento de áreas territoriais do Estado e de royalties da Usina Hidroelétrica de Itaipu – bem como o rendimento decorrente da aplicação desses recursos em exercícios anteriores – à conta bancária do FEHIDRO; 31. instruir os Agentes Técnicos a autuarem os processos de financiamentos FEHIDRO de acordo com as disposições da Lei Estadual nº 10.177; 32. dispensar o encaminhamento dos pareceres de aprovação – e dos documentos que o acompanham – pelos Agentes Técnicos ao Agente Financeiro para que este promova a liberação das parcelas dos financiamentos, bastando apenas o registro da regularidade da prestação de contas correspondente no SINFEHIDRO; 33. promover eventos de capacitação dirigidos aos analistas dos Agentes Técnicos, de sorte a habilitá-los a apreciar acuradamente as prestações de contas apresentadas pelos tomadores de recursos, coibindo a ocorrência de infrações aos dispositivos legais que regulam os certames licitatórios, em particular, e aos princípios que regem a Administração Pública, em geral; 34. exigir que o acompanhamento dos empreendimentos pelos Agentes Técnicos seja informado por inspeções *in loco* aos eventos promovidos pelos tomadores, prestando o apoio necessário para que aqueles cumpram satisfatoriamente esta incumbência; 35. estabelecer que os eventos de capacitação promovidos pelos Comitês de Bacia, Agentes Técnicos e SECOFEHIDRO contem com a participação de pelo menos um servidor de carreira das Prefeituras Municipais interessadas. Da mesma forma, quando celebrado o contrato de financiamento, determinar que um dos interlocutores das prefeituras junto à SECOFEHIDRO possua este tipo de	

	vínculo empregatício; 36. finalize a "biblioteca de projetos FEHIDRO", disponibilizando-a em meio eletrônico aos interessados em obter recursos do Fundo; 37. determinar que os Comitês de Bacia estabeleçam critérios de pontuação das solicitações de financiamento que privilegiem os tomadores cujos empreendimentos anteriores tenham sido executados em conformidade com os respectivos cronogramas físico-financeiros e com os prazos estabelecidos no MPO. Da mesma forma, tais critérios devem determinar a redução (temporária) da pontuação dos tomadores que retardarem injustificadamente a conclusão de seus empreendimentos; 38. determinar que a SECOFEHIDRO, em parceria com os Agentes Técnicos e com os Comitês de Bacia, promova eventos de capacitação aos integrantes dos colegiados e demais interessados em obter financiamentos FEHIDRO; 39. promova, juntamente com os Comitês de Bacia, campanhas de divulgação do fundo junto às empresas usuárias de recursos hídricos do Estado, de sorte a ampliar o percentual de contratos de financiamento do FEHIDRO que adotam a modalidade reembolsável; 40. determine a adoção por todos os Comitês de Bacia de critério de seleção e hierarquização de projetos que atribua pontuação superior às solicitações que adotem a modalidade reembolsável de financiamento;

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	**Programa 2604**	**Ação 1359**
	41. tomar as medidas cabíveis para que os sistemas de acompanhamento da execução orçamentária registrem os beneficiários finais das transferências de recursos do Fundo, além de indicarem os objetos dos financiamentos; 42. realize diligências que comprovem a necessidade de utilização dos equipamentos solicitados pelas Prefeituras em seus aterros municipais, de sorte a garantir a observância do disposto no artigo 10, III, do Decreto Estadual nº 46.842/02; 43. mobilize os recursos do Fundo para o apoio de soluções consorciadas de disposição e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, garantindo um melhor aproveitamento dos recursos destinados à operacionalização dos aterros sanitários; 44. promova campanhas de divulgação do Fundo junto às empresas que atuam na área ambiental, de sorte a celebrar contratos de financiamento na modalidade reembolsável;	

	Programa 1804
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO PÚBLICA	45. implemente o controle das receitas de multa de trânsito da aplicação, nos termos do art. 50 da LRF, para aferição do cumprimento do art. 8º, parágrafo único, combinado com o art. 320 do CTB; 46. incorpore em plano de ação a criação de sistemas de custos, nos termos do parágrafo 3º do art. 50 da referida lei fiscal, compatibilizando com as normas do STN; 47. adote medidas para a boa utilização dos imóveis próprios ou alugados, de molde a racionalizar os recursos despendidos e a ocupação de espaço, evitando maiores custos ou desperdícios; 48. realize estudo para descentralização do curso de reciclagem de condutores, de molde a dar tratamento equânime aos condutores; 49. viabilize vistorias em caráter extraordinário aos credenciados(médicos, psicólogos e credenciamento), mediante critérios e em conjunto com outras instituições, a fim de aferir a conformidade dos equipamentos e instalações às exigências presentes na normatização, além do controle da regularidade de exercício profissional; 50. incorpore na verificação da execução contratual dos serviços de emplacamento, lacração e relacração, o cotejo do executado de produtos e serviços, entre placas e tarjetas ou em posto e domicílio e por lote, com os relatórios estatísticos dos códigos de serviços encapados sob o código de receita 403; 51. implemente a designação de um agente público, para acompanhamento e fiscalização da execução material do emplacamento e lacração contratada; 52. incremente com critérios as atividades de educação para o trânsito.

É o relatório que apresentamos a Vossa Senhoria.

DCG, 11 de maio de 2012.

Denílson de Alcântara
Agente da Fiscalização Financeira – Chefe
GDCG

Juliana Samezima
Auxiliar da Fiscalização Financeira
GDCG

Sérgio Teruo Nakahara
Agente da Fiscalização Financeira – Chefe
DCG-1

Kátia Kiyomi Ivasita
Agente da Fiscalização Financeira
DCG-1

Helena Keiko Hirata Kubo
Agente da Fiscalização Financeira
DCG-2

Maria Fernanda Constantino
Agente da Fiscalização Financeira
DCG-2

Stanislaw Augustus dos S.Zago
Agente da Fiscalização Financeira – Chefe
DCG-3

Marta Minei Kimura
Agente da Fiscalização Financeira
DCG-3

Lilian Cristina Menino Robles
Agente da Fiscalização Financeira
Chefe
DCG-4

Leonardo de Moraes Barros
Agente da Fiscalização Financeira
DCG-4

Mario Henrique Farbelow
Auxiliar da Fiscalização Financeira
DCG-4